

Maria Antonieta G. Penteado

**ESTRATÉGIA DA FOME: TRABALHADORES
E TRABALHADORAS DA CANA, MAIO DE
1984**

(MOVIMENTOS SOCIAIS EM SÃO PAULO)

1995

Maria Antonieta G. Penteado

**ESTRATÉGIA DA FOME: TRABALHADORES
E TRABALHADORAS DA CANA, MAIO DE
1984**

(MOVIMENTOS SOCIAIS EM SÃO PAULO)

Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

**Campinas
1995**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Maria Antonieta G. Penteado

ESTRATÉGIA DA FOME: TRABALHADORES E TRABALHADORAS
DA CANA, MAIO DE 1984 (Movimentos Sociais em São
Paulo)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Sidney Chalhoub

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
___/___/___.

Banca:

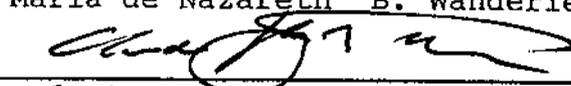
Prof.(a)Dr.(a)


Sidney Chalhoub (orientador)

Prof.(a) Dr.(a)


Maria de Nazareth B. Wanderley

Prof.(a) Dr.(a)


Cláudio Henrique de M. Batalha

Prof. (a) Dr.(a)

Michael McDonald Hall

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Penteado, Maria Antonieta G.

P387e Estratégias da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana,
Guariba - maio de 1984 (movimentos sociais em São Paulo) /
Maria Antonieta G. Penteado. -- Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores - Guariba (SP) - 1984. 2. Sindicatos. 3.
Classes sociais. 4. Fome. 5. Organização. I. Chalhoub,
Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para Leonardo e Pedro.

Para Izilda, Expedita, Lourdes;
Ao Osvaldo, "Seu" Manoel, José
Aos trabalhadores anônimos,
homens, mulheres e crianças
que pertenceram a esta e a
outras histórias.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq/Capes, que financiou, nos anos de 1988/90, minhas andanças detetivescas em busca das fontes.

A Universidade Estadual de Maringá, que observou, com paciência e poucas cobranças, minhas vacilações entre fritar ovos ou fazer pesquisa.

De modo especial, ao Prof. Dr. Sidney Chalhoub, que sempre acreditou que tudo era possível, apesar dos longos recuos e meses de silêncio de sua orientanda, meu afeto eterno por seu profissionalismo e humildade.

Aos companheiros de trabalho, que nunca se negaram em atender meus pedidos de extensão de prazos, especialmente àqueles que aceitaram a leitura torturante do calhamaço de relatórios que formaram o meu processo de afastamento.

Aos amigos e colegas que acompanharam meu trabalho ao longo de muitos anos. Ao Prof. Andreas Leonardus Doeswijk, embora muito distante de nós neste momento, por haver lido com muita competência o projeto de pesquisa, tecendo preciosas sugestões, especialmente no campo metodológico. A Profa. Dra. Marta Bellini, que leu, pacientemente, o projeto final do trabalho.

Aos meus ex-alunos Paulo Fernando de S. Campos e Reginaldo Dias, este último atualmente meu colega de trabalho no Departamento de História, os quais conseguiram, com competência e humildade, ultrapassar a mestra e hoje são meus conselheiros e leitores críticos.

Ao Prof. Sidnei José Munhoz, por ter lido atentamente a versão final deste trabalho com o carinho de um amigo e crítico afetuoso. A "mineira" Carmem Lúcia, amiga de todos os tempos, por elevar minha consciência de ser mulher e por seus estímulos constantes, mesmo que distantes.

Feitos os agradecimentos acadêmicos, não poderia deixar de expressar profunda gratidão às pessoas que me deram ajuda e apoio e que fizeram parte da minha história de vida, desde os tempos remotos aos mais recentes. Afinal, o pesquisador também vai em busca das raízes ao realizar seu trabalho. Certamente, sem essas pessoas eu não teria concluído este trabalho.

Ao Dr. Rui Marques Filho, Dr. Miguel Spack Júnior, Dr. Daniel de F. Barbosa e à Yao, todos profissionais da saúde, que trataram do meu equilíbrio físico e mental nos dois últimos anos deste trabalho, muito obrigada.

Ao Leonardo e ao Pedro, minhas pequenas e grandes obras de arte nesta vida, reservo o direito de fazerem uma grande fogueira com uma cópia deste trabalho. Uma festança, no Bosque da Grevíleas! Maneira simbólica de compensar as incontáveis horas que perderam sem a convivência com a mãe.

A "Dona" Maria, minha mãe, que finalmente pôde acreditar que posso ser "filha do pai" e que, um dia, após a leitura dos primeiros capítulos, exclamou atônita: "Nossa, quando assisti a esse caso na televisão não pude imaginar que tivesse sido tão 'violento' e complicado"! Obrigada. Ao meu pai, "Seu" Nino, um eterno homem desenraizado, um "bóia-fria" da vida.

Ao Francisco, pai de Pedro e Leonardo, que soube entender as mazelas em que vivem os pesquisadores deste país e garantiu parte de nossa sobrevivência material nos últimos dois anos, ofereço este trabalho como retribuição.

As empregadas, algumas fixas e muitas temporárias, que garantiram minha estrutura doméstica; especialmente a você, Wilma, que sabe, mais do que eu, o que é ser "bóia-fria", um especial agradecimento e a esperança de que é possível virar a mesa para não morrer de fome, um dia. Talvez!

Por fim, mas não menos importante, aos trabalhadores, protagonistas desta história e que me emprestaram seus nomes e suas vozes, um tributo especial através das páginas desta dissertação. Espero que possam lê-las e nelas se identificar.

Maringá, Inverno de 1995.

La clase y la conciencia de clase son siempre las últimas, no las primeras fases del proceso real histórico. (E. P. Thompson. *La Sociedad Inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?*, 1979)

La clase es definida por los hombres al vivir su propia historia, y, al final, es la única definición. (E. P. Thompson. *La Formación Histórica de la Clase Obrera*, 1977)

Aquele que nunca descansa,
aquele cujo pensamento almeja de
corpo e alma ao impossível,
esse é o vencedor.
(*I Ching ou O Livro das Mutações*, 1956)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base.
CEFES	Centro de Formação e Estudos Sindicais
COHAB	Companhia de Habitação.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
FETAESP	Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.
FTAP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná.
FRUTESP	Coopercitros Industrial Frutesp (atualmente Companhia de Indústrias Brasileiras Frutesp S.A.).
FUNRURAL	Fundação Rural.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OCESP	Organização das Cooperativas Paulistas.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
TELESP	Telecomunicações do Estado de São Paulo.
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

SUMARIO

Introdução.....	13
I. «Dia Negro». A Luta.....	24
1. 14 de maio, segunda-feira: à beira do "talhão"....	24
2. 15 de maio, terça-feira: questão social e polícia.	29
3. 16 de maio, quarta-feira: repartir terras?.....	44
4. Como um rastilho de pólvora.....	62
Figuras.....	74
II. Um olhar sobre a gênese.....	95
III. «Um calar mais informativo que toda grave confissão»	141
1. Trabalhadores: no eito e no botequim.....	152
2. A face não tão oculta dos amotinados.....	157
3. Hora de morrer de fome ou hora de "virar a mesa".....	183
Conclusão.....	216
Anexo.....	224
Fontes e Bibliografia.....	225

**ESTRATÉGIA DA FOME: TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA CANA,
MAIO DE 1984**

(Movimentos Sociais em São Paulo)

Resumo: Este trabalho busca compreender como e por que ocorreu uma greve de trabalhadores, entre os dias 14 e 17 de maio de 1984, em Guariba, no interior do estado de São Paulo. Utilizo como fonte os documentos produzidos por diferentes agentes históricos: a grande imprensa, a Justiça, os governantes do estado de São Paulo, destacando os depoimentos dos trabalhadores contidos em um inquérito policial. Através dessas versões, proponho discutir algumas categorias históricas presentes neste estudo, tais como classe, consciência de classe e "economia moral", com o objetivo de "demitizar" a imagem da irracionalidade da fome construída por alguns desses agentes. Como elemento contrário a essa imagem, ressalto o caráter da luta de classes no movimento e a possibilidade de uma tradição de luta na região. Procuro demonstrar, também, a presença de uma lógica dos trabalhadores expressas em suas peculiares formas de organizar o movimento, e que em momentos determinantes, passaram ao largo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região.

Unitermos: trabalhadores - Guariba (SP) - 1984, greve, sindicatos, classe e consciência de classe, "economia moral", fome, organização.

HUNGER STRATEGY: SUGAR-CANE PLANTATION WORKERS, MAY 1984

(Social movements in the state of São Paulo)

Abstract - The presente study tries to clarify how and why sugar-cane workers went on strike in the period from may 14 to 17, 1984, in the municipality of Guariba, in the northern area of the state of São Paulo. Documents produced by different historical agents were used as sourees: printed media, Law Courts, government of the state of São Paulo, with special mention to the workers' statements registered in the police inquiry. Through these versions, historical categories, such as class, class consciousness and "moral economy" are discussed with the parpose of "demythologizing" the image of irrationality of hunger construed by some of the before-mentioned agents. The nature of class struggle in the movement and the possibility of a class struggle tradition in that region are underscored as counter-elemnets of that image. The study also tries to demonstrate the presence of an internal logic of the workers expressed in the particular forms of structuring the strike which, at some critical moments, did not comply wiht the trade unions of rural workers of that region.

Keywords: workers - Guariba (SP) - 1984, strike, trade unions, class and class consciousness, "moral economy", hunger, organization.

INTRODUÇÃO

"...(Começou a mudar) depois do plantio de cana. Depois que começou a entrar a usina de São Martinho, essas outras usinas que tem aí... Acontece o seguinte: todos os sitiante, porque aqui a maior parte era sitiante, (...) foram vendendo p'ra São Martinho. Foram vendendo e hoje é dono de todo mundo. Hoje você corre 50 km de caminhão dentro do terreno de São Martinho. Da usina, onde entra, até a sede, (...). Só cana, você não vê outra coisa... E tudo lá é deles. Encosta quase em Ribeirão Preto. É coisa demais p'ra um homem só. E outros coitados, sem nada. Não tá uma coisa fora da lei? Uns com tanto e outros sem nada? É por isso que existe tanta miséria no Brasil. P'ra você ver, rapaz, feijão aqui tá na base de 130. E não é todo dia que tem. E, naquela época, nós tinha em casa milho, feijão, porco gordo. P'ra você ver como mudou. Hoje, rapaz, você não compra nada com esse dinheiro. Então foi quando entrou o Governo Castelo Branco é que começou essa cachorrada. O lugar que nós morava, a Usina São Geraldo comprou. Eu mesmo, que trabalhava com trator naquela época, ia derrubando tudo. Não aproveitava nada não. A casa mesmo que eu morava, eu mesmo tive que derrubar; o café que nós plantava, eu mesmo que derrubei. Agora, hoje, não tem nem café p'ra nós beber. (...) Eles arrancaram tudo p'ra plantar cana. E o pessoal foi vendendo e vindo p'ra Barrinha. Outros, p'ra São Paulo, outros sumiram por aí (...). Acabou com tudo, não tem mais nada. Tocou tudo p'ra cidade".¹

Este trecho do depoimento de "Seu" Manoel, 50 anos, antigo colono da Fazenda Santa Eugênia, no município de Jaboticabal, traz uma idealização de um passado que era bom. Mas nos informa, também, sobre uma parte da história vivida pelos trabalhadores no processo de expansão da cultura canavieira,

1. D'INCAO, Maria Conceição. "Se perder o sábado, perde o domingo". Folha de S. Paulo. 17 jan. 1986. p.8. Folhetim. Em 1980, na cidade de Barrinha, distante 20 quilômetros de Guariba, D'Incao colheu este e outros depoimentos, analisados no artigo acima citado.

processo este realizado através da concentração da propriedade da terra. O depoimento de "Seu" Manoel dispensa esforço de análise. Suas palavras revelam, de maneira cristalina, como a região de Ribeirão Preto se transformou em um "mar de cana, mar de miséria"². É interessante observar como ele, cortador de cana da usina São Martinho, no ano de 1980, homem desenraizado de sua cultura, percebia o processo que o havia colocado em uma situação de flagrante violência. Uma violência que atingiu profundamente seus direitos de cidadão. Não ter "milho, feijão, porco gordo" para comer nos dias que lhe apetecessem, e casa para morar, garantias mínimas para uma vivência plena como cidadão. O que me proponho fazer, de partida, é contar uma história. Um pouco da vida e do trabalho dos companheiros de "Seu" Manoel e de como, um dia, resolveram saciar esses e outros apetites.

Nada foi por acaso! Em novembro de 1983, uma multidão composta de trabalhadores da cana demoliu a delegacia de polícia da cidade de Barrinha, localizada na região canavieira, no interior do estado de São Paulo, aparentemente em represália à negligência das autoridades policiais locais em investigar o assassinato de uma menina de 4 anos, filha de um cortador de cana. Entre janeiro e fevereiro de 1984, em Morro Agudo, São Joaquim da Barra e Miguelópolis, todas localizadas na mesma região, aconteceram saques a supermercados. Os protagonistas desses últimos fatos "eram sempre grandes levas de trabalhadores rurais que, desempregados, não tinham mais o que comer"³, afirmou o delegado regional da Delegacia do Trabalho, em Ribeirão Preto, Plínio Sarti.

No dia 14 de maio de 1984, teve início uma greve dos trabalhadores da cana. No dia seguinte, 15 de maio, o movimento

2. ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE AS COMUNIDADES CARENTES DE MT, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/REGIONAL DE MT ; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TERRA E INDÍO. *Pró-álcool: mar de cana, mar de miséria*. Cuiabá, 1984. Retirei a expressão "mar de cana, mar de miséria" deste livreto que contém uma análise minuciosa do Pró-álcool e suas consequências para o trabalhador rural.

3. EXPLOSAO de Guariba não foi a primeira. *O Diário*. Ribeirão Preto, 17 maio 1984, p.16.

evoluiu para um inusitado "discurso da ação"⁴. Este trabalho contém reflexões sobre tal fato, que ocorreu na cidade de Guariba e se alastrou pelo interior de São Paulo e outros estados, transformando-se em um "marco" para o estudo da história dos movimentos sociais no Brasil.

Para refazer os acontecimentos dos dias 14, 15 e 16 - adormecidos em nossa memória - analisarei várias fontes, sendo as mais importantes as fontes jornalísticas e um Inquérito Policial, a fim recuperar alguns significados do ocorrido, que são: as razões aparentes do movimento; as estratégias de luta traçadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - as Assembléias e as negociações; as estratégias traçadas pelos trabalhadores no enfrentamento com o capital, revelando que possuíam uma compreensão própria da ação política, caracterizada em saques, depredações e práticas incendiárias. Farei referências, também, à extensão da greve para o interior de São Paulo e para os estados de Goiás e Paraná, e à ação da força policial, marcando mais um episódio na história da repressão à classe trabalhadora.

Como ocorreram esses fatos e o porquê do protesto social? O que, finalmente, ocorreu? No Inquérito Policial, os trabalhadores afirmaram que "fizeram greve por motivo de fome", "visto que estavam ganhando pouco e também estavam cortando '7 ruas' de cana de cada vez, o que dificultava ainda mais o ganho"⁵. Tendo como ponto de partida esses depoimentos, tentarei responder às questões acima.

O protesto dos trabalhadores da cana causou comoção nacional, produzindo várias versões de diferentes agentes sociais. Apresentarei algumas dessas versões através das

4. Para o conceito de "discurso da ação", ver MARDINI, Améris. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.18. Nesta obra a autora define "discurso da ação" como uma prática contínua e descontínua das classes trabalhadoras e que ocorre "para além do social visto de forma institucionalizada". Ele se faz presente, é preciso querer vê-lo, é com este sentido que utilizarei o conceito "discurso da ação".

seguintes fontes impressas: os jornais **Folha de S.Paulo** e **O Estado de S.Paulo**, para a versão da grande imprensa e do governo do estado de São Paulo na época; o Inquérito Policial, para a interpretação da Justiça, representada pelas autoridades locais e, também, a versão dos trabalhadores contida nos depoimentos que formaram esse Inquérito Policial. Através de reações orais dos trabalhadores em vários jornais e documentos da Comissão Pastoral da Terra - CPT -⁶, tentarei compor um quadro que possibilite obter a leitura que os trabalhadores fizeram dos fatos.

As versões produzidas pela grande imprensa, pelas autoridades estaduais e pela Justiça não são suficientes para explicar a revolta. Há outros caminhos para compreender os distúrbios protagonizados pelos trabalhadores da cana de Guariba. Portanto, há outras formas de compreender essas ações dos trabalhadores que lhes conferiu um sentido político próprio. Essas formas são: a) a lógica dos trabalhadores e a auto-representação, ou seja, como se viam no movimento; b) os trabalhos de base da Comissão Pastoral da Terra e o significado de sua atuação no momento da mudança do processo de trabalho, o corte de "5 ruas" para "7 ruas", ocorrido em 1983. Como a CPT passa a atuar em função desse fato, pois não havia outros canais de reivindicação para onde os trabalhadores pudessem exercer pressões para obter seus direitos trabalhistas. Desde 1979, a CPT atuava na região, fortalecendo nos trabalhadores a auto-estima, a autoconfiança e a autoconsciência, produzindo um clima propício para a greve de maio de 1984, ou seja, apontando caminhos

5.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Inquérito Policial. Danos, incêndios, roubo, homicídio n.98/74, 15 maio 1984, fls.57, 58 e 70.

6.COMISSAO PASTORAL DA TERRA - CPT -, entidade nascida, apoiada e organizada no interior da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, um órgão importante na hierarquia e na estrutura da Igreja Católica no Brasil. A CPT pode ser considerada aqui como uma entidade extra-sindical que tentou discutir questões, junto aos trabalhadores da cana, sobre as condições de vida e trabalho dessa categoria. Ela faz parte das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs - que, ao lado das pastorais operárias, de bairro, etc., tentaram conciliar os ensinamentos espirituais e uma atuação política inspirada na Teologia da Libertação. Nos anos 70 e nos 80 essa entidade teve um papel importante na tentativa de organizar a classe trabalhadora no Brasil, apesar de despertar polêmicas em razão de sua forma de atuação.

possíveis de enfrentamento com o capital⁷; c) a presença da tradição de luta revelada nos depoimentos de Irineu Ciavatta, militante do Partido Comunista Brasileiro, que na década de 1960 atuara na região de Ribeirão Preto.

Muitos anos separava esse militante de partido dos trabalhadores da cana. Mas "as pessoas conversam, afinal"⁸. No artigo "Se perder o sábado perde o domingo", Maria Conceição D'Incao reconhece a presença de uma tradição de luta entre os trabalhadores da região. Haveria aqui uma possível "circulação de experiências" entre os cortadores da cana? D'Incao afirma nesse artigo que os trabalhadores mais velhos participaram mais ativamente do movimento de maio, contribuindo, com sua experiência, na formulação da pauta de reivindicações, após os distúrbios de 15 de maio de 1984.

Temos como hipótese que o movimento de maio de 1984, em Guariba, apresentou muitos elementos que o inseriram na tradição de luta da classe trabalhadora brasileira. No diálogo entre a teoria e os atributos do real, pretendo analisar algumas categorias que emergem do objeto em estudo, que são: "economia moral" e tradição de luta. Para realizar este trabalho inspirei-me nessas categorias que possibilitaram excluir a concepção de que esse movimento foi um gestado somente pelo impulso da fome e que, portanto, teria caráter imediatista. A polêmica entre os historiadores sobre essas questões deverá aparecer nos momentos em que for preciso dialogar com os documentos, não raramente em notas de rodapé.

7.COMISSAO PASTORAL DA TERRA; Relatórios. 1979/83. Esses relatórios narram muitos encontros (e outras atividades relativas à atuação da Pastoral) de trabalhadores da cana, realizados em Ribeirão Preto e nas cidades circunvizinhas. Esses encontros aconteceram entre 1979 a 1983. Consultei 32 relatórios.

8.Peter, LINEBAUGH. Todas as montanhas atlânticas estremeram. Revista Brasileira de História, v.3, n.6, p.07-46, 1983.

O objetivo deste trabalho é o de demitizar* a versão de alguns agentes sociais, certamente a da grande imprensa, dos governantes do estado de São Paulo e da Justiça, que compreenderam o movimento de Guariba através dos seguintes elementos: 1) CPT como liderança política; 2) o caráter do movimento, entendido por estes agentes sociais, como movimento da fome; 3) o caráter criminoso da revolta. É preciso questionar esses mitos, mostrá-los como uma distorção da realidade, mas considerar que os agentes sociais, envolvidos nesta história, nem sempre mentem o tempo todo. Por certo, a fome foi um elemento definidor das depredações e saques, especialmente destes últimos; entretanto, a análise dos distúrbios e da greve não pode parar em um ponto em que se deveria iniciar o desvendamento de sua complexidade e da multiplicidade de elementos que compuseram o cenário dos protestos dos trabalhadores.

Em relação às fontes, trabalharei sempre no campo das possibilidades ao partir em busca dos documentos. No caminho da pesquisa, fui redefinindo o tema e problematizei-o a partir das informações obtidas nas fontes para não esvaziá-lo de seu conteúdo social e político. O primeiro contato com as fontes foi através dos jornais e revistas da grande imprensa. As notícias de jornais me levaram ao coordenador da Comissão Pastoral da Terra, no estado de São Paulo, padre José Domingos Bragheto. Uma

*O termo "demitizar" significa "separar o essencial das narrativas bíblicas de sua forma literária mítica". Utilizei o termo com este sentido, ou seja, de separar na interpretação dos agentes sociais, especialmente da Justiça e da grande imprensa, um certo entendimento do episódio em estudo neste trabalho que considero carregado de formas míticas. Nos documentos produzidos por esses agentes, a fome foi a única e principal causa dos protestos dos trabalhadores da cana, foram conduzidos por uma liderança nascida fora do movimento e seus protagonistas tratados como criminosos. Para a definição do termo "demitizar", ver FERREIRA, A.B.H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.533. Ver também A Bíblia de Jerusalém. A.T. Gênese. São Paulo: Edições Paulinas, 1987. Cap. 2, p.33.

entrevista com padre Bragheto me levou aos documentos da Comissão. Os jornais me levaram também ao Inquérito Policial, onde encontrei 44 depoimentos dos trabalhadores indiciados.

Essa descoberta me fez desistir de utilizar a metodologia de história oral, embora já tivesse preparado, nesse momento da pesquisa, bibliografia sobre história oral. Percebi que reunira muita documentação que, na minha opinião, dispensava a história oral. As entrevistas das autoridades estaduais e federais e os depoimentos dos trabalhadores nos jornais, quando cruzados com outros documentos, bastavam para atingir meus objetivos neste trabalho. Nos procedimentos para a análise observei quem os produziu, para quem os produziu, como foram produzidos e quem dominava a linguagem nesses documentos, principalmente em relação ao Inquérito Policial. Salvaguardando qualquer possibilidade de não conseguir ouvir os personagens desta história.

Ainda com relação às fontes que utilizei, é importante observar que os 44 depoimentos de trabalhadores fazem parte de um documento oficial - o Inquérito Policial -, instaurado no primeiro dia dos saques e depredações. Isto coloca para o historiador algumas questões aparentemente de difícil solução. Como resolver a questão da veracidade das informações contidas nas histórias narradas pelos trabalhadores nos depoimentos, uma vez que falaram sobre os acontecimentos, nos quais estavam envolvidos, perante as autoridades policiais?

A dificuldade de obter fontes sobre os protestos populares e, também, a ausência de fontes preservadas pelos revoltosos me colocaram diante de uma diversidade de registros, uma ampla documentação para reconstituir esta história. Tive que recorrer aos jornais da grande imprensa da capital paulista e das cidades da região onde ocorreram os fatos e aos periódicos da

imprensa representativa de tendências de esquerda¹⁰. O cruzamento e verificação da origem de todas as fontes se fez necessário, também, para resolver a questão de como trabalhar com registros de trabalhadores em documentos policiais.

Portanto, para recuperar os fatos, trabalhei as fontes com o objetivo de realizar uma leitura comparativa sobre cada informação que se repetia em cada documento. Pensei em possibilidades e pressuposições, sem preocupar-me com a verdade irrefutável dos fatos, mas sim com o que parecia ser comum nos registros jornalísticos, comparados com os outros documentos, por exemplo com o Inquérito Policial. Como afirmou Thompson, ao analisar a sociedade inglesa do século XVIII: "As minorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos. (...) é tentador procurá-los nos arquivos criminais".¹¹.

Cabe aqui lembrar que não é possível considerarmos, em uma transposição direta da realidade dos trabalhadores ingleses setecentistas para os nossos trabalhadores do século XX, os cortadores de cana como habitantes das Fortalezas de Satanás, pois estaríamos reforçando a tese da Justiça e da grande imprensa que os tratou como "criminosos". Entretanto, há qualquer coisa de semelhante, muito embora os trabalhadores deste estudo não estivessem tão desarticulados como aqueles denominados por Thompson de "minorias sem linguagem articulada". Ao contrário, além de conferir um sentido político próprio às suas ações, eles estiveram perscrutando, o tempo todo, as articulações - ou a displicência - dos seus sindicatos, e muitos, também, estiveram

10. Utilizarei neste trabalho o termo "imprensa representativa de tendências de esquerda" quando se tratar de tablóides representantes de várias tendências políticas remanescentes dos partidos clandestinos e facções partidárias de tradição de esquerda, dizimadas pela repressão militar, que retornaram às atividades após 1979, procurando atuar em partidos políticos, especialmente no Partido dos Trabalhadores - PT - e no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Exemplos desses tablóides consultados: Voz da Unidade, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro - PCB; Tribuna da Luta Operária, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil - PC do B; A Esquerda, editado por alguns socialistas do PMDB e variantes do PCB.

11. THOMPSON, Edward P. Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade, v.I, 1987, p. 57.

envolvidos, de certa forma, desde 1979, com a Comissão Pastoral da Terra.

Alguns fatos pitorescos marcaram minhas peregrinações quando do mapeamento das fontes, entre os anos de 1988 e 1990. Encontrei um delegado de polícia, em Guariba, que, sem questionar, me deu acesso ao que ele denominou de "arquivo", onde pude encontrar o Inquérito Policial. Por outro lado, o Juiz de Direito da Comarca de Guariba quis me convencer de que no arquivo do Fórum local não havia qualquer registro de um possível processo-crime.

Entretanto, o delegado revelou-me que, a partir do inquérito, instaurou-se um Inquérito Policial Militar que transitava, na época, em instâncias militares, em Ribeirão Preto. Diante dessas informações desconhecidas, muito tempo seria preciso para que pudesse investigar o capítulo final desta história. Ou seja, se o Inquérito Policial, instaurado pela Delegacia de Polícia de Guariba, deu origem a um processo-crime. E, qual era o objetivo da Polícia Militar em criar uma investigação paralela ao da Secretaria da Segurança Pública. A documentação que consultei me revelou que não houve trabalhador condenado e, também, não foram indenizados aqueles que, registrados como "vítimas" no inquérito, se julgaram lesados por danos materiais pelos saques e depredações. Isto significa que o tal processo-crime e o Inquérito Policial Militar ou nunca existiram ou foram arquivados.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro tentei reconstituir, através de uma longa narração dos fatos, os três dias do movimento paredista. Destacam-se, nesse capítulo, as ações dos trabalhadores para obter as concessões dos proprietários das usinas e canaviais. Essas ações evoluem em uma seqüência estabelecida pelo tempo ou em conseqüência de algumas ações anteriores, por exemplo, aquelas planejadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região de Ribeirão Preto e

outras pensadas pelos trabalhadores. Os documentos utilizados para recontar e re-fazer os acontecimentos ficaram limitados, com raras exceções, às fontes jornalísticas. As informações que colhi nos jornais, porém, colocaram "a exigência de pronta verificabilidade"¹², como afirma Walter Benjamin em seu texto **O Narrador**, porque elas (as informações) se antepõem à arte de narrar o acontecido. Para obter as informações, trabalhei com vários jornais e revistas e deles retirei uma leitura de consenso. Ou seja, as informações que se repetiam em vários registros jornalísticos foram consideradas possíveis de terem acontecido.

No segundo capítulo busquei explicar o objeto em questão. Tentei mostrar, através de uma breve revisão da literatura sobre os trabalhadores temporários, como surgiram, quem eram, como viviam e de que maneira foram analisados por economistas, sociólogos, médicos e antropólogos, na década de 70. Caminhei, também, por outros campos da produção do conhecimento, como no campo literário e nas artes plásticas. Embora concebido de forma linear em relação ao tempo histórico, meu objetivo será entender quais eram as teses predominantes, ao longo década de 70, quanto a organização política dos trabalhadores temporários.

Considerados por alguns pesquisadores como sujeitos acomodados às situações de "miseráveis" e sem identidade social, em 1980 os cortadores de cana de Guariba surpreenderam até mesmo os mais ortodoxos estudiosos e intelectuais que se dedicaram ao tema na década de 70. O terceiro capítulo trata das questões relacionadas à essa identidade social. Uma tentativa de compreender como essa identidade apareceu forte e norteadora do movimento de maio de 1984 em Guariba. Estudar a natureza do protesto dos trabalhadores da cana de Guariba e a composição social dos revoltosos será o objetivo principal desse capítulo.

12. Para uma discussão sobre a relação do historiador com a arte de narrar, com a informação, a experiência e a memória ver BENJAMIN, Walter. *O Narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: José Lino GRUNNEWALD et al. (trad.). *Textos Escolhidos*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.57-74. (Os Pensadores).

Tendo como ponto de partida o inquérito policial, abordarei também a multiplicidade de causas que motivaram os trabalhadores a fazer uso da força para barganhar com os patrões melhores condições de vida e de trabalho. Em suma, neste capítulo trato de demonstrar que eles apareceram no cenário político brasileiro como sujeitos históricos, ao contrário do que pensaram alguns agentes sociais, contemporâneos do episódio estudado neste trabalho.

Primeiro Capítulo - «Dia Negro». A Luta*

"O que será que será
Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças, anda nas bocas
.....
Que estão falando alto pelos botecos
E gritam nos mercados
.....
Será que será"
(Chico Buarque de Holanda, 1976)**

1. 14 de maio, segunda-feira: à beira do "talhão"

Era o começo da safra. Na madrugada de 14 de maio de 1984, os cortadores de cana mais uma vez deixaram suas casas, nos bairros periféricos da pequena Guariba e, ordeiramente, dirigiram-se aos pontos de embarque dos "caminhões de turma"¹ que os levariam ao eito.²

1.O termo "Dia Negro" foi criado pelos trabalhadores para explicar qual o sentido do dia 15 de maio. Um dia marcado para dar início à revolta. REVOLTA de bóias-frias provoca destruição e sorte. Folha de S.Paulo, 16 maio 84, p.18.

**HOLANDA, Francisco Buarque de, "O Bue Será" (A Flor da Terra). In: Meus caros amigos; Chico Buarque. Rio de Janeiro:Phonogram, 1976.

1.Eram caminhões em mau estado de conservação, com bancos de tábuas na carroceria e cobertos com uma lona. Sentados ou de pé, chegavam a transportar entre 45 e 70 trabalhadores para as fazendas. Partiam de um ponto fixo, sempre localizado nos bairros periféricos da cidade e, também, recolhiam os cortadores de cana ao longo de seu trajeto, até os canaviais. O cidadão guaribense raramente assistia a essa movimentação, que se acontecia nas madrugadas. Quando ele despertava, a cidade estava calma e ordeira. Os caminhões eram denominados "caminhões de turma" porque os trabalhadores que transportavam eram chamados coletivamente de "turmas". O motorista, que às vezes era o proprietário do caminhão, conhecido como o "turmeiro", era também encarregado de recrutar e fiscalizar o trabalho no eito. Para uma discussão sobre esse tema ver MARTINEZ-ALIER, Verena, As Mulheres no caminhão de turma. In: PINSKY, Jaime (org.), Capital e trabalho no campo. São Paulo:Hucitec, 1979. p.69-100.

2.FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo dicionário aurélio da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1986. p.622. O verbete "eito" apresenta dois significados: "Limpeza de uma plantação por turmas que usam enxadas" e "Roça onde trabalhavam escravos. (...) negros do eito" (...), esse último, provavelmente para diferenciar os escravos que trabalhavam nas roças, daqueles que executavam outras tarefas nos engenhos ou fazendas. O uso do termo "eito", como termo corrente neste trabalho, está relacionado ao primeiro significado do verbete.

Vestiam duas ou três camisas sobrepostas para livrarem seus corpos do sol forte e da fuligem da cana queimada. A calça velha de brim com a meia sobre a barra era uma tentativa, muitas vezes vã, de proteger a perna de uma fatal escorregadela do podão. Homens, mulheres e crianças cobriam a cabeça com um lenço e um chapéu de palha, única proteção durante a extensa jornada de trabalho. As mulheres não ocultavam sua condição feminina: a saia e o avental usados sobre a calça comprida as distinguiam dos homens durante o trabalho sujo e duro, e a vida palpitava entre elas, apesar da morte sempre presente, no cuidado com que se enfeitavam e se protegiam para trabalhar.³ Os homens, as mulheres e as crianças carregavam uma sacola chamada "galo", contendo a marmitta e um galão de água. Também a enxada, o podão, a lima e o facão eram os instrumentos de trabalho que o trabalhador utilizava no trabalho.

Desse cenário construído através de muitas fotografias que vi e de muitas reportagens que li durante a pesquisa, me ocorre aqui a imagem de trabalhador que muito se diferencia dos trabalhadores de outros setores da economia brasileira. Seus corpos cobertos com tanta roupa, naquela hora da madrugada, deixavam visíveis apenas os rostos e os instrumentos de trabalho. Figuras estranhas que em circunstâncias favoráveis transformavam seus instrumentos de trabalho - o podão e a enxada - em armas eficientes para as ações diretas. Assim apareceram para os assustados cidadãos da pequena Guariba e para todo o país, através dos meios de comunicação, na manhã de 15 de maio de 1984. Voltemos agora para o dia 14 de maio.

As 7 horas da manhã, segunda-feira, os trabalhadores chegaram à beira do "talhão"⁴ da seção Limeira, na fazenda São

3. Sobre a questão das mulheres no trabalho do corte da cana, ver D'INCAO, Maria Conceição, "Se perder o sábado, perde o domingo". Folha de S. Paulo, 19 jan. 1986. Folhetim, p.8. Ver também CASTILHO, Inês; PINHEIRO, Reinaldo. As Bóias-Frias. Vento e fogo no canavial. Mulherio, 1984. p.11-4.

4. "Talhão" é uma área plantada com filas de cana separadas entre si pela distância de um metro e meio denominadas "ruas". Até 1983, os trabalhadores deveriam cortar cinco filas de cana de cada vez. Este processo de trabalho era denominado de corte de "5 ruas".

Bento, fornecedora da usina São Martinho, de Pradópolis. A jornada do dia mal começara quando o grito de um trabalhador assustou seus companheiros⁵: "Farem! chega de morrer de fome!. Nós só vamos voltar a trabalhar quando voltar as cinco 'ruas' e derem um salário melhor". Na safra de 1983, que iniciou no mês de maio e se prolongou até setembro, o processo de trabalho do corte da cana foi significativamente alterado com a implantação do corte de "7 ruas". Neste processo, "cada trabalhador apanhava a cana num eito de 7 linhas, amontoando-a em montes (sic) no meio da faixa de corte (nove metros), para facilitar a operação da carregadeira mecânica".⁶ Em 1982, o corte era realizado em "5 ruas" e a cana cortada era colocada em leira contínua na linha do meio. Com as "7 ruas" aumentou o esforço do trabalhador porque ele deveria caminhar sete fileiras de cana, e não mais cinco, para amontoá-las. O cortador despendia, então, maior esforço físico; além disso levava mais tempo para cortar uma certa quantidade de cana, diminuindo sua produção diária. Portanto, o salário real pago foi reduzido em média entre 20% e 25%, porque o salário semanal ou mensal do trabalhador era calculado de acordo com a quantidade de cana cortada na jornada diária.

Enquanto alguns trabalhadores resistiram, assustados com a ação inesperada do companheiro de turma, outros atenderam às ordens do líder e se reuniram num campo aberto de onde a cana já havia sido transportada. Um "feitor"⁷ tentou impedir a adesão do grupo reticente, mas um trabalhador, ameaçando seus próprios

5.O relato que faremos a seguir foi baseado no depoimento de um trabalhador anônimo recolhido e publicado pela COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Guariba e Bebedouro. A luta dos cortadores de cana e apanhadores de laranja de São Paulo. Jaboticabal, jul. 1984. p.9-11. Esta cartilha foi escrita e publicada em conjunto com a Equipe de Elaboração de Material Popular da Faculdade de Serviço Social de Lins e com o Boletim "A Voz do Povo". Nela encontrei a narração dos fatos mais importantes que aconteceram no dia 15 e nos dias seguintes. Esses fatos foram contados em uma linguagem simples e popular. Sem dúvida, os leitores-alvo da cartilha eram os trabalhadores da cana e da laranja, não somente de Guariba e região, mas também de todo o estado de São Paulo. A participação de uma faculdade católica da cidade de Lins demonstrou a extensão territorial do trabalho da CPT com os trabalhadores da cana.

6.BRAZIANO NETO, Francisco, A tempestade no mar de cana. *A Esquerda*, São Paulo, 24 maio a 6 jun. 1984, v.1, n.9, p.6.

7.Os trabalhadores eram subjugados a um "feitor" que fiscalizava o cumprimento das normas de trabalho de certo número de cortadores de cana. Era denominado também "fiscal de turma".

companheiros, gritou: "Nós vamos cortar de facão os que não aceitarem pará".■

O primeiro trabalhador a cruzar os braços, e mais três companheiros, percorreram o canavial para organizar a paralisação. Sabiam que em outros canaviais próximos muitos ainda cortavam cana. Eram dezessete turmas, no total de quatro mil trabalhadores. Enquanto isso, as mulheres arrancaram os aventais e com seus batons improvisaram uma faixa, escrevendo: "Queremos cinco 'ruas' e melhor salário". Quando todos estavam reunidos no campo aberto, o trabalhador que iniciara o movimento subiu ao capô de um caminhão e improvisou uma pequena assembléia. Ergueu a faixa confeccionada pelas mulheres e começou a explicar a razão de sua atitude. Um encarregado geral das turmas, chamado Zicão, ensaiou insólito discurso: "Gente, não faça isso pelo amor de Deus! Os patrões são bons, eles nos dão serviço. Tenham pena deles". Por certo que seu discurso foi recebido com uma forte vaia: a greve estava decretada e todos estavam unidos. Decidiram não retornar ao trabalho naquele dia, e, antes de voltar para casa no final do dia, uma cortadora de cana perguntou: "Quem vai me ajudá a pará, amanhã, todos os outros caminhões de turma?". Todos responderam que ajudariam.

Esta história, narrada por um trabalhador anônimo da usina São Martinho, uma dentre as trinta agroindústrias álcool-açucareiras da região de Ribeirão Preto, revela o início de um movimento paredista cujo desdobramento resultou em protesto popular de grandes proporções nos dias subseqüentes ao 15 de maio.

Na noite de 14 de maio de 1984, segunda-feira, alguns habitantes de Guariba, cidade de 25 mil habitantes, situada entre extensos canaviais na região açucareira do norte do estado de São Paulo, não acreditaram que os 10 mil trabalhadores da cana,

8.COMISSAO PASTORAL DA TERRA. Guariba e Bebedouro. A luta dos cortadores de cana e apanhadores de laranja de São Paulo, 1984, op. cit., p.9-11.

moradores da mesma cidade, entrariam em greve. O chefe do gabinete do prefeito da cidade, José Cristovão da Silva, declarou ao escrivão de polícia, dois meses após a revolta, "que se recorda de na tarde do dia 14 de maio de 1984 (...), ouviu rumores de greve, pois os Bóias Frias desta cidade pretendiam paralizarem (sic) o corte da cana, (...)".* Ele, assim "como todos os Guaribenses", pensaram que os trabalhadores "jamais chegariam a uma greve". Do relato do trabalhador anônimo, que apresentamos acima, é possível inferir que a greve foi organizada de um dia para o outro, de surpresa. Entretanto a documentação consultada nos mostrou que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região há dias vinham colocando em discussão a questão salarial. Os trabalhadores não desconheciam essas discussões, porém, como veremos ao longo deste trabalho, passaram a dar um sentido próprio para a luta por melhores condições de vida e trabalho, uma luta que passou ao largo das instituições sindicais.

Contudo, na noite do dia 14 de maio, a notícia da greve correu de boca em boca pela cidade: nos bares, nas casas e nas ruas dos bairros pobres da periferia da cidade, onde residiam os trabalhadores. O "dia negro" foi marcado para terça-feira¹⁰, diziam os fregueses do Bar do Baianinho, propriedade do vice-prefeito. Nesse mesmo dia, foi publicado em um jornal local, "A Comarca", um artigo de autoria do prefeito da cidade, Evandro Vitorino, comentou a situação de miséria dos trabalhadores da cana e, também, confirmou as altas taxas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP: "Não estou incentivando o povo a tomar uma atitude que é que se ouve falar constantemente, mas se alguma for tomada, terá meu apoio".

9.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Inquérito Policial. Danos, Incêndios, roubo, homicídio n. 98/74, 15 maio 1984. fls.38. O borracheiro Alcides Frigieri afirma, em seu depoimento, que "não se esperava um acontecimento de tal vulto".(fls 48).

10.O relato que farei a seguir foi baseado no INQUÉRITO POLICIAL, op.cit. Busquei também informações nas matérias publicadas pelos jornais da grande imprensa, especialmente nos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo. Nos documentos da Comissão Pastoral da Terra: folhetos, livretos, fotografias encontrados em um arquivo improvisado no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Também nas revistas Isto é, Senhor e Veja.

A população da cidade tomou conhecimento do artigo do prefeito. Se não todos os 10 mil, com certeza um número bastante significativo daqueles que formavam as dezessete turmas da usina São Martinho preparavam-se para o dia seguinte. Os piquetes fizeram parte do primeiro ato do movimento paredista dos trabalhadores da cana das usinas Santa Adélia e São Carlos, localizadas próximas de Jaboticabal, São Martinho, em Pradópolis, e Bonfim e Santa Luzia, em Guariba. Estas usinas formavam o quadrilátero da cana, na região de Ribeirão Preto, à poucos quilômetros de Guariba. Os guaribenses foram dormir desconfiados...

2. 15 de maio, terça-feira: questão social e polícia

As 5 horas da manhã do dia 15 de maio de 1984, enquanto alguns trabalhadores embarcaram nos "caminhões de turma" com destino ao eito, outros tantos se dirigiram às saídas da cidade, localizadas nos trevos da COHAB, da CECAP e, principalmente, no trevo da vila "João de Barro" - oficialmente denominada Jardim Monte Alegre, bairro habitado pelos trabalhadores (ver Figura 01, p.65). Nestes pontos estratégicos fizeram os primeiros piquetes. Os galhos de árvores impediram a passagem dos "caminhões de turma", ameaçados de serem tombados se insistissem em atravessar as barreiras. O podão foi a arma usada para intimidar e, às vezes, intimidar os mais reticentes. Poucos ousaram contrariar as ordens dos trabalhadores.

As 7h30 da manhã, no centro da cidade, aproximadamente dois mil grevistas iniciaram uma passeata contra as contas que a SABESP havia distribuído no dia anterior. Carregavam uma faixa onde se lia: "Nós não vamos pagar a SABESP".¹¹ Dirigiram-se,

11.É possível que a fotografia de uma passeata de trabalhadores carregando um bumbo e uma faixa contra a SABESP - "Nós não vamos pagar a SABESP" -, que encontrei no arquivo da Comissão Pastoral da Terra, localizado no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, retrate esse momento. Conforme os documentos que consultei, vários movimentos paredistas ocorridos antes e após maio 1984 tiveram como alvo da ação direta a SABESP. Um exemplo é

então, ao cruzamento da avenida Antonio Albino com a rua Sampaio Vidal, ao lado da praça "Cônego Celso Bastos", onde ficava a Igreja Matriz "São Mateus", "murmurando enquanto caminhavam, que iriam destruir a SABESP".¹² Exaltados, iniciaram a invasão e a depredação da sede administrativa da companhia. Entraram facilmente no prédio e iniciaram sua destruição. Jogaram na rua as máquinas de escrever, picaram e queimaram todos os documentos e avisos de cobrança que deveriam ser distribuídos aos 4.300 "contribuintes". Nada escapou, "até o dinheiro que estava no escritório da empresa", declarou Lourdes, trabalhadora da usina São Martinho, ao repórter do jornal paulista *O Estado de S. Paulo*. Com pedaços de paus, podões e enxadas, batiam contra portas, paredes e janelas do prédio, destruindo-o completamente. Por fim, atearam fogo em tudo. Do imóvel restaram intactas apenas duas paredes que sustentavam a estrutura de madeira do telhado. As imediações da avenida Antonio Albino transformaram-se em praça de guerra. Fogueiras queimaram os documentos da empresa. Aqui e ali, espalhados pelas ruas, pedaços de janelas, de tijolos, de tábuas... Escombros do quebra-quebra.

Os trabalhadores puderam agir livremente, pois os funcionários da companhia abandonaram o local assim que perceberam os objetivos dos manifestantes. O gerente da SABESP, Carlos Alberto Júlio da Rocha, vulgo "Carlinhos Tiago", correu à Delegacia de Polícia para denunciar a depredação. Aproveitou a ocasião para ali se esconder, pois temia que os manifestantes usassem contra ele a mesma violência e "pudesse lhe causar mal".¹³ Os trabalhadores estavam revoltados com o gerente da companhia, em decorrência de promessa não cumprida de retirar a SABESP da cidade. Essa promessa fora feita, pelo gerente Carlos Alberto, durante eleições para vereador, em 1982. Impotentes frente à massa humana, os policiais civis e militares da cidade

Mococa, na noite de 23 de abril de 1984, e outro exemplo é o de Itém, em 16 de maio de 1984, esta última localizada na região de Guariba.

12.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 34.

13.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 35.

também se recolheram à Delegacia de Polícia e solicitaram reforços da tropa de choque da polícia militar das cidades de Araraquara e Ribeirão Preto. Os policiais de Guariba acreditavam estar em número insuficiente para dar combate aos trabalhadores grevistas e, durante as primeiras horas, mantiveram-se distantes do cenário do saque e do quebra-quebra, aguardando a chegada dos soldados da tropa de choque da Polícia Militar vindos das cidades vizinhas.

A multidão seguiu em sua caminhada, agora com novas adesões de trabalhadores vindos de suas casas ou dos trevos onde aconteceram os piquetes. O alvo agora era a Estação de Tratamento de Água SABESP, localizada na rua Eugênio Bucchi, distante três quarteirões da Praça da Matriz, no centro da cidade, onde a multidão acabara de despredar o escritório da empresa. Tudo foi destruído na Estação de Tratamento. Quebraram os vitrês e os telhados da casa da bomba; avariaram o painel elétrico e a bomba dosadora de cloro, o que impediu o fornecimento de água para a cidade; destruíram uma caixa de eternit de 500 litros, que servia como depósito de cloro; arreventaram as paredes e o telhado do almoxarifado de peças, da cabine do poço artesiano e da cabine dos bombeiros. Na parede que faz divisa com a Prefeitura, destruíram duas janelas. Nesse momento, o chefe do gabinete do prefeito aproximou-se dos manifestantes para alertá-los sobre um reservatório de óleo diesel que existia naquele local. Sua recomendação foi mal recebida e "vendo-os enfrentá-los, procurou de forma amigável, colocá-los a par do perigo", no que foi atendido.¹⁴ Passaram, então, a retirar da garagem os veículos oficiais da empresa, arrastando-os para o meio da avenida Eugênio Bucchi. Um caminhão Mercedes Benz e uma camionete Chevrolet foram incendiados.

Ato contínuo, eles retornaram à praça Cónego Celso Bastos, da Igreja Matriz, passando pela rua Sampaio Vidal e pela

14.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 38-9.

avenida Antonio Albino, no cruzamento das quais, minutos antes, haviam atingido seu primeiro alvo.

Riscando os podões no asfalto, diziam: "Agora vamos para o supermercado do Cláudio". Crianças com pedras na mão, homens e mulheres com pedaços de paus e podões, sitiaram a praça e suas imediações. Eram 9h30 da manhã e os grevistas já haviam demonstrado o sentido de seu discurso: as casas azuis da SABESP - a sede administrativa e a Estação de Tratamento de Água - estavam destruídas. Os proprietários das casas comerciais fecharam as portas ao público e postaram-se de guarda às suas propriedades. Até esse momento, a força policial observou, à distância, a demolição dos prédios públicos. Em pânico, os cidadãos guaribenses assistiram à movimentação dos grevistas pelo centro da cidade e o medo aumentava proporcionalmente à força das manifestações dos trabalhadores da cana.

Na rua Feres Sadalla, em frente ao Estádio Municipal, localizava-se o supermercado "Santo Antonio Claret", propriedade de Cláudio Amorim, ex-agenciador de trabalhadores - o "gato"¹⁵ - para o corte da cana e presidente do diretório municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Neste momento, pela primeira vez, os trabalhadores se depararam com a força policial, tornando inevitável o confronto. No início da depredação, apenas seis policiais com três cães do 13o. Batalhão da Polícia Militar de Araraquara, além de três policiais militares de Guariba tentaram conter os revoltosos. Os policiais de Araraquara conseguiram entrar na cidade, atravessando os canaviais. O proprietário do supermercado, Cláudio Amorim, "que não era bem visto pela população da cidade e muitas pessoas dele têm rixa"¹⁶, protegido pelos policiais, postou-se à frente de um grupo de mais ou menos duzentos trabalhadores, enquanto outros

15. Era o agenciador entre a força de trabalho (cortador de cana) e proprietários (fazendeiros ou usineiros) no momento de realizar o contrato de trabalho, geralmente verbal. Popularamente conhecido como "gato", esse elemento foi duramente questionado durante a revolta.

16. SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem.*, fls 11 e fls 61.

tentavam arrombar uma das portas do estabelecimento, e disse: "Por que vocês não usam essa força para cortar cana?".¹⁷ Como resposta, os trabalhadores avançaram sobre Cláudio Amorim e, para protegê-lo, os policiais atiraram os cães sobre os trabalhadores. Com seu largo e afiado podão, um trabalhador degolou um dos cães e, nesse momento, a rua Feres Sadalla transformou-se em praça de guerra.

Os policiais investiram sobre um grupo de trabalhadores que iniciavam o arrombamento da porta do supermercado. No tumulto, um dos cães mordeu a perna de um policial. Os primeiros tiros foram disparados. Uma bala perdida atravessou a testa do trabalhador aposentado e antigo habitante da cidade Amaral Vaz Meloni, que assistia às escaramuças sentado nas escadarias do portão principal do Estádio Municipal "Domingos Baldán". "Mataram um peão". Foi o grito de guerra, pois quando perceberam esta morte, aumentou ainda mais a ira dos manifestantes que, sem hesitar, avançaram sobre a polícia. "Com as pedras e os pedaços de paus que pegavam dos escombros do escritório da SABESP", localizado a 60 metros dali, dois mil trabalhadores não se intimidaram diante da manifestação de força dos policiais e, apesar das bombas de gás lacrimogêneo e dos disparos de armas de fogo, enfrentaram os nove policiais e seus cães. O tenente José Guelchi de Aguiar recebeu um tiro no ombro e, diante disso, a polícia recuou, mas os trabalhadores não. Em seguida, eles marcharam sobre a casa comercial de Cláudio Amorim.

A força policial, impotente, recuou frente à massa humana que se aproximava. Armados com podões, picaretas e vigas de madeira, os grevistas puderam arrombar uma das portas do supermercado, dando início ao saque "porque os mantimentos estavam sendo vendidos a alto custo".¹⁸

17. GUARIBA, Barretos, Bebedouro, etc. A greve se alastra no estado, atinge estados vizinhos. E acorda muita gente! Realidade Rural. São Paulo, FETAESP, mar./jun. 1984, p.4.

18. SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 9.

Um grupo de trabalhadores composto de homens, mulheres e crianças ocupou o supermercado: quebrou as máquinas registradoras, os balcões da padaria e saqueou os produtos expostos nas prateleiras, jogando em direção da calçada os alimentos, os eletrodomésticos, as roupas, os calçados e outros produtos. Na calçada, um grupo recolhia o produto do saque e corria em direção aos bairros localizados na periferia da cidade, onde residia. No depósito de farinha de trigo, várias sacas foram inutilizadas e o cofre forte do estabelecimento foi arrombado; dele foi levada uma grande importância em dinheiro e em cheques. A porta de acesso à garagem do supermercado também foi arrombada. Os grevistas retiraram duas peruas kombi, que foram empurradas para a rua, tombadas e, em uma delas, atearam fogo.

A presença de um grupo de soldados não impediu as ações de protesto dos trabalhadores. Enquanto alguns trabalhadores saquearam e depredaram o supermercado, outros tantos tomaram de assalto, também, a residência do proprietário, localizada ao lado do supermercado. Furiosos, avançaram sobre ela, quebraram o vidro da porta principal e atearam fogo na cortina que guarnecia a porta. Do interior da casa, a família de Cláudio Amorim impediu a propagação do incêndio, mas não conseguiu evitar que dois vasos que enfeitavam a varanda central fossem destruídos. As portas laterais da sala e da cozinha foram "danificadas com quebras de vidro"¹⁹ e, antes da invasão da casa pelos grevistas, a família fugiu, pulando o muro dos fundos para abrigar-se na Casa Paroquial.

Por mais de uma hora, os grevistas ocuparam a rua Feres Sadalla e imediações, contracenando com os soldados do batalhão de choque da Polícia Militar de Araraquara um espetáculo de inédito horror para os incautos observadores. Eram aproximadamente duzentos soldados convocados para uma operação de

19. Retirei este relato do laudo no. 392-84, produzido pela polícia técnica de Araraquara. Esse documento faz parte do Inquérito Policial com o seguinte título: Natureza de Perícia: Constatação de Danos, 15 maio 1984. *ibidem.*, s/n.

guerra, os quais haviam se juntado aos outros nove policiais, sob o comando do Major Fábio. Armados com revólveres, metralhadoras, cassetetes, protegidos com escudos e capacetes, ocuparam a praça da Igreja Matriz e, diante do supermercado, deu-se mais um trágico enfrentamento entre policiais e trabalhadores. Muitos tiros atingiram trabalhadores. Feridos, o sangue escorrendo pelo corpo, mesmo assim os trabalhadores avançavam sobre os policiais e, como se não fosse nada, continuavam seus atos de protesto. Dos choques com a polícia resultaram muitos feridos. Entre os trabalhadores estavam os mais graves: Izilda Bezerra, 20 anos, recebeu um tiro no abdômen; Oswaldo José Maria, 25 anos, foi baleado na cabeça; Nazaré Carvalho de Souza, 33 anos, atingida por uma bala no peito. Alguns policiais não escaparam também das pedradas, do facão afiado e de alguma bala perdida. Um policial recebeu um golpe de podão e outro foi mordido pelo próprio cão da Polícia Militar ao tentar desviar-se de uma pedrada. Aproximadamente 30 pessoas foram feridas, sendo 19 à bala. Muito mais trabalhadores do que soldados... "No hospital regional de Guariba foram atendidos 20 baleados e outros 9 foram encaminhados para hospitais de Ribeirão Preto".²⁰

Acuados pela polícia, os trabalhadores abandonaram o local, partindo em desabalada carreira pelas ruas e avenidas em direção às suas casas, localizadas no Jardim Monte Alegre e no Bairro Alto. Constituída por uma topografia de terreno plano e com ruas e avenidas muito largas, a paisagem urbanística de Guariba facilitou a perseguição da polícia sobre os trabalhadores. Para safarem-se dessa perseguição, os trabalhadores abandonaram, pelo caminho, o produto do saque, ao mesmo tempo em que procuraram refúgio na casa de amigos e desconhecidos. Mas, antes mesmo de conseguirem se esconder, vários foram presos, conduzidos à Delegacia de Polícia e indiciados por furto. Outros tantos puderam chegar às suas casas, mas não tiveram melhor sorte. A Polícia Militar não hesitou.

20. REVOLTA de bóias-frias provoca destruição e morte. Folha de S. Paulo, 16 maio 1984, p.18.

Invadiu as residências, delas arrancando os trabalhadores que, sob golpes de cassetetes, ameaçados pelas metralhadoras dos policiais, também foram presos e indiciados por furto. Dessa vez, a força policial venceu os trabalhadores grevistas.

Os atos de protesto dos trabalhadores não ficaram circunscritos ao centro da cidade. Ao longo do dia 15, terça-feira, amudaram-se os atritos entre policiais e quase 10 mil grevistas em vários pontos da cidade. Nas principais vias de acesso - trevos da COHAB, da CECAP e da vila João de Barro - e, também, nos canaviais e nas portas das usinas, os piquetes ainda aconteciam, pois o movimento paredista ganhara novas adesões de trabalhadores que retornavam do trabalho. Fortalecidos com o aumento de trabalhadores em greve, não se intimidavam com a manifestação de força das autoridades, e os choques entre os policiais e grevistas foram inevitáveis. De um lado, os cortadores de cana enfrentaram a força policial com os seus instrumentos de trabalho - o podão, a enxada - e, de outro lado, a polícia militar os intimidava com suas metralhadoras e golpes de cassetetes, ensaiando conter e dominar o movimento dos trabalhadores.

A repressão à greve tomou conta da cidade, com a movimentação de soldados e de veículos militares por todas as ruas e por todas as estradas em torno de Guariba, comandada pelo coronel Lincoln Porfírio da Silva. As ruas e as casas do Bairro Alto e do Jardim Monte Alegre, bairros habitados por mais de dois mil cortadores de cana, foram patrulhadas pelos soldados da polícia militar fortemente armados. Apesar desse cenário de guerra, os soldados obtiveram apenas vitórias momentâneas sobre o movimento grevista. Somente ao anoitecer os cidadãos guaribenses puderam se livrar dos tumultos e dos piquetes, mas não conseguiram escapar da tensão gerada por esse estado de guerra. A cidade, mesmo sitiada pela Polícia Militar, permanecia ameaçada por novos atos de protesto dos trabalhadores.

Guariba ficou paralisada, sem água e sem luz. As casas comerciais e bancárias cerraram as portas logo no início do movimento dos trabalhadores. As escolas dispensaram os alunos.²¹ Os veículos, nem mesmo os da tropa de choque da Polícia Militar, tinham dificuldades para entrar ou sair da cidade, impedidos tanto pelos piquetes dos trabalhadores como pelas barreiras da Polícia Militar localizadas nas vias de acesso à cidade.

Desde o início da manhã, os trabalhadores de Guariba não estiveram sozinhos no movimento paredista. Na manhã do dia 15, a greve também irrompeu entre os apanhadores de laranja de Bebedouro, cidade localizada em um dos maiores centros produtores de laranja, distante apenas 30 quilômetros de Guariba. Também ali, nada ocorreu por acaso. A primeira manifestação aconteceu na semana anterior aos conflitos do dia 15, quando mil e quinhentos trabalhadores partiram da praça da matriz em passeata pela cidade, exibindo cartazes onde reivindicavam CR\$ 200,00 pela caixa de laranja colhida.²² Essa reivindicação era antiga. Em fevereiro, vários sindicatos do Grupo 5 da Regional de Araraquara definiram estratégias de consulta junto aos trabalhadores da cana e da laranja,

"com o objetivo de elaborar pautas de reivindicações dos dois grupos e negociar com os empresários os novos preços da safra atual, melhores condições de trabalho, fim das 'sete ruas' na cana".²³

De fevereiro a maio, várias assembléias de trabalhadores aconteceram na região e, enquanto as negociações esbarravam na intransigência dos patrões, entre os trabalhadores

21. As 13 horas do dia 15, a polícia lavrou um auto de apreensão de uma embalagem vazia de formicida, marca "Dinagro", encontrada ao lado do reservatório de água da SABESP, que "(...) segundo moradores e vizinhos foi jogada no interior do reservatório que abastece a cidade (...)". A paralisação de todas as atividades da companhia foi uma atitude de prevenção. 1984, *ibidem.*, fls.5/n.

22. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1984, *op. cit.*, p.5.

23. GUARIBA, Barretos, Bebedouro, etc. A greve se alastra no estado, atinge estados vizinhos. E acorda muita gente! *op. cit.*, 1984, p.4.

da laranja e da cana crescia a insatisfação com as condições de vida e de trabalho. A safra de 1984 iniciou-se na segunda semana de maio, mesmo sem definição sobre o valor do salário. No sábado, dia 12, em Bebedouro, outro protesto preparou a manifestação da semana seguinte. Mais de quinhentos trabalhadores destruíram os caminhões dos empreiteiros, que estavam estacionados em frente às casas dos seus proprietários. Os trabalhadores estavam armados de paus, pedras e facões e, dessa forma, ensaiaram a greve do dia 15.²⁴

Logo pela manhã, cinco mil apanhadores de laranja ocuparam-se na organização dos piquetes. Percorreram várias casas nos bairros Jardim Cláudia e Alvorada para tentar adesões dos trabalhadores. Na Rodovia da Laranja eles paralisaram os ônibus e os caminhões da Coopercitros Industrial Frutesp - FRUTESP.²⁵ Por volta das 12 horas alguns incidentes fizeram as primeiras vítimas. Os trabalhadores atiraram pedras em dois caminhões, em quatro carros e em um ônibus, todos pertencentes à FRUTESP, os quais conduziam trabalhadores para a colheita da laranja, nos pomares da empresa. Por certo, resistiram às ordens dos piqueteiros e forçaram a passagem. Uma trabalhadora foi ferida na cabeça e os irmãos Márcia, de 11 anos, José, 10 anos, e Telma, de 9 anos - talvez, pequenos trabalhadores dos laranjais -, foram atropeladas por um volkswagem que se desgovernou porque seu motorista foi atingido por uma pedra. As crianças foram internados com fraturas nas pernas e nos braços. A polícia local passou a escoltar os ônibus que conduziam trabalhadores para as fazendas, mas pediu reforços ao 13o. Batalhão da Polícia Militar de Araraquara. Os cinco mil trabalhadores da laranja envolveram-

24.EM BARRETO, greve e piquete também termina em violência. Folha de S.Paulo, 16 maio 1984, p.19.

25.Em 1984, a Coopercitros Industrial Frutesp atuava no setor da produção e exportação de suco de laranja. Era proprietária de plantações de laranja na região. Atualmente, constitui um conglomerado de empresas - Companhia de Indústrias Brasileiras Frutesp S.A. - que atua em setores diversos da economia, como no setor de grãos (soja, cacau, etc.) e, também, na produção de suco de laranja, comercializando esses produtos no mercado interno e externo.

se, no restante do dia, em escaramuças com os duzentos soldados vindos de Araraquara.²⁶

Ao mesmo tempo, na periferia de Guariba, ainda aconteciam escaramuças entre os grevistas e os soldados da Polícia Militar. Uma Comissão de Greve, composta apressadamente no final do dia, tentava iniciar negociação com a classe patronal sobre as duas exigências que, até aquele momento, apresentavam os trabalhadores da cana: retorno ao sistema de corte de "5 ruas" e aumento salarial. No final da tarde, na tentativa de encontrar uma solução para o conflito entre os trabalhadores e os usineiros, o Secretário das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Almir Pazzianotto Pinto, deslocou-se para a região. Horas depois, ele conseguiu o primeiro recuo. Os usineiros decidiram atender às duas exigências, que eram o retorno do sistema de corte da cana de "5 ruas" e aumento salarial. O terror provocado pelo discurso da ação dos trabalhadores e o temor do recrudescimento das agitações fizeram com que os usineiros cedessem às primeiras reivindicações. A noite, os trabalhadores comemoraram a primeira vitória, mas os usineiros permaneceram reticentes em relação a outras 14 reivindicações arroladas pela Comissão de Greve.²⁷

Desde de 1983, os cortadores de cana e os apanhadores de laranja vinham discutindo, com intensidade e frequência, as miseráveis condições de vida e de trabalho. Essas discussões aconteciam nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, na Comissão Pastoral da Terra - CPT -, em uma Comissão de Trabalho da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo e na imprensa escrita e falada de Ribeirão Preto e região. Essas entidades sindicais e extra-sindicais constituíam espaços importantes para buscar sensibilizar as autoridades e a sociedade civil sobre a gravidade da questão.

26. TENER critica trabalhadores e garante que ordem será mantida. Folha de S. Paulo, 16 maio 1984, p.19.

27. O AMARGO nó da cana. Os bóias-frias rebelam-se em São paulo e pela primeira vez levam os usineiros à mesa de negociação. Isto É, São Paulo, 23 jun. 1984, p.18.

A partir de julho de 1983, a imprensa regional intensificou a publicação de artigos sobre os problemas das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da cana. Os artigos, publicados pelos jornais de Ribeirão Preto, Barrinha e outros, freqüentemente traziam um caráter de denúncia sobre a questão. Em 15 de julho de 1983, o **Diário de Notícias**, um dos mais antigos matutinos de Ribeirão Preto, publicou um artigo com o seguinte título: "Os cortadores de cana trabalham mais e ganham o mesmo". As denúncias contidas nesse artigo motivou a Secretaria do Trabalho a realizar uma pesquisa sobre as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana. As investigações se concentraram nas questões sobre as condições de habitação dos trabalhadores, sobre as ferramentas de trabalho, sobre o transporte e sistema de pagamento.

Em 22 de julho, no mesmo jornal, a pretexto de noticiar comemorações do dia do Trabalhador Rural e do dia do Agricultor, com destaques para a chegada dos primeiros imigrantes europeus na região, o artigo "Região discute domingo oito de 7 ruas na cana" revelou as entidades sindicais e extra-sindicais que estavam envolvidas no debate sobre o sistema de "7 ruas". Estas entidades eram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão de Trabalho da Assembléia Legislativa. Em 27 de setembro 1983, o **Diário de Notícias** publicou um artigo com o seguinte título: "Sindicalistas denunciam situação dos bóias-frias". Em 15 de outubro, no mesmo jornal, encontrei o artigo "Sindicato discute hoje situação de bóias-frias". E, no **Jornal de Barrinha**, em 31 de março de 1984, em interessante artigo, "Trabalhadores chegam para a safra", o articulista relata as preocupações das autoridades da região em "arrumar as casas dos pobres", preparando as cidades para o início da safra de 1984. Velhos casarões e hotéis deveriam passar por rigorosa fiscalização da Prefeitura antes de hospedarem os trabalhadores que chegariam de Minas Gerais e do Paraná. O artigo também relata um fato novo nas relações de trabalho: o registro em Carteira de

Trabalho de todos os trabalhadores da cana e da laranja. O autor do artigo conta que visitou um "barracão", situado nos arredores da cidade de Barrinha, onde se alojavam cortadores de cana vindos de Minas Gerais e do Paraná, ressaltando as péssimas condições de higiene do local. O artigo também revela os responsáveis pelo controle e fiscalização das condições dos trabalhadores na região que eram as prefeituras locais, os sindicatos e os órgãos do governo estadual.

A partir dessas articulações, surgiram as 14 reivindicações que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região tentavam negociar com os patrões, pelo menos noventa dias antes da revolta de 15 de maio. No transcurso da greve, que eclodiu após os fatos do dia 15, o jornal **Voz da Unidade**, de São Paulo, editado pelo Partido Comunista Brasileiro, publicou as principais reivindicações dos trabalhadores da cana e da laranja, apresentadas aos patrões pela Comissão de Greve na tarde do dia 15. Como condição para levantar o movimento, eles exigiam:

1. Que seja abandonado o sistema de sete ruas, voltando-se ao anterior, de 5 ruas.
2. Produção medida por metro linear, e não por peso, como o é atualmente.
3. Que seja fornecido a cada trabalhador, diariamente, um recibo da produção, contendo a quantidade produzida e o valor, em dinheiro, ganho na jornada.
4. Ferramentas de trabalho fornecidas gratuitamente pelo patrão.
5. Equipamentos de proteção individual fornecidos gratuitamente pelo patrão.
6. Tabela de preços para o metro de cana colhida e reajuste para a caixa da laranja.
7. Domingos e feriados pagos de acordo com a média da semana trabalhada.
8. O tempo gasto com transporte será considerado como hora-extra e pago em dobro, calculando-se a hora média da semana trabalhada.
9. Os trabalhadores serão todos registrados.
10. No caso de acidente, haverá pagamento normal do salário, na média diária da semana trabalhada.
11. No caso de doença, haverá pagamento normal do salário, na média diária da semana trabalhada.
12. No dia em que não houver trabalho por motivo de chuva ou outros

fatores alheios à vontade do trabalhador, o empregador pagará salários integrais, com base na média diária da semana trabalhada. 13.O empregador ficará obrigado a manter nos locais de trabalho caixas de medicamentos de primeiros socorros, para atendimento dos trabalhadores. 14.Ficará garantida aos trabalhadores para as safras da cana-de-açúcar e da laranja, estabilidade por um ano".²⁸

Entre as 14 reivindicações, velhas conhecidas dos usineiros, os pontos capitais eram o controle da produção, o aumento do salário, garantias dos direitos trabalhistas e equipamentos de trabalho. Mas, na manhã do dia 15, os trabalhadores da cana e da laranja mudaram o esquema de negociação entre os sindicatos e os patrões e o movimento seguiu sua própria lógica. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro, José Nunes do Nascimento, desacreditado nas suas bases, explicou a razão dessa lógica:

"Os trabalhadores já estão cansados de esperar pela decisão dos patrões e por isso decidiram por si só, sem a participação da entidade sindical, paralisarem suas atividades e estão dispostos até a partirem para atitudes mais violentas se as reivindicações não forem atendidas".²⁹

A terça-feira, dia 15 de maio, foi marcada pela ação direta. Os boletins de ocorrência policial, registrados pela Delegacia de Polícia de Guariba, nos contam sobre várias ações dos trabalhadores contra diferentes alvos. Um carro da TELESP foi apedrejado quando trafegava por um dos trevos da cidade e sua sede também deveria ter sido "quebrada" durante os tumultos do

28.EXPLODE Guariba. As reivindicações dos bóias-frias de Guariba. Voz da Unidade, São Paulo, 19 maio 1984, p.11.

29.EM GREVE, apanhadores de laranja depredam veículos. O Diário de Notícias, Ribeirão Preto, 16 maio 1984, p.8.

centro da cidade, na manhã do dia 15 de maio.³⁰ Os carros da Polícia Militar de Araraquara, da polícia rodoviária e da televisão de Ribeirão Preto foram apedrejados. Ao retornar do trabalho nos canaviais, um fiscal de turma foi agredido e o carro em que estava quase foi tombado em um dos trevos bloqueados pelos piqueteiros. Uma viatura da Polícia Militar foi incendiada por uma pequena multidão de trabalhadores, concentrados às margens das rodovias.

Assim agiram os trabalhadores no primeiro dia de greve contra aqueles que simbolizavam e eram seus opressores, ou contra aqueles que representavam o poder que os explorava e os oprimia. Após tantos meses de espera pelas negociações, através dos sindicatos, aos trabalhadores da cana e da laranja restou uma única alternativa no dramático dia 15 de maio de 1984: a ação direta. Ao anoitecer do dia 15, se alguns cidadãos guaribenses puderam dormir um pouco aquietados, o mesmo não aconteceu com os proprietários dos canaviais e com os usineiros, pois o movimento paredista evoluiu para um inusitado ato de protesto: os incêndios nos canaviais.

Diante da intransigência dos patrões para atender imediatamente a todas as reivindicações, os cortadores de cana ameaçaram incendiar os canaviais. Por volta das 20 horas, o prefeito de Guariba recebeu a informação, boatos talvez, de incêndio em um dos canaviais da usina São Carlos, a poucos quilômetros de Guariba e do local em que proprietários e seus asseclas se reuniram, pela primeira vez, para analisar os acontecimentos do dia. Teria sido obra dos grevistas. Sem alternativa, pediu auxílio divino, exclamando: "Deus nos ajude!".³¹ Esses boatos arrancaram os usineiros do torpor diante dos acontecimentos. Na mesma noite, comunicaram ao secretário do

30.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem.*, fls 163. Neste depoimento o proprietário do supermercado saqueado afirma que ouviu comentários, na manhã do dia 15, de que os trabalhadores pretendiam depredar a SABESP, todos os supermercados da cidade, a TELESP e a sede da Prefeitura Municipal.

31.CASTILHO, Inês e PINHEIRO, Reinaldo, *op. cit.*, p.12.

Trabalho a decisão de reabrir os canais de negociação com a Comissão de Greve no dia seguinte.

Mais boatos surgiram pela cidade no começo da noite do dia 15. Os onze supermercados e as duzentas lojas seriam saqueadas e depredadas se os usineiros não atendessem às 14 reivindicações. Na Igreja "São Mateus", localizada na praça central de cidade, o pároco local celebrava a rotineira missa das 19 horas, quando um carro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou pelas ruas centrais, convocando para o dia seguinte, 16 de maio, às 7h30', no Estádio Municipal "Domingos Baldán", uma assembléia dos trabalhadores para discutir os rumos do movimento.³²

3. 16 de maio, quarta-feira: repartir terras?

O amanhecer da quarta-feira revelou o clima tenso que ainda pairava no cotidiano dos cidadãos guaribenses. As casas comerciais permaneceram com suas portas fechadas, havia perspectiva de faltar alimentos, principalmente nas casas dos trabalhadores. Os piquetes aconteceram por todos os cantos da cidade, ainda fortemente patrulhada pela milícia. Nesse ambiente de tensão e medo, foi realizada a primeira assembléia no Estádio Municipal "Domingos Baldán" - o Guaribinha -, local em que o metalúrgico aposentado Amaral Vaz Meloni morreu baleado na véspera. Havia mais de três mil trabalhadores no estádio, muitos sindicalistas e lideranças de partidos políticos:

"Além dos líderes sindicais da região, estiveram presentes os deputados Eduardo Jorge, Anísio Batista e José Cicotte do PT, os sindicalistas Osvaldo Bargas da CUT de São Bernardo do Campo e Jorge Coelho, do Sindicato dos Químicos de São Paulo, além de

32.REVOLTA de Bóias-frias provoca destruição e morte. Folha de S.Paulo, 16 maio 1984, p.18.

representantes dos trabalhadores na agricultura do Estado de São Paulo".³³

Muitos oradores fizeram discursos inflamados durante a assembleia. O advogado da FETAESP, Leopoldo Paulino, apelou para a organização do movimento, tentando direcionar o movimento paredista para

"conquistar as terras e as usinas para os trabalhadores, que é seu direito. Mas hoje interessa nos mantermos organizados em torno dos propósitos desta greve".³⁴

Logo pela manhã, os sindicalistas e os diretores da FETAESP chegaram à cidade para participar da assembleia, com o objetivo de trabalhar para que o movimento prosseguisse forte e de forma "organizada". Paralisar 100 mil trabalhadores da cana e da laranja era a meta dos sindicalistas. Durante a assembleia, foi lida a pauta de reivindicação de 19 pontos sistematizados pelos sindicatos rurais da região muitos dias antes da revolta. A primeira exigência - retorno ao sistema de corte da cana de "5 ruas" - tinha sido atendida pelos patrões no final da noite do dia 15, após os saques e depredações. Entretanto os trabalhadores da cana exigiam o atendimento imediato dos 14 pontos e condicionaram a suspensão da greve à aceitação, por parte dos usineiros, das seguintes exigências:

"um recibo de produção para saberem no final do dia quanta cana cortaram e quanto dinheiro querem receber; aumento no preço do corte de cana; horas extras no período de transporte de suas casas até o trabalho; equipamentos (facões, lima, luvas, macacões e protetores das pernas) gratuitos, além de assistência médica paga pela empresa; pagamento dos dias parados por causa de qualquer doença".³⁵

33. GREVE pode parar 300 mil trabalhadores. Folha da Tarde, 17 maio 1984, p.7.

34. E A GREVE continuará. O Estado de S. Paulo, 17 maio 1984, p.14.

35. GREVE pode parar 300 mil trabalhadores. *op. cit.*

As exigências arroladas no documento revelou a percepção dos trabalhadores sobre suas condições de vida e trabalho no corte da cana. Para organizar os trabalhadores e intermediar as negociações, foi eleito um Comando de Greve, formado por 15 trabalhadores representantes de "turma", o qual apresentou aos usineiros, no mesmo dia, um protocolo de 20 cláusulas reivindicatórias, "tendo a classe patronal solicitado um prazo de cinco dias para uma resposta".³⁶ Portanto, somente no dia 21 de maio sentariam à mesa de negociações com o Comando de Greve.

Hélio Neves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, militante do Partido Comunista do Brasil, foi o condutor da assembléia. Em discurso inflamado contra a classe patronal, afirmou que não confiava "em patrão nenhum". Sob os aplausos de três mil trabalhadores, o líder sindical propôs "continuar a luta até destruímos os usineiros e repartirmos as terras deles entre vocês".³⁷ Em seguida, discutiu os aspectos das cláusulas reivindicatórias e encaminhou a votação pela continuidade da greve. Todos os trabalhadores levantaram as mãos pela continuidade do movimento paredista até a vitória. Decidiram também estendê-lo às outras cidades da região. Contudo, ao descer do palanque, Hélio Neves mostrou-se cético quanto ao destino do movimento: "Ninguém sabe onde isso vai dar".³⁸ Alertado sobre a "desorganização" dos trabalhadores e o perigo de ocorrerem mais tumultos pela cidade, o sindicalista respondeu com o prosaico "Seja o que Deus quiser!".³⁹

Para a madrugada do dia 16, os trabalhadores da cana organizaram piquetes nas usinas situadas ao redor da cidade, com o objetivo de paralisá-las totalmente. As 8 horas, houve outra

36.A GREVE de Guariba valeu. Tribuna da Luta Operária, São Paulo, 18 a 24 de jun. 1984, s/p.

37.OS CANAVIAIS da ira. Veja, São Paulo, n.820, p.24, maio 1984.

38.OS CANAVIAIS da ira, *ibidem.*, p.24.

39.GREVE pode parar 300 mil trabalhadores. *op. cit.* Ver também SINDICALISTAS querem levar 100 mil trabalhadores à greve. Folha de S.Paulo, 17 maio 1984, p.20.

assembléia no estádio municipal. A solidariedade entre os trabalhadores e a crise entre o capital e o trabalho se configuraram. Ou o movimento sofreria um refluxo, com a perspectiva de rendição dos patrões às exigências dos grevistas, ou poderia se complicar.⁴⁰

A fome começou a rondar as casas dos trabalhadores. Os armazéns e supermercados da cidade permaneceram fechados e a previsão do padre José Domingos Braghetto se concretizou: caso não abrissem imediatamente os armazéns e supermercados da cidade, o "caso tende a se alastrar, pois tem muita gente que não tem mais o que comer".⁴¹ Os trabalhadores resistiram e se organizaram, apesar da situação de miséria. Piquetes, confrontos entre a força policial e os grevistas, aconteceram durante todo o dia 16.

O abastecimento de água para a cidade, suspenso no dia anterior, foi restabelecido somente no final da tarde. O presidente da SABESP, em São Paulo, Gastão Bierrenbach, confirmou que os reservatórios de água, que abasteciam a cidade de Guariba tinham sido envenenados, durante as depredações do dia anterior, com formicida e produtos químicos.⁴² Na documentação analisada não encontramos referência sobre as investigações do fato. Entretanto, os periódicos da grande imprensa e alguns jornais regionais noticiaram que a SABESP analisou a água dos reservatórios e comprovou o envenenamento da água que abastecia a população da cidade. Contudo, é difícil imaginar que os trabalhadores tivessem envenenado a água que eles próprios e sua

40. GREVISTAS de Guariba incendiam canalial. Folha da Tarde, São Paulo, 17 maio 1984, p.7.

41. GOVERNADOR chama ao Palácio o prefeito. O Diário, Ribeirão Preto, 17 maio 1984, p.16. O padre José Domingos Braghetto foi o coordenador da Comissão Pastoral da Terra, regional de São Paulo, em Ribeirão Preto, entre os anos de 1979 e 1987. Em 1989, entrevistei-o. Nessa época ele estava distante da região, "recolhido" por sua diocese e atuando em outras atividades junto a uma agência ecumênica de notícias, também ligada à CNBB. O termo "recolhido" foi usado por ele durante a nossa entrevista. Isso significa que quando um padre se envolve com o movimento de trabalhadores e passa, por esta razão, a ser ameaçado de morte pelos patrões, a Igreja Católica o retira da região. No terceiro capítulo abordarei algumas questões relativas à atuação da CPT na região canavieira de Ribeirão Preto.

42. SABESP confirma: a água foi envenenada. Folha da Tarde, São Paulo, 17 maio 1984, p.22.

família deveriam beber. Ficamos com a hipótese de uma tentativa, por parte da grande imprensa, de desqualificar o movimento dos trabalhadores, colocando a opinião pública local e nacional contra os trabalhadores. Fatos desse tipo são recorrentes na história do movimento operário. Retornemos à nossa narração dos acontecimentos do dia 16.

O prefeito de Guariba, Evandro Vitorino, foi chamado ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado de São Paulo, que também viveu momentos de expectativa e tensão durante todo o dia. A audiência aconteceu na tarde do dia 17. Apontado como "instigador" da revolta, juntamente com seu vice, João Evangelista, o prefeito compareceu à audiência e segredou ao governador, André Franco Montoro, sua esperança pelo retorno dos grevistas ao trabalho, ainda naquele dia, pois a cidade não agüentaria a situação por muito tempo. Mas a tensão e o medo ainda dominaram as ruas e os lares dos cidadãos guaribenses.

Ao meio dia, no pequeno cemitério da cidade, rodeado por uma plantação de cana, apenas familiares acompanharam a cerimônia fúnebre para o sepultamento do trabalhador aposentado Amaral Vaz Meloni, morto com um tiro na cabeça durante os saques e depredações do dia 15.

Enquanto acontecia a cerimônia, o coronel Bonifácio Gonçalves, comandante da Polícia Militar do Interior, desmentia as denúncias feitas por testemunhas, intensamente divulgadas pela imprensa regional e nacional, de que policiais militares, atuantes na repressão à revolta do dia 15, fizeram vários disparos contra os trabalhadores. Sua preocupação, naquele momento, era convencer os jornalistas da inocência dos policiais militares pela morte de um trabalhador. "O comandante admitiu, porém, a ocorrência de vários disparos, nunca um tiroteio, que se caracteriza pelo confronto de duas partes".⁴³ O coronel

43.COMANDANTE da PM reafirma que tropa não atirou. Folha de S.Paulo, 17 maio 1984, p.20.

Lincoln Porfírio da Silva, chefe das tropas militares de repressão ao movimento e comandante do policiamento militar Interior 3, com sede em Ribeirão Preto, foi encarregado de instaurar o Inquérito Policial Militar para apurar os fatos. Mas o delegado de polícia de Guariba, logo no dia seguinte à morte do trabalhador, divulgou suas primeiras intuições sobre o caso, oferecendo dados empíricos para inocentar a Polícia Militar. Ao revelar que a bala deflagrada que matou Amaral Vaz Meloni não era do mesmo calibre que as balas das armas utilizadas pelas forças policiais nos "vários tiros" disparados durante confronto do dia 15, o delegado deu os dados que os comandantes da polícia militar do estado de São Paulo necessitavam para construir esse velho argumento, historicamente usado pelas autoridades policiais quando há vítimas entre os trabalhadores após confrontos com a polícia.⁴⁴ O delegado de polícia de Guariba também instaurou inquérito policial para analisar os fatos. As autoridades representantes da Justiça trataram, logo no dia seguinte à revolta, de instaurar um inquérito policial, entretanto já adiantaram a isenção da polícia na morte do trabalhador e insinuavam que o tiro partiu da multidão de trabalhadores.

Por outro lado, a versão dos trabalhadores para o confronto com a polícia era outra. José, trabalhador da usina São Carlos, quando inquirido pelas autoridades policiais afirmou que viu os policiais atirando. E contou como foi: "estava próximo do local onde os policiais fizeram os disparos de arma de fogo (...) não sabe se para amendontrar ou para acertar".⁴⁵ Juarez, trabalhador da fazenda Conserva, estava entre os manifestantes e recebeu um tiro na perna esquerda quando se encontrara um quarteirão do supermercado saqueado. Não chegou a ver quem

44. Há inúmeros registros na história do movimento da classe operária no Brasil, na Europa e nos EUA sobre essa questão. Registramos, como exemplo, apenas uma entre inúmeras passagens iguais a essa. Na greve de 1917, em São Paulo, para explicar à população a morte de um operário durante confrontos com a força policial, este afirmou que o calibre da bala que matou o operário não era o mesmo que aquele usado pelas forças policiais. LOPREATO, Cristina Roquete, *As Jornadas de julho - São Paulo 1917*. In: BRESCIANI, Maria Stella, (org.). Jogos da política. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/ Fapesp, s.d., p.209.

45. SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 11.

disparou o tiro que o feriu. Mas percebeu um policial desconhecido dele se escondendo atrás de uma árvore.⁴⁶ Muito interessante o depoimento de Antônio, cortador de cana da usina São Carlos. Ele nos conta que viu dois policiais desconhecidos se esconderem atrás da mureta da igreja e, após carregarem seus revólveres, voltarem para o local onde os trabalhadores tentavam adentrar no supermercado e "que em determinado momento, o declarante que estava escondido atrás de uma outra mureta, apareceu e notou que (...) os dois policiais apontavam-lhe o revólver (sic)".⁴⁷ Quando Antônio procurava se proteger, foi atingido por um disparo de arma de fogo que lhe feriu o pé.

Confrontadas as duas versões sobre de que lado teria vindo o tiro que matou Amaral Meloni, o que se conclui, de fato, é que os policiais atiraram nos trabalhadores. Na documentação analisada, não há evidência de que o disparo que matou o trabalhador aposentado tenha partido de uma das armas dos policiais ou de que ela tenha sido disparada por um dos sublevados. Conforme os relatos de trabalhadores acima citados, poderemos apenas ter como certo que os policiais dispararam suas armas contra a multidão agitada em torno do supermercado.

Em Guariba cresceu a adesão dos trabalhadores ao movimento paredista. Quase 10 mil cortadores de cana não retornaram ao trabalho na madrugada do dia 16, terça-feira, e muitas das 26 usinas de açúcar e álcool, situadas na região de Ribeirão Preto, pararam a produção por falta de cana-de-açúcar para moer. Outras usinas ainda resistiram, conseguindo manter seus trabalhadores no eito e nas máquinas de produção do açúcar e do álcool. Contudo, a solidariedade aflorou entre os trabalhadores, a crise se configurou e o movimento paredista ganhou novas adesões.

46.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 170.

47.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984. *ibidem*, fls 44.

A multidão voltou a ocupar o espaço público, no dia 16, e a força policial, com duzentos homens, patrulhou ostensivamente as ruas da cidade, principalmente os bairros dos trabalhadores, com forte aparato bélico e auxiliada por cães da Polícia Militar. Entretanto, a presença da tropa nas ruas não impediu a ação dos grevistas e muitos veículos foram depredados. O confronto foi inevitável. As escaramuças entre policiais e grevistas amiudaram-se ao longo do dia, nos trevos e nas ruas dos bairros.

Os trevos que davam acesso às cidades próximas estavam bloqueados por tropas militares fortemente armadas. O comandante das tropas estacionadas na cidade, Lincoln Porfírio da Silva, acertou em sua estratégia militar, pois os trabalhadores enfrentariam a força policial a fim de executarem uma das estratégias combinada na assembléia daquela manhã de quarta-feira: organizar o movimento em todas as cidades da região.

No trevo principal, ocorreu o confronto mais violento entre uma multidão de 1.500 trabalhadores, composta de homens, mulheres e crianças, com as tropas da Polícia Militar. Uma barreira humana foi dispersada com bombas de gás lacrimogêneo pelas tropas.

Por volta das 15 horas, um grupo de manifestantes forçou os motoristas de cinco "caminhões de turma" a levá-los às cidades vizinhas. Somente um conseguiu passar pelo bloqueio da Polícia Militar instalado nas proximidades da ponte sobre o rio Mogi-Guaçu, estrada que levava a Pradópolis, onde estava localizada a usina São Martinho. "Os que voltaram queriam fechar as estradas que dão acesso à cidade. Montaram alguns piquetes que foram dissolvidos com bombas de gás lacrimogêneo".⁴⁸ No final da tarde, um pequeno contingente de cem trabalhadores grevistas, armado de facões e picaretas, tentou atravessar a barreira policial em dois caminhões com destino à porta da usina São

48. CONTINUA em Guariba a greve dos cortadores de cana. A Cidade, Ribeirão Preto, 17 maio 1984, s/p.

Martinho para ali realizar um piquete. Cinquenta policiais agiram e desarmaram os trabalhadores, impedindo-os de prosseguir viagem. (ver Figura 33, p. 85) Dali, após meia hora, os grevistas retornaram à cidade e organizaram um "piquetão" no Jardim Monte Alegre, onde residia um grande contingente de cortadores de cana. Com seus longos cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, os policiais militares dispersaram os trabalhadores, que "correram pelas ruas dos bairros, mas revidaram com pedras e muitos deles foram buscar seus facões de cortar cana".⁴⁹ A tropa retirou-se do local, despachada a pedradas. O Bairro do Alto, habitado por cerca de dois mil trabalhadores, também foi palco da manifestação da força policial. Por volta das 16 horas, um forte esquema policial foi acionado para dissolver os piquetes organizados. Os policiais percorreram as ruas do bairro, espalhando o pânico entre as famílias dos trabalhadores. As crianças, armadas de estilingue, atiraram pedras nos policiais, que revidaram atirando bombas de gás lacrimogêneo nas ruas e nas casas dos trabalhadores. Esta denúncia do padre José Domingos Braghetto a um jornal regional retrata bem a violência policial ao movimento:

"O padre José Domingos Braghetto, denunciou que foi 'espancado' pela tropa de choque da PM: 'Eles chegaram armados até os dentes, como se tivessem pela frente uma multidão de bandidos. Na verdade, eles estavam enfrentando homens, mulheres e crianças que estão traumatizados com toda esta violência. Fui chutado e me atingiram com cacetetes, além de ser ofendido moralmente'".⁵⁰

As forças policiais guarneceram também as portas das usinas para impedir "a violação ao direito de propriedade" dos usineiros. Os piquetes nas portas das usinas constituíram mais uma estratégia da luta dos trabalhadores para fortalecer o movimento contra a lentidão das negociações com os usineiros. "Na frente da Usina Santa Adélia os piquetes de trabalhadores foram

49. GREVISTAS de Guariba incendiam canavial. Folha da Tarde, São Paulo, 17 maio 1984, p.7.

50. GUARIBA, Bebedouro, Barrinha e Barreto sitiadas pela polícia. O Diário, Ribeirão Preto, 17 maio 1984, p.16.

dissolvidos por dois pelotões de choque da FM, que fez uso de cassetetes, mas também não usou armas de fogo".⁵¹ Diante das inúmeras escaramuças entre as tropas da Polícia Militar e os grevistas, que tentavam levar o movimento para as outras cidades, os oficiais militares, que patrulhavam a cidade, acreditavam que o quadro se tornaria ainda mais grave nas próximas horas. A noite, rumores garantiram que os grevistas tentariam furar as barreiras policiais para atingir as cidades vizinhas e organizar o movimento rumo a uma greve geral na região: "à noite eles (os policiais) estão mais cansados e, como não são corujas, vai ser fácil", afirmou um trabalhador que organizou os piquetes.⁵²

A força da manifestação dos cortadores de cana de Guariba levou os fabricantes de açúcar e álcool do estado de São Paulo, reunidos em Sertãozinho, a supor que na manhã do dia 17 o movimento atingiria as 26 usinas da microrregião de Ribeirão Preto e as fazendas isoladas, e que o processo de paralisação das máquinas nas usinas já havia começado. Em dois ou três dias, tudo estaria parado. Os industriais estavam cobertos de razão e houve o recrudescimento das agitações. No dia 16, os diretores das usinas, diante da onda de terror que se espalhou na região, fizeram um apelo às autoridades "para encontrarem um meio de não se colocar 'mais lenha na fogueira'".⁵³ Os patrões estavam assustados com a inusitada lógica dos trabalhadores para forçar as negociações sobre todos os pontos da pauta.

"Com os fornecedores a discussão estava mais fácil, mas os Usineiros não pareciam muito dispostos a negociar. Somente após os trabalhadores tendo posto fogo nos canaviais e ameaçado (sic) invadir as usinas é que os usineiros resolveram entrar em negociação".⁵⁴

51. GUARIBA, Bebedouro, Barrinha e Barreto sitiadas pela polícia, op. cit., p.16.

52. GUARIBA, Bebedouro, Barrinha e Barreto sitiadas pela polícia, op.cit., p.16.

53. USINEIROS temem o colapso total. O Estado de S.Paulo, 17 maio 1984, p.15.

54. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Guariba e Bebedouro. A luta dos Cortadores de Cana e Apanhadores de Laranja de São Paulo. Jaboticabal, 1984.

E assim aconteceu. Atearam fogo em diversos canaviais em torno de Guariba. "Na noite de 16, em uma fazenda próxima de Guariba, houve um princípio de incêndio num canavial, e grupos de trabalhadores foram convencidos pela polícia a não invadirem duas usinas da região".⁵⁵ Por volta das 20 horas, os trabalhadores da cana atearam fogo em três "talhões" do canavial da fazenda São Carlos, distante apenas vinte quilômetros do local onde se reuniram os usineiros e fornecedores para analisar as conseqüências da greve e a ameaça de uma paralisação geral nas horas seguintes. Os trabalhadores pretendiam incendiar outros canaviais e, por isso, entraram em atritos com a Polícia Militar.⁵⁶ Apesar da violência da força policial, que tentou impedir a ação incendiária, "talhões" de cana e uma viatura foram alvos da ira dos trabalhadores que arderam em chamas. Houve muitos feridos.⁵⁷

Durante os três dias em que patrões e trabalhadores estiveram reunidos, ora em Sertãozinho, ora em Jaboticabal, para examinar e negociar as reivindicações, "talhões" de cana arderam aqui e ali. Era uma mensagem ameaçadora que, decodificada, revelava como poderiam agir os grevistas se os usineiros não atendessem a todas as exigências. Até aquele momento, conformaram-se em atender a uma das exigências principais: retorno ao sistema de corte de "5 ruas". A prática incendiária dos trabalhadores revelou-se eficaz. Na mesma noite, derrotados pelos grevistas, alguns usineiros procuraram o secretário estadual do Trabalho, Almyr Pazzianotto, com a decisão de iniciar imediatamente as negociações dos outros pontos de pauta. As 21h30, formalizaram ao Sindicato do Trabalhadores Rurais de Jaboticabal e de Guariba uma proposta de conciliação.

55.(BÓIAS-FRIAS) Explode a revolta. Voz da Unidade, São Paulo, 19 maio 1984, p.11.

56.TENSÃO continua e pode faltar comida na cidade. Folha de S.Paulo, 17 maio 1984, p.20.

57.(TERROR em Guariba) Bóias-frias incendiam canavial e PM reage. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, 17 maio 1984, ano 56, no. 16.048, p?.

"Eles entraram em contato com o secretário Estadual do Trabalho, Almyr Pazzianotto e propuseram-se a reajustar, substancialmente, os valores pagos aos cortadores de cana, numa tentativa de restabelecer o equilíbrio e a paz nas cidades atingidas pela violência".⁵⁸

Antes de prosseguir com esta narração, farei um breve intervalo para abordar a atuação do governo do estado de São Paulo no conflito de Guariba. Através dos jornais representativos da grande imprensa foi possível recuperar a versão do governo para a revolta.

O secretário das Relações do Trabalho, Almir Pazzianotto, se deslocou para a região no mesmo dia dos protestos. Mediador nos primeiros momentos das negociações entre usineiros e trabalhadores e um dos condutores na assembléia do dia 16, declarou à imprensa no início da noite do mesmo dia, que:

"A situação é crítica pela total falta de lideranças locais. Os cortadores de cana (...) formaram uma manada sem cabeça e sem rumos. Qualquer palavra de ordem será acatada. Basta surgir um louco que queira ver o circo pegar fogo".⁵⁹

Preocupado em mediar um conflito no qual as lideranças sindicais não tinham o controle dos trabalhadores, a presença do governo estadual no movimento traz algumas considerções. Por um lado, concordavam com as reivindicações dos trabalhadores, admitiam serem justas e que deveriam ser atendidas. De outra forma, o medo de uma desordem social obrigou o governo recém-empossado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a interferir no movimento, salvaguardando a propriedade privada.

Esta aparente contradição entre defender os trabalhadores e ao mesmo tempo qualificar o movimento como "uma

58.USINEIROS tentam conciliação com os trabalhadores. O Diário, Ribeirão Preto, p.1, 17 maio 1984.

59.PAZZIANOTTO prevê que a solução será demorada. Folha de S.Paulo, 17 maio 1984, p.21.

manada sem cabeça" revelou um jogo de poder conflitante entre o governo estadual, considerado de oposição, e o governo federal, em um momento político bastante refratário marcado pela passagem do governo militar para o civil. O ano de 1984 foi um ponto de transição para uma nova ordem política, após 20 anos de governo militar e de forte repressão ao movimento operário.

A ação do governo pemedebista não se limitou à mediação entre capital e trabalho. Como demonstrei nas páginas anteriores, a violência da Polícia Militar do estado de São Paulo contra os trabalhadores da cana foi a forma encontrada pelas autoridades estaduais para preservar a propriedade privada. Na época dos conflitos foi cunhada a expressão "cassetete democrático", via pela qual o governo pemedebista tentou conter o movimento grevista de maio de 1984 em Guariba e região.

Ainda seguindo seu intento de assegurar a ordem social, acusou a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores de incitadores do movimento paredista ⁶⁰. Diante dessas declarações resta, então, indagarmos: que papel desempenhou o governo do estado de São Paulo neste conflito? Foram realmente simpáticos aos trabalhadores? Ou transformaram o movimento em manifestação política das classes superiores. Parece que o que parecia ser uma mediação contraditória se revelou em duas faces da mesma moeda. De um lado, considerou a justeza do movimento, de outro, o qualificou com a imagem de uma multidão irracional para justificar a intervenção das forças policiais, garantindo assim a propriedade dos usineiros. Um jogo do poder político!

Voltemos à nossa história. Ondas de incêndios e terror rural, com sacrifício de animais em pequenas propriedades, irromperam em torno da cidade de Guariba. Ao longo do mês de maio, três supermercados foram saqueados na cidade de Guariba.⁶¹

60. SECRETARIO acusa o PT e a Igreja. O Globo, Rio de Janeiro, 17 maio 1984, p.20.

61. SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 29, 30 e 31. Boletim de Ocorrência Policial.

Se, por um lado, a solidariedade dos apanhadores de laranja de Bebedouro aos grevistas de Guariba tornara-se ainda mais forte, por outro, intensificara-se o palco de guerra, protagonizado pela tropa de choque da Polícia Militar do estado de São Paulo. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro, João Nunes do Nascimento, desde o dia 15 havia perdido o controle de suas bases, quando os 15 mil trabalhadores iniciaram o movimento paredista na cidade, reivindicando aumento do preço pago pela caixa de laranja colhida de Cr\$ 90.000,00 para Cr\$ 200.000,00. O prefeito da cidade, Sérgio Sessa Stamato, também diretor da FRUTESP, acusou o presidente do sindicato de ter insuflado os trabalhadores da laranja à greve. Uma reunião, promovida pelo prefeito, entre o secretário do Trabalho, Almyr Pazzianotto, e o presidente do sindicato, na tarde do dia 16, não resultou em decisão conciliatória. Indignado, João Nunes do Nascimento afirmou:

É uma palhaçada o que o prefeito está fazendo com o Sindicato. Ele está colocando a gente em má situação, não sei por que (sic). O nosso movimento reivindicatório vem de mais de noventa dias. Por isso agora, diante do impasse verificado os trabalhadores resolveram manifestar-se publicamente, sendo reprimidos com muita violência".⁶²

O comando da Polícia Militar, sediado em Ribeirão Preto, também procurou apoio junto às demais forças repressivas da região para o combate aos grevistas. Em intervalos de 30 minutos, informava ao Comando Geral da Polícia Militar, em São Paulo, sobre a situação tensa na cidade, a perspectiva de um agravamento dos conflitos e, também, sobre a presença de "agentes infiltrados no movimento", que estariam insuflando os trabalhadores. Ao amanhecer, a cidade estava sitiada por mais de 300 homens dos batalhões de choque da Polícia Militar de Araraquara e de Ribeirão Preto. O caminhão da Prefeitura

62.EM BEBEDOURO o sindicato perde o controle e os piquetes agem. Folha da Tarde, 17 maio 1984, p.7.

Municipal de Bebedouro estacionou em frente das Casas Pernambucanas e dele desceram algumas dezenas de soldados, armados de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e com os tradicionais escudos à prova de balas. Espalhava-se um boato de que os trabalhadores desceriam ao centro da cidade com o intuito de saquear o comércio. O saque não se concretizou.

Durante todo o dia, aconteceram confrontos entre as forças policiais e os grevistas por todos os cantos da cidade. A violência policial, os manifestantes responderam, também, com violência, apedrejando viaturas da Polícia Militar e "caminhões de turma", que tentaram conduzir aos pomares trabalhadores ainda reticentes em aderir à manifestação. Logo pela manhã, o caminhão da "Citro Felisberto" foi danificado pelos grevistas. Os manifestantes armaram estrategicamente a maioria dos piquetes em torno dos pontos de embarque de "caminhões de turma" nos bairros Jardim Cláudia e Jardim Aeroporto, principais redutos dos grevistas, com dois objetivos. Proibir a circulação de veículos carregados de laranja e coibir o embarque de apanhadores de laranja para o trabalho. Nesses locais, a situação era incontrolável. A tarde, o comandante das tropas militares estacionadas em Bebedouro, major Fábio, pediu reforço à Polícia Militar de Campinas. As tropas se concentraram no bairro Jardim Cláudia. A repressão militar à greve estava caracterizada no cerco das forças militares à cidade e pelas ruas fortemente patrulhada por soldados armados de longos cassetetes de madeira e bombas de gás lacrimogêneo. Uma demonstração da força militar, inédito aos olhos do cidadão bebedourense. Entretanto, esta força policial não impediu a ação dos grevistas.

Após a reunião frustrada daquela tarde, o secretário do Trabalho, na tentativa de encontrar uma solução para o conflito, convocou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Nunes do Nascimento, para outro encontro com os industriais da laranja em São Paulo, no dia seguinte. E para lá seguiu o

desconsolado sindicalista. Nessa negociação, estava em pauta a única exigência que até o momento os grevistas apresentavam para levantar o movimento: aumento da caixa de laranja colhida de Cr\$ 60.000,00 para Cr\$ 200.000,00. Contudo, antes de embarcar, o sindicalista declarou:

"Se eu não voltar de lá com uma resposta positiva não me responsabilizo com o que possa acontecer em Bebedouro. Têm mais de 10 mil colhedores de laranja só nesta cidade. Eles têm trabalho para apenas cinco meses por ano. Mesmo assim, saem de casa às 4 da manhã e voltam depois das dez da noite. Tem chefe de família que não ganha nem o salário mínimo. Se não houver solução, o povo vai botar para quebrar porque está passando fome".⁶³

Os grevistas haviam dado prazo para o atendimento da reivindicação até as 13 horas do dia 16. Bem distante do palco em que as estratégias de luta dos trabalhadores contra o capital estavam acontecendo, os patrões saíram de cena, delegando às autoridades policiais o papel de proteger seu patrimônio e frear um movimento de trabalhadores que saíram às ruas para reivindicar condições dignas de trabalho. E por essa razão conseguiram resistir à repressão policial. Enquanto muitos piquetes aconteceram nos bairros Jardim Cláudia e Jardim Aeroporto, os manifestantes ameaçaram invadir e depredar as indústrias de suco, que já estavam paralisadas mas fortemente guarnecidas pelas forças policiais.

Ao longo do dia, a força militar do estado de São Paulo pôs em prática medidas arbitrárias a fim de cumprir seu papel de escudar a classe patronal contra o conflito de classe. A invasão dos domicílios dos trabalhadores dos bairros Jardim Cláudia e Jardim Aeroporto, reduto dos grevistas e dos piquetes, sob alegação de conter o movimento de "desordeiros e arruaceiros" que

⁶³. BOMBAS e espancamento na greve em Bebedouro. Folha de S. Paulo, 17 maio 1984, p.21.

pertubavam a "ordem e tranqüilidade", foi a mais violenta arbitrariedade praticada pelas tropas da Polícia Militar na repressão ao movimento.

Iniciaram a ação repressiva dispersando homens, mulheres e crianças, que transitavam pelas ruas dos bairros, com cacetadas e bombas de gás lacrimogêneo arremessadas nos quintais das residências e acuando seus moradores para o interior das casas. A moradora da casa no. 115 da Rua Dois, Dona Maria, enviou seu filho para comprar remédios na farmácia com os documentos do pai como um salvo conduto para atravessar a barreira policial. "Mas, assim que o garoto de quinze anos saiu de casa, levou um golpe de cassetete nas costas e outro em sua bicicleta".⁶⁴ Depois de horas de terror, a ação policial deu uma pequena trégua aos trabalhadores. As 15 horas voltaram à carga e, dessa vez, invadiram as casas dos trabalhadores, espancando mulheres e crianças. A trabalhadora Solange, de 15 anos, contou como foi a invasão.

"A gente estava num grupo na porta, quando a polícia chegou dando pauladas de todo lado. Eu corri pra dentro de casa e fui me esconder de baixo da cama. Mas um soldado foi me tirar de lá para me dar umas cacetadas."⁶⁵

Ana, também vítima dessas ações, demonstrando conhecer seus direitos de cidadã, duvidou da lei de invasão domiciliar. "Que lei que tem pra deixar a polícia bater na gente dentro de casa".⁶⁶ Ana e seus cinco filhos trabalhavam como apanhadores de laranja.

Os oficiais que comandaram a repressão no Jardim Cláudia I e no Aeroporto, intimidados com a presença na cidade de muitos jornalistas da região, da capital do estado e do exterior,

64.A LEI do mais forte. *Impacto*, Bebedouro, 24 maio 1984, p.5.

65.A LEI do mais forte, 24 maio 1984, op. cit.

66.BOMBAS e espancamentos na greve em Bebedouro, *ibidem.*, p.21.

apressaram-se em minimizar os confrontos entre a polícia e os moradores do bairro. O tenente Antônio, no comando dessa ação, afirmou "que houve escaramuças, mas nada de grave. Alegou que foi obrigado a usar a força para dispersar grupos de grevistas que lançavam paus e pedras contra a polícia".⁶⁷ Com a mesma preocupação, o tenente Militão, relações-públicas da Polícia Militar na área, reconheceu também que os piquetes foram dissolvidos com repressão, mas "sem excessos". Acuados, mas não derrotados, vivendo em "estado de sítio", onde os direitos individuais dos cidadãos estavam suspensos, os homens que tiveram suas casas violadas, suas mulheres e filhos espancados, não se intimidaram diante da violência da força policial. O dia terminou com aproximadamente 10 mil trabalhadores da laranja em greve, e mais de mil enfrentaram trezentos policiais durante todo o dia.⁶⁸

Esse "estado de sítio" foi continuamente registrado por equipes de jornalistas dos principais órgãos de comunicação do país que, a partir do dia 15, se deslocaram para a região. Correspondentes de jornais europeus no Brasil também fizeram matérias sobre a revolta que foram publicadas na Europa.⁶⁹ Durante toda a semana, os jornais publicaram matérias contando o desenrolar dos fatos, dando especial atenção às manifestações de força da Polícia Militar. Os jornalistas, impressionados com a violência das tropas, denunciaram as dificuldades de trabalhar frente à hostilidade e às ameaças dos soldados, como foi o caso do jornalista Joel Sian, de um jornal da região, que teve um revólver apontado por um miliciano quando registrava em fotos um conflito entre grevistas e policiais.

67. BOMBAS e espancamentos na greve em Bebedouro, *ibidem.*, p.21.

68. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTUDOS SINDICAIS (CEFES). Guariba, o povo do campo se levanta. Campinas, s.d., p.27 (Caderno 5).

69. Durante minhas pesquisas em Ribeirão Preto, em 1990, obtive esta informação do Dr. David Aydar, médico e atuante no diretório regional do Partido dos Trabalhadores, que participou da luta dos trabalhadores da cana da região. Porém, ele não conseguiu localizar em seu arquivo nenhum exemplar de jornais europeus onde foram publicadas as notícias sobre a greve em Guariba.

Em repúdio à manifestação de força da Polícia Militar e prestando solidariedade aos trabalhadores, a Comissão dos Direitos Humanos da 12a. Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil, com sede em Ribeirão Preto, distribuiu à imprensa uma carta reveladora das condições de vida e de trabalho da multidão, composta de homens, mulheres e crianças que durante dois dias ocupavam o espaço público das cidadezinhas da maior região canavieira do estado. O documento tem a seguinte introdução:

"Nenhuma opressão é maior do que a opressão da fome. Nenhuma opressão é maior do que a do trabalho escravo, transportado, como gado, por estradas sem esperança. Nenhuma opressão é maior do que a moradia, onde não se vive, mas se sobrevive. Nenhuma opressão é maior do que a que resulta da concentração nacional das terras, em mãos de tão poucos. Nenhuma opressão é maior do que a que faz o homem pobre sentir, no mundo atual das comunicações, - que o horizonte de sua vida, presente e futura, para si e para seus filhos, não mudará de cor, nem de rumo".⁷⁰

A imprensa regional e as emissoras de rádio fizeram circular, na semana da revolta, essa carta de apoio ao movimento paredista, que avançou fortalecido pelas mensagens de apoio, denúncia e solidariedade de vários agentes sociais.

4. Como um rastilho de pólvora

O propósito de levar à greve geral toda região foi uma das estratégias de luta aprovada na Assembléia do dia 15, em Guariba. Assim fizeram. Os centros de irradiação do movimento estavam localizados em Guariba e em Bebedouro. Se durante o dia poucos caminhões de grevistas conseguiram escapar das barreiras policiais que circundavam as cidades, à noite estas se encontraram muito mais vulneráveis, pois os soldados foram rendidos pelo "General Cansaço", após um dia de muita luta contra

70. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Secção de São Paulo. 12a. Subsecção. Ribeirão Preto. Carta, *supra*.

o "inimigo". Assim, os grevistas conseguiram estender o movimento para as cidades vizinhas.

O movimento paredista, iniciado em Guariba e Bebedouro, ganhou a solidariedade dos trabalhadores em todas as cidades localizadas no mais importante centro de produção açucareira do estado de São Paulo, na época considerada área de segurança nacional pela importância do álcool etílico para a economia brasileira. A tensão predominava e cada cidade representava "um barril de pólvora", prestes a explodir. Diante da conjuntura adversa, um número considerável da força policial militar do estado de São Paulo se deslocou para a região, pois os usineiros e os industriais da laranja ainda viviam sob o espectro do aforismo dos governantes do início do século, para quem "a questão social é um caso de polícia". De um lado crescia a solidariedade entre os grevistas, de outro as tropas se agitavam para conter o movimento.

O movimento paredista prosseguiu forte e organizado. A greve irrompeu em Icém no dia 16 à noite, cidadezinha situada a poucos quilômetros de Guariba.⁷¹ Quinhentos trabalhadores depredaram a estação de tratamento de água, a caixa d'água e o setor de captação. Ameaçaram invadir a casa da prefeita, Dirce Ribeiro, que prometera romper o contrato com a SABESP, mas foram logrados pela polícia. Em Pirangi, os trabalhadores destruíram o Engenho Bertoni, na fazenda Capivara, e cortaram os fios telefônicos, interrompendo a comunicação da cidade com a região.

Os cidadãos de Monte Alto comemoraram os 103 anos de emancipação política do município, durante o dia, sob tensão e medo. A noite preferiram se recolher aos seus lares. Os saques e depredações começaram logo cedo, com a destruição de uma Kombi e

71. O relato que faço a seguir foi baseado nas seguintes fontes jornalísticas: artigos publicados no dia 17 de maio de 1984 nos jornais Folha de S. Paulo e Folha da Tarde, da capital paulista; Diário de Notícias e O Diário, de Ribeirão Preto; O Imparcial, de Monte Alto; e nos jornais de esquerda: Voz da Unidade e Tribuna da Luta Operária.

da residência do "gato", Waldemar Quiles. Um grupo de 50 trabalhadores, composto de homens, mulheres e crianças, invadiu as ruas das cidades. Armados de porretes e pedras, quebraram todos os vidros da casa azul da SABESP e do Monte Alto Clube. Em seguida, arrombaram o Mercado Municipal e pisotearam os produtos hortifrutigranjeiros. Os soldados da Polícia Militar dispersaram os manifestantes a golpes de cassetete. Muitos trabalhadores saíram feridos desse confronto. O prefeito da cidade, Fernando Freire de Andrade, atribuiu os tumultos à "infiltração de elementos vermelhos" no movimento. No dia 17, dois mil trabalhadores aderiram ao movimento paredista da região. Nesse mesmo dia, as adesões de Matão e Dobrada aumentaram a chance de uma greve geral na região.

Os grevistas agiram em solidariedade e as estratégias constitutivas da luta por condições de vida e trabalho mais dignas repetiram-se em Barretos. Oitocentos trabalhadores conseguiram impedir a saída dos "caminhões de turma" para a colheita nos pomares. Os piquetes foram bem-sucedidos naquela madrugada do dia 16. No bairro Bom Jesus, tentaram organizar um desfile de "caminhões de turma", carregados de trabalhadores, com o intuito de demonstrar aos cidadãos barretanos as condições do transporte aos pomares de laranja. Entretanto, a estratégia foi lograda pelos motoristas que se negaram a tal provocação.

Um forte aparato policial impediu o saque a um supermercado e a depredação de uma empresa encarregada de intermediar mão-de-obra para os industriais de laranja. A manifestação prosseguiu com uma assembléia dos apanhadores da laranja e a decisão da continuidade do movimento no dia seguinte. Em Barrinha, distante poucos quilômetros de Guariba, ocorreram piquetes e escaramuças com a polícia. Os trabalhadores de Taquaritinga, solidários aos de Guariba e Rebedouro, aderiram ao movimento na madrugada do dia 18, com piquetes e passeatas pela

cidade, programadas a partir das 8 horas da manhã.⁷² Hélio Neves, presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, afirmava: "Os trabalhadores rurais não fogem do pau, e se a polícia continuar com essa atuação, e as reivindicações não forem atendidas, há risco para o patrimônio das usinas".⁷³

A greve irrompida em Guariba, na manhã do dia 15, repercutiu entre os trabalhadores da cana da região noroeste de São Paulo e nos principais centros de produção de açúcar e álcool do país, ao longo dos meses de maio e junho.

No mesmo dia do movimento paredista em Guariba e Bebedouro, eclodiu a greve de outros agrupamentos de trabalhadores submetidos às condições de vida subhumanas no estado de Goiás.

"No sudeste de Goiás, em Santa Helena, o sistema de 7 ruas implantado levou à greve 4 mil trabalhadores no dia 14 de maio, reivindicando também um reajuste de 134% - recebem atualmente entre CR\$ 1.000,00 e CR\$ 1.500,00 por tonelada cortada".⁷⁴

As lideranças sindicais previam a extensão do movimento para os municípios de Rio Verde, Maurilândia, Acriúna, Itaporanga e Jandaia. Além de manifestarem solidariedade aos grevistas de Guariba, presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais paranaenses se reuniram no dia 16, em Sabaúdia, e resolveram advertir o governo do estado sobre o clima de insatisfação entre os trabalhadores da região. "20 sindicatos de trabalhadores rurais do Paraná divulgaram nota ao governador, José Richa, alertando para a desesperante situação". Também os sindicalistas paranaenses afirmaram: "Nos próximos dias poderão eclodir manifestações em Porecatu, Bandeirantes, Astorga e Rolândia".⁷⁵

72. Ação policial na greve. *O Diário*, Ribeirão Preto, 18 maio 1984, p.5.

73. EXPLODE a revolta. *Voz da Unidade*, São Paulo, 19 maio 1984, p.11.

74. EXPLODE a revolta, 1984, *ibidem*, p.11.

75. EXPLODE a revolta, 1984, *ibidem*, p.11.

Em Cascavel, situada no oeste paranaense, um líder dos trabalhadores rurais confessou aos representantes do INCRA e do governo estadual:

"Já não temos muita coisa a perder e estamos dispostos a conquistar as terras de que precisamos com nossas próprias forças, porque estamos cansados de passar fome e ver nossos filhos crescerem sem esperança de uma vida melhor".⁷⁶

A tensão tomou conta do norte e oeste do Paraná. Na região noroeste de São Paulo, durante o mês de junho, ameaças de saques e as práticas incendiárias foram constitutivas das estratégias dos trabalhadores para forçar as negociações com os usineiros e proprietários de canaviais. Na usina Cerradinho, de Catanduva, 120 cortadores de cana foram despedidos, acusados de atear fogo em quarenta alqueires de cana.⁷⁷ Em Avanhandava o canavial pertencente a um fornecedor da usina Equipav também foi "alvo" da estratégia dos cortadores. Os motivos eram:

"Em protesto pela falta de informações sobre o acordo entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lins e a destilaria Equipav cerca de quatrocentos bóias-frias incendiaram um canavial, ontem de manhã, em Avanhandava (...), queimando aproximadamente 20 toneladas de cana. Além disso, todos se recusaram a trabalhar (...)"⁷⁸

Guariba explodiu e, como um rastilho de pólvora, as agitações se espalharam por várias regiões canavieiras do interior do estado e por outras regiões do Brasil, exigindo dos usineiros e dos proprietários de canaviais o atendimento às mesmas cláusulas reivindicatórias dos trabalhadores da cana em Guariba. Houve uma tarde, uma noite e uma manhã.

76. MAIS violência e apoio à greve. Folha de S. Paulo, 18 maio 1984, p.22.

77. INCENDIOS em canaviais na região noroeste paulista. A Gazeta, Avanhandava, 8 junho 1984.

78. BÓIA-FRIA queima canavial e depois aceita acordo. O Estado de S. Paulo, 8 jun. 1984.

Na manhã do dia 18 de maio, o periódico paulista **Folha de S.Paulo** trouxe a seguinte manchete em uma de suas páginas internas: "Vitoriosos, trabalhadores encerram greve em Guariba". A matéria foi ilustrada por uma fotografia que ocupou quase toda a parte superior da página, mostrando os 10 mil cortadores de cana de Guariba reunidos no Estádio Municipal "Domingos Baldán", para a assembléia final, na tarde do dia 17 de maio. O jornalista Antonio Braibo, enviado especial à cidade, iniciou a reportagem sobre essa assembléia, dizendo:

"Mãos levantadas, sorriso misturado com lágrimas e uma estrondosa salva de palmas. Assim, 10 mil bóias-frias de Guariba puseram fim ontem à greve que se estendia desde terça-feira, 'quando a cidade explodiu'. Os usineiros atenderam 90 por cento de suas reivindicações, depois de 7 horas de negociações no Sindicato Rural de Jaboticabal, iniciadas no período da manhã".⁷⁹

Na mesa de negociações, na manhã do dia 17, o Estado estava presente como mediador dos conflitos de interesses. O secretário de Relações do Trabalho do governo do estado de São Paulo, Almir Pazzianotto Pinto, que desde o princípio do movimento desempenhou esse papel, foi a personagem principal nas negociações. Entretanto, os usineiros foram obrigados a conviver não apenas com a presença apaziguadora do secretário de Estado, também, e desde as primeiras horas dos protestos, com uma Comissão de Greve composta de seis trabalhadores da cana de Guariba. Curiosamente, seus nomes não apareceram no texto oficial do **Acordo Coletivo de Trabalho**. Os outros membros dessa mesa de negociações tiveram os nomes em destaque no documento: diretores, presidentes e tesoureiros dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (representantes oficiais dos cortadores de cana) de Jaboticabal, Taiúva, Taiapu, Monte Alto, Barrinha, Guariba (esta última, na época, ainda era uma subsede do sindicato de Jaboticabal) e de

79.VITORIOSOS, trabalhadores encerram greve em Guariba. Folha de S.Paulo, 18 maio 1984, p.23.

outras cidades da região. Também foram identificados pelos nomes os diretores e advogados da FETAESP, presidentes, diretores e advogados dos Sindicatos Rurais (patronais), representantes dos usineiros e fornecedores de cana.⁸⁰ Em toda a documentação consultada, para realizar este trabalho foi possível saber apenas o nome de um trabalhador, Caetano João dos Santos, citado em uma matéria de jornal da grande imprensa como integrante do Comando de Greve. Por entender que este Comando foi significativo para o encaminhamento das negociações e legitimados por aqueles que protagonizaram as ações dos dias 15 e 16 de maio causa estranhamento tal omissão. Nem tanto no texto oficial do Acordo, mas no restante da documentação analisada. Sempre presentes, tanto na composição da pauta do dia 15 de maio como em todos momentos das negociações, os membros da Comissão de Greve permaneceram anônimos.

Apesar desse anonimato, respaldados por milhares de trabalhadores mobilizados, ameaçando incendiar canaviais, saquear e depredar as cidades, conseguiram arrancar "90 por cento de suas reivindicações" dos amedontrados usineiros e fornecedores de cana. Em uma linguagem decodificada, o jornal da FETAESP mostrou os resultados daqueles dias de pânico nacional. Resultados positivos para os trabalhadores. Dentre as 14 reivindicações selecionei as mais interessantes:

"1)é proibido o corte de 7 ruas, só vale o de 5 ruas; 2)é obrigatório o compasso fixo de dois metros para medir a produção diária; 3)Acabado o talhão de cana, o cortador deve receber comprovante, com o nome do empregador, nome ou número do cortador, número do talhão, data do término do talhão e o número de metros de cana cortada; 4)No fim do mês o cortador receberá do patrão um envelope de pagamento, com o nome do patrão, data do pagamento, valor do salário, os descontos (...) feitos e a produção em

80.ACORDO Coletivo de Trabalho. Diário de Notícias, Ribeirão Preto, 2 jun. 1984, p.2. Esse artigo traz uma cópia fiel do documento oficial, lavrado ao término da última negociação entre patrões e trabalhadores.

metros/toneladas; 6) O empregador é obrigado a fornecer gratuitamente tanto as ferramentas de trabalho (como facão ou podão, lima, etc) como o equipamento de proteção individual (como macacão de pano, luvas, tornozeleiras de couro, etc.)".¹

Se o retorno ao corte de "5 ruas" revelou um avanço nas relações de trabalho, avanço perfeitamente entendido como parte do processo de luta de classes, as demais reivindicações dos trabalhadores da cana mostrou o quanto eram primitivas as condições de trabalho no eito. Entretanto não é difícil entender por que os trabalhadores não possuíam, até o momento da revolta, controle de sua produção diária e mensal. Por qual razão não havia uma forma definida de medir ou pesar o quanto produziam. A resposta é simples e não exige qualquer esforço de aritmética. A exploração do sobretrabalho está exatamente localizada na forma em que os patrões encontraram para organizar o trabalho no eito, trabalho remunerado por tarefa na qual o trabalhador não possuía o controle de sua produção. Esta forma muito antiga de remuneração por tarefa facilitava sobremaneira a extorsão. Obrigar os patrões a estabelecer "o compasso fixo de dois metros para medir a produção diária" e comunicar ao trabalhador "o número de metros de cana cortada", além de "um envelope de pagamento, com o nome do patrão, data do pagamento, valor do salário, os descontos (...) feitos e a produção em metros/toneladas" foram expedientes encontrados para evitar uma das muitas formas de extração do sobretrabalho no processo de corte de cana.

Outras reivindicações são reveladoras dessa conhecida forma de extrair o sobretrabalho. O item 10 do Acordo obrigou o patrão a remunerar o trabalhador "em caso de doença". E o item 12 exigiu que os patrões remunerassem os dias "em que não houver trabalho por causa de chuva, falta de cana queimada". Isto é, antes de 15 de maio, a ausência ao trabalho por qualquer razão,

81.0 ACORDO para os cortadores de cana. Realidade Rural, São Paulo, 1984, op.cit., p.5.

doença ou motivos alheios ao trabalhador, o dia não trabalhado era descontado de seu salário. Porém, como ele recebia por tarefa (quantidade de cana cortada no dia), o dia não trabalhado resultava em diminuição de seu salário. O Acordo obrigou os patrões a remunerar o trabalhador nos dias não trabalhados por doença, chuva, etc., conforme um cálculo da média de produção do dia trabalhado.

Revelando do quanto era perigoso corte de cana, expondo facilmente os trabalhadores aos acidentes de trabalho, o item 6 também dizia que o empregador deveria fornecer "gratuitamente (...) o equipamento de proteção individual (como macacão de pano, luvas, tornozeleiras de couro, etc.)". No início deste capítulo descrevi como os trabalhadores se vestiam para o trabalho que não sem razão improvisaram, com sua próprias roupas, um verdadeiro escudo de proteção contra o afiado facão e contra as folhas cortantes da cana. Esta reivindicação também dizia respeito aos direitos do trabalhador de ter proteção ao realizar seu trabalho. O 13o. item do Acordo completa a denúncia destas condições subumanas de trabalho: "o patrão é obrigado a manter caixas de medicamentos para primeiros socorros no local de serviço". Os acidentes de trabalho não eram incomuns.

A grande vitória, entretanto, foi o retorno do antigo processo de trabalho, o aumento dos preços da tonelada de cana cortada - cana de 18 meses, CR\$1.740,00 e demais canas CR\$ 1.660,00 -, indenização no final de safra, 13o. salário, férias, "na forma da lei" e a obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho. Leis de direitos trabalhistas que chegaram tardiamente ao mundo do trabalho dos cortadores da cana de Guariba.

Vale aqui lembrar a grande greve dos 240 mil trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco, em setembro de 1980, quatro anos antes da greve de Guariba. Essa greve apresentou aspectos importantes para a luta dos trabalhadores da cana à nível nacional. Se em 1979 a greve contou com a

participação de apenas 24 sindicatos, a de 1980 conseguiu o envolvimento de 42 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região.⁸² Conforme a documentação analisada, esse significativo aumento na participação dos sindicatos rurais da região deveu-se às pressões dos próprios trabalhadores contra dirigentes sindicais que resistiram em ser mais combativos na greve de 1979, pois "um longo e paciente trabalho de formação e mobilização de dirigentes sindicais e trabalhadores"⁸³, desenvolvido pelo movimento sindical mais combativo, contribuiu para essas pressões. Participaram também do movimento paredista de 1980, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG -, as oposições sindicais de trabalhadores urbanos, a Igreja Católica e os partidos políticos de oposição, criando comitês de apoio para um fundo de greve e denunciando as arbitrariedades cometidas pelos patrões. Parece que havia uma disposição dessas instituições em, pelo menos, discutir, à nível nacional, as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana. As conquistas da greve na zona canavieira de Pernambuco se aproximavam muitas daquelas obtidas pelos trabalhadores de Guariba, em 1984. Na greve de Pernambuco, os trabalhadores obtiveram aumento de salários, alterações no processo de trabalho - tabelamento do número de cana nos feixes, 20 em cada feixe -, controle da produção diária para impedir a fraude - fita metálica da balança selada pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas - e ganho na doença.⁸⁴

Muitas décadas e muitas histórias se passaram, muitas vitórias e muitos fracassos da classe trabalhadora brasileira. Os trabalhadores da cana lutaram, no final de década de 80, por

82. Para uma discussão ampliada do movimento grevista dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco em 1979, ver SIGAUD, Lygia, Greve nos Engenhos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

83. CENTRO ECUMENICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI), Greve nos Canaviais: 240 mil de braços cruzados. Aconteceu, Rio de Janeiro, set. 1980, p.1. Número Especial.

84. A Coordenação do Comitê de Solidariedade à Luta dos Trabalhadores da Zona Canavieira de PE produziu um panfleto intitulado "Apesar da repressão a greve foi vitoriosa" informando sobre as vitórias dos trabalhadores da cana, do qual retirei essas informações. CENTRO ECUMENICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI), op. cit., última página.

direitos trabalhistas há muito tempo já conquistados pelos trabalhadores de fábrica do início do século XX no Brasil.

No capítulo seguinte, trataremos de recuperar a memória desse mundo do trabalho através dos estudos de cientistas sociais e das ciências médicas, através da literatura e das artes plásticas.

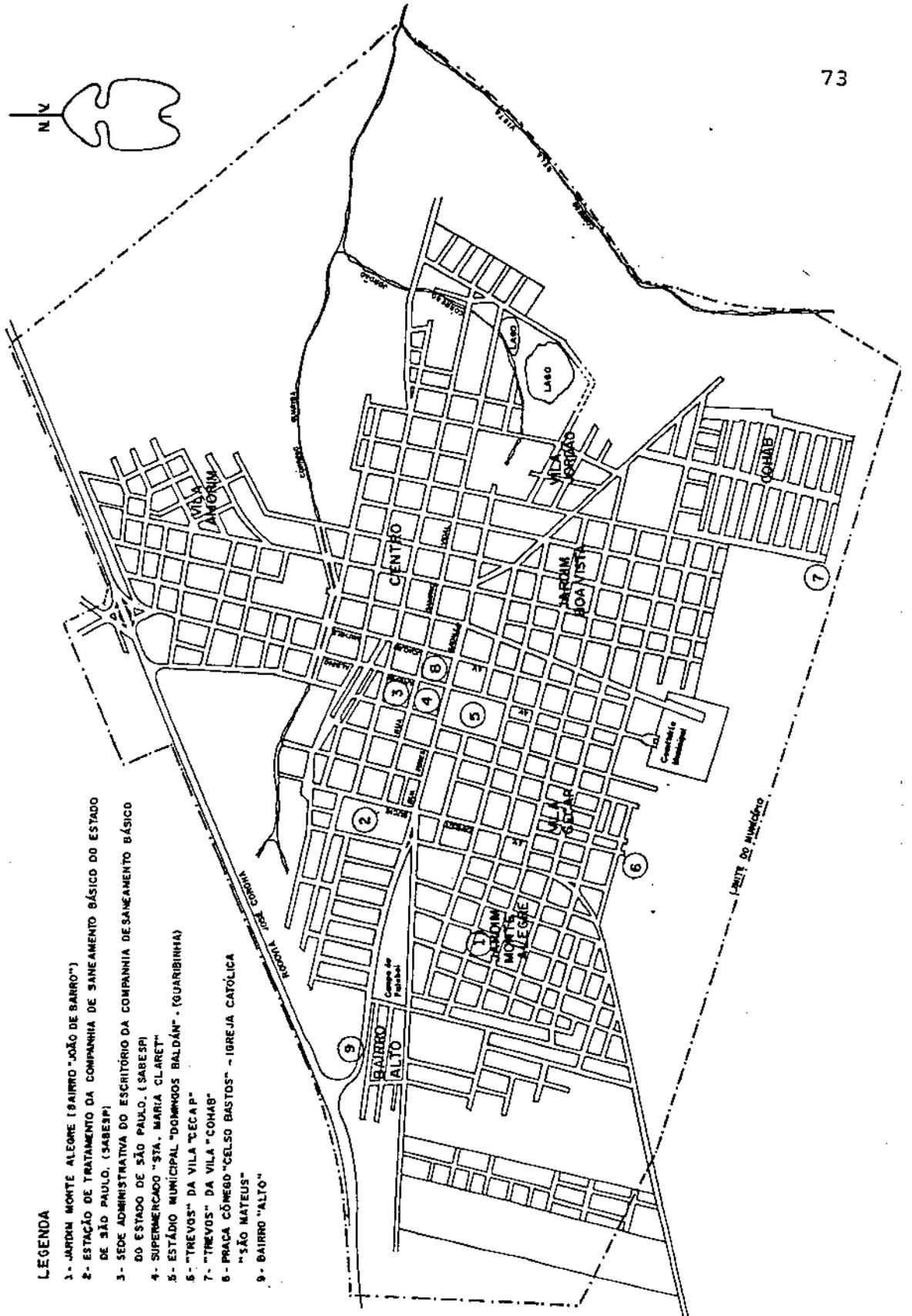


Figura 01 - Planta da cidade de Guariba, localizando os principais pontos atingidos pela ação direta dos trabalhadores da cana, em 15 de maio de 1984. A ocupação do espaço público, nos três dias subsequentes e, em outras cidades da região, foi vital para o encaminhamento das negociações. (Fonte: Planta da Cidade de Guariba. Estado de São Paulo, escala 1.8000, obtida na Prefeitura Municipal de Guariba)

Cenário

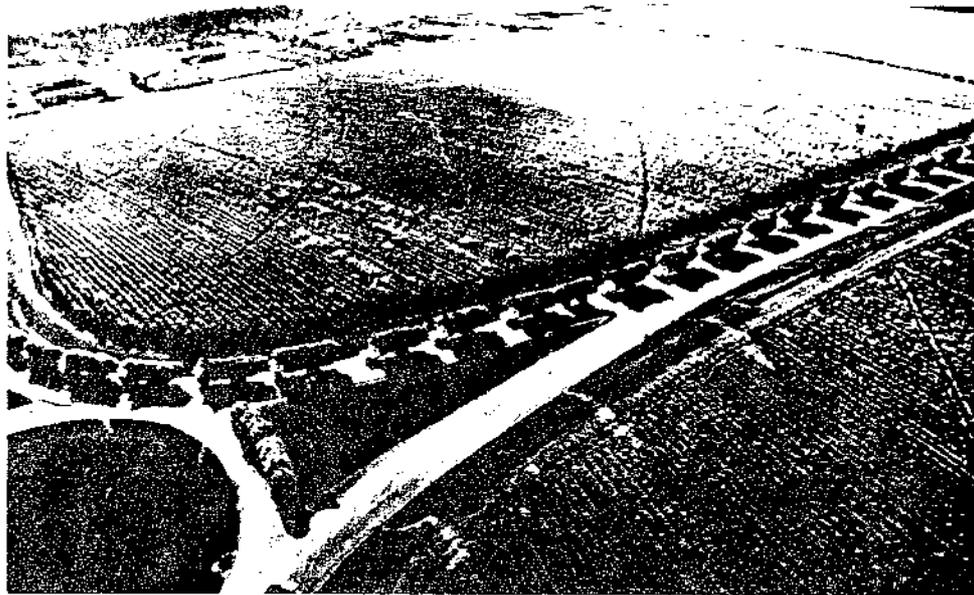


Figura 02 - A paisagem simétrica e linear da região surpreende e cansa o olhar dos viajantes. Os extensos canaviais substituíram a paisagem natural dos tempos em que a região era a "fortaleza do café". O desequilíbrio ecológico provocado pela "queimada" dos canaviais - 1a. etapa do processo de trabalho - motivou a pesquisa "As Queimadas da Cana", do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE -, concluído em 1992. Acima, detalhe da vista aérea da usina Santa Elisa. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul. 1984, no.393, p.36. Foto Cristina Villares)

Classes

a. usineiros

Figura 03 - A família Balbo. Italianos que chegaram a Ribeirão Preto nos anos 30, proprietários de antigas usinas de açúcar. Em 1984 os Balbos eram usineiros-empresários modernos, donos das usinas Santo Antonio e São Francisco, em Sertãozinho. Na foto, um dos descendentes do italiano Balbo, Sr. Clésio Balbo. Ao fundo, os tanques metálicos de reservatório de álcool etílico e as chaminés das usinas. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul. 1984, no. 393, p.33. Foto Cristina Villares)



Figura 04 - Em maio de 1984, após a revolta, a socióloga Maria Conceição D'Incao declarou à revista Veja : "Os usineiros só assinaram o acordo depois que o canavial foi incendiado, eles se sentiam fortemente pressionados". Em julho de 1984, o Sr. Maurílio Biaggi Filho (ao lado), diretor da usina Santa Elisa, declarou à revista Isto é que o surgimento de um sindicalismo de ambas as partes é um bom sinal de modernização. Entretanto, em setembro de 1984, um de seus pares, dono da usina Santo Antonio, Sr. Menezes Balbo, recebeu à bala, na sede da usina, representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais de Sertãozinho, que iam lá para negociar. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul. 1984, no. 393, p.34. Foto Cristina Villares)



b. trabalho familiar ... a família trabalhadora



Figura 05 - "A Família que não é Sagrada", é o título de uma das primeiras pesquisas, da antropóloga Verena Stoicke, sobre o colonato em São Paulo. Por que os fazendeiros paulistas do café tinham preferência em contratar a mão de obra familiar? Porque cada membro da família era contado como uma "enxada", no momento do contrato. Por que os usineiros contratavam todos os membros da família para o corte de cana? Para manter os salários ao nível mínimo de sobrevivência e, com isso, perpetuar a superexploração do trabalhador e toda sua família. A representação estilística (acima) pertence ao pintor Gontran Guanaes Filho, que expôs em Paris a saga das famílias trabalhadoras brasileiras. (Fonte: Jornal do PT, São Paulo, out. 1986, v.1, n.3, p.12)



Figura 06 - Em 1993 foram um contingente de 54 mil crianças exploradas nos canaviais de Pernambuco e 4 mil nas colheitas de algodão no noroeste do estado do Paraná. Estes adolescentes são da região de Guariba, por volta de 1984. Pouco tempo têm para sonhar sonhos juvenis de primavera. Um acidente com o podão ou com a enxada, que carregavam junto de seus corpos nos caminhões, era um perigo iminente. (Fonte: Veja, São Paulo, 23 maio 1984, n. 820, p. 23. Foto Carlos Fenerich)

Figura 07 - Nas pesquisas da equipe da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, o peso dos filhos dos cortadores de cana era de 69% e a altura era de 92% em comparação aos filhos de famílias ricas. Desnutridos e mutilados, também, pelos constantes acidentes com a foice e o podão. Em 1980, os menores de 15 anos compunham um total de 22.791 de um universo de 221.207 trabalhadores, no estado de São Paulo. Uma criança corta cana na região de Guariba, em 1984. (Fonte: Folha de S. Paulo, 17 maio 1984, p.6)

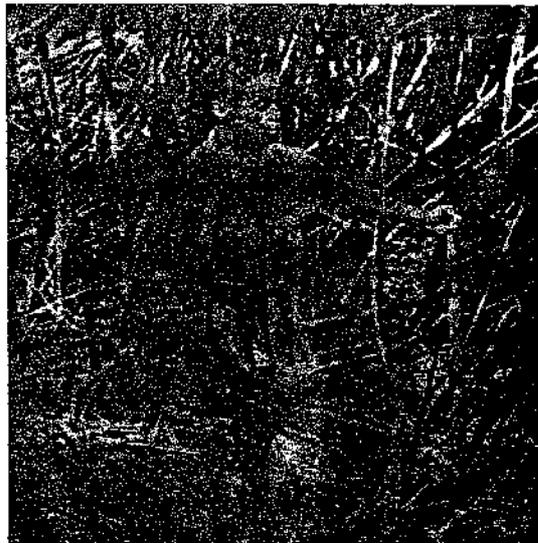




Figura 08 - As mulheres se negaram à produzir cada vez mais, como exigiam os patrões. Preferiram manter uma atitude de crítica no trabalho do corte de "7 ruas". Algumas mulheres foram membros de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Guariba, e duas delas compuseram, junto com os homens, a Comissão de Greve nas negociações da semana de 14 de maio. (Fonte: CASTILHO, Inês; PINHEIRO, Reinaldo. Mulherio. 1984, p.11. Foto de Nair Benedicto/AB F4)

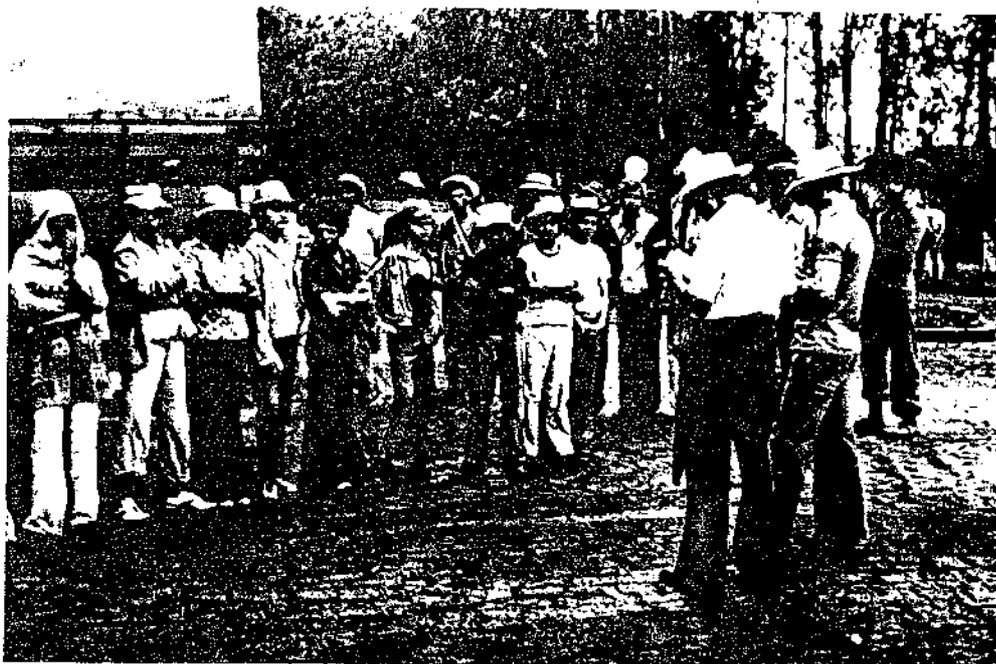


Figura 09 - Da velhos: "(...), o tempo em que eram pequenos produtores, colonos, parceiros ou sitiantes e tinham maior autonomia e melhores condições de vida". A trajetória de vida e a experiência influenciaram na construção dos códigos presentes nas 14 reivindicações apresentadas aos patrões pela Comissão de Greve, na tarde do dia 15. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul. 1984, n. 393, capa. Foto Cristina Villares)

c. o empreiteiro... turmeiro... "o gato"



Figura 10 e 11 - "O turmeiro: um instrumento do capital". Sua função básica era auxiliar os usineiros e os fazendeiros a burlarem as obrigações impostas pela legislação trabalhista: 13o. salário, descanso remunerado, férias, indenizações. (abaixo) Cena de um turmeiro conferindo "as turmas" antes do início do trabalho, na década de 1970, em Ribeirão Preto (Fonte: José Eduardo D. de OLIVEIRA et alii, "Bóias-frias": uma realidade brasileira. São Paulo: ACIESP, 1981, p.7). (acima) Em seu "caminhão de turma", o Sr. Vilmar Toniello era um dos "gato", em Pitangueiras, na época do movimento em Guariba. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul. 1984, p.35. Foto Cristina Villares).



d. supermercado: extorsão nas compras dos trabalhadores



Figura 12 - O comerciante, dono do supermercado "Santo Antonio Claret", de Guariba, Sr. Cláudio Amorim, declarou à revista Isto é, em maio de 1984: "Comprei um armamento pesado e estou pronto para outra". Um estranho sistema de crédito endividou os trabalhadores da cana, que trocavam seus salários semanais no supermercado do Sr. Amorim. (Fonte: Veja, São Paulo, 23 maio 1984, n. 820, p. 26. Foto Carlos Fenerich)

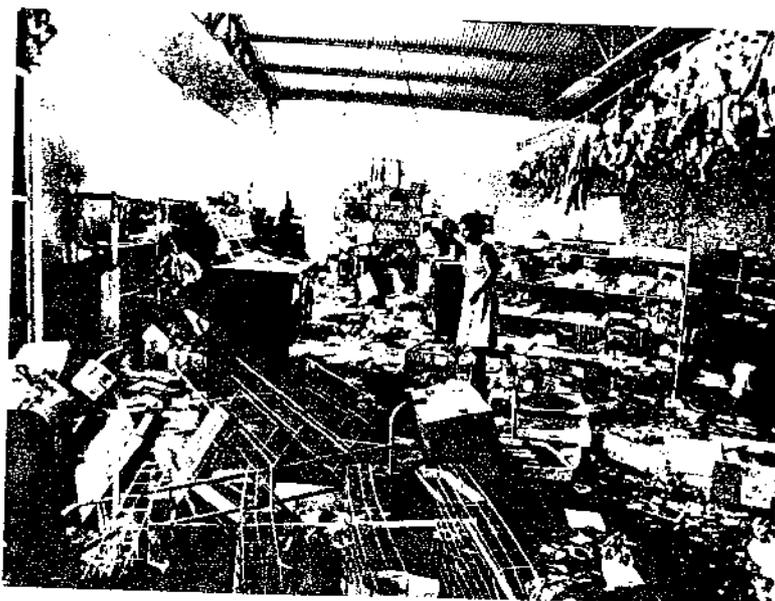


Figura 13 - Interior do supermercado "Santo Antonio Claret", logo após o saque, em 15 de maio de 1984. (Fonte: Veja, São Paulo, 23 maio 1984, n. 820, p. 23. Foto Banco de Dados)

Condições de Vida e Trabalho

a. embarque na madrugada



Figuras 14 e 15 - (acima) Assim era o sistema de transporte, na década de 70. (abaixo) Em 1984, trabalhadores embarcam, de madrugada, para o trabalho. Observando os detalhes das duas fotos concluímos que as condições de transporte não mudaram nesse espaço de mais de 10 anos. (Fonte: Veja, São Paulo, 21 out.1970. Foto de Juez Goveia) Quase 70 trabalhadores eram transportados em um mesmo "caminhão de turma". No período de abril de 1982 a maio de 1984, no estado de São Paulo, 92 trabalhadores foram vítimas fatais de acidentes rodoviários com os "caminhões de turma", durante o trajeto entre a "roça" e suas casas. E 119 feridos. (Fonte: Isto é, São Paulo, 04 jul.1984, n.393, p.37. Foto Cristina Villares).



b. vestimenta de trabalho



Figura 16 - A Sa. reivindicação entregue aos patrões, na tarde do dia 15 de maio, exigiu: "equipamentos de proteção individual fornecidos pelos patrões". Alguns dias depois, essa reivindicação foi decodificada para: fornecimento de macacão, tornozeleiras, botas e luvas de raspa, além de podão, lima e facão. O cortador de cana Hélio Florentino, de Pitangueiras, em maio de 1984. (Fonte: Isto É, São Paulo, 04 jul. 1984, n.393, p. 32. Foto Cristina Villares)



Figura 17 - "Em meio à trama da morte, a vida continua pulsando entre as mulheres no cuidado em que se enfeitam e protegem o corpo para trabalhar", afirmou a socióloga D'Incao em janeiro de 1986. O crochê também era trazido para a roça junto com o "galo" e a sareita; nos intervalos das refeições crochetaavam... (Fonte: Isto É, São Paulo, 04 jul. 1984, n.393, p. 33. Foto Cristina Villares)

c. alimentação e sistema de trabalho



Figura 18 - A refeição balanceada, proposta pela equipe da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, visava aumentar o índice de produtividade do trabalhador: o lucro da usina. O pensamento dos médicos, do final da década de 70, conflitou com as reivindicações dos trabalhadores, em meados da década de 80: melhores salários e melhores condições de vida e de trabalho. (acima) Cortadores de cana se alimentam da marmita balanceada, criada pelos médicos de Ribeirão Preto. (Fonte: José Eduardo D. de OLIVEIRA et al. Bóias-Frias: uma realidade brasileira. São Paulo:ACIESP, 1981, p.22).



Figura 19 - Cortadores de cana, no final da década de 70, na região de Ribeirão Preto. (Fonte: José Eduardo D. de OLIVEIRA et al., Bóias-Frias: uma realidade brasileira. São Paulo:ACIESP, 1981, p.6).



Figura 20 - A primeira refeição do dia era feita às 9 horas, após um jejum de 4 horas seguidas. A comida fria, e muitas vezes azeda, era comida também às 13 horas. A aguardente, ingerida logo nas primeiras horas da manhã, era a principal fonte de energia para repor as forças dos músculos gastos no corte da cana do dia anterior. Os trabalhadores do esto (acima) são da região de Guariba, por volta de 1984. A alteração no sistema de trabalho, em 1983, foi fundamental para a eclosão da greve de maio, 1984. (Fonte: Isto É, São Paulo, 04 jul.1984, n.393, p.37. Foto Cristina Villares).

d. trabalho e moradia.



Figura 21 - As condições de habitação. A fotografia (ao lado) revelou o que o sorriso das crianças não conseguiu ocultar: a tristeza. As faces sem vida denunciaram a subalimentação. Uma favela habitada por cortadores de cana, em Ribeirão Preto, no final da década de 70. (Fonte: José Eduardo D. de OLIVEIRA et al., Bóias-frias: uma realidade brasileira. São Paulo:ACIESP, 1981, p.7)



Figura 22 - Trabalhador da cana, na década de 80, na região de Guariba. Um espantalho humano que, ao contrário do espantalho do filme "O Mágico de Oz" - que era alegre - o da fotografia ao lado enlouquecia por causa "daquele pó, aquele calor". Foi o que aconteceu com o irmão de Manoel, cortador de cana de Barrinha. Este depoimento foi recolhido por D'Incao, em 1980. (Fonte da Fotografia: Diário de Notícias, Ribeirão Preto, ago. 1983).

A Luta

a. "discurso da ação direta"



Figura 23 - Cenaz de guerra. Os trabalhadores da cana depredaram e atearam fogo na sede administrativa - a casa azul da SABESP -, em Guariba. Esse momento foi narrado no primeiro capítulo. (Fonte: O Diário, Ribeirão Preto, 16 maio 1984, s.p. Foto Osmar Cardes)



Figura 24 - Ação direta na lógica do movimento. Nas imediações dos locais das depredações, fogueiras queimavam as contas de água e até o dinheiro encontrado nos cofres da empresa. Mais uma cena da destruição das instalações da SABESP. (Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 maio 1964, p.1)



Figura 25 - No Inquérito Policial (fls. 203), encontrei uma lista de objetos furtados e endereços dos trabalhadores com quem os objetos foram apreendidos. Nas fls. 77, está o "Auto de Exibição e Apreensão" e nas fls. 19, o "Auto de Avaliação" e o "Auto de Entrega" de muitos objetos saqueados no supermercado "Santo Antonio Claret". Entre os produtos lê-se: luvas de raspa, vários chapéus de palha, sacolas de plástico, garrafas térmicas e panelas de pressão e novelos de linha para crochê "Clêa". Instrumentos de trabalho e de lazer. A criança assustada (ao lado) saqueou brinquedos. Cenas narradas no primeiro capítulo. (Fonte: Jornal da Tarde, São Paulo, 16 maio 1984, p.1)

Figura 26 - A apoteose da luta: a prática incendiária marcou um momento importante nas negociações com os usineiros e com os fazendeiros. As ameaças iniciaram-se no dia 15 e foram concretizadas nos dias seguintes. (Fonte: Veja, São Paulo, 26 dez. 1984, p.65. Foto Carlos Fenerich)



b. "A questão social é um caso de polícia". (Washington Luís, presidente da República, 1926-30)

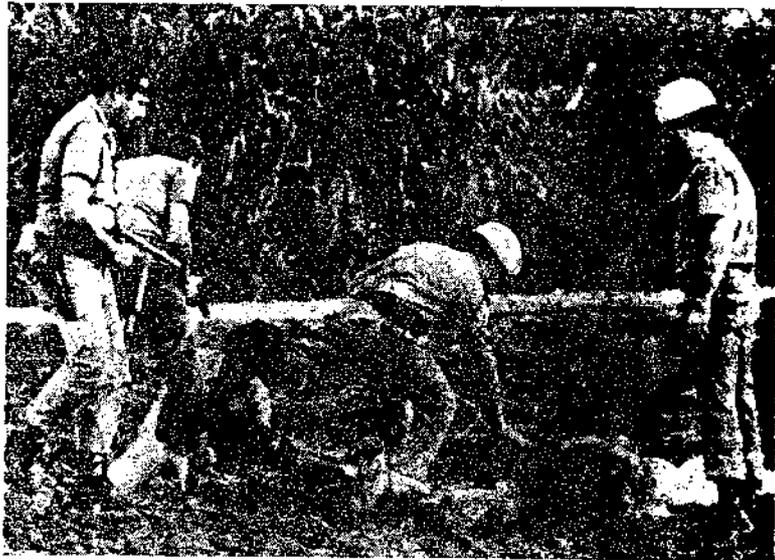


Figura 27 - A negociação entre capital e trabalho começou pelo cano do revólver. Os policiais com armas de fogo e os trabalhadores com pedras, foices e podbes. (Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 maio 1984. Foto Ariovaldo dos Santos)

Figura 28 - Cena da violência contra os trabalhadores em greve, em 15 maio de 1984. Muitos feridos e uma vítima fatal. (ao lado) Trabalhador ferido com um tiro na perna. (Fonte: O Diário, Ribeirão Preto, 16 maio 1984)

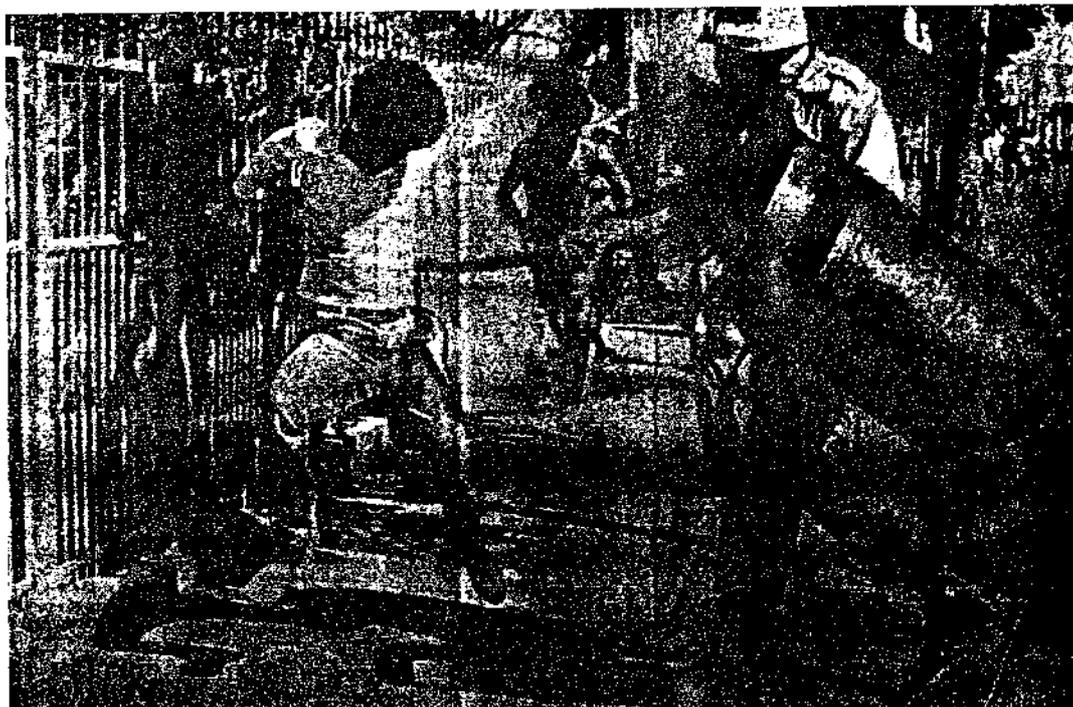


Figura 29 - Trabalhadores, acuados, fugiam do cassetete dos policiais. A repressão militar à greve não conteve a expansão do movimento para as cidades vizinhas e pelo interior do estado. A questão social era um caso de polícia, em 1984, apesar do discurso modernizador dos usineiros da cultura agroaçucareira e alcooleira de São Paulo. A fotografia acima revela a ação da polícia contra os trabalhadores, na cidade de Monte Alto. (Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 maio 1984. Foto Ariovaldo dos Santos)

c. estratégias de luta



Figura 30 - A assembleia de três mil trabalhadores da cana, no Estádio Municipal "Domingos Baldán" - o Guaribinha - foi a primeira de uma série até a assinatura do acordo. Momentos interessantes dessa assembleia foram narrados no primeiro capítulo. (Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 17 maio 1984)



Figura 31 - Os piquetes nos trevos principais da cidade - CONAB e DECAP. Tentativas, às vezes bem sucedidas, foram organizadas desde o dia 14 de maio e reafirmadas na primeira assembleia, no dia 16. (Fonte: Voz, São paulo, 23 maio 1984, p.24. Foto Rogério Montenegro)



Figura 32 - Assembléia do dia 17 de maio no Estádio "Domingos Baldán", em Guariba. Cleonécia, mãe de um filho, cortadora de cana havia oito anos, declarou ao jornalista da Folha de S.Paulo: "Ontem à noite (do dia 17 para o dia 18) dormi tão tranqüila que cheguei a sonhar, (...) vamos poder pelo menos viver daqui pra frente". (Fonte da fotografia: Veja, São Paulo, 26 dez. 1984, p.65. Foto de Carlos Fenerich; Fonte do depoimento: Folha de S.Paulo, 19 maio 1984, p.19)



Figura 33 - Esta fotografia tanto pode se o registro de uma operação de desarmamento dos trabalhadores que conseguiram romper a barreira policial para realizar piquetes nas portas das usinas - como dizia a legenda criada pelo jornalista do Jornal do Brasil, de 17 de maio de 1984 -, como pode também ser o registro de uma operação militar preventiva, realizada pelos soldados, no dia 16, em "caminhões de turma" que se dirigia ao trabalho. Por sugerir dupla análise, decidi não colocar esta foto no item "c. estratégias de luta", como sugeriu a legenda do jornal. Narrei esses episódios no primeiro capítulo. (Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 maio 1984. Foto Ariovaldo dos Santos)

Segundo Capítulo - Um olhar sobre a gênese

"A memória revê o curso da existência como heterogêneo e fértil de possibilidades imprevistas, repleto de pequenos acidentes nunca negligenciáveis, suspendendo qualquer relação de mando e obediência entre o sujeito e a história, insuflando-a de mistério e surpresa, risco e expectativa, iniciativa e observação". (José M. Gonçalves Filho)*

Por certo, não vivenciei maio de 1984, em Guariba, nem testemunhei o impacto que os acontecimentos causaram sobre os diversos agentes sociais, quer sejam agentes principais, quer sejam agentes coadjuvantes desta história. Aqui, como aprendiz de historiador, tento re-fazer o percurso...o desenrolar de uma greve de trabalhadores, com a intenção, dentre muitas outras, de registrar na memória histórica as experiências vividas - "agency"¹ - por homens, mulheres e crianças em suas lutas cotidianas em busca da justiça, do sonho e da liberdade. Se coloquei esta narração no campo das possibilidades, é porque entendo a história como experiência humana. Como tal, é contraditória, não tem sentido único, homogêneo e linear; nem possui um único significado. Mas há algumas certezas nesta história! A certeza de que "lembrar não é reviver, mas re-fazer (grifo meu). é reflexão, compreensão do agora a partir de outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, na sua mera repetição".² Mas lembrar não é só repetição. Os homens e as mulheres que aqui aparecem não são abelhas nem formigas, que repetem os atos mecanicamente. Eles constroem o saber e podem inventar e comunicar suas invenções e, por isso, sua memória não pode ser considerada como mera repetição; é a aquisição do novo.

*GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e Memória. In: Novaes, Adauto et al. O Olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p.96.

1. THOMPSON, E.P., Tradicón, revuelta y consciéncia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1969. Este historiador destaca nesse trabalho a importância das ações humanas - "agency" - no processo de formação da consciência de classe.

2. CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: BDI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos, São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

Antes, porém, de iniciar a reflexão e compreensão dos episódios que marcaram a história dos movimentos sociais, antes de registrar as experiências dos trabalhadores, assim como as experiências dos diversos agentes sociais que deles participaram, proponho saber quem são esses trabalhadores. Quando apareceram pela primeira vez no mundo do trabalho, despertando a curiosidade científica dos pesquisadores absorvidos pelas fortalezas teóricas da academia na década de 70. De que maneira a saga desses homens inspirou romances e obras no campo das artes plásticas. Finalmente, como foram apresentados à sociedade através dos jornais da grande imprensa e da imprensa "alternativa", ainda na década de 70?

Entre 1967 e 1972, os números avançaram em velocidade crescente. Os cadastros do IBRA/INCRA registraram nesse período um aumento máximo de trabalhadores eventuais de 3.778.163 para 6.844.849, um incremento de 81% em todo o Brasil.³ Quando foi possível determinar o total dos trabalhadores rurais, 58% desse montante já havia passado pelo processo de proletarização no estado de São Paulo. Como trabalhadores temporários, perambulavam pelas estradas, de um estado para outro, a caminho das cidades, fazendo crescer os bairros pobres nas periferias, compondo um movimento denominado "êxodo rural". Apesar do grande contingente de trabalhadores em movimentação pelo país, a maioria dos outros cidadãos brasileiros não os viam ou faziam de conta que eles não existiam.

Os primeiros trabalhadores eventuais, entretanto, surgiram no oeste paulista, vivenciando, nas fazendas cafeeiras, ao lado de imigrantes italianos e espanhóis, relações de trabalho

3. IBRA, A estrutura agrária brasileira, 1967; INCRA, Estatísticas cadastrais, 1974; Tabulação especial do Censo Demográfico de 1970, IBGE. Apud SILVA, José Gomes da; RODRIGUES, Vera Lúcia G. Silva. A problemática do "bóia-fria": uma revisão bibliográfica. In: SIMON, Elias José et al. (org.) A mão-de-obra volante na agricultura. São Paulo: Polis, 1982. p.56-85. Estes dados foram retirados da tabela da p.68, "Quantificação tentativa do contingente de Trabalhadores Rurais Avulsos". Como o próprio título sugere, havia grande dificuldade para quantificar os trabalhadores eventuais naquela época. Por isso, todos os que se aventuravam a tal tarefa colocavam a questão em termos de estimativa ou tentativa de contar; não havia uma precisão quanto aos números.

que possibilitavam, com eficiência, a apropriação do trabalho excedente pelos fazendeiros paulista. Nas duas primeiras décadas do século XX, surgiram pela primeira vez no mundo do trabalho, como registrou o fazendeiro e escritor Augusto Ramos, interessado nos estudos sobre o trabalho eventual desde 1923. Em uma passagem do seu livro "O Café, no Brasil e no Estrangeiro", o autor revela quem eram esses trabalhadores:

"Em São Paulo, com exceção da derrubada das matas destinadas à formação de novos cafezais e que é feita quase sempre por **pessoal nacional** (grifo nosso) adestrado em serviços desta natureza, todo o trabalho de plantio, tratamento, colheita, secagem e transporte do café nas fazendas é realizado em sua grande maioria por famílias italianas, espanholas e portuguesas às quais se dá a denominação genérica de colonos".⁴

O **pessoal nacional** a que se refere Augusto Ramos são os trabalhadores assalariados individuais - eventuais - contratados, por dia ou por tarefa, para limpeza dos terrenos destinados à plantação do café. Geralmente eram homens solteiros que perambulavam pela região cafeeira paulista em busca de empreitadas. Porém, na obra "Capitalismo e Cafeicultura. Oeste-Paulista: 1888-1930", Brasília Sallum afirma que, em caso de expansão de um cafezal já formado, o plantio dos pés de café era também tarefa desempenhada pelos assalariados eventuais e somente após o plantio os fazendeiros entregavam

"o cuidado dos cafeeiros a famílias de formadores (ou empreiteiros) contratadas por 4 anos ou a colonos - contratados anualmente - que somavam o trato das novas plantas ao cultivo de cafeeiros adultos".⁵

4. RAMOS, Augusto. O Café, no Brasil e no Estrangeiro. Apud SALLUM JR, Brasília. Capitalismo e cafeicultura: oeste-paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982. p.63.

5. SALLUM JR., Brasília, 1982, op. cit., p.63-4.

Brasílio Sallum expõe nessa obra as complexas relações entre fazendeiros e trabalhadores, nas quais os assalariados eventuais eram utilizados de forma mais ou menos intensa em operações com certo grau de importância para a produção, ou seja, a derrubada da mata e, às vezes, no plantio dos pés de café. Eram contratados, por dia ou por tarefa, quer pelos fazendeiros, quer pelas famílias de formadores (ou empreiteiros). Destaca-se o fato de serem "nacionais", sendo-lhes reservadas as tarefas mais pesadas e difíceis. Com esses detalhes, que informam sobre a natureza do contrato de trabalho, é possível pensar quem foram os primeiros trabalhadores eventuais, então localizados na cafeicultura paulista. Não adquiriram real importância nos estudos de Sallum, e de outros estudiosos, sobre a complexa trama das relações de trabalho, porque talvez não formassem um contingente significativo de trabalhadores para a economia cafeeira, uma vez que o setor mais produtivo estava concentrado na formação, no trato e nas colheita do café, tarefas entregues aos colonos imigrantes, preferencialmente. Vale lembrar ainda que as condições postas politicamente - e racialmente - pela imigração italiana e espanhola no Brasil fizeram despertar maior interesse das investigações sobretudo na questão do imigrante, relegando a segundo plano estudos sobre a presença, ou "ausência", dos trabalhadores livres nacionais, como atesta a vasta literatura sobre o tema.⁷ Assim, é incomum encontrarmos na literatura sobre a cafeicultura estudos sobre esse tipo de trabalhadores, a não ser algumas páginas dedicadas a revelar poucos detalhes sobre a natureza de seu trabalho, sobre suas condições de vida e trabalho.

6. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Sobre o sentido racista da imigração, encontrado nos discursos dos parlamentares, defensores dos projetos imigrantistas, em fins da década de 1840, na Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, e que acabaram norteando a formação do mercado de trabalho no Brasil.

7. Notável exceção é o artigo do Prof. Peter Eisenberg sobre o trabalhador nacional livre, homem "esquecido" no período anterior e no momento das decisões políticas sobre os temas da abolição e imigração. Ver EISENBERG, Peter L. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

As intrincadas relações de trabalho expostas acima não foram exclusivas da cafeicultura, em São Paulo. As famílias de colonos também foram empregadas nas fazendas de cana-de-açúcar até pelo menos o início dos anos 50. No início da década de 40, mais que a metade da cana plantada nos municípios de Piracicaba e Santa Bárbara era produzida por colonos.⁸ Contudo, data também desse período, no município de Cravinhos, próximo a Sertãozinho, o aparecimento das primeiras "turmas" (com seus turmeiros) de trabalhadores temporários, que se dedicavam à cultura da cana e de gêneros alimentícios em substituição ao cultivo do café. Em 1968, a pequena proporção de trabalhadores para a cana em relação ao café - 1:4 - revelava um alto nível de mecanização do cultivo da cana⁹ e, desde os anos 50, o solo já era preparado com tratores e arados. Para a preparação do solo e cultivo da cana, os fazendeiros paulistas utilizavam os trabalhadores residentes (colonos da cana), contratando cada vez mais trabalhadores eventuais para os picos das safras, pois a colheita era uma etapa da produção muito difícil de ser mecanizada. O Estatuto da Lavoura Canavieira de 1943 contribuiu também para o fim do colono da cana.¹⁰

O fato de existirem desde a década de 20 não garantia maior atenção da academia sobre suas reais condições de vida e de trabalho. Foi somente nos anos 60 que a presença de um grande contingente de trabalhadores eventuais na agricultura brasileira, aproximadamente 3.778.163 em 1967, e a evolução crescente desses números¹¹, despertou a atenção de estudiosos e governantes. Em

8. CESARINO JR., A. F. Os colonos paulistas e sua situação em face do Estatuto da lavoura canaveira. Trabalho e seguro social, vol.4, n.1, out. 1943. Apud STOLCKE, Verena, Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. p.180.

9. A nova face da agricultura, Coopercola. out., 1968. Apud STOLCKE, Verena, 1986, op.cit. p.180.

10. O Estatuto da Lavoura Canavieira foi concebido para "proteger os fornecedores de cana de serem absorvidos pelos engenhos de açúcar e para reduzir os conflitos entre fornecedores e engenhos quanto às quotas de cana"; a questão era se o colono deveria ser visto como fornecedor autônomo de cana-de-açúcar para a usina ou trabalhador na lavoura. A.F. CESARINO. Apud Verena STOLCKE, 1986, op. cit. p.180.

11. Os estados mais atingidos pelas transformações das relações de trabalho na agricultura foram: Minas Gerais, que em 1967 tinha 1.058.941 trabalhadores eventuais e, em 1972, evoluiu para 1.807.31; Paraná em 1967, 230.992 e, em 1972, 796.116 (244% de acréscimo); São Paulo em 1967, 341.767 e em 1972, 770.170 (125% de acréscimo);

1968, S.G. Vassimon ressuscitou o tema em um trabalho denominado "Estudo preliminar sobre o problema da mão-de-obra volante na agricultura do estado de São Paulo". Essa primeira pesquisa inaugurou um período de intensos debates acadêmicos sobre o tema. Juntamente com outros analistas, considerou o argumento dos proprietários que afirmavam ter dispensado seus trabalhadores residentes para se protegerem dos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, leis que asseguravam aos trabalhadores agrícolas os mesmos benefícios desfrutados pelos trabalhadores urbanos. Vassimon sustentou, na época, baseado nessas justificativas, que para escapar das obrigações legais impostas pelo Estatuto, que aumentavam os custos da mão-de-obra, os proprietários reduziram ao mínimo sua força de trabalho residente - constituída, em grande maioria, por colonos - e vinham contratando o trabalhador assalariado eventual, fornecido por intermediários.¹²

As diferentes abordagens e muitas controvérsias para explicar as origens da proletarização da força de trabalho na agricultura brasileira começam a aparecer somente em meados da década de 70 como parte da produção acadêmica, gestadas especialmente pelas universidades estaduais do interior paulista de Botucatu, Campinas e Ribeirão Preto, não por acaso situadas em regiões que outrora foram consideradas as fortalezas do café e que, após 1970, viram-se atingidas por alterações radicais na economia do café.

Assim, o Departamento de Economia Rural da Universidade Estadual Paulista, de Botucatu, sediou vários encontros, ocorridos entre 1975 e 1980, sobre o tema da implantação da mão-

Goiás em 1967, 184.009 e em 1972, 557.037(203% de acréscimo); Rio Grande do Sul em 1967, 125.184 e em 1972, 211.867 (149% de acréscimo); Pernambuco em 1967, 272.566 e em 1972, 237.266 (13% de acréscimo). Para outras informações, ver SILVA, José Gomes da ; RODRIGUES, Vera Lúcia G. Silva. 1986, op. cit. p.68

12.VASSIMON, S. G. Ruptura da mentalidade patriarcal. Coopercotia, out. 1968, p.22-23. A nova face da agricultura. Coopercotia, out. 1968, pp.14-21. Estudo preliminar sobre o problema da mão-de-obra volante na agricultura do Estado de São Paulo. São Paulo. CERU, Universidade de São Paulo, 1969, mimeogr. Apud STOLCKE, Verena, 1986, op. cit. p.80.

de-obra temporária na agricultura. Esses debates, que adquiriram âmbito nacional, desempenharam importante papel nos estudos sobre a emergência do trabalhador eventual, porque se transformaram no principal foro de debates sobre a questão social no campo. Alguns textos apresentados nessas reuniões, publicados pela Universidade Estadual Paulista, em 1982, no livro "A Mão-de-Obra Volante na Agricultura Paulista", mostram as diversas abordagens do tema. Entre os cientistas sociais que participaram dessas reuniões, havia pouca concordância quanto aos fatos e às forças geradoras do fenômeno trabalhador assalariado eventual.¹³

A intensa proletarização do trabalhador rural passou, então, a ser explicada pela dinâmica de valorização do capital na agricultura. Para alguns estudiosos, a mecanização da agricultura e a aprovação, na década de 60, de dois estatutos legais - Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra - voltados para o homem do campo, não constituem força motriz do processo. A mecanização e o estatuto são apenas elementos que se inserem em um processo de abrangência estrutural.¹⁴ Outros cientistas sociais, participantes dos debates de Botucatu, complementaram e avançaram nessa análise, afirmando que a determinação da relação social de trabalho assalariado eventual não respeita as fronteiras entre a agricultura e a indústria. Para entender a gênese do fenômeno, seria preciso avançar as investigações para além do campo da agricultura e fazer a análise, portanto, através de uma visão da totalidade estrutural do processo produtivo, ou seja, como consequência e avanço do capitalismo no Brasil. Assim, a legislação trabalhista e o processo crescente de mecanização da agricultura passaram a ser considerados como fatores apenas de importância secundária.¹⁵

Em 1975, como parte dos debates de Botucatu, os economistas José Gomes da Silva e Vera Lúcia G. S. Rodrigues

13.SIMON, E. J. et. al., op. cit., 1982, p.34.

14.SIMON, E. J. et. al., op. cit., 1982, p.35-55.

15.SIMON, E. J. et. al., op. cit., 1982, p.127-133.

definiram, pela primeira vez, o trabalho eventual assalariado como um

"trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, remunerado por empreitada, tarefa ou por dia, aliciado ou não por turmeiro, e que geralmente se locomove todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões".¹⁶

Para José Gomes e Vera Lúcia, as forças que estimularam o aparecimento do volante faziam parte do sistema capitalista emergente nesse período no Brasil, dando prosseguimento às sofisticações teóricas e conceituais que estiveram presentes nos debates de Botucatu. Se, por um lado, a teoria era a grande estrela, por outro diminuía a dedicação dos pesquisadores no desvendamento empírico das condições de vida e trabalho dos assalariados eventuais. Além de apresentar muitas tabelas e números para provar que o objeto de suas preocupações realmente existia, os pesquisadores pareciam mais interessados em construir hipóteses de trabalho, para futuras pesquisas, ou em explicar abstratamente que os sintomas e conseqüências do fenômeno eram decorrentes da "penetração do capitalismo no campo". Entretanto, esse quadro excessivamente teórico será alterado a partir de significativas mudanças políticas ocorridas no governo militar do general Ernesto Geisel, período marcado por discussões que deram início ao processo de abertura política no país. Não tenho certeza, nesse caso, se a academia se protegia da repressão política atrás da sofisticação teórica ou se este era mesmo um problema "congenito" dos intelectuais da década de 70. Tenho a impressão de que a segunda hipótese é a mais verdadeira.

De qualquer forma, após 1978, o delineamento do processo de abertura política no país estimulou cientistas

16. SIMON, E. J. et. al., op. cit., 1982, p.60.

sociais e sindicalistas à discussão sobre o posicionamento político do trabalhador rural. Os sindicatos e a Igreja Católica constituíam, nesse período, as principais instituições através das quais os trabalhadores manifestavam suas preocupações e reivindicações e tentavam se organizar.

Assim, na seqüência dos debates em Botucatu, Ricardo Abramovay aborda a temática sob o aspecto da organização política dos trabalhadores eventuais, revelando a importância adquirida pela Igreja Católica, através de seus trabalhos nas comunidades eclesiais de base, e dos sindicatos no desenvolvimento das lutas sociais no campo. O ponto fundamental de sua exposição chamava a atenção para a compreensão das lutas sociais no campo, a fim de se entender o significado das formas de organização, sua natureza, alcance e limites da organização dos trabalhadores eventuais nos sindicatos e nas comunidades eclesiais. A antropóloga Ligia Sigaud, na mesma época, reforçava as teses de Ricardo Abramovay, considerando os sindicatos rurais como uma forma de organização que daria aos trabalhadores a consciência de seus direitos e os conduziria à luta por esses direitos. A intensa mobilização política, retomada a partir de 1978, e a luta contra os proprietários, colocavam o trabalhador na situação contraditória de reconhecimento da necessidade e validade do sindicato e ao mesmo tempo de resistência à sua filiação e utilização, tendo em vista a sua situação de "clandestino" em relação aos direitos trabalhistas conquistados através do Estatuto do Trabalhador Rural.¹⁷

17. SIMON, E. J. et. al., op. cit. 1982, p.213-252. Para uma discussão mais detalhada sobre a natureza e condições de vida e trabalho dos trabalhadores assalariados temporários em Pernambuco, ver SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Importante ressaltar que Sigaud foi uma das primeiras pesquisadoras brasileiras, no campo da sociologia, a utilizar a obra de Edward Palmer Thompson como fonte de inspiração. Enquanto a maioria de seus pares estava preocupada em quantificar e descobrir as causas "profundas do fenômeno", a autora investigava a natureza das condições de vida e trabalho dos "clandestinos" através de suas próprias falas e, portanto, através de suas experiências.

É importante ressaltar que Sigaud e Abromavay prevêem, desde 1978, alguns aspectos controvertidos da organização dos trabalhadores da cana em torno dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs - e, após 1978, em torno das entidades extra-sindicais, apoiados pela Igreja Católica, tais como as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs -, fundadas na organização dos operários de fábricas, e a Comissão Pastoral da Terra - CPT -, com seus interesses voltados para os trabalhadores do campo. A necessidade de organização dos trabalhadores assalariados eventuais em sindicatos ou entidades extra-sindicais será um dos aspectos mais discutidos pelos intelectuais e cientistas sociais e pela imprensa representativa de tendências de esquerda e grande imprensa durante muitos dias após a greve dos cortadores de cana de Guariba e região.

Como enfatizei no início deste capítulo, o movimento de Guariba poderá ser entendido como o resultado dessa situação contraditória dos trabalhadores em relação às suas formas de organização, que Lygia Sigaud já apontava em 1978. Apenas para adiantar algumas pontos que abordarei no terceiro capítulo, desde 1979 a CPT havia iniciado trabalhos com os cortadores de cana de Guariba e região. Contudo, no primeiro dia da eclosão do movimento, essa entidade extra-sindical estava ausente. Os documentos que pesquisei apontaram a possibilidade de entender as ações dos trabalhadores como algo pensado pelos próprios trabalhadores. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de Ribeirão Preto desde 1983 discutiam extensa pauta de reivindicações para os trabalhadores da cana e da laranja, porém sem a participação direta de suas bases. No primeiro dia dos distúrbios também estiveram ausentes. O alcance e os limites dos sindicatos e das entidades extra-sindicais na organização das formas de luta dos trabalhadores foram, então, colocados em discussão pela greve em Guariba. Voltemos aos cientistas.

Enquanto aconteciam as reuniões de Botucatu, a socióloga paulista Maria Conceição D'Incao publicou oportunamente, em 1975, o livro "O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria". Esta obra, juntamente com outras, marcou o início de uma outra abordagem do tema. O impacto da legislação trabalhista na agricultura agora adquiria importância secundária para explicar a expansão do trabalho assalariado eventual. Embora muitos pesquisadores reunidos em Botucatu interpretassem essa expansão como consequência e sintoma da "expansão do capitalismo na agricultura", tal abstração passou a ser melhor explicada pelos estudiosos. O estudo de caso realizado por D'Incao, na Alta Sorocabana, é bom exemplo dessa nova abordagem. Ela discutia os processos que deram origem ao trabalho eventual e analisava as condições de vida dos trabalhadores daquela região.

Em relação à questão das origens do trabalhador eventual, a autora conclui que a expansão da proletarização do homem do campo era um fenômeno necessário, mas contraditório, da acumulação de capital na agricultura, caracterizando-se pela concentração da terra, pela proletarização da força de trabalho agrícola e pela polarização social. A mecanização limitada da agricultura na região da Alta Sorocabana era explicada pela abundância de mão-de-obra, uma evidência da penetração do capitalismo, expropriada quando da substituição do cultivo do café pelo cultivo do algodão e pela introdução da pecuária extensiva. Esse processo se acelerou no final dos anos 50 e nos anos 60, na Alta Sorocabana. As vítimas da concentração fundiária e de seu uso para pastos não se constituíam somente por famílias de colonos residentes. Os pequenos proprietários e arrendatários e os parceiros formavam o grande contingente de trabalhadores expropriados de seus meios de produção, não lhes restando alternativa senão irem em direção às cidades ou a outros estados, onde levariam uma vida cada vez mais marginalizada. Com certeza, o grande contingente de trabalhadores eventuais da década de 70 era composto por ex-colonos, arrendatários, meeiros e pequenos

sitiantes, cuja trajetória de vida remonta ao final do século XIX.

Ao analisar as condições de vida dos trabalhadores, através de extensas entrevistas recolhidas no capítulo final de seu livro, D'Incao aponta a possibilidade de atuação desse trabalhador como força social no sentido de mudança. Contudo, ao indagar sobre a possibilidade da organização política dos trabalhadores para enfrentar a exploração do capital, ela afirma que esses trabalhadores se submetiam às condições impostas pelos proprietários e, indiferentes à luta contra a miséria e exploração a que estavam submetidos, acabavam afirmando historicamente o sistema. Eis um trecho demonstrando suas conclusões:

"(...) pressionados pela falta de dinheiro, pela morosidade do encaminhamento da ação na esfera judiciária, incompatível com a necessidade de sair em busca de novas necessidades de trabalho, os bóias-frias acabam sempre fazendo 'acordos' com os respectivos empregadores".¹⁸

No mesmo ano, a antropóloga Verena Martinez-Alier tornava pública uma extensa pesquisa realizada entre as mulheres, trabalhadoras eventuais da região de Campinas. Na forma de relatório de pesquisa de campo, a autora pretendia saber "por que trabalham, que tipo de trabalho fazem e o que o trabalho significa para elas", as mulheres dos caminhões de turma. Baseada exclusivamente em histórias de vida, Verena reuniu os resultados desse trabalho em uma gigantesca obra sobre a transição do sistema de colonato para o trabalho assalariado temporário em São Paulo, publicada em 1986. É evidente que as divergências entre os estudiosos não aconteciam somente no âmbito das reuniões de Botucatu. Fora delas, D'Incao percorreu uma trilha e Verena outra bem diferente, para a investigação do novo fenômeno, fato fácil

18. D'INCAO, Maria Conceição. Bóia-fria: acumulação e miséria. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p.142.

de comprovar se atentarmos à metodologia que Verena Martinez-Allier utilizou em suas investigações.

Enquanto D'Incao tentava explicar o surgimento do trabalhador eventual através da análise estrutural das relações no campo, privilegiando as transformações à nível da infraestrutura, Verena, para responder às mesmas perguntas, partiu em busca das percepções e das vivências dos trabalhadores. Uma tentativa de estabelecer um diálogo entre o universo econômico dessas transformações e as interpretações dos trabalhadores para essas transformações. Em meados da década de 80 Verena afirmará, no prefácio de sua grande obra, o que já em 1975 seria para ela pesquisar e escrever história: "Escrever história, mais do que um exercício de classificação, deveria ser um esforço de explicar como e por que mudam as relações sociais e políticas".¹⁹

Assim, para ela as forças que moveram as transformações das relações de trabalho tanto na economia do café, no final do século XIX, como na transição para o trabalho temporário, em meados da década de 60, foram os confrontos, as lutas de classe entre o poder dos grandes proprietários - tanto dos cafezais como dos canaviais e das usinas - e os diferentes modos de resistência dos trabalhadores à exploração e à disciplina do trabalho. Abordagem bastante diferente daquelas que vinham sendo propostas pelos pesquisadores, desde o início da década de 70.

Outro estudo de caso, realizado na região de Assis por Vinicius Caldeira Brant e publicado em 1977, parte de uma análise sistemática do colonato na transição para o trabalho assalariado. Mas chegou a conclusões bem diferentes daquelas propostas por D'Incao. Para ele, o sistema de produção do café com base nas famílias de colonos, que penetrou na região nos anos 20, gerava baixa produtividade. A massa de trabalhadores residentes no interior das fazendas era formada de subempregados. E os custos

19. STOLCKE, Verena, 1986, op. cit., p.13.

nessa forma de exploração do trabalho eram muito altos para os fazendeiros. Nos anos 40, quando surgiu um excedente de população, os fazendeiros puderam dispensar as famílias de colonos residentes, ajustando trabalhadores temporários de acordo com as necessidades dos ciclos agrícolas. Assim, nos anos 60, a liberação crescente de colonos e a substituição gradual dos velhos cafezais por pastos criaram uma reserva de mão-de-obra para outras culturas, como a cana-de-açúcar, que penetrou na região nos anos 40.²⁰ Brant é possivelmente um dos poucos autores que analisou as implicações políticas da proletarização, assim como as reações dos fazendeiros frente ao Estatuto dos Trabalhadores Rurais, ao contrário dos cientistas de Botucatu, que apenas situavam a legislação trabalhista para o homem do campo como elemento detonador da proletarização do trabalhador rural.²¹

Para os estudiosos dos anos 70, a racionalidade do capital e a rejeição dos fazendeiros em aplicar a legislação trabalhista para o campo foram responsáveis pela alteração do contrato de trabalho concretizada na demissão das famílias de colonos, seguida da contratação das famílias dos temporários. Entretanto, cabe aqui apontar os limites nesta forma de analisar essas transformações. Ou seja, de que muitos outros elementos contribuíram para que acontecesse tal transformação no contrato de trabalho. Vejamos então quais foram esses outros elementos.

Em qualquer sistema de exploração da força de trabalho está também presente a dominação. No desenrolar do processo econômico que alterou as relações de trabalho no campo, foram importantes "os crescentes conflitos de classe e as mudanças políticas que ocorreram no meio rural no final dos anos 50 e início dos anos 60", tema esquecido pelos pesquisadores.²² Em linhas gerais, no final da década de 50 e início da década de

20. BRANT, V. Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.19, p.39-91, 1977.

21. STOLCKE, Verena, 1986, op. cit., p.187.

22. STOLCKE, Verena, 1986, op. cit., p.187.

60, os conflitos de classe e as mudanças na política agrícola estavam ligados aos seguintes fatos: as reformas de base do governo de João 'Jango' Goulart, que a partir de 1964 estimulou a organização dos trabalhadores do campo e incentivou a pequena propriedade; com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Estado do Brasil - ULTAB - em 1954, ligada ao Partido Comunista, a organização no campo foi fortalecida, especialmente em São Paulo; a radicalização e difusão das Ligas Camponesas por todo o país, a partir de 1960-61. No começo dos anos 60, padres e ativistas católicos começaram a organizar ligas e sindicatos rurais por conta própria, para neutralizar a influência das Ligas e do Partido Comunista Brasileiro na organização dos trabalhadores do campo. Os sindicatos rurais católicos eram de orientação conservadora e integralista, moderados em suas reivindicações.²³

O radicalismo e o êxito organizacional dessas organizações, em especial das Ligas Camponesas, fizeram com que as elites agrárias reagissem de forma violenta contra a organização do campo, apoiando a formação dos sindicatos católicos de orientação conservadora e pressionando a implantação de uma política agrícola que pudesse conter o avanço da movimentação dos trabalhadores do campo. Cliff Welch no artigo "Rivalry and Unification: Mobilising Rural Workers in São Paulo on the Eve of the Brazilian Golpe of 1964" destacou outra forma de reação das elites frente à mobilização dos trabalhadores rurais, na década de 60, especialmente na região da Alta Mogiana (Ribeirão Preto). Ele afirmou neste artigo que a intensa militância dos trabalhadores rurais estimulou as elites agrárias a dar apoio para a conspiração que depôs o Presidente João 'Jango' Goulart.²⁴

23. STOLCKE, Verena, 1986, *op. cit.*, p.204-20.

24. WELCH, Cliff, Rivalry and unification: mobilising rural workers in São Paulo on the eve of the brazilian golpe of 1964. In: BULNER-THOMAS, Victor, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 17, part 1, Feb. 1995.

Por certo, como acabei de escrever, os anos 70 foram os anos do despertar dos intelectuais da academia e dos governantes para a presença deste personagem no mundo do trabalho do Brasil República: o trabalhador temporário, que crescia em todo o país. Por outro lado, a década de 80 foi uma década de relativo "silêncio" da academia e dos governantes em relação a essa categoria de trabalhador no cenário político. Com certeza, nessa década é o trabalhador que irá falar aos pesquisadores e aos intelectuais, entretanto de uma forma muito particular, como narrei no começo deste capítulo.

Os anos 80 iniciaram-se com a publicação de um curioso e atípico estudo com famílias de trabalhadores temporários da região de Ribeirão Preto, realizado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo ("campus" de Ribeirão Preto), compreendendo médicos, biólogos e nutricionistas, farmacêuticos e assistentes sociais que investigaram as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana, entre 1977 e 1979. Os resultados dessa pesquisa foram publicados, em 1981, no livro "'Bóias-Frias' Uma Realidade Brasileira".²⁵ Uma das poucas obras publicadas nessa época sobre o tema.

No prefácio dessa obra, parafraseando o escritor Euclides da Cunha, os autores afirmaram que "O Bóia-Fria é Antes de Tudo um Forte", e denunciaram "mais uma vez essa situação irregular e (...) desumana" dos cortadores de cana. O direito ao trabalho legal, à habitação, à alimentação, à saúde e ao transporte está sendo negado aos trabalhadores temporários, que contribuem anonimamente para o pagamento das dívidas externas contraídas em benefício dos mais ricos, escrevia o médico J. E. Dura de Oliveira, coordenador e organizador do grupo de pesquisadores.

25. OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de; OLIVEIRA, Maria Helena Silva Dutra de. (ed. e coord.). "Bóias-frias": uma realidade brasileira. São Paulo:ACIESP, 1981.

É um estudo objetivo sobre as conseqüências reais das condições de vida e da miséria do trabalhador da cana. Lançaram um olhar avaliador sobre o novo personagem do mundo do trabalho: uma multidão de homens, mulheres e crianças pobres, que a essa época - 1977 - já fascinavam os cientistas sociais, mas também ameaçavam a harmonia do tecido social. Como veremos mais adiante, a equipe de Ribeirão Preto, que também se interessou pelo fenômeno, apontou para o fato de que a pobreza em que viviam ameaçava o progresso da sociedade. Os estudos realizados por essa equipe e os pressupostos que orientaram os médicos e nutricionistas de Ribeirão Preto lembram as propostas de saneamento dos bairros operários ingleses e franceses e as preocupações de médicos e sanitaristas, escritores etc. que, observando as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora londrina e parisiense, se dividiram "entre o fascínio pelo progresso e o constrangimento do seu custo humano".²⁶

Na década de 80, essa pesquisa foi raramente lembrada por pesquisadores das áreas das ciências humanas ²⁷ e, sobretudo, esse livro sempre esteve fora do alcance dos mais interessados: os trabalhadores, os sindicatos e as entidades extra-sindicais. É um relatório científico e, portanto, não muito fácil de ser entendido por leigos. Vale a pena citar um longo trecho do artigo escrito pelo sociólogo José de Souza Martins, em resenha feita três anos após o lançamento do livro. A clareza de suas idéias dispensa análises mais detalhada do texto:

"(...) este livro trata da realidade do ser humano, expropriado e desenraizado. E procura ler e decifrar no corpo de quem trabalha, de sol a sol, nas palhas e cinzas do canaviais, os sinais físicos do trabalho bruto e (...) mal pago. É o "bóia-fria" que na maioria das

26. BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

27. Durante a minha pesquisa, encontrei apenas dois estudiosos que citaram essa obra: STOLCKE, Verena, 1986, op.cit. e MARTINS, José de Souza. "Pesquisando o corpo do bóia-fria", Folha de S. Paulo, 7 out. 1984. p.6.

vezes é o homem que já foi dono do seu trabalho, embora nem sempre dono de sua terra; (...) já foi dono do seu corpo. Agora ele é outra pessoa: o trabalho não lhe pertence, negociado a cada dia nas esquinas escuras de bairros pobres de cidades do interior. Agora é o trabalho mercantilizado que domina e subjuga o seu corpo, em nome da usina e da fazenda. E esse trabalho sujo, duro e mal pago, que estabelece os limites e condições de reprodução do corpo (...) do trabalhador: impõe uma dieta de fome regulada pelas necessidades e pela racionalidade do lucro do capital (...) na safra, trabalha demais e na entressafra vegeta no subemprego e na miséria. (...) no trabalhador volante, que se pode ver como o capital esculpe, mutilando o corpo do operário".²⁸

Além de profissionais ligados às áreas de ciências biológicas, alguns economistas orientaram a equipe para a compreensão das forças e acontecimentos que deram origem ao trabalho eventual. Para os pesquisadores de Ribeirão Preto, "a industrialização do meio urbano e o desenvolvimento da estrutura capitalista do meio rural"²⁹ foram os causadores do fenômeno.

A equipe de Ribeirão Preto recolheu informações inéditas sobre o tema investigando o "estado nutricional desses trabalhadores, a medida indireta da capacidade de trabalho desse grupo e a observação do efeito de uma suplementação alimentar na sua capacidade física"³⁰ Pesquisaram, entre os anos de 1977 e 1979, três grupos de trabalhadores, e as variáveis para os estudos foram: renda, educação, tamanho da família, condições de habitação e assistência alimentar. O primeiro foi em 1977, com 48

28.MARTINS, José de Souza, 1984, op. cit. p.6. Martins foi um dentre muitos intelectuais, cientistas sociais, economistas e sociólogos que escreveram matérias nos principais matutinos do país. No caso do jornal paulistano Folha de S.Paulo, grande quantidade de matérias e editoriais foi editada na semana dos acontecimentos em Guariba; depois, foram se tornando raros, mesmo assim foi possível encontrar ainda em outubro matérias sobre o tema, demonstrando que a greve em Guariba trouxe muita preocupação para a sociedade brasileira na época.

29.OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de ; OLIVEIRA, Maria Helena Silva Dutra de. (ed. e coord.). 1981, op. cit., p.8.

30.OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de ; OLIVEIRA, Maria Helena Silva Dutra de. (ed. e coord.). 1981, op. cit., p.1.

homens, pertencentes a famílias compostas de 5,3 pessoas com rendimento familiar de mais de 2 salários mínimos mensais. A maioria era analfabeta; 58% eram provenientes do campo e diziam que na roça se alimentavam melhor quando não dependiam da compra, mas produziam sua alimentação. Levantavam às 5hs30' da manhã, ou mais cedo, para preparar a comida; 52,02% saíam, às 6 horas, em jejum para o trabalho e 29,17% tomavam uma xícara de café puro e somente 18,75% dos trabalhadores tomavam um copo de leite com um filãozinho de pão; às 9 horas, almoçavam a comida fria que traziam na marmita, arroz, feijão e "outros" (batatinha, ovo, carne de vaca, tomate, lingüiça e sardinha, uma vez por semana cada um); as verduras frescas não levavam porque ficavam murchas até a hora do almoço; na merenda, às 13 horas, comiam as sobras do almoço ou café com pão; o jantar era às 19 horas, o mesmo do almoço; uma vez por semana tomavam sopa. O exame clínico-nutricional desses trabalhadores revelou "um indivíduo magro, que pelo peso seria classificado como desnutrido de 1o. grau"³¹; a ingestão calórica média era de 2.200 calorias, baixa para o grupo etário e para a atividade que exercem, e a sua capacidade física muito menor do que uma pessoa normal. O estudo das marmitas revelou que elas possuíam 1.033 calorias, em média.

O segundo grupo estudado em 1978 era formado por 100 famílias de uma favela de Ribeirão Preto, bem mais pobres, com ganhos abaixo do salário mínimo. As condições de habitação foram consideradas deploráveis: chão de terra batida, telhado de lata e parede de caixotes. Mais que a metade da família ingeria pinga todos os dias, consumo elevado, para repor as energias despendidas no corte da cana; a maioria dos adultos e crianças apresentava sinais de desnutrição proteico-calórica de 1o. grau; das 400 crianças examinadas os pesquisadores concluíram que o crescimento e desenvolvimento eram deficientes e, comparadas com filhos de famílias ricas, o peso de um filho de trabalhadores é de 69%, da mesma idade, e a altura é de apenas 92%.

31. José Eduardo Dutra de OLIVEIRA e Maria Helena Silva Dutra de OLIVEIRA. (ed. e coord.). 1981, op. cit., p.4.

O terceiro grupo pesquisado em 1979 veio confirmar as primeiras pesquisas: 79 famílias com idade média de 29 anos, mas incluía trabalhadores entre 13 e 70 anos; tinham os mesmos hábitos de alimentação, as mesmas condições de moradia; a altura média dos homens era de 1,65m com peso de 57kg, e suas aptidões físicas analisadas demonstraram ser inferiores ao normal. Constataram a redução no crescimento físico das crianças e concluíram que esses trabalhadores "vivem no limiar de subsistência (...) somente uma mudança que atingisse (...) diversos aspectos do problema conseguiria agir sobre a alimentação dessas populações".³²

Em quase todos os grupos pesquisados, a equipe procurou ressaltar a quantidade de bens de consumo duráveis que possuíam: televisão, eletrola, fogão a gás, panela de pressão; as crianças preferiam refrigerantes e "danone" no lugar de frutas. Assim, a baixa ingestão calórica de alimentos resultava de hábitos consumistas dos trabalhadores, que não privilegiavam a alimentação, preferindo comprar uma televisão, uma eletrola, uma panela de pressão etc... Nesse aspecto os pesquisadores enveredaram para um controvertido caminho ao emitir esse juízo de valor. Procedimento este pouco aceitável, sobretudo nessa pesquisa que parece ser prioritariamente objetiva.

Todos os grupos pesquisados foram submetidos a um experimento de alimentação suplementar fornecida por uma cozinha supervisionada pelos pesquisadores, que montavam as marmitas com uma alimentação balanceada. Os resultados foram positivos e, com base nessa experiência, propuseram ao Ministério do Trabalho um convênio para estabelecimento de um programa especial de alimentação para os trabalhadores. O convênio foi assinado em outubro de 1978, mas cancelado em maio de 1979. A equipe não entendeu o porquê do rompimento do convênio.

32. OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de ; OLIVEIRA, Maria Helena Silva Dutra de. (ed. e coord.). 1981, op. cit., p.4.

A proposta para o convênio surgiu após as primeiras conclusões do grupo sobre o estado nutricional dos trabalhadores, que revelaram uma alimentação insuficiente; logo, a sua capacidade física era inadequada e, conseqüentemente, tinham baixa produtividade e um salário baixo. Assim, a partir desse raciocínio, a equipe formulou seu pressuposto básico, de que se o trabalhador se alimentasse melhor teria melhor capacidade física, sua produtividade seria alta e seu salário aumentaria. Esses são os motivos que levaram a equipe a propor o convênio com o Ministério do Trabalho para a suplementação alimentar.

Não há dúvida quanto à relevância dos dados coletados pela equipe multidisciplinar da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Talvez nenhuma área das ciências humanas tivesse condições de realizar a pesquisa com tal objetividade. Por outro lado, os médicos e nutricionistas da equipe tiveram dificuldade para analisar e compreender os aspectos sociais e culturais que envolviam o objeto de suas investigações, pois em várias passagens do texto apontaram os hábitos consumistas dos trabalhadores como responsáveis pela miséria em que eles viviam. Os pesquisadores levam o leitor a questionar a preferência dos trabalhadores em comprar um aparelho de televisão, uma eletrola, uma panela de pressão, no lugar de adquirir alimentos ricos em proteínas. Sugerem que o estado de miséria era, então, devido aos hábitos culturais adquiridos na sociedade consumista, fato que não se deve desconsiderar, mas os pesquisadores em questão sequer relacionaram as precárias condições de vida e de trabalho com as condições de superexploração do trabalho impostas pelos patrões.

A própria equipe obteve como resposta aos questionários de "informação sócio-econômica" qual era a "fome" dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto. Eles mostraram aos médicos e nutricionistas que sua fome era de melhores condições de trabalho, transporte, salários, seguro social e direitos iguais

aos dos trabalhadores das fábricas.³³ Nas pesquisas da equipe de Ribeirão Preto faltou uma forma de abordar a questão que somente antropólogos, sociólogos, historiadores etc. teriam sido capazes de pôr em prática,, para que os médicos e nutricionistas conseguissem melhor analisar e compreender certos aspectos da vida e trabalho dos cortadores da cana.

Outro aspecto muito interessante de se ressaltar é o pensamento que está ora explícito, ora implícito em todo o corpo do livro "Bóias-Frias. Uma Realidade Brasileira". O editor e organizador da obra, Prof. Dr. José Eduardo Dutra de Oliveira, também pesquisador no grupo, apresenta a monografia parafraseando o escritor brasileiro Euclides da Cunha, com a seguinte frase "O Bóia-Fria é antes de tudo um Forte". Se o autor de "Os Sertões" referia-se ao nordestino, no final do século XIX, como sendo um elemento "forte" que suportou a exploração e a opressão, para Dutra de Oliveira e sua equipe, também o trabalhador da cana era um "forte" por suportar a fome, a desnutrição de seus filhos e as condições precárias de moradia e continuar trabalhando, apesar da violência vivenciada no dia-a-dia. É pouco provável que esses autores tenham razão quanto à existência desse homem forte brasileiro que suporta calado, seja ele o nordestino do século XIX, seja ele o cortador da cana de 1979, de Ribeirão Preto, a exploração e opressão dos proprietários. A historiografia brasileira vem, com frequência, desmistificando a presença do homem cordial em nossa história. Ao contrário, o que as recentes pesquisas em arquivos inéditos provam é que os trabalhadores brasileiros sempre, mais e mais, se rebelaram através de muitas formas de ações contra a exploração e a ganância dos proprietários, sejam os das fazendas, sejam os das fábricas.³⁴

33.MARTINS, José de Souza, 1984, op.cit., p.6.

34.Há um notável estudo que relaciona e analisa mais de 70 rebeliões de trabalhadores rurais expropriados de suas terras no Nordeste, no período do Brasil Império, entre os anos de 1850 e 1889. Entre as mais significativas, destacam-se o motin de 1851, denominado "Ronco da Abelha", ocorrido em Pernambuco, Paraíba e Alagoas, e o de 1874, curiosamente registrado como "Quebra-Quilos", na Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. A tese principal desse trabalho é que o Brasil, de 1850 a 1889, não teve a paz interna e a

Após concluir a pesquisa, a equipe propôs um convênio que garantia alimentação suplementar porque as "limitações físicas, econômicas e culturais (dos trabalhadores) representam uma mão-de-obra deficiente, com grandes prejuízos para eles e para a Nação". Se para os trabalhadores não bastava aplacar a fome, para os médicos a supressão da subalimentação resolveria todas as carências dos trabalhadores.

Ficou evidente para os pesquisadores que alimentar bem os trabalhadores faria com que produzissem mais, o que seria bom para a "Nação", bom para os usineiros porque produziriam mais açúcar e álcool em menor tempo. Contudo, os cientistas não atentaram para outro tipo de fome, também sentida pelos trabalhadores: a fome de aumento de salário, registro em carteira de trabalho, melhores condições de transporte, seguro social, os mesmos direitos dos trabalhadores de fábrica. Fome por melhores condições de vida e de trabalho, que a suplementação alimentar proposta pelo convênio não daria aos trabalhadores.

Por outro lado, os usineiros souberam usar muito bem as pesquisas dos médicos e nutricionistas. Em 27 de dezembro de 1982, um jornal paulistano publicou matéria, assinada pelo jornalista Jair Borin, com o título "Produtividade cresce com a 'bóia-quente'", contando que a usina Santa Adelaide, localizada em Dois Córregos, na região de Ribeirão Preto, passou a fornecer alimentação quente balanceada, com o volume de calorias recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS -, no local de trabalho. Inicialmente, trinta cortadores foram beneficiados pelo projeto do engenheiro agrônomo Humberto César Carrara. Ele observou que a produtividade dos trabalhadores caía após as 14 horas e os acidentes com o facão também aumentavam no final da

estabilidade que os historiadores monarquistas gostariam que tivesse. Ver MONTEIRO, Hamilton M. Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília:Horizonte, 1980. Para o estudo das normas disciplinadoras do Estado Imperial, alterando os costumes tradicionais dos trabalhadores rurais expropriados de suas terras, no Nordeste brasileiro, em uma fase de desenvolvimento do capitalismo, ver MARSON, Isabel. Trabalho livre e progresso. Revista Brasileira de História, v.4, n.7, p.81-93, mar.1984.

jornada de trabalho. Em 1980, a usina perdeu 20 milhões de cruzeiros em canaviais que não foram colhidos por "escassez de mão-de-obra", argumenta o jornalista. Por outro lado, é bom lembrar aqui as razões que historicamente levaram os trabalhadores a recusar o trabalho: as péssimas condições de vida e de trabalho e os baixos salários, fatores que dificultaram a disciplinarização do trabalhador pelo capital. A superexploração do trabalhador, personificada pelas péssimas condições de vida e trabalho, foram sempre confundidas com "falta de braços", eterno lamento da classe dominante no Brasil.³⁵

Com o projeto da alimentação quente servida no eito, a produtividade do cortador cresceu 26% na safra de 1982, e diminuíram as faltas e os acidentes de trabalho. O projeto atingiu, em 1983, mil trabalhadores da usina Santa Adelaide e, "para evitar paternalismo", informa o jornal, a usina cobrava Cr\$ 435,00 por sete vales de refeição.³⁶ De 1982 em diante, muitas usinas da região de Ribeirão Preto desenvolveram projetos de suplementação alimentar para seus trabalhadores no eito, instalando cozinhas-modelo nos canaviais.³⁷ Entretanto, a refeição servida no eito, balanceada e quente, não foi suficiente para impedir que os trabalhadores da cana lutassem, dois anos mais tarde, contra a fome, por justiça, pelo direito de dormir e sonhar com a liberdade. A greve dos trabalhadores em Guariba aconteceu em 1984, apesar dos inúmeros projetos de alimentação balanceada e oferecida no local de trabalho, que nasceram após os resultados da equipe de pesquisadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

35. Para a discussão sobre a questão do trabalho - escassez de mão-de-obra, mercado de trabalho, abolição e imigração -, ver HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. Revista Brasileira de História, v.3, n.6, p.80-120, set.1983. Ver também EISENBERG, Peter L., op. cit., 1989.

36. ALIMENTAÇÃO quente retém bóia-fria e eleva produtividade. Folha de S.Paulo, 27 dez. 1982. p.7.

37. CANAVIAIS da Ira. Isto é, São Paulo, 1984, n.393, p.32-37, 4 jul. Esse artigo informa que em junho de 1984, algum tempo após o movimento em Guariba, a usina Santa Elisa, buscando aumentar a produtividade do cortador de cana, passou a oferecer 650 "marmitas quentes" no eito, inspirada nas pesquisas e resultados da equipe multidisciplinar da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Enquanto a academia produzia inúmeros estudos monográficos e acaloradas discussões sobre a saga desses homens e mulheres, andarilhos do capital, a grande imprensa e a imprensa "alternativa" dos anos 70 já apresentavam ao leitor algumas informações - sobretudo a grande imprensa - e muitas narrativas - especialmente a imprensa alternativa - sobre as condições de vida e trabalho desses homens e mulheres, sujeitos expropriados e desenraizados de sua identidade cultural.³⁸ Sem dúvida, a expropriação da terra não foi a única perda que o homem do campo sofreu nesse processo. A desarticulação de muitos elementos definidores das suas manifestações culturais, a sua peculiar percepção do tempo que regulava a relação lazer e trabalho, e muitas outras perdas, serão resgatadas estrategicamente pela Comissão Pastoral da Terra, na tentativa de organizar os cortadores de cana em torno de sindicatos e da própria CPT, após 1979, na região de Ribeirão Preto. Aqui, apenas antecipo uma das questões que irei abordar, com mais detalhes, no terceiro capítulo.

Ao longo da década de 70, na grande imprensa, os trabalhadores eventuais quase sempre apareciam apenas como vítimas de mais um acidente rodoviário nos "caminhões de turma". A título de exemplo, em 1979, somente no estado de São Paulo, ocorreram 43 acidentes rodoviários, que fizeram 447 vítimas, dentre elas 26 mortos, e o restante com ferimentos graves ou

38. O conceito de "desenraizamento" do homem encontra-se no interessante estudo da historiadora Maria Stella M. Bresciani, "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)", sobre a sociedade industrial inglesa. Nessa nova era, uma nova sensibilidade e temporalidade vêm surgindo ao lado das máquinas (fábricas), multidões e cidades. O trabalhador inglês que passou pelo processo de expropriação dos seus meios de reprodução é um homem pobre desenraizado, alvo dos olhares avaliadores da sociedade burguesa - médicos, engenheiros, arquitetos, sanitaristas, governo, intelectuais - que define estratégias disciplinares para conter os trabalhadores pobres circunscritos às fábricas e aos seus bairros na periferia das metrópoles industrializadas. Esse homem sofreu várias perdas, que, conforme a autora, foram: do tempo regido pela natureza pelo tempo regido pelo relógio; no trabalho, perdeu suas condições objetivas e as ferramentas sobrepuseram-se ao homem; no sistema de trabalho, perdeu as relações pessoais, vencendo a mercantilização da força de trabalho; e, finalmente, perdeu seu habitat natural; na cidade, o tempo ficou cingido em tempo do patrão e lugar do trabalho, contra o lugar do descanso e de moradia. Ao final, o trabalhador perdeu sua identidade cultural. Ver BRESCIANI, Maria Stella M. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades do século XIX)*. *Revista Brasileira de História*, v.5, n. 8/9, p.35-67, set.1984/abr.1985, p.35-67.

leves.³⁹ Essas tragédias, que ocorreram nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Araçatuba, Bauru e Presidente Prudente, eram minuciosamente contadas nas páginas dos jornais regionais e da capital paulista. A notícia que se transformava em algo extraordinário, espantoso...

Uma das primeiras matérias que se preocuparam em descrever o cotidiano dos trabalhadores temporários apareceu no dia 21 de outubro de 1970, em um semanário paulista que publicou um pequeno artigo, de duas colunas, na seção Comportamento, com um título bastante sugestivo: "Os miseráveis", uma clara alusão à obra clássica do romancista francês do século XIX, Victor Hugo. Ainda era dessa forma, como pobres e miseráveis, merecendo espaço em uma seção destinada apenas a saciar a curiosidade do leitor da classe média, que a maioria das matérias da grande imprensa passava então a expressar a presença dos trabalhadores no cenário nacional. O autor da matéria informa-nos sobre o cotidiano de 150 mil trabalhadores, do norte do estado do Paraná, que viajavam em grupos de 60 a 70 pessoas em "desmantelados caminhões (...) despejados em uma lavoura qualquer", onde cultivavam o café, milho, soja, amendoim, feijão. Surgiram após a política de erradicação dos cafezais paranaenses em 1964, quando 526 milhões de cafeeiros desapareceram, desempregando centenas de famílias de colonos paranaenses. Apresenta a figura do "gato" como um agenciador da força de trabalho que desempenhava o papel do intermediário entre os "fazendeiros despreocupados" e os "trabalhadores desempregados". O "gato" é descrito nessa matéria como um "novo personagem esperto, frio e indiferente".⁴⁰

Fala sobre a indignação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná - FTAP - que, em insistentes relatórios ao delegado do trabalho de Curitiba e ao ministro do Trabalho, Júlio Barata, denunciava a situação ilegal dos trabalhadores

39. Correio Popular, Campinas, 16 maio 1982.

40. Veja, São Paulo, 21 out. 1970.

eventuais no Paraná, postulando que "não se podem negar os direitos dessa gente, pois o preço do desenvolvimento não deve ser pago pelo mais fraco". Os "direitos dessa gente", que a federação reivindicava, eram: o registro em carteira profissional, a esperança da aposentadoria, o seguro contra acidentes e o direito à assistência médica. E ainda denunciava a luta de milhões de brasileiros pelo desenvolvimento do país, enquanto outros poucos - os "despreocupados" fazendeiros - pouco se importavam com a miséria, o mal-estar, a intranquilidade e a injustiça em torno de si.⁴¹

Por certo, essa pequena matéria despertou o interesse da grande imprensa para além das páginas comumente reservadas às tragédias rodoviárias e criminais dos matutinos. Em 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - publicou o recadastramento da mão-de-obra na agricultura. Esses dados estatísticos baseavam-se apenas em estimativas. A região Sudeste - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro - contava com 1.919.296 trabalhadores temporários e 427.540 trabalhadores permanentes; na região Sul - Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina - existiam 805.230 temporários e 196.558 permanentes.⁴² Em 1975, somente no estado de São Paulo, havia 226.047, sendo que 31% eram homens e mulheres menores de 15 anos e 15% homens e mulheres maiores de 15 anos.⁴³

Essa presença significativa de trabalhadores eventuais, zigzagueando por todos os estados brasileiros, atraiu o interesse de jornalistas e intelectuais, articulistas ou não, de periódicos denominados, na época, de jornais "alternativos", porque imprimiam em suas páginas posições políticas de esquerda, sempre favoráveis aos trabalhadores, contra o regime de exceção implantado pelos militares. Enfim, esses jornais eram

41. OS MISERÁVEIS, 1970, op. cit.

42. Ver estatísticas cadastrais/4, recadastramento em 1972 - INCRA, Apud FERREIRA, Joaquim Pedro, O Capitalismo no Campo. Movimento, São Paulo, 27 out. 1975, p.14.

43. Instituto de Economia Agrícola de São Paulo. Apud STOLCKE, Verena, 1986, op.cit., p.265.

considerados a resistência da liberdade de imprensa no Brasil. Por isso, os jornais **Opinião**, **Movimento**, **Versus** etc. eram dirigidos a um grupo restrito de leitores. É certo que a imprensa alternativa produziu muito mais que três ou quatro artigos sobre o tema; selecionei apenas os mais significativos, uma amostragem, para saber como essa imprensa compreendia, analisava e apresentava ao seus leitores a questão. Vejamos então alguns deles.

Em novembro de 1973, o jornal **Opinião** publicou um artigo com o seguinte título: "Os novos personagens do campo: os bóias-frias". O autor da matéria se refere aos trabalhadores como "uma estranha categoria (...) chamada bóias-frias", vítimas constantes de acidentes nas estradas do norte do Paraná. A temática de seu artigo é o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em Brasília, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - quando o ministro do Trabalho, Júlio Barata, disse que "No panorama de um universo confuso e angustiado somos os brasileiros de hoje, um povo feliz". Pensamento um tanto estranho à realidade, porque os trabalhadores viviam um dos momentos de maior repressão a qualquer forma de organização. Mais estranho ainda porque o ministro havia recebido, em 1970, da FTAP, relatórios denunciando a miséria e a exploração dos trabalhadores eventuais do norte do Paraná. O artigo informa que, dos 40 milhões de trabalhadores no campo e 2 milhões de sindicalizados, somente 700 congressistas, quase sempre presidentes de sindicatos rurais, estavam presentes no congresso. A matéria destaca a difícil tarefa de organizar os trabalhadores; atribui os problemas à dispersão em grandes áreas, ao trabalho familiar, à grande oferta de mão-de-obra que obriga a um relacionamento particular com o patrão; reafirma que é difícil formar um sindicato no campo; omite, apesar de ser um jornal alternativo à grande imprensa, o importante papel da repressão do aparato militar aos sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos

na época e a dispersão das lideranças operárias: o exílio ou a eliminação física.

Os representantes de cada estado falavam das dificuldades da sua região e defendiam a posse da terra para quem nela trabalha. O presidente da FTAP, José Lázaro Brandão, pediu ao Ministério do Trabalho que obrigasse os empreiteiros a formarem "empresas de contratação", fiscalizadas pelo Ministério e pela Polícia Rodoviária. O articulista ressalta no final a falta de consciência política do trabalhador rural. Virgulino Silva pertencia ao sindicato, mas não sabia o nome do presidente, nem quanto pagava de contribuição. Em 1973, ele acreditava que aquele congresso serviria "para muita coisa, porque o nosso governo está aí para isso mesmo", mas era um trabalhador com as mãos bem tratadas, bem diferente dos que relatavam as duras condições de trabalho no campo, diz o jornalista.

Como resultado desse congresso, foi elaborada a Carta de Brasília, que: 1) defende que a terra não deve ser de poucos; 2) exige o cumprimento das normas legais que estruturam e protegem o trabalho - referência ao Estatuto da Terra e ao Estatuto do Trabalhador Rural, criado havia dez anos, e à legislação trabalhista em geral; 3) reconhece e proclama "o esforço do governo federal, no sentido de proporcionar ao trabalhador rural melhores condições de vida", quer através do aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho, quer através da Previdência Social; 4) exige que ao trabalhador seja assegurado o direito à moradia e ao trabalho. Belas palavras, sobretudo aquelas de saudação ao governo militar, não fosse bem outra a realidade que os sindicalistas rurais, nesse congresso, pareciam desconhecer.

Na mesma página, um bom artigo - "Gatos e bóias-frias" -, resultado de uma viagem de estudos ao norte do Paraná, da socióloga Leila Stein, mostra um quadro oposto às conclusões otimistas do II Congresso. Com certeza, os sindicalistas

presentes no congresso de Brasília não possuíam a dimensão do problema a ponto de crerem no governo federal como agente na solução do problema. Ela investigou a vida de trabalho e transcreveu muitos depoimentos de trabalhadores e fazendeiros. Conta sobre os tempos dos cafezais nas terras roxas paranaenses, atraindo famílias de migrantes mineiros, pernambucanos e baianos, absorvidos no sistema de colonato. A erradicação do café de 1963, como medida de controlar a superprodução e regular os preços do café no mercado internacional, é para a socióloga a força que gerou o trabalho eventual no Paraná, que passou a desenvolver outras culturas: soja, milho, amendoim, voltando ao café em 1968. A pecuária foi uma atividade de transição: "a melhor terra do mundo merece mais digna destinação", diziam os fazendeiros. O Estatuto do Trabalhador e o Estatuto da Terra, um corpo de legislação trabalhista que garantia férias, 13o., adicionais e indenização por tempo de serviço, e a política de erradicação dos cafezais, foram para a socióloga a força que provocou a exclusão das famílias de colonos da organização das fazendas paranaenses.

Os conflitos latentes entre colonos e fazendeiros pelas indenizações resultaram em muitos processos na Justiça do Trabalho.⁴⁴ Ela destaca algumas histórias de vida: "Seu" Alfredo, filho de imigrantes portugueses, vivia do trabalho incerto. Depois de trabalhar a vida toda nos cafezais, aos 56 anos, foi despedido de uma fazenda de café que passou à pecuária. Sua indenização foi uma casa de madeira que, desmanchada, pôde ser transferida para uma favela da cidade. Uma política de financiamento bancário exigindo altos investimentos na produção - inseticidas, sementes selecionadas etc. -, a mecanização facilitada para a grande propriedade, as mudanças constantes dos tipos e culturas são outros fatos apontados pela autora do artigo para explicar a origem do trabalho baseado no "sistema de

44. Milhares desses processos encontram-se empilhados em duas salas improvisadas, absolutamente impróprias para tal finalidade, no prédio do Departamento de História, da Universidade Estadual de Maringá, correndo sérios riscos de destruição e "norte" de boa parte da história social do trabalho no norte do Paraná.

empreitada". Essas informações, dadas por Leila Stein, mostram que o governo federal estivera pouco interessado em solucionar as questões sociais desencadeadas pelo processo de expropriação do homem do campo, como acreditou a Carta de Brasília.

A autora conta como surgiu o empresário moderno no norte paranaense. Conforme suas pesquisas, são jovens, usam bermudas, tomam uísque e crêem na substituição do homem pela máquina: são os plantadores de soja e de trigo. Uma fala muito interessante e irônica desses jovens empresários do campo foi registrada pela socióloga: "Os bóias-frias gostam da liberdade de ir e vir. Só o passeio de caminhão os diverte. São preguiçosos: quando produzem em um dia o ganho de dois, invariavelmente faltam no dia seguinte". Além do que, para os fazendeiros, o "gato" era um "mal necessário", atribuindo a ele a miséria dos trabalhadores. Apesar de longa, a citação que faço a seguir é uma descrição muito precisa de como agia o empreiteiro em quase todas as regiões do país, assim permanecendo até as vésperas dos distúrbios em Guariba. Vejamos então por que lhe foi atribuída a alcunha de um animal lembrado sempre por sua astúcia, mas também por seus hábitos pouco leais:

"Enquanto procura conseguir o maior pagamento possível dos fazendeiros, o "gato" procura pagar o mínimo possível aos bóias-frias": ele vive dessa diferença de 10 a 12 cruzeiros que os donos das terras atribuem a cada trabalhador rural por dia de 12 horas de trabalho; o "gato" retira para si uma participação que vai de 20% a 50%. O empreiteiro substitui o patrão e o capataz; controla o tempo de execução das tarefas e usando mil e um artifícios - como atrasar o pagamento e não pagar o combinado - explora os trabalhadores sem nenhum controle. A possibilidade de discordar é dificultada ao trabalhador desde que ele não tem meios de saber quanto o empreiteiro combinou com o

proprietário, e se o pagamento foi ou não foi feito".⁴⁵

Leila Stein informa que os trabalhadores paranaenses viajavam nos "caminhões de turma" uma distância de 100 km até chegarem à "roça". Amontoados nas carrocerias cobertas com toldos, os caminhões levavam entre 60 e 70 trabalhadores. Viagens que não lembram os tranquilos "passeios", como dizia o fazendeiro. Para "Seu" Jorge Mineiro, trabalhador temporário, a viagem entre sua casa e a lavoura sempre poderia ser interrompida por um acidente com vítimas fatais.

Os conflitos trabalhistas entre empreiteiros e trabalhadores começavam nos sindicatos e terminavam muitos meses depois na Justiça do Trabalho. A morosidade da justiça desestimulava o trabalhador a procurar o sindicato para resolver seus conflitos com o "gato". O empreiteiro sempre burlava a legislação, não comparecendo às audiências ou convencendo outros trabalhadores a deporem contra seus próprios companheiros. Para finalizar a matéria, a socióloga descreve uma favela de uma cidade do norte do Paraná, mostrando que os valores culturais antigos, do tempo em que os colonos moravam nas fazendas de café, em 1973, já não existiam mais: moravam em favelas com ruelas estreitas, em cômodos de quatro metros quadrados, sem mínimas condições de higiene, com mais de cinco filhos, aos quais não restava opção: trabalhar com os pais nas lavouras, transformarem-se em pedintes de escolas nas ruas das cidade e, para as filhas, a prostituição. Tal era o ambiente promíscuo em que viviam, mesmo que tudo isso despertasse o horror declarado dos pais, mas também era uma situação sem solução:

"Isto aqui é uma sujeira, um lixo. Quatro de meus filhos já ficaram doentes desde que cheguei. Se desse para a gente sair daqui

45. STEIN, Leila. Gatos e bóias-frias, *Opinião*, São Paulo, 4 a 11 jun. 1973, p.7.

seria bom. Mas a gente não tem para onde ir. Na roça ninguém quer mais a gente".⁴⁶

A partir de 1975, o jornal **Movimento** passou a publicar uma seção denominada "Cenas Brasileiras", dedicada à análise dos trabalhadores temporários. Murilo de Carvalho, na época repórter do jornal, viajou durante 60 dias pelas lavouras do sul de Minas Gerais, Paraná e São Paulo para conhecer "o novo, grande e sofrido personagem do campo brasileiro: o volante". O diário desse jornalista-viajante e narrador contém muitas histórias de vida dos trabalhadores eventuais que percorriam esses estados em busca de trabalho temporário. O autor utiliza também as conclusões dos sociólogos e economistas, apresentadas nas páginas acima, para compor sua matéria. Muitos depoimentos de trabalhadores e empreiteiros - os turmeiros - ilustram esse interessante artigo. Destaquei alguns que relatam características marcantes e generalizadoras do sistema de trabalho por empreitada. Sobre a movimentação entre os estados, o depoimento de "Seu" Geraldino, 58 anos, é significativo:

"Nós estamos indo para Três Pontas, em Minas. Antes nós morávamos no município de Rolândia, no Paraná; a gente era trabalhador volante, trabalhava com um empreiteiro de turma lá. Mas agora veio a geada e no ano que vem vai faltar serviço, por isso vamos pra Minas; diz que a geada não bateu tão dificultosa por lá. É que nós somos de Minas mesmo, faz 16 anos que viemos pro Paraná, eu, mulher e os dois filhos mais velhos. Viemos na influência de melhorar de vida (...). A gente vai voltando pra Minas por precisão, se pudesse ficava no Paraná: os filhos mais velhos casaram por lá (...). Mas fazer o que? A vida do roceiro anda difícil, só dá trabalho por dia, os fazendeiros não querem saber de deixar a gente morar nas fazendas, é só o diário e olhe lá. Agora com essas geadas (...) no ano que vem ninguém vai ter lavoura de café

46. STEIN, Leila, 1973, op.cit. p.7.

produzindo e os trabalhadores vão ficar sem emprego".⁴⁷

A relação entre o empreiteiro - também denominado de "turmeiro" - e os trabalhadores passava pela questão da disciplina do trabalho e pela produtividade do trabalhador, conforme o depoimento de José Messias, um turmeiro de Paraguaçu, Minas Gerais, colhido por Murilo Carvalho:

"A gente tem que escolher uma turma boa, trabalhadeira, senão o serviço não rende, fica mal feito e o dono da fazenda não fica satisfeito. A gente não faz distinção, pode ser homem, mulher, menino, mas tudo tem que trabalhar direito".⁴⁸

Se por um lado o turmeiro exigia disciplina e produtividade, por outro os trabalhadores também procuravam prevenir-se contra uma prática muito comum de exploração e usurpação do trabalho: o empreiteiro recebia do fazendeiro, mas pagava menos do que o combinado com o trabalhador, ou ainda não pagava. Era fator determinante para a relação o fato de José Messias "pagar direitinho", como afirmou D. Maria Jorgina, 46 anos, havia cinco anos como trabalhadora temporária em Paraguaçu: "Seu Messias arranja sempre serviço para nós, a gente trabalha com ele e sabe que recebe o pagamento direitinho".⁴⁹ Essa relação tranqüila e respeitosa entre empreiteiro e trabalhadores deve ser vista com certa reserva. É certo que as relações entre o turmeiro - instrumento do capital⁵⁰ - e os trabalhadores temporários eram muito conflituosas.

Sempre que ouvimos histórias sobre os trabalhadores eventuais, os "caminhões de turma" aparecem como um aspecto muito importante no cotidiano de todos os agentes sociais envolvidos no

47. CARVALHO, Murilo, Volantes (especial). Movimento, São Paulo, 27 out. 1975, p.12.

48. CARVALHO, Murilo, 1975, op. cit. p.13.

49. CARVALHO, Murilo, 1975, op. cit. p.13.

50. Sobre a figura do "turmeiro", que existiu desde os anos 60, na região de Campinas, ver STOLCKE, Verena, 1986, op. cit. p.242-55.

sistema de empreitadas, sejam fazendeiros, sejam turmeiros, ou sejam empreiteiros, trabalhadores, usineiros etc. Há pouco demonstrei o que o fazendeiro pensava do transporte de seus trabalhadores, que começava na porta de suas casas e terminava no local de trabalho. Para o fazendeiro era um passeio que dava prazer aos trabalhadores. Vejamos o que pensa uma trabalhadora de Paraguaçu, Minas Gerais: "Eu tenho medo de andar nessa condução, fico nervosa, a gente vem saltando na carroceria tomando vento".⁵¹ Essa fala retrata o medo e a tensão que suportam todos os dias na ida e na vinda do trabalho. Parece que essa situação em nada se assemelha com um passeio dominical, à beira de um lago azul, como sugeria o fazendeiro paranaense do final da década de 70.

Murilo Carvalho questiona, em seu artigo, se as geadas de julho de 1972, nos cafezais do Paraná, foram as únicas causas de uma grande e contínua movimentação de trabalhadores rurais nas estradas do centro-sul brasileiro. Entre um depoimento e outro, o autor relaciona outras forças e acontecimentos que gestaram esse tipo de relação de trabalho; nenhuma novidade além daqueles elementos que os estudiosos de Botucatu, a socióloga Maria Conceição D'Incao e outros colocavam na época: a crescente modernização da agricultura, tendo como consequência a mecanização de algumas culturas, a expansão da área plantada de culturas comerciais para exportação (soja e milho) e a extensão da legislação trabalhista ao homem do campo - os estatutos - que, teoricamente, significavam alguma proteção legal para os trabalhadores.

Enfim, o jornalista-viajante realizou nesse artigo uma boa síntese de todas as discussões da época sobre o tema. Seus artigos e os da socióloga Leila Stein, as pesquisas de campo de Verena Stolcke, diferenciam-se dos demais artigos e trabalhos acadêmicos aqui analisados, porque ultrapassam a simples

51. CARVALHO, Murilo, 1975, op. cit. p.13.

informação. Os textos desses contadores da saga dos trabalhadores eventuais do Brasil, na década de 70, possuem um conteúdo narrativo e épico da verdade, pois abordam seus objetos através da própria consciência dos trabalhadores. Dão voz aos homens, mulheres e crianças, andarilhos para o capital. São narradores de histórias que trocam experiências com seus curiosos ouvintes.⁵²

Em um "box", à parte de sua matéria publicada no jornal **Movimento**, o autor reproduz um trecho da árdua pesquisa da antropóloga Verena Stolcke sobre as mulheres volantes de Aguas Claras, no estado de São Paulo. Se o escritor Murilo Carvalho e a antropóloga Verena Stolcke demonstraram ser muito pouco afetos às áridas discussões teóricas, mais dedicados, portanto, aos estudos das formas de exploração, que não encantavam os economistas e outros estudiosos, ainda assim foi impossível obter nos escritos do jornalista e da antropóloga respostas às questões: como, de que maneira, quando e onde esses trabalhadores expressavam sua resistência a tanta exploração, opressão e miséria. Onde estaria contida essa resistência? Existiria realmente alguma forma de conflito de classe? Esta era uma questão que ainda não aparecia nos escritos dos estudiosos do tema na década de 70.

Dois anos após a publicação de seus artigos no jornal **Movimento**, o jornalista-viajante Murilo Carvalho lançou um livro de contos. O título, bastante sugestivo - "A Cara Engraçada do Medo"⁵³ -, reúne 13 contos que escreveu inspirado em histórias de homens, mulheres e crianças que ele ouviu em suas viagens pelos

52.Sobre o sentido épico da narração, que remonta desde a Antiguidade e que a imprensa burguesa - instrumento do capitalismo - fez recuar ao privilegiar a notícia carregada de informações, a notícia extraordinária e maravilhosa, em prejuízo do contexto psicológico presente nas narrações dos antigos viajantes que, retornando de lugares longínquos, contavam o que tinham visto e vivido, ver BENJAMIN, Walter. O Narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:GRUNNEWALD, José Lino et al. (trad.) Textos Escolhidos. 2. ed. São Paulo:Abril Cultural, 1983. p.57-64. Murilo de Carvalho, um jornalista, percorreu os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná ouvindo histórias para contá-las em artigos para jornal e em um livro de contos; Verena Stolcke, a antropóloga, foi a campo - nas fazendas da região de Campinas - ouvir dos próprios sujeitos da história suas experiências; e Leila Stein, a socióloga, aventurou-se pelas cidades paranaenses para aprender com os trabalhadores algo sobre aquele fenômeno tão recente nas fazendas deste estado.

53.CARVALHO, Murilo. A cara engraçada do medo. São Paulo:Hucitec, 1977.

estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Murilo de Carvalho estruturou suas narrações com personagens sem nome; as famílias de ex-colonos, protagonistas das histórias, encarnam uma ficção, porque se trata de obra literária, mas encarnam, também, através do "realismo enxuto" do contista, a verossimilhança com as experiências vividas pelo trabalhador temporário pelo Brasil afora.

No ano em que foi lançado o livro, 1977, Fábio Lucas, escritor e crítico literário, que resenhou essa e outras obras classificou-a como uma obra literária. Fugindo dos parâmetros da ficção burguesa, fixou admiravelmente o novo personagem político no cenário nacional.⁵⁴ A "Cara Engraçada... foi reservado um lugar ao lado das obras clássicas "Terras do Sem Fim", de Jorge Amado, e "São Bernardo", de Graciliano Ramos, como uma obra em que o romancista tem a visão interior da consciência do personagem; o narrador tenta perceber o fluxo da consciência moral dos personagens, geralmente inspirado nas classes trabalhadoras: operário, índio, negro, trabalhador rural etc. Assim, Murilo de Carvalho cria seus contos tendo por amostragem as histórias de vida e de trabalho de mais de 5 milhões de trabalhadores temporários que viviam no Brasil.⁵⁵

Dentre os treze contos escolhi apenas três histórias, conforme a importância dos problemas que colocam e que são muito comuns, ou seja, podem ser generalizados para a análise e compreensão do objeto em estudo. O primeiro conto - "As dez horas a gente almoça" - trata de uma bela trama que conta a história de dois irmãos, apanhadores de café. O tema é a alimentação. No conto, a marmitta de alumínio nova de um deles, contendo apenas mandioca cozida e fria, transforma-se num virtual banquete. No sonho do trabalhador, naquele dia, ele comeu frango assado no forno de lenha, beterraba, filé, arroz de forno.

54.LUCAS, Fábio. O trabalhador na literatura brasileira. Leia, Rio de Janeiro, maio 1985, v.3, n. 79, p. 40.
55.Ver estatísticas cadastrais/4, op.cit.

No segundo - "Consolar os aflitos" -, o tema é a velhice e a derrota. Descreve um trabalhador na enfermaria de um hospital, no setor reservado aos suicidas, relembrando um dia de sua vida de trabalhador temporário. Logo de madrugada, ao perceber as latas de alimento vazias e os netos pequenos para alimentar, cresceu nele uma raiva que não tinha rumo, que ele não podia dirigir para ninguém; não tinha dinheiro para comprar alimentos, pois o turmeiro só pagaria no final da jornada semanal de trabalho. Era ainda segunda-feira, mas ele também não tinha trabalho, porque estava muito velho e cansado para ser contratado pelo turmeiro. O velho trabalhador entra em desespero e corta a veia jugular com uma faca de cozinha.

A terceira e última história - "Roubar o próximo" - trata da relação entre o turmeiro e administrador da fazenda de café e os trabalhadores. Um trabalhador adolescente, novato na "turma", é acusado, sem provas, do roubo de meio saco de café que já estava estrategicamente colocado do outro lado da cerca, pronto para ser embarcado no caminhão, no retorno do trabalho. O jovem trabalhador acusado de roubo é duramente torturado pelo turmeiro e seus dois sobrinhos, esfolado e coberto de sal grosso. Demitido do trabalho, saiu pela estrada em direção ao asfalto, de cabeça baixa, engolindo um nó grosso de ódio - um duro nó de ódio na garganta.

Em meados da década de 70, deveriam ser muito diversificadas as resistências dos trabalhadores à dominação que o novo sistema de empreitada exercia no cotidiano do trabalho. Se é possível generalizar as diferentes reações que os personagens da ficção de Murilo de Carvalho vivenciaram, podemos crer que elas existiam, porém compunham um quadro das chamadas resistências "surdas", expressadas em soluções individuais como o suicídio, o ódio represado na garganta, até na atitude de escapismo e mistificadora do real, como o sonho, aqui no sentido de devaneio. Toda e qualquer forma de resistência dos

trabalhadores à exploração e dominação está sendo considerada pela historiografia recente sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil como legítima e digna de serem retiradas da história marginal das classes trabalhadoras e analisada com o mesmo interesse dispensado às formas organizadas da classe em partidos e sindicatos.⁵⁶ Em meados dos anos 70, os trabalhadores eventuais talvez resistissem de forma solitária, em pequenos grupos, de forma quase invisível, através da expressão do ódio ao turmeiro, através do suicídio e até do sonho.

Em busca de uma resposta para essa questão, a Comissão Pastoral da Terra do estado de São Paulo, em 1979, orientou seus agentes pastorais, através de um questionário, para levantar a trilha que possivelmente levaria às resistências individuais ou por "turma", tal como o nosso narrador conta em "A Cara Engraçada do Medo". Mas, em 1984, as formas de resistência dos trabalhadores - o fluxo de sua consciência interna - tomaram outros rumos e foram significativamente transformadas em luta de classe, como vimos no início do primeiro capítulo e como ainda veremos até o final deste trabalho.

O tema dos trabalhadores eventuais também aguçou a curiosidade de compositores brasileiros. Aldir Blanc e João Bosco compuseram uma marcha-rancho chamada "Os Bóias-Frias". Essa insossa marchinha diz que os trabalhadores "quando tomam umas birritas" sonham com goiabada-cascão e "o beijo de uma mulata chamada Leonor". Por certo os autores não deixavam de ter razão

56. HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, Revista Brasileira de História, v.3, n.6, p.80-128. set. 1983. Para o estudo sobre as múltiplas formas de resistência dos colonos do café, no início do século, em todo o estado de São Paulo, onde, ao lado das greves organizadas, também as manifestações individuais - como o assassinato, por colonos, do fazendeiro paulista Francisco Augusto Almeida Prado - compunham o quadro de conflitos (luta de classes) entre o capital e o trabalho, conflitos estes considerados pelos autores como principal força para as transformações das relações de produção nas fazendas cafeeiras, ver também HALL, Michael M.; MARTINEZ-ALLIER, Verena. Greves dos colonos na Primeira República. (mimeo). Para uma discussão teórica sobre as formas "surdas" de resistência e as estratégias ocultas de subordinação e controle, ver FENELON, Déa. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação, Revista Projeto História. História & Historiografia, n.4, p.21-37. junho/85. A historiadora considerou as resistências individuais e as resistências "surdas" - ou em pequenos grupos - como parte das forças que movem a luta de classes e que não devem ser marginalizadas no estudo da história social do trabalho.

quanto à importância da aguardente no cotidiano desses trabalhadores, mas se seus sonhos, na década de 70, ficavam circunscritos à goiabada-cascão, ao amor de uma mulher ou a um banquete virtual na marmita fria, não vamos generalizar; com certeza havia alguma forma de luta, de resistência contra a exploração. Após 1984, talvez essa marcha-rancho não fizesse tanto sucesso, se fosse reeditada pelos compositores.

Prosseguindo com suas reportagens sobre a saga dos trabalhadores eventuais, o jornal **Movimento** publicou, em sua edição do dia 30 de agosto de 1976, interessante matéria assinada por Sérgio Buarque, com o título: "Com que sonham os Bóias-frias? Com goiabada-cascão ou um pedaço de terra"⁵⁷. O tema de sua matéria é a institucionalização do sistema de empreitada através da criação de cooperativas e da sindicalização dos trabalhadores, controlada pelo Estado. O jornalista expressa claramente sua opinião contra o tradicional paternalismo assistencialista do governo brasileiro na solução do problema. Após meados da década de 70, o Estado e a sociedade civil passaram a pensar projetos e soluções para o trabalhador temporário.

O artigo prossegue dando um bom exemplo do paternalismo assistencialista do Estado na questão do trabalhador temporário: o projeto do deputado Guaçu Piteri, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB -, apresentado na Câmara dos Deputados de São Paulo, em 1976. Esse confuso projeto propunha criar cooperativas que empregassem os trabalhadores temporários. No 10. Simpósio Estadual de Cooperativismo, sua tese ganhou força e foi levada ao governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins. As cooperativas seriam empresas de trabalho temporário na lavoura, registradas pelo FUNRURAL e responsáveis pelo emprego dos trabalhadores nas fazendas, pagando-lhes os direitos previstos na legislação trabalhista. Os próprios empreiteiros -

57. BUARQUE, Sérgio. Com que sonham os bóias-frias? Com goiabada-cascão ou um pedaço de terra?. Movimento, São Paulo, 30 ago. 1976. p.6.

os "gatos" - seriam os donos dessas empresas. Para José Gomes da Silva, as cooperativas iriam institucionalizar o trabalho temporário no Brasil. Para completar esse confuso projeto, na opinião do autor da matéria, a Organização das Cooperativas Paulistas - Ocesp - propôs que as cooperativas criassem também um "setor de artesanato que ensinasse o trabalhador, sua mulher e filhos a fazer peças que garantiriam a sobrevivência da família fora das colheitas".⁵⁸ A Secretaria da Promoção Social foi autora da proposta "mais disparatada", conforme o autor da matéria: os 6.200 postos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF - em São Paulo passariam a receber a filiação dos trabalhadores em seus sindicatos rurais. Sérgio Buarque certamente ironiza as formas paternalistas e controladoras da movimentação dos trabalhadores ao colocar o problema da reivindicação pela terra no título do artigo: embora sem tocar nessa questão, é evidente a alusão à reforma agrária, que naquele momento era tema de acaloradas discussões.

Um jornal paulista da grande imprensa iniciou a publicação, em 20 de setembro de 1978, de uma seqüência de matérias intituladas "Sem futuro próprio, o 'bóia-fria' agora defende os filhos (I e II)". Roberto Silo informa, nesse artigo, que o governo federal prosseguiu, em 1978, com sua política paternalista e assistencialista. Portanto, a decisão de como, quando e onde educar seu filho não era uma decisão do trabalhador, mas sim do Estado, que pensava essa educação. O alvo agora eram os filhos dos trabalhadores. Os presidentes de sindicatos rurais da região de Assis, no estado de São Paulo, assustados com a crescente migração de ex-colonos do sul de São Paulo e norte do Paraná para a região, defendiam que o "principal papel dos sindicatos rurais era exatamente o de promover a educação e treinamento dos filhos dos "bóias-frias", para que, num futuro próximo, não se transformem num problema social de ordem nacional": marginalização das crianças e adolescentes

58. BUARQUE, Sérgio. 1976, op.cit., p.6.

filhos dos trabalhadores, que deveriam ser recolhidos e amparados, conforme o frei Paulino, que dirigia o Centro Educacional de Cândido Mota, localizado na região de Assis; o Plano de Integração do Menor na Comunidade - PLIMEC -, de iniciativa governamental, tinha como objetivo integrar as crianças à comunidade, dando-lhes uma ocupação enquanto seus pais trabalhavam nas "roças" durante o dia. O PLIMEC atendia 1.500 filhos de trabalhadores eventuais, em um universo de 8.000 trabalhadores na região de Assis, no final da década de 70. O jornalista Roberto Silo não faz um análise crítica da questão, tal como fizeram os articulistas dos jornais alternativos. O leitor é apresentado com muitas informações, que fazem com que a notícia, que vem de longe, se transforme em algo extraordinário.⁵⁹

Ainda na segunda metade da década de 70, os trabalhadores temporários ganharam espaço nas artes plásticas, através dos quadros do pintor Gontran Guanaes Netto, um artista-militante e militante político na década de 60. Em Paris, ele iniciou um trabalho que, genericamente, denominou "Populações Brasileiras", cujo tema eram retratos pintados das famílias de trabalhadores eventuais. No salão "O Trabalho", organizado pela cultura de vanguarda francesa dos anos 70, Gontran Guanaes expôs aos franceses os trabalhadores brasileiros da enxada e do podão, "retratos de milhões de pessoas (que) vivem como na Idade Média", diz o artista. Apresentando seus quadros por toda a Europa, ele conseguiu criar um centro de interesse em torno da questão. Em Veneza, apresentou a saga das famílias de trabalhadores eventuais ao lado do simétrico Le Favre e do surrealista Mafra:

"Através da minha pintura, fiz conhecer os bóias-frias na Europa. Entrei com eles na grande exposição do Gran Palermo. O ministério da Cultura francês comprou um

59.SILO, Roberto. Exodo Rural oprime menor(I). Falta orientação à criança(II). (série Sem futuro próprio, o 'bóia-fria' agora defende os filhos.), Folha de S.Paulo, 20 e 21 set. 1978.

quadro intitulado "Dono das Terras do Papagaio".⁶⁰

Chegamos ao final da década de 70. Nessa época, predominaram inúmeros estudos sobre o trabalhador eventual e o sistema de empreitada como elemento definidor das relações de produção na economia agro-exportadora do açúcar, álcool, soja, trigo e outras culturas. A academia - sobretudo nas universidades -, a imprensa, a literatura, a música popular brasileira, até as artes plásticas se ocuparam do tema. Os economistas e cientistas sociais estavam preocupados em investigar as forças e acontecimentos que geraram o fenômeno; os médicos e biólogos esquadrinharam o corpo mutilado do trabalhador em busca de solução para sua miséria; antropólogos e jornalistas-viajantes, os primeiros a buscar a voz desses homens, não ousaram falar por eles. Muito falaram sobre eles nessa época. Na década de 80, eles - os trabalhadores eventuais - falarão de si mesmos a todos os estudiosos, jornalistas, intelectuais e artistas.

Em 1980, no estado de São Paulo, somarão 221.207 trabalhadores sendo 15.754 homens, menores de 15 anos, e 146.166 homens, maiores de 15 anos; 7.037 mulheres, menores de 15 anos, e 52.250 mulheres, maiores de 15 anos. Uma elevada concentração de mão-de-obra infantil e feminina - 30,8% menores de 15 anos - e 26,3% de mulheres maiores de 15 anos. A diferença para os 221.207 trabalhadores corresponde aos homens maiores de 15 anos e menores de 15 anos. Em 1982, somente na região de Ribeirão Preto, a 6a. região administrativa do estado, trabalhavam 50 mil cortadores de cana e apanhadores de laranja. Passaram para a assustadora cifra de 110 mil no ano da greve, 1984, sendo que no estado de São Paulo perfaziam um total de 350 mil trabalhadores, empregados sobretudo no corte da cana, além de outras culturas como a citricultura e ainda a de cereais.⁶¹

60. PODE-SE pintar bóias-frias?. Jornal do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, n.5, p.12, out. 1988.

61. IBGE. Censo Demográfico, 1980, Mão-de-Obra, São Paulo; cifras publicadas em Senhor, São Paulo, 30 maio 1984, p.167. Apud STOLCKE, Verena, op. cit. p.265; para 1982, ver ZATDAN, Rubens. Diário de Notícias, Ribeirão Preto,

Na quase totalidade dos títulos dos artigos de jornais aqui analisados, nas pesquisas produzidas pela academia, apareciam denominações que designavam de forma depreciativa ou pejorativa o trabalhador temporário. Os próprios trabalhadores se auto-denominavam dessa forma pejorativa e o modo como se definiam está profundamente relacionado com a construção de sua própria identidade social, enquanto trabalhadores do corte de cana, da colheita da laranja, trabalho que irá exigindo, ao longo do tempo, alguma característica de especialidade, de trabalhador que possui uma dada técnica para realizar determinado trabalho. A construção de identidade social do cortador de cana e do apanhador de laranja terá importante papel para a constituição da lógica interna do movimento dos cortadores de cana e também na criação das estratégias de luta.

Na década de 70, o novo personagem será conhecido através de uma tipologia com vários apelidos, quase todos de caráter regional. Assim, o volante, "pau-de-arara", por se deslocar em caminhões, lembrando os migrantes nordestinos; avulso, "pilão", porque, ao se locomover para a zona rural, é transportado em sacolejantes caminhões de turma, que o obrigam a movimentos que lembram o ritmo do pilão; "bóia-fria", nos estados de São Paulo e Paraná; "birolô", que tem o significado de "biruta", meio abobalhado, na zona de Votuporanga; "clandestino", pelo fato de não ser registrado como o trabalhador residente, que tem carteira de trabalho; "catingueiro", por ser oriundo da região nordestina da caatinga; "biscateiro" ou "changueiro", no Rio Grande do Sul.⁶²

Na maioria dos estudos acadêmicos e nas notícias de jornais e revistas, os trabalhadores eventuais apareciam sempre

14 fev. 1982, p.3; para 1984, ver BÓIA-FRIA pode ter comida quente na lavoura de cana, Folha de S.Paulo, Suplemento Agrícola, 29 jul. 1984, p.38; e PERANI, Cláudio. A greve dos bóias-frias em São Paulo. Caderno do CEAS, n. 93, p.17, set/out 1984.

62.SILVA, José Gomes da ; RODRIGUES, Vera L.G. da Silva. O "Bóia-Fria":contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. Reforma Agrária, v.5, n. 9-10, p.2-44, set/out. 1975.

como vítimas da exploração do capital agro-exportador, personificado nos fazendeiros, turmeiros ou empreiteiros, usineiros etc., e incapazes de esboçar qualquer resistência; ou eram apáticos ou se acomodavam à situação, negociando mal, com os fazendeiros e empreiteiros, seus salários ⁶³. Entretanto, após o movimento de Guariba, em entrevista à revista *Exame*, D'Incao afirmou: "projetei para o trabalhador a minha própria consciência"⁶⁴, exigindo-lhe recursos que não poderia dar. Confessa que esse foi um erro recorrentes em todos os intelectuais dos anos 60 e 70. Ela reconheceu que, em 1984, os movimentos sociais mostraram que os trabalhadores agiram com eficácia através de estratégias próprias, "caminhos diferentes dos que a gente esperava"⁶⁵.

Nos estudos acadêmicos e nos artigos de jornais e revistas analisados neste capítulo, apareceram como os "pobres" ⁶⁶ e os "miseráveis" da sociedade brasileira. Como poderiam realizar com êxito em seus projetos e objetivos?

63.D'INCAO, Maria Conceição, 1979, op. cit.

64.D'INCAO, Maria Conceição. Bóias-frias, uma nova categoria profissional. *Exame*, v.18, n. 302, 30 mai 1984, p.3

65.D'INCAO, Maria Conceição, 1984, op. cit.

66.A denominação "pobres" não é uma simples questão de nomenclatura. Está implícita no termo uma discussão em torno da organização ou da não-organização dos trabalhadores pobres em partidos políticos ou sindicatos. Para essa discussão, ver HOBBSBAM, Eric J. *Deveriam os Pobres se Organizar? Ensaio de Opinião*. 1978, p.58-68. Quase dez anos depois, esse artigo foi reeditado no Brasil, juntamente com outros do mesmo autor, na obra HOBBSBAM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 1987. Nesse artigo Hobsbawm polemiza com os historiadores norte-americanos Frances F. Piven e Richard A. Cloward sobre a eficácia dos movimentos de massa. Estudando as formas de luta dos pobres na sociedade americana, nas décadas de 30 e 40, Piven e Cloward concluíram que, naquele momento histórico, os pobres não possuíam outras formas de pressionar o Estado, tampouco detinham poder de barganha. Portanto, o movimento dos pobres, caracterizado pelos distúrbios (uso da força), constituiu-se em instrumento eficaz para obter concessões do Estado. A crítica de Hobsbawm a essa tese é de que o uso da força é incerto e de roteiro limitado. Eles (os pobres) precisam de estratégias de ação efetiva e de planos de ação executados por organismos capazes. Apesar de considerar os pobres incapazes de pôr em prática esses planos, Hobsbawm afirmou que os protestos dos pobres são importantes mas, desestruturados e frágeis, necessitam de organismos para mobilizar as inquietações dos pobres. Se bem entendi as críticas de Hobsbawm e as teses de Piven e Cloward, não é prematuro, nessa altura do trabalho, concordar com esses últimos. O movimento dos trabalhadores "pobres" de Guariba comprovou as teses dos historiadores norte-americanos. Os trabalhadores da cana criaram uma crise, pensaram um plano de ação à revelia dos sindicatos e demonstraram a eficácia de suas ações, obtendo concessões. Se foi um movimento efêmero e lembrado apenas por historiadores... Bem, essa é outra história que exigirá muitos estudos, antes de qualquer conclusão. É muito bom estudar as revoluções européias do século XVIII e XIX e o "breve século XX" nas obras do historiador Eric Hobsbawm. Para

Sem identidade social, é provável que tenham sido, nas décadas de 60 e 70, sujeitos acomodados às situações de "pobres" e "miseráveis". Mas como essa identidade aparece forte e definidora dos rumos da greve dos cortadores de cana e dos apanhadores de laranja que teve como "marco" inicial do movimento, em maio de 1984, a cidade de Guariba? Em que tempo e espaço foi gestada essa identidade? Tentarei responder a essas questões até o final deste trabalho.

No capítulo seguinte passarei às versões dos fatos acontecidos em maio de 1984, na tentativa de abordar alguns pontos das versões construídas por diferentes agentes sociais envolvidos no movimento de Guariba e região.

Terceiro Capítulo - «Um calar mais informativo que toda grave confissão»

"Pergunta às árvores da rua
que notícia têm desse dia
filtrado em betume da noite
se por acaso pressentiram
nas aragens conversadeiras,
ágil correio do universo,
um calar mais informativo
que toda grave confissão".
(Carlos Drummond de Andrade)*

No dia 16 de maio de 1984, a **Folha de S.Paulo** iniciou, com matéria de primeira página, uma série de reportagens e editoriais que, ao longo do mês, ocuparam espaços significativos do jornal. O relato jornalístico da **Folha de S.Paulo** sobre os protestos sociais dos trabalhadores da cana, que tiveram como epicentro a cidade de Guariba, vem com a seguinte manchete: "Conflito em Guariba". Logo abaixo, há o subtítulo "Bóias-frias demolem prédios, incendiam veículos e saqueiam supermercado". Diz o jornalista:

"A cidade de Guariba, 25 mil habitantes, distante 365 km a Noroeste da Capital, na região de Ribeirão Preto, foi transformada ontem em verdadeira praça de guerra: uma multidão de bóias-frias incendiou e demoliu dois prédios da SABESP, ateou fogo a três veículos, saqueou um supermercado e danificou a casa do presidente do diretório municipal do PMDB. Os trabalhadores estavam revoltados com a decisão dos usineiros de mudar o sistema de corte de cana, o que diminuiu os seus rendimentos, e com os aumentos das taxas de água. Inicialmente o destacamento da Polícia Militar da cidade, que conta com apenas 14 homens, limitou-se a observar os

*ANDRADE, Carlos Drummond de. Inquérito. In:- Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro:José Aguilar, 1973. Essa poesia descreve um estado que muito se assemelha ao "espírito" dos dias 14 e 15 de maio e, também, expressa bem a intuição que tive durante a leitura dos depoimentos dos trabalhadores, de que havia algo a mais para contar. Ou seja, boa parte dos trabalhadores que se defrontaram com as autoridades policiais possuíam mais informações além daquelas que deixaram registradas no inquérito policial. Mas, por alguma razão, se calaram.

distúrbios. Com a chegada de reforços vindos de Araraquara, a PM passou a reprimir os bóias-frias, atacando-os a tiros e com bombas de gás lacrimogêneo; os manifestantes revidaram com pedradas. O metalúrgico aposentado Amaral Meloni, que estava sentado na escadaria do Estádio Municipal, foi morto com um tiro na cabeça. Outras vinte e nove pessoas foram feridas. Dois policiais-militares receberam atendimento no hospital da cidade, um deles com a clavícula fraturada por uma bala.

A cidade ficou sem água e luz durante todo o dia. O corte da água ocorreu porque foram encontradas embalagens de produtos tóxicos no reservatório local.

O secretário da Segurança Pública, Michel Temer, disse que tropas da Polícia Militar permanecerão na região, para evitar outros saques e depredações. Já o comandante do Policiamento do Interior, coronel-PM Bonifácio Gonçalves, afirmou que a PM agiu moderadamente. O governador Franco Montoro apelou aos usineiros da região para que ajudem o governo a debelar o 'estado de fome' em que se encontra o trabalhador rural. O secretário de governo, Roberto Gusmão, atribuiu os incidentes 'à ganância de alguns usineiros'. A noite o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, informou que os usineiros concordaram em voltar ao sistema antigo de corte de cana."¹

Com essa versão linear e sucinta dos fatos, a **Folha de S.Paulo** coloca alguns temas que foram recorrentes nas versões produzidas por vários agentes históricos: a Justiça, a grande imprensa, o governo do estado de São Paulo e os trabalhadores.

Vejamos, então, quais são esses temas e como dois agentes históricos que aparecem nesse noticiário - a grande imprensa, representada aqui pela **Folha de S.Paulo**, e o Estado, representado pelo governo do estado de São Paulo - interpretaram a revolta.

1. CONFLITO em Guariba. Folha de S.Paulo, 16 maio 1984, p.1.

A notícia dos saques e depredações ocupou a parte superior da primeira página do jornal: uma manchete, em letras garrafais, uma fotografia com legenda, e o texto. Nessa composição de elementos havia a idéia subjacente de que os trabalhadores, além de violentos em suas ações, foram os responsáveis pela morte de um trabalhador. Vejamos, então, as evidências que o texto apresenta: o título refere-se a um "conflito" na cidade; a legenda da fotografia, que ilustra a primeira página, diz o seguinte: "O metalúrgico Amaral Vaz Meloni, que assistia ao tumulto na escadaria do Estádio Municipal, foi morto com um tiro na cabeça". Uma foto sensacionalista. Ao lado do corpo, uma mulher ampara a cabeça ensanguentada do trabalhador. Encerrando a notícia, o jornalista fala sobre os acontecimentos do dia, para, em seguida, comparar a cidade a uma "praça de guerra", porque uma "multidão de bóias-frias" depredou e incendiou prédios e veículos e, ainda, saqueou um supermercado. É fácil perceber que todos os elementos que destaquei sugerem, ao leitor mais atento, que os vilões da história contada pelo jornal foram os trabalhadores.

Ao relatar que, somente após a chegada do destacamento da Polícia Militar de Araraquara, "a PM passou a reprimir os bóias-frias, atacando-os a tiros e com bombas de gás lacrimogêneo", o autor da matéria denuncia a violenta repressão da polícia ao movimento. Contudo, aos olhos do leitor, o sentido todo do texto mostra que a responsabilidade pelo conflito foi dos trabalhadores, pois a cidade "foi transformada ontem em verdadeira praça de guerra: uma multidão de bóias-frias incendiou e demoliu dois prédios da SABESP, ateou fogo a três veículos, saqueou um supermercado e danificou a casa do presidente do diretório municipal do PMDB". Nesse trecho, o raciocínio do autor é direto e linear: havia uma "guerra" em Guariba, que foi provocada por saques e depredações realizadas pelos trabalhadores. Em outras palavras, na versão desse jornal foram as ações de protesto da multidão que exigiram a pronta repressão

da Polícia Militar com a finalidade de preservar o patrimônio público e a ordem na cidade. Em síntese, o evento histórico foi analisado pelo jornal através do paradigma da criminalização do conflito social, ou seja, se os trabalhadores infringiram os códigos que protegem a propriedade privada, cometeram um crime, portanto devem ser vistos como criminosos.

A "revolta da fome" é outro tema presente nessa reportagem. O governador do estado de São Paulo, à época, André Franco Montoro, apelando aos usineiros "para que ajudem o governo a debelar o 'estado de fome' em que se encontra o trabalhador rural", acabou por responsabilizar os usineiros pelas ações dos revoltosos. Reafirmando a versão do governador, seu secretário de Governo, Roberto Gusmão, acusou a "ganância de alguns usineiros" como provocadora do movimento. Em conclusão, na versão produzida pelo governo paulista, a fome apareceu nessa história como elemento principal e norteador, como categoria explicativa das ações dos revoltosos. E os donos das propriedades atacadas - os usineiros, os comerciantes - responsáveis pela fome.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT -, como liderança política, é o terceiro tema que aparece na interpretação da grande imprensa, representada pelo jornal O Estado de S.Paulo. Esse jornal publicou, na primeira página da edição do dia 16 de maio, matéria com o título "A revolta de bóias-frias leva pânico ao Interior". Após evidenciar as ações da multidão de trabalhadores que levaram pânico à pequena cidade, o texto revelou que

"Ninguém esperava o assalto à cidade. Os trabalhadores vinham-se reunindo no sindicato há um ano, com o apoio do padre Domingos Bragheto, da Comissão Pastoral da Terra, pedindo melhores condições de trabalho."²

2.A REVOLTA de bóias-frias leva pânico ao Interior. O Estado de S.Paulo, 16 maio 1984, p.1.

Induzindo o leitor a pensar que o padre instigou os trabalhadores, secretamente, nos sindicatos, pois "ninguém esperava o assalto", o jornal **O Estado de S.Paulo** permaneceu insistindo na acusação à Comissão Pastoral da Terra, na primeira página da edição do dia 17 de maio, com a matéria "Em Guariba, ainda a greve e a violência". A matéria, assinada pelo enviado especial a Guariba, Carlos Alberto Nonino, e publicada na sessão "A revolta em Guariba", vem com o título "Igreja 'endossa, apóia e orienta'". Nessa matéria, o padre José Domingos Bragheto faz sua defesa contra a acusação do jornal:

"'Fiquei surpreso com o que aconteceu', disse ontem, em Guariba, o padre José Domingos Bragheto, coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra, que se queixou de O Estado, segundo sua interpretação, ter insinuado que ele fora o responsável pelo levante dos trabalhadores rurais. Padre Bragheto afirmou que anteontem estava em Ivinhema (MS), participando de uma reunião dos agricultores despejados da gleba Santa Idalina, e ficou sabendo dos acontecimentos de Guariba pela imprensa."*

Na interpretação desse agente histórico, representante de certos postulados liberais na grande imprensa paulista, a Comissão Pastoral da Terra apareceu como "responsável pelo movimento". O coordenador estadual da Comissão era acusado sistematicamente pelo jornal, em todas as edições daquela semana, de ter sido o instigador do "levante dos trabalhadores rurais", e isto significou que, para esse jornal paulista, a Igreja Católica, através da Comissão e de seu coordenador, padre José Domingos Bragheto, foi a mentora das ações perpetradas pelos trabalhadores entre os dias 15 e 18 de maio, em Guariba e região.

Em resposta a essa acusação feita pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, o bispo D. Luiz Eugênio Perez, da diocese de Jaboticabal, escreveu, no dia 23 de maio, uma carta de

J.E A BREVE continuará. O Estado de S.Paulo, 17 maio 1984, p.14.

esclarecimento, recomendando que ela fosse divulgada nas paróquias da diocese e em todas as missas do domingo seguinte. Vejamos alguns trechos significativos desse documento oficial da Igreja Católica.

"1.A deflagração das greves dos trabalhadores rurais (bóias-frias") na região caracteriza-se pelo **aspecto essencialmente popular** (grifo nosso) sem nenhuma interferência de elementos estranhos ao movimento. A causa única e eficiente é a situação sócio-econômica de miserabilidade, a que são submetidos pelo atual sistema vigente em nosso país. 2.Lamentamos que setores da imprensa, por exemplo o jornal 'O Estado de São Paulo', não querem nunca compreender que os movimentos populares são espontâneos (sic), procurando sempre descaracterizá-los, atribuindo a terceiros lideranças insufladoras inexistentes. Estão sempre em busca de "bodes expiatórios".3. (...) repudiamos veementemente as acusações assacadas contra o coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra, Pe. José Domingos Bragheto, acusado injustamente pelos referidos setores míopes da imprensa, de insitador (sic) da greve de Guariba (...)."*

Classificando o movimento como espontâneo, do que discordamos e sobre isso argumentaremos neste trabalho, as palavras do bispo são entretanto bastante esclarecedoras em relação a outros aspectos da revolta. Por exemplo, quanto à natureza popular da revolta. Realmente, a presença de outro grupo social, além dos trabalhadores da cana, - os trabalhadores urbanos - nas ações, conferiu-lhe essa natureza popular. E, também, o fato de constituírem grupos que viviam uma condição subalterna em relação à classe dominante.

Por outro lado, há um aspecto muito interessante nessa carta. É o tom agressivo ao argumentar contra os "setores míopes da imprensa", destacando, entre os periódicos, o jornal **O Estado**

4.COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Relatório n. 27, Esclarecimento ao Povg. Jaboticabal, 1984.

de S.Paulo, que divulgou, ao longo daquela semana, a notícia de que a CPT e seu coordenador, padre José Domingos Bragheto, foram os incitadores. Assumindo, claramente, o partido dos trabalhadores, o bispo diocesano explicou o porquê de os jornais divulgarem tal fato. Ao elegerem um líder que teria iluminado a multidão em suas formas de protesto, tais periódicos procuraram descaracterizá-las. Observando atentamente a forma da redação - especialmente os termos "não querem nunca compreender" e "procurando sempre descaracterizá-los" - é possível perceber que o bispo não se referiu apenas ao episódio de Guariba. Quis dizer, também, que em outras manifestações dos trabalhadores, em protestos populares, os jornais da grande imprensa "(procuram) sempre descaracterizá-los".⁵ Ao querer compreender o movimento sempre liderado por "elementos estranhos", a grande imprensa retirou a capacidade de os trabalhadores barganhar suas reivindicações. O protesto do bispo se estendeu aos dirigentes das classes patronais que, como a grande imprensa, viram no padre. Bragheto um incitador da greve.

Se padre Bragheto não foi uma liderança em sua natureza e forma tradicionais, como afirmou o jornal *O Estado de S.Paulo*, a Igreja Católica não se furtou em defender os trabalhadores grevistas. E mais, revelou que a CPT, de certa forma, vinha acompanhando, de perto, a luta dos trabalhadores. Vejamos a parte final do documento. Em parte, o jornal paulista mentiu em apontar a CPT como envolvida no movimento:

"3. Esclarecemos que a Igreja não pode ficar omissa diante da opressão pela qual passam os trabalhadores rurais. Diz-nos as Sagradas Escrituras: "Eis que os salários dos trabalhadores, que ceifaram os vossos campos, o qual foi defraudado por vós, clamam contra

5. Sidnei José Munhoz analisou os saques e quebra-quebras acontecidos na cidade de São Paulo, no ano de 1983, sobre os quais a grande imprensa apresentou a mesma interpretação. Ou seja, caracterizando as ações das camadas populares como tendo sido conduzidas por uma liderança ou "elementos infiltrados", e assim desqualificando o movimento. Ver MUNHOZ, Sidnei José. *A Ordem do caos versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983*. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado em História). - Universidade Estadual de Campinas.

vós (Tiago, 4,5). A Igreja, e no caso a Comissão Pastoral da Terra (...), vem norteando suas ações num empenho de total fidelidade às Sagradas Escrituras e à Doutrina Social da Igreja, acompanhando com atenção a luta dos trabalhadores rurais e a ela se solidarizando. (...) quer mais vida para todos (Jo.10)."⁶

O bispo D. Luiz Eugênio Peres revelou, então, um aspecto muito interessante sobre a participação da CPT no movimento dos trabalhadores. A comissão e seu coordenador no estado de São Paulo não podiam ser considerados lideranças, em sua forma clássica; entretanto, vinham "norteando suas ações" e "acompanhando com atenção a luta dos trabalhadores". O que significaria dizer que estimularam, despertaram, abriram o caminho para os trabalhadores nele trilharem sua luta. Sobre essa questão e sobre a reconceituação da Bíblia, muito citada neste documento e, também, amplamente utilizada pela CPT em seu trabalho de evangelização junto aos cortadores de cana, voltaremos logo adiante.

O bispo encerrou seus esclarecimentos reafirmando que a Igreja Católica continuará "com o seu compromisso junto à classe trabalhadora". E parabenizou os trabalhadores "pela vitória obtida unicamente através de seus esforços". Referência cristalina à existência de alguma forma de luta arquitetada pelos trabalhadores, que passou ao largo dos sindicatos e das entidades extra-sindicais.

Há uma linha geral, na versão dos jornais da grande imprensa, concordando com a violência nas ações dos trabalhadores e procurando desqualificar o movimento. Entretanto é preciso ressaltar que em alguns momentos esses jornais reconheceram a justeza do movimento. É preciso, também, estabelecer diferenças entre a versão dada pela grande imprensa e aquela produzida pelas autoridades policiais. Na primeira, havia uma tentativa de

⁶. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório n. 27, 1984, ibidem.

informar e compreender o movimento, embora direcionando a opinião pública contra os trabalhadores. Já na segunda o objetivo era buscar o culpado da morte de um trabalhador e, sobretudo, identificar as lideranças entre os trabalhadores para enquadrá-los na lei. Daí a interpretação do movimento como um crime e não uma questão social.

Vejamos algumas diferenças. Durante o mês de maio e até outubro de 1984, o jornal **Folha de S.Paulo** concedeu espaços no primeiro caderno para que muitos intelectuais de tendências de esquerda expressassem suas opiniões sobre o episódio. As inquietações dos trabalhadores da cana de Guariba ainda estavam longe de ser arrefecidas, quando o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro escreveu um longo artigo, na sessão Tendências/Debates da **Folha de S.Paulo**, intitulado "Os bóias-frias, seus direitos e a democracia"⁷. No dia 27 de maio, o economista Paul Singer escreveu uma coluna com um título sugestivo: "Caso Guariba, convite à violência"⁸. Cândido Mendes, membro da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Vaticano, no artigo "Velhos Conflitos, novos pãnicos" ressaltou, dentre outras questões, que as ações dos trabalhadores acontecidas "por fora das ações dos sindicatos", foram efeitos da lufada cívica do 25 de abril, data em que foi derrotada a emenda pelas eleições diretas para presidente da república⁹. Na sessão Comportamento, uma pequena coluna assinada pela sexóloga Marta Suplicy intitulada "A 'mariazinha' também trabalha como bóia-fria" destaca a relação da mulher com o trabalho na cana. Conclui a autora que as trabalhadoras da cana não se submetiam à opressão no trabalho¹⁰.

7.PINHEIRO, Paulo Sérgio. Os bóias-frias, seus direitos e a democracia. Folha de S.Paulo, 22 maio 1984. Tendências/ Debates, p.3.

8.SINGER, Paul. Velhos conflitos, novos pãnicos. Folha de S.Paulo, 29 maio 1984. Economia, p.3

9.MENDES, Cândido. Velhos conflitos, novos pãnicos. Folha de S.Paulo, 29 maio 1984. Tendências/Debates, p.3.

10.SUPLICY, Marta. A "mariazinha" também trabalha como bóia-fria. Folha de S.Paulo, 31 maio 1984. Comportamento, p.31.

Por outro lado, os editores do jornal **O Estado de S.Paulo** demonstraram que a convivência com diferentes opiniões sobre o movimento era algo possível de ser evitado nas páginas do seu jornal. Como demonstrei acima, este jornal paulista optou por uma linha mais agressiva em suas matérias e editoriais. O editorial do dia 17 de maio ressaltou que a causa do movimento não poderia ser atribuída aos baixos salários porque o trabalhador recebia um bom salário pelo corte de cana. As causas estavam na recessão econômica e nos aproveitadores: "um petista mal intencionado aqui, um padre mal formado ali, a fim de pôr lenha na fogueira"¹¹.

Apesar dessas diferentes posturas, a criminalização do protesto social, a revolta da fome e a Comissão Pastoral da Terra como liderança política são, portanto, os três temas que se destacaram e se repetiram nas interpretações veiculadas pela grande imprensa e pelo governo de São Paulo. Mas não somente esses dois agentes assim interpretaram a rebelião dos trabalhadores da cana. A criminalização do movimento, a fome e a liderança da Comissão Pastoral da Terra estarão presentes em todas as versões que pretendo analisar neste trabalho, especialmente na interpretação da Justiça.

Nessas versões produzidas por diferentes agentes históricos envolvidos nos acontecimentos, de fato, algumas relações se repetem. Há certo consenso entre eles de que a fome foi o elemento causador das ações da multidão de trabalhadores da cana. Outro elemento recorrente é a questão da violência dos trabalhadores como resultante de seu estado de miséria, condenada por alguns agentes mas por outros justificada. A criminalização da revolta da multidão de trabalhadores não foi consensual entre todos os agentes. Apenas a Justiça, através de seu aparato repressivo, e a grande imprensa repetem a interpretação na qual os trabalhadores agiram como "bandidos".

11. GUARIBA e a realidade nacional. O Estado de S.Paulo, 17 maio 1984. Notas e Informações, p.3.

Essas relações que se repetem entre as versões serão, portanto, consideradas como condições de verdade. Destacando as várias interpretações de diferentes agentes históricos e não uma única interpretação ou uma interpretação contra outra interpretação, penso ser possível responder às questões que deram origem a este trabalho: Como ocorreram e o porquê das ações de protesto popular; por que ocorreram dessa maneira e não de outra maneira. Para finalmente sabermos o que ocorreu. Em síntese, ao responder a essas questões, pretendo apontar para a multiplicidade dos elementos presentes na revolta e também destacar a sua complexidade.

O objetivo desta metodologia de análise é o de apontar diferenças onde, aparentemente, haveria uma uniformidade na compreensão do episódio histórico em questão. Por outro lado, foi possível, também, destacar certa heterogeneidade das versões que deram origem, na época, a uma luta singular, um confronto na relação de poder entre os diferentes agentes que falaram dos mesmos fatos mas de formas diferentes, estudando as versões que são diferentes nas suas origens, nas suas formas, na sua organização e nas suas funções¹².

No plano dessas lutas diversas, reveladas pelas diferentes interpretações sobre o mesmo fato, restituir o confronto e reencontrar o jogo dessas versões foi o caminho possível para desvendar, como condição de verdade, todas as questões que desencadearam o movimento de protesto social dos trabalhadores da cana.

Quanto ao método para analisar os documentos, considerei o Inquérito Policial como ponto de partida para cruzar as versões da grande imprensa, da Justiça e do governo do estado de São Paulo. Ziguezaguear ao sabor dessa ou daquela versão,

12.FOUCAULT, Michel. (coord.) Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. 4. ed. Rio de Janeiro:Graal, 1977. Para uma metodologia de análise dos vários discursos presentes em determinado episódio histórico.

buscando respostas para as seguintes questões: o que há em comum nas diferentes versões?, no que elas se repetem?, no que elas se diferenciam?; qual concepção teórica sustentaria a noção de "classes perigosas" apresentada pela grande imprensa e pelas autoridades policiais?; como os diferentes agentes pensaram a revolta dos trabalhadores? São perguntas que pretendo responder ao longo deste trabalho, no qual os detalhes aparentemente marginais e irrelevantes, os signos e sinais marcados em toda a documentação servirão como formas de acesso à realidade.

O restante deste capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção, "Trabalhadores: no eito e no botequim", pretendo retomar a questão que iniciei no primeiro capítulo, demonstrando, através dos documentos, quando, onde e como teve início o movimento. Questão subestimada por grande parte dos agentes históricos. O meu objetivo, em última análise, é demonstrar que os trabalhadores possuíam uma compreensão própria sobre o sentido político de suas ações, percebendo, por exemplo, que aquele era o momento propício para a luta.

A segunda seção, "A face não tão oculta dos amotinados", tem como objetivo compreender qual era a composição social dos amotinados, dado importante para entender a natureza dos distúrbios e as atividades da multidão, que contrapõe à versão da Justiça de que o movimento foi protagonizado por "vândalos" e criminosos. As pistas indicam que havia um centro do movimento, composto em sua totalidade por trabalhadores da cana. E quais eram os demais grupos sociais que fizeram parte dos saques e depredações? E por que deles participaram? Para tanto, utilizei as informações contidas nos depoimentos, informações que aparecem diferenciadas entre aquelas que foram lavradas pelas autoridades policiais e aquelas dadas pelos trabalhadores. Também nesta seção, farei referência a uma possível tradição de luta na região como fator de peso na formulação das pautas reivindicatórias dos trabalhadores, no transcorrer do movimento.

Finalmente, na terceira seção, "Hora de morrer de fome ou hora de virar a mesa", tentarei reconstruir a versão dos trabalhadores para os fatos, e a principal fonte utilizada também foi o Inquérito Policial, instaurado no dia 16 de maio pela Delegacia de Polícia de Guariba. Nesse inquérito, encontrei 44 depoimentos de trabalhadores envolvidos, alguns mais, outros menos, nos episódios. Todos foram indiciados pela polícia. Esses depoimentos servirão, sobretudo, para perceber como os trabalhadores reconstruíram os fatos, como se viram no movimento; em síntese, recuperar a sua própria leitura do evento histórico. Para alguns, a "guerra da fome" era uma categoria explicativa para as ações, mas essa "guerra", para outros, significava também uma forma de barganhar as antigas reivindicações dos trabalhadores na luta pela alteração do processo de trabalho no corte da cana; significava ainda um protesto contra os preços altos das contas de água cobradas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - e uma revolta pela extorsão nas contas do supermercado Santo Antonio Claret e outros. São esses os elementos que formam um universo complexo, uma multiplicidade de elementos que sincronicamente deram origem ao protesto social. Nas falas dos trabalhadores, contidas no "corpus" dessa documentação oficial, há evidências incontestáveis dessa complexidade da sublevação¹³. Isto posto, vamos agora retornar a nossa história.

1. Trabalhadores: no eito e no botequim

O clima entre os trabalhadores na noite do dia 14 era de conspiração para a greve. Como contei no primeiro capítulo, havia noventa dias que os sindicatos dos trabalhadores rurais da região arrastavam a negociação das 14 reivindicações iniciais dos trabalhadores com os usineiros da região de Ribeirão Preto. Na

13. Utilizei o termo sublevação no sentido de quebra da ordem local, muito embora o movimento tenha adquirido uma dimensão que obrigou o setor álcool-açucareiro do estado de São Paulo, e demais estados, a repensar as relações de trabalho, cedendo em várias das reivindicações relativas à melhoria de suas condições de vida e trabalho.

documentação coligida, foi possível perceber que os trabalhadores pouco ou nada poderiam obter dessas negociações intermináveis e o início da safra de 1984 impunha uma questão vital para os cortadores: iniciar o corte da cana no sistema de "7 ruas" e sem aumento salarial, ou recusar o trabalho.

Recusaram o trabalho. É possível pensar que a manifestação grevista apontava para uma forma de luta dos trabalhadores para além das estruturas dos sindicatos, e que foi preparada no dia 14, ainda no local de trabalho, prosseguindo durante a noite pelos botequins e pelas ruas dos bairros da periferia da cidade.

A cena abaixo narrada mostra o momento exato em que os trabalhadores iniciaram o movimento paredista. Izilda Bezerra, 20 anos, parda clara, solteira, natural de Garanhuns (PE), moradora na rua dos Maduros, n. 160, ferida durante os tumultos e indiciada, declarou diante do delegado de polícia, no dia 5 de julho de 1984, que

"tem a esclarecer que prestar (sic) serviços para Usina São Martinho, na turma 112 cujo feitor é João Simão; que se recorda de uma segunda-feira, ou seja dia 14 de maio do corrente, estarem no serviço, quando então ouviram certo tumulto; que, foi então que surgiu (sic) vários trabalhadores, dizendo que todos deveriam parar o serviço;"¹⁴

Os trabalhadores da usina São Martinho foram identificados, em muitos depoimentos, como um "grupo de trabalhadores" que percorreu os canaviais organizando a greve no dia 14. Ademir, 24 anos, pardo, casado, natural de Córrego Rico (SP), morador na rua Caetano Frujuela, n. 282, ferido durante os conflitos, declarou diante do delegado de polícia, no dia 6 de julho de 1984, que estava trabalhando no corte da cana, na usina

14.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Inquérito Policial. Danos, incêndios, roubo e homicídio n. 98/74, 15 maio 1984, fls.42.

São Carlos, "quando surgiu (sic) comentários de que os trabalhadores deveriam parar suas atividades"¹⁵ e que a "idéia de greve" surgiu na usina São Martinho e as demais se filiaram a ela. Localizei ainda cinco depoimentos de trabalhadores dos canaviais afirmando terem ouvido "dizerem na roça, isso no dia 14 de maio p.passado, que no dia imediato haveria uma greve"¹⁶. Nos depoimentos é recorrente a informação de que a greve foi organizada nos canaviais da usina São Martinho e se estendeu para a usina São Carlos e outras¹⁷. Parece que o "dia negro" estava marcado para aquela terça-feira, 15 de maio, e os trabalhadores de Guariba já estavam organizados para iniciar o movimento ou pelo menos uma parcela considerável sabia o que iria ocorrer.

Assim é que o cortador de cana José, acusado com insistência pela polícia de Guariba de liderar a rebelião, com 28 anos, de cor parda escura, solteiro, natural de Agua Boa (MG) e morador na av. Francisco Vitorino, n. 70, afirmou, em seu depoimento, no dia 22 de agosto, que era trabalhador rural na "turma 106", usina São Martinho, cujo feitor era o Sr.Tuta, e

"que (...) se recorda de em data de 14 de maio p. findo, digo passado, haver chegado do trabalho e ao passar pelas ruas da cidade, principalmente na Vila Jordão, ouviu quando trabalhadores estavam dizendo 'amanhã ninguém trabalha'; que o declarante procurou não dar ouvidos para o que ouviu, mas logo percebeu que havia certa agitação na cidade."¹⁸

O trabalhador José apresenta seu relato de uma forma bastante interessante. Ele estava apenas "passando pelas ruas da cidade" quando ouviu trabalhadores dizendo que "amanhã ninguém trabalha", acrescentando que "procurou não dar ouvidos". Há dois detalhes importantes nesse depoimento. Além de revelar que seus

15.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 47.

16.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 46.

17.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 11 e 44.

18.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 57.

companheiros estavam se organizando pelas ruas da cidade, também está evidente uma interessante lógica de defesa desse trabalhador contra as acusações das autoridades policiais da região de que ele havia liderado a greve.

No dia 4 de julho de 1984, poucos dias antes do depoimento de José, o chefe do gabinete do prefeito da cidade e diretor da Cooperativa de Habitação - COHAB- , José Cristóvão da Silva, de 31 anos, testemunhou ao delegado de polícia que "ouviu rumores de greve na tarde do dia 14". Comprovou os meios pelos quais obteve tal informação dizendo que "tem muitos amigos e facilidade para se comunicar com o público que precisa da prefeitura"¹⁹. Esta última afirmação nos faz pensar que o movimento dos trabalhadores, no dia anterior, seguia certa estratégia, um tanto secreta. Nem todos poderiam saber o que de fato iria acontecer na manhã do dia 15. Alguns depoimentos confirmaram que pelas esquinas, pelas ruas e nos botequins localizados nos bairros dos trabalhadores, ao entardecer e na calada da noite, e ainda muitos dias antes do "dia negro", eles conspiravam contra os usineiros e contra algumas instituições do estado²⁰.

A grande imprensa, as autoridades policiais e o próprio governo estadual procuravam entender a sublevação dos cortadores de cana de Guariba como um episódio-surpresa, nascido dos puros instintos de trabalhadores esfomeados e que surpreendeu a todos. Uma possível movimentação pensada pelos trabalhadores nos dias que antecederam os saques e depredações, para alguns agentes sociais, era improvável, pois nas manchetes dos jornais a revolta aparecia como o nascer do sol...de repente, produto da ação instintiva da multidão de trabalhadores da cana.

19.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 38.

20.Ari Sabino, lavrador da usina São Carlos, declarou, no dia 19 de junho de 1985, que "numa noite, (...) ficou sabendo através de boatos que os trabalhadores entrariam em greve no dia seguinte". SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 96.

Quando a imagem desse episódio surgia como algo pensado pelos próprios trabalhadores, ela estava bem guardada nas reportagens das páginas internas dos jornais, que ainda interpretavam as ações dos trabalhadores como ações planejadas por "pessoas estranhas" ao movimento. Assim é que a **Folha de S. Paulo** publicou, em suas páginas internas, a informação de que na noite de segunda-feira, no Bar do Baianinho, de propriedade do vice-prefeito João Evangelista, "muita gente comentava que o 'dia negro' seria nesta terça-feira". O jornalista obteve a informação de um trabalhador da usina São Martinho, que se dizia "funcionário de segurança da usina" e contou ao jornalista que "neste bar, o próprio vice-prefeito instigava os trabalhadores rurais a pararem o trabalho no dia seguinte"²¹.

Também **O Estado de S. Paulo** publicou, na reportagem "Sob tensão, polícia ocupa Guariba", algumas falas de trabalhadoras da cana que evidenciam a preparação dos trabalhadores para a greve no eito da usina São Martinho. Expedita, moradora na Vila Jordão e trabalhadora da usina, foi intimada a prestar depoimento no dia 3 de julho de 1985. O oficial registrou na intimação que a trabalhadora "mudou-se para lugar incerto e não sabido". Porém Expedita, longe do aparato judicial a que outros trabalhadores foram submetidos, confessou ao jornalista, com muita desenvoltura, que as 23 turmas de cortadores de cana da usina não trabalharam segunda-feira e decidiram cercar as estradas de Guariba na terça-feira. E como participou dos piquetes: "Cercamos a rodovia com árvores, furamos pneus, quebramos vidros. Tudo com o podão (facão) na mão". Admitiu também que o saque e a invasão da SABESP deveriam ter ocorrido no sábado de Aleluia²².

21. REVOLTA de bóias-frias provoca destruição e morte. Folha de S. Paulo, 16 maio 1984, p.18.

22. E A GREVE continuará. O Estado de S. Paulo, 17 maio 1984, p.18. Expedita Rosa aparece também nos "Autos de exibição e apreensão, avaliação e entrega de pertences do Supermercado" como tendo saqueado um jogo de painéis de alumínio (6 peças). SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, *ibidem*, fls 76 e 77; na fls 125, intimação contra Expedita.

Após essa análise dos depoimentos dos cortadores de cana, ficam evidentes pelo menos duas questões muito importantes para a nossa abordagem do conflito social. Primeiro, o movimento teve início no dia 14, no eito da usina São Martinho. E segundo, o plano de ação prosseguiu durante a noite do dia 14 pelos bairros e botequins da cidade e, na madrugada do dia 15, os trabalhadores sabiam o que fazer com o seu dia.

2. A face não tão oculta dos amotinados

Mas, afinal, quem eram Izilda, Ademir, José, Expedita e muitos outros? Em outras palavras... Qual era a composição social desta multidão de trabalhadores e trabalhadoras que impunham uma barganha coletiva de seus direitos, através da revolta, com os usineiros e o governo paulista? Essa multidão seria, talvez, constituída por "elementos perigosos"? Diante da violência dos trabalhadores durante os dias 15, 16 e 17 de maio em Guariba, as autoridades policiais e os periódicos paulistas utilizaram-se do conceito de "classes perigosas"²³ para explicar, analisar e interpretar as ações dessa multidão.

No "corpus" de uma documentação oficial - o Inquérito Policial - foi possível identificar, através dos registros dos indiciados, informações preciosas e esclarecedoras quanto à composição social dos insurgentes. Quem eram eles? Foi a pergunta mais importante que fiz durante a leitura desses documentos e me foi possível enxergar seus rostos e levantar uma pista quanto à composição social dos amotinados. Em síntese, o esforço para interpretar corretamente esses registros policiais resultou na identificação do papel dos trabalhadores da cana, dos trabalhadores urbanos e dos desempregados que tiveram

23. GUIMARAES, Alberto Passos. As Classes perigosas: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Graal, 1981. Na sessão 4, A classe criminal, ao tratar sobre o tema na Inglaterra do século XIX, o autor estabelece uma distinção precisa entre "uma população de criminosos habituais" e a classe trabalhadora. Neste trabalho, estamos tratando desta última, a classe trabalhadora.

participação ativa nos episódios e assim esclarecer algo sobre a natureza dos distúrbios, pois essa natureza está estreitamente relacionada com a composição (social, ocupacional e outras) dos que deles participaram.

As conclusões sobre a composição social da multidão serão experimentais e não definitivas, porque se fundamentam em uma pequena amostragem de 44 depoimentos de trabalhadores. O universo dos revoltosos se aproximava de dois mil, somente em Guariba²⁴.

Em 16 de maio, quarta-feira, as manchetes de primeira página e os títulos criados pelos jornalistas dos periódicos paulistas da grande imprensa não deixavam dúvidas quanto à estigmatização dos trabalhadores. Na primeira página d'O Estado de S.Paulo, a manchete "A revolta dos bóias-frias leva pânico ao Interior" introjetava no leitor a idéia de um estado de tragédia que se instaurara entre a população como resultado da ação dos trabalhadores. O mesmo jornal, em suas páginas internas, evocava uma situação de horror na cidade ao imprimir o seguinte título: "Uma manhã de terror em Guariba". Seguindo o mesmo caminho, a equipe de redatores da Folha de S.Paulo reafirmava a imagem de tragédia e de horror expressa no título de um artigo de página interna: "Revolta de bóias-frias provoca destruição e morte". Por certo, as palavras escolhidas pelos jornalistas para noticiarem o episódio do dia - "terror", "pânico", "destruição e morte" - marcaram os trabalhadores como possuidores de qualidades criminosas.

Em 15 de maio, o delegado de polícia de Guariba, Luiz Carlos Santello, ao registrar, com detalhes, o histórico dos acontecimentos do dia em um Boletim de Ocorrência Policial, assim se expressou: "Acirrados os ânimos, a turba iniciou depredação e

24. Para uma metodologia de análise das multidões em protesto social, ver RUDÉ, George. A Multidão na história: estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991. Especialmente o capítulo Treze, Os Rostos na Multidão, no qual me inspirei para ler os depoimentos.

invasão às suas (da SABESP) instalações". Prossegue dizendo que "Posteriormente, àquele ato de vandalismo (...)", "Ainda na seqüência da destruição os vândalos foram até o Supermercado Antonio Calret (sic) (...)"²⁵. A "turba", o "ato de vandalismo" e "os vândalos" são expressões que passam a imagem de um movimento protagonizado por um bando de criminosos irascíveis prontos para a pilhagem.

O mesmo julgamento moral fez Cláudio Amorim, proprietário do supermercado saqueado, no Termo de Declaração contido no inquérito policial, no dia 16 de setembro de 1985, referindo-se aos saques como "empreitadas criminosas"²⁶. Mais curioso, porém, é o depoimento de Aparecido, 17 anos, solteiro, natural de Guariba, lavrador da usina São Carlos, que, em 5 de julho de 1985, declarou diante do escrivão de polícia que as ações de seus companheiros de trabalho foram uma "empreitada criminosa" (...), "feitos criminosos". Tentou justificar sua participação no saque porque "todos os trabalhadores estavam entrando"²⁷. Uma bela estratégia para se livrar de possível condenação, ou uma contradição no interior do movimento.

Sem dúvida, para a grande imprensa, para a Justiça, para o proprietário lesado e até para um trabalhador os acontecimentos de maio, em Guariba, tiveram a participação de elementos criminosos, sendo que a relação entre "classes perigosas" e "classes pobres" é clara e direta nos depoimentos acima expostos. As expressões utilizadas por nossos agentes históricos - "empreitada criminosa", "feitos criminosos", "turba", "vândalos" -, homens que demonstravam não possuir nenhuma simpatia pelas classes populares, vêm carregadas de um conservadorismo político, um modo de pensar que não considera as múltiplas formas de inserção das classes populares no processo

25.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.600/84. In:- Inquérito policial, *ibidem*, fls 02.

26.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 163.

27.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 137.

social, mas interpretam todas as formas de ação direta da multidão nos limites da legalidade e da ordem. É bom ressaltar que a ferocidade com que trabalhadores investiram contra a propriedade privada e contra os órgãos públicos, nesse acontecimento, deve ser revelada, entretanto a nossa análise não se atém a este aspecto mas sim a tentar desvendar por que o fizeram dessa maneira.

Vejamos, finalmente, qual era a composição social da multidão que causou tanto horror e perplexidade à pequena Guariba e a todo o território nacional. Se eram elementos perigosos ou trabalhadores "pobres" da cidade, lutando por seus direitos legítimos e costumeiros, ou se compunham uma horda de bandidos.

Os dados e as informações contidos no quadro 01, das páginas 161, 162 e 163, "Trabalhadores: nos canaviais e nas fábricas de açúcar e álcool; desempregados", foram extraídos dos depoimentos de 36 trabalhadores nas usinas, indiciados pelo delegado de polícia da cidade. Como foram identificados? Alguns foram presos e indiciados logo após a invasão do supermercado. Outros foram perseguidos pelas ruas da cidade, presos, indiciados e no mesmo dia interrogados. Muitos trabalhadores tiveram suas casas invadidas e revistadas pela Polícia Militar, em busca de objetos saqueados e nessas condições muitos foram presos com o produto do saque e interrogados no mesmo dia. Os feridos foram localizados nos hospitais da cidade e nos hospitais de Ribeirão Preto e também indiciados. E uns poucos foram denunciados pelos próprios parentes.

A devassa para apurar os fatos foi instaurada no mesmo dia dos conflitos, 15 de maio, e durou até 4 de fevereiro de 1986, como é possível ver na coluna "Data dos depoimentos". É curioso observar que no ano de 1984 foram interrogados apenas 14 trabalhadores, mas em 1985 esse número mais quase duplicou (30). Há aqui duas questões a considerar. Primeira, no início de janeiro de 1985, rescaldo da sublevação de maio, os trabalhadores

Quadro 01 - Trabalhadores: nos canaviais e nas fábricas de açúcar; desempregados.

	Nome, profissão, "turma" e "feitor"	Cor	Naturalidade	Idade, estado civil	Grau de alfabetização	Função (ocupação)	Filiação	Tipo de agressão física e outras observações	Data dos depoimentos
1	Ercílio, retirado	Branca	Guariba (SP)	37 anos, solteiro	Sabe ler e escrever	(Desempregado)	Leopoldo e Elídia	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "pegou" uma caixa	15/05/84 fls. 9
2	João, lavrador* (1º depoimento)	Branca	Guariba (SP)	19 anos, casado	Idem	Fiscal de turma na Usina São Carlos	Francisco e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confirmou que, durante os protestos, alguém lhe deu um chuveiro elétrico e um ferro de passar roupas	15/05/84 fls. 11
3	Isaias, lavrador* na turma 106, do "feitor" Tuta	Branca	Monte Castelo (SP)	25 anos, casado	Idem	Prestava serviços** para a Usina São Martinho	Leonildo e Maria	Disparo de arma de fogo na perna	07/07/84 fls. 41
4	Izilda, lavradora* na turma 112, do "feitor" João	Parda clara	Garanhuns (PE)	20 anos, solteira	Sabe escrever o nome	Prestava serviços** para a Usina São Martinho	Luiz e Adalgisa	Disparo de arma de fogo, lado direito do corpo	05/07/84 fls. 42
5	Antônio, lavrador* na turma 7, do "feitor" Antônio	Branca	Bonito (MS)	36 anos, casado	Sabe ler e escrever	Prestava serviços** para a Usina São Carlos	José e Josefa	Disparo de arma de fogo no pé	06/07/84 fls. 44
6	Moacir, tratorista	Branca	Paranaíba (PR)	30 anos, casado	Idem	Fiscal na turma 28 na Usina São Carlos	Benedito e Maria	Disparo de arma de fogo no pescoço	06/07/84 fls. 45
7	Oswaldo, lavrador* na turma 126, do "feitor" Antônio Mineiro	Parda	Mirante do Paranapanema (SP)	25 anos, casado	Idem	Prestava serviços** para a Usina São Martinho	Joaquim e Maltina	Disparo de arma de fogo na cabeça	06/07/84 fls. 46
8	Ademir, lavrador*	Parda	Córrego Rico (SP)	24 anos, casado	Idem	Trabalhador rural na Usina São Carlos	Júlio e Hermelinda	Disparo de arma de fogo nas costas	06/07/84 fls. 47
9	José, motorista na turma 106, do "feitor" Tuta	Parda escura	Água Boa (MS)	28 anos, solteiro	Idem	Trabalhava na Usina São Martinho	Antônio e Maria	Não foi ferido	22/08/84 fls. 57
10	João, lavrador* (2º depoimento)	Parda	Guariba (SP)	19 anos, casado	Idem	Fiscal de turma na Usina São Carlos	Francisco e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado um chuveiro elétrico e um ferro de passar roupas	04/09/84 fls. 61
11	João, lavrador*	Branca	Guariba (SP)	25 anos, solteiro	Idem	Não informou	Adelino e Luzia	Não foi ferido	10/10/84 fls. 67
12	José Carlos, lavrador* (motorista)	Branca	Guariba (SP)	32 anos, casado	Idem	Motorista na Usina São Carlos	Onofre e Aparecida	Não foi ferido. Indiciado, negou que levou uma caixa de garrafas térmicas. Seu primo, José, confirmou que ele saqueou as garrafas	12/02/85 fls. 85
13	João lavrador* na "turma" 103 do "feitor" Abel	Parda	Cristalina (MG)	29 anos, casado	Sabe escrever o nome	Trabalhava na Usina São Martinho	Joaquim e Ana Rosa	Disparo de arma de fogo no braço	12/02/85 fls. 87

Quadro 01 - Trabalhadores: nos canaviais e nas fábricas de açúcar; desempregados (continuação).

	Nome, profissão, "turma" e "feitor"	Cor	Naturalidade	Idade, estado civil	Grau de alfabetização	Função (ocupação)	Filiação	Tipo de agressão física e outras observações	Data dos depoimentos
14	Lindalva, "do lar" lavradora	Preta	Guariba (SP)	16 anos, solteira	Não sabe ler e escrever	Lavradora na Usina Santa Adélia	Francisco e Geralda	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "tirou" do supermercado 5 calças e 4 camisetas	19/06/85 fls. 95
15	Ari, lavrador*	Branca	Barrinha (SP)	30 anos, casado	Sabe ler e escrever	Lavrador na Usina São Carlos	Evaristo e Elvira	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "pegou" jogo de talheres	19/06/85 fls. 96
16	Maria de Lourdes, lavradora*	Branca	Chapada do Norte (MG)	16 anos, solteira	Idem	Prestava serviços** na Usina São Martinho	Andrelino e Maria	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "pegou" jogo de travessas	19/06/85 fls. 97
17	Narcides, "do lar" lavradora*	Branca	Sertãozinho (SP)	42 anos, casada	Idem	(Desempregada)	Evaristo e Luiza	Não foi ferida. Indiciada, confessou que seu companheiro "achou" um cesto de plástico	19/06/85 fls. 98
18	Paulo, lavrador*	Preta	Guariba (SP)	19 anos, solteiro	Idem	Lavrador na Usina São Carlos	Marciano e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "achou" 2 chapéus e 1 par de sapatos	19/06/85 fls. 99
19	Antônio, lavrador*	Preta	Guariba (SP)	25 anos, solteiro	Idem	Trabalhava na lavoura	Júlio e Terezinha	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "perdiu" a 2 garotos um liquidificador e uma camiseta	19/06/85 fls. 100
20	Noel, lavrador*	Branca	Itaúbia (?) (MG)	19 anos, solteiro	Não sabe ler e escrever	Trabalhador rural**	José e Alzaina	Não foi ferido, confessou que "ganhou" de 1 garoto 1 jogo de talheres	19/06/85 fls. 101
21	Ailton, lavrador* arrolado com o Arlinton	Branca	Guariba (SP)	20 anos, solteiro	Sabe ler e escrever	Trabalhava na Usina Santa Adélia	José e Laudelina	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado 4 camisetas	19/06/85 fls. 104
22	José Roberto, lavrador*	Branca	Paraná	14 anos, solteiro	Idem	Trabalhava na Usina Santa Adélia	Augustinho e Eva	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "pegou" uma batedeira Walita e uma garrafa térmica	19/06/85 fls. 105
23	Maria Madalena, lavradora*	Branca	União dos Palmares (AL)	43 anos, casada	Não sabe ler e escrever	Prestava serviços** na Usina Santa Adélia	Manoel e Etelevina	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "levou" 3 pares de meias e 3 camisetas	19/06/85 fls. 110
24	Vergínia, lavradora*	Preta	Rodeiro de Ubá (MG)	42 anos, casada	Sabe ler e escrever	Não informou	Manoel e Frozina	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "perdiu" a uma criança um telefone quebrado	03/07/85 fls. 129
25	Lindaura, lavradora*	Branca	Urandi (BA)	37 anos, casada	Não sabe ler e escrever	Trabalhava como lavradora	José e Maria	Não foi ferida. Indiciada, confessou que seus filhos "pegaram" 2 garrafas térmicas, 5 calças "US TOP", 1 liquidificador e 1 panela de pressão	04/07/85 fls. 130
26	José, saqueiro (empilhador)	Parda	Guariba (SP)	21 anos, casado	Sabe ler e escrever	(Desempregado)	Sebastião e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "se apropriou" de um ventilador e de um liquidificador.	04/04/85 fls. 132

Quadro 01 - Trabalhadores: nos canaviais e nas fábricas de açúcar; desempregados (continuação).

	Nome, profissão, "turma" e "felter"	Cor	Naturalidade	Idade, estado civil	Grau de alfabetização	Função (ocupação)	Filiação	Tipo de agressão física e outras observações	Data dos depoimentos
27	Inoel, lavrador*	Branca	Marlília (SP)	37 anos, casado	Idem	Lavrador na Usina São Carlos	Luiz e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado 3 calças "US TOP"	04/07/85 fls. 134
28	José, tratadorista	Branca	Sertãozinho (SP)	40 anos, casado	Sabe ler e escrever	Tratorista na Usina São Martinho	Pedro e Maria	Não foi ferido. Indiciado, confessou que pretendia comprar o liquidificador saqueado por Gerson	05/07/85 fls. 135
29	Aparecido, lavrador*	Branca	Guariba (SP)	17 anos, solteiro	Sabe ler e escrever	Trabalhava na Usina São Carlos	Armando e Dirce	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado um jogo de panelas "Rochedo"	05/07/85 fls. 137
30	Sueli, lavradora*	Branca	Guariba (SP)	19 anos, solteira	Idem	Na época não trabalhava na lavoura	João e Geralda	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "pediu" a um conhecido bandeja de "inox"	08/07/85 fls. 138
31	Gerson, lavrador*	Branca	Berlício (MG)	20 anos, solteiro	Idem	Não informou	Manoel e Domingas	Não foi ferido. Indiciado, declarou que foi seu irmão Gilson o autor do saque dos liquidificadores	08/07/85 fls. 139
32	Neuza, lavradora*	Branca	Guariba (SP)	22 anos, solteira	Idem	Lavradora na Usina São Martinho	Sebastião e Benedita	Não foi ferida. Não confessou o saque. O depoimento foi uma ficção. Na relação dos objetos apreendidos até 07/06/84, encontrei seu nome e os objetos confiscados na casa de sua mãe: 1 travessa "inox", garrafa térmica, pegador de doce, jogo de panelas (fls. 204)	08/07/85 fls. 140
33	Gilson, lavrador*	Branca	José Gonçalves de Mens (MG)	17 anos, solteiro	Idem	Serviços de rurícola** na Usina São Martinho	Manoel e Domingas	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "pegou" 2 liquidificadores	09/07/85 fls. 141
34	Genaro, lavrador*	Branca	Maria Helena (PR)	23 anos, solteiro	Idem	Picador de carga na Usina Santa Adélia	Sebastião e Lídia	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "se apoderou" de 8 camisetas de criança e 1 mochila	10/07/85 fls. 143
35	Donizete, lavrador*	Branca	Guariba (SP)	20 anos, casado	Idem	Barqueiro - no areeiro da Sra. Antoninha Petruini	Lázaro e Josefa	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "se apoderou" de 2 jogos de panela	10/07/85
36	Juarez, lavrador* na região	Parda	Guariba (SP)	18 anos, solteiro	Sabe ler e escrever	Não informou	José e Palmira	Disparo de arma de fogo na perna	04/02/86 fls. 170

Fonte: SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública... Delegacia de Polícia de Guariba. Inquérito Policial nº 98/84, 15 de maio de 1984.

* Lavrador (a): denominação provavelmente atribuída aos depositos pelo Escritório de Polícia, encarregado de datilografar os depoimentos.

** Os trabalhadores se autodenominavam, nos depoimentos, de: "prestava serviços", "trabalhador rural" e "serviços de rurícola".

discutiam a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, independente e em oposição ao STRs de Jaboticabal, e mais próximo à oposição sindical que ressurgiu a partir do movimento de maio de 1978 nas indústrias metalúrgicas de São Paulo e adjacências. Segunda, em 4 de janeiro de 1985 os trabalhadores de Guariba e região retomavam a greve, a mais longa e violenta até então realizada pelos trabalhadores da cana paulistas. Tudo indica que a retomada da devassa, em 1985, não foi ocasional, revelando uma preocupação das autoridades policiais e do aparato jurídico em seguir bem de perto - intimidando, talvez, - a organização dos trabalhadores que seguia forte²⁸.

Observando a coluna "Nome, profissão, 'turma' e 'feitor'", começamos a entender o complexo quadro das várias funções desempenhadas pelos trabalhadores da cana, registradas pelo escrivão ao lavrar a identidade profissional dos depoentes. Utilizando a denominação "lavrador" para todos, com algumas variações como "motorista na turma 106", "do lar" (lavradora), "saqueiro" (empilhador) da usina, "tratorista" e "retireiro", o escrivão de polícia pouco nos revela sobre a real composição social dos insurgentes.

Preocupados em deixar registradas suas verdadeiras funções no trabalho, os trabalhadores iniciaram seus depoimentos revelando o complexo quadro desse mundo do trabalho. Isaias, casado, 25 anos, cor branca, morador na rua 9 de julho, n.1436, ferido na perna por disparo de arma de fogo, iniciou seu depoimento, no dia 7 de julho de 1984, dizendo que "é trabalhador rural e prestar serviços (sic) para a Usina São Martinho, na turma 106 cujo feitor é o 'Tuta'"²⁹. Com certeza Isaias era um dos 19 cortadores de cana que se identificaram, nas primeiras linhas de seus depoimentos, como trabalhador que "prestava

28. CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. Esquenta Canavial, São Paulo, maio 1984 a jan. 1985. p.33. (Dossiê)

29. SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 41.

serviços", como "trabalhador rural" e como "serviços de rurícula"(sic) ou ainda como "lavrador" nos canaviais das usinas Santa Adélia, São Carlos, São Martinho e outras. É interessante ressaltar que apenas um depoente se autodenominou "rurícula" ou foi induzido pelo inquiridor. Conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, "rurícola" é um adjetivo que significa camponês que vive no campo. Uma figura muito distante do trabalhador que assim se denominou, pois apenas trabalhava no campo. Sua residência era na cidade, não possuindo nenhuma relação cultural com a vida no campo.

Já Moacir, 30 anos, casado, morador na rua Joaquim Abreu Sampaio, n. 403, cor branca, ferido no pescoço com arma de fogo, ao depor no dia 6 de julho de 1984, declarou que "encontrava-se trabalhando como fiscal na turma 28 na Usina São Carlos". Além de Moacir, encontrei mais um fiscal de turma que também participou da revolta, saqueando do supermercado um chuveiro elétrico e um ferro de passar roupa. Outras funções que aparecem nos depoimentos são: um "tratorista na Usina São Martinho", "um motorista da Usina São Carlos", um "picador de carga na Usina Santa Adélia" e uma estranha ocupação de "barqueiro no areieiro da Sra Antoninha Petrini" e três desempregados.

Esse complicado quadro de divisões no processo de trabalho nos canaviais nos dá idéia de que, além do cortador de cana, geralmente aqueles que se autodenominaram "trabalhador rural" ou "prestava serviços" ou simplesmente "serviços de rurícula", havia outras ocupações pertinentes ao trabalho nos canaviais e nas usinas como o "picador de carga", o "tratorista", o "fiscal de turma" e o "motorista". No eito, motorista e tratorista geralmente eram aqueles que conduziam os veículos que carregavam e transportavam a cana cortada para a usina; o fiscal de turma, como contei no primeiro capítulo, desempenhava função superior à de um simples cortador; o fiscal de turma organizava o

trabalho e no final do dia pesava (ou media) a cana cortada, e o picador de carga era um trabalhador da fábrica de açúcar e álcool. Essas ocupações exigiam dos trabalhadores alguma qualificação que os diferenciava dos cortadores de cana.

Em síntese, a referência oficial e genérica de "lavrador" não consegue explicar a composição social. Tampouco os apelidos que marcaram regionalmente os trabalhadores, tais como "pau-de arara", "pilão", "bóia-fria", "birolo", "biruta", "clandestino", "catingueiro", "biscateiro", "changueiro", como já foi dito no primeiro capítulo. Por certo, não foi assim que os trabalhadores se identificaram diante do delegado de polícia. Talvez o termo que mais identifique todas as funções acima relatadas seja "operário rural", utilizado por José Graziano da Silva³⁰, pois todas as ocupações registradas nos depoimentos, pelos trabalhadores dos canaviais e das fábricas de açúcar e álcool, nele cabem, especialmente se observarmos as 19 reivindicações desses trabalhadores que passam ao largo das lutas dos tradicionais trabalhadores do campo. Por exemplo, a luta pela reforma agrária.

Os registros policiais e judiciários comprovam que todos tinham residência e ocupação fixas. Apenas três confessaram estar desempregados, porém Ercílio tinha uma profissão. Era "retireiro" (homem que cuida da retirada do leite das vacas, logo de madrugada). Narcides era "do lar" e lavradora e José era saqueiro (empilhador), provavelmente o homem que lidava com os sacos de açúcar na fábrica (ver quadro 01, p.161, 162 e 163). Estavam desempregados temporariamente, até o próximo contrato de trabalho, não significando uma desocupação permanente.

É importante observar, na coluna "Idade, estado civil", que apenas 10 pertenciam a uma faixa etária mais jovem, entre 16 e 19 anos, contestando a tese de que as ações teriam resultado de

30.SILVA, José Graziano da. Programa para o campo. Terra para quem nela não trabalha. Revista Teoria & Debate, v.2, n.7, jul.set. 1989. p.46-51.

arroubos juvenis. Uma grande parte deles pertenciam à média de 30 anos, sendo 18 casados e pais de família. Seguindo a trilha de George Rudé que buscou compreender a natureza da multidão na França e Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, perguntando quem eram os homens e mulheres que compunham essa multidão, o fato de termos encontrado número significativo de trabalhadores da cana casados fica descartada a idéia de uma multidão composta de "vadios". Com certeza, boa parte daqueles que depredaram e saquearam, em Guariba, eram cidadãos sóbrios e de situação humilde. A "Naturalidade" também traz revelações importantes. Nascidos em Guariba eram 15, apesar de mais jovens, contestando a tese do trabalhador sazonal vindo de outros estados, que, por não permanecer por muito tempo no trabalho, inviabilizaria a luta dos trabalhadores.

Em 1984, os trabalhadores da cana apresentaram tendência para se fixarem no local de trabalho para além do período de uma safra. Exceção para os do "barracão", que vinham de outras regiões, sobretudo do Vale do Jequitinhonha (MG), sem a família, e seu contrato de trabalho durava apenas o tempo de uma safra. Mesmo aqueles originários de outros estados - Paraíba, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Alagoas e Bahia -, total de 13, provaram residir nos bairros da cidade e não nos "barracões", construídos entre as plantações de cana-de-açúcar.

A identidade econômica da região vinha se formando desde 1975, início da implantação do Proálcool em 80 municípios de Ribeirão Preto, ocupando uma área de terras de 300.000 ha. Essa região, que até 1950 fora a "fortaleza do café", em 1984 passou a ter 650.000 ha de canaviais. Mas a identidade do trabalhador não cresceu paralelamente ao desenvolvimento do Proálcool. Como categoria profissional, assumindo-se como cortador de cana, foi um processo que veio à tona no transcorrer do movimento. Essa é uma das teses da socióloga Maria Conceição D'Incao, ao analisar o episódio de Guariba. Para ela a questão da

cidadania e a percepção dos trabalhadores enquanto "cortadores de cana" possibilitaram sua conscientização como sujeitos políticos e assim puderam impor as reivindicações específicas do seu mundo do trabalho³¹.

A coluna "Tipo de agressão física e outras observações" contém outras informações reveladoras do grupo social que compunha a multidão de insurretos. O primeiro caso envolve três trabalhadores: Gérson, seu irmão Gilson e José. Indiciado para depor no dia 5 de julho de 1985, José, tratorista da usina São Martinho havia 10 anos, morador na rua Monte Alto, n. 370, 40 anos, casado confessou que

"alguns dias após a greve ter terminado e a cidade voltado à calma, um elemento de nome Gerson, foi até a casa do declarante e lhe ofereceu um liquidificador; que, o declarante, percebeu que o mesmo tinha três ou quatro liquidificadores dentro de um saco, e que aquele elemento provavelmente tinha tirado os aparelhos do interior do mercado saqueado, e por isso, mesmo precisando do liquidificador, o declarante disse para Gerson, deixar o aparelho em sua casa e caso não tivesse nenhum problema lhe pagaria, a quantia pedida, (...), que, no entanto no dia seguinte a polícia esteve na casa do declarante e efetuou a apreensão do aparelho."³²

As autoridades policiais partiram em busca de Gérson, denunciado como saqueador e vendedor clandestino da "colheita" que fizera no supermercado. Porém, Gérson, 20 anos, morador na rua Monte Alto, n. 320, intimado a depor três dias depois, 8 de julho, revelou ao delegado que

"há um pequeno equívoco, quando diz que o mesmo participara da greve (...) quando então adentrou no mercado (...) e de lá subtrairia liquidificadores, pois fora seu irmão Gilson,

31.D'INCAO, Maria Conceição. Qual é a questão do bóia-fria. São Paulo:Brasiliense, 1985.

32.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 135.

quem fizera tal coisa, e vendera um dos aparelhos para um vizinho."³³

Evidente estratégia para se livrar de uma possível condenação, Gilson acabou por incriminar seu próprio irmão, sem entretanto se livrar de ter sido o receptor dos objetos saqueados, como comprovou o comprador José ao confessar que foi Gérson o vendedor do liquidificador. Para compensar a acusação ao irmão, Gérson ressalta, em seu depoimento, que "seu irmão é pessoa de personalidade e nunca se envolveu com a polícia". Por outro lado, é possível que José também tenha produzido uma ficção ao dizer que não pagara o aparelho no momento da compra, pois desconfiara de ser um produto ilegal.

Essa história coloca algumas questões interessantes. Por exemplo: a existência de um comércio clandestino entre os trabalhadores nos dias após a revolta, fato recorrente nas histórias da multidão em protesto. Embora não tenha encontrado outros casos semelhantes na documentação coligida, uma leitura mais atenta da documentação sugere que eles fizeram muitas coisas úteis com os produtos do saque. Presentearam a mãe, os companheiros de trabalho, filhos e esposas. Ou até esconderam o produto do saque. Observando o quadro 01, das páginas 161, 162 e 163, vemos que muitos utensílios domésticos e peças de vestuário despertaram o interesse dos trabalhadores no momento do saque. Chapéus, sapatos, calças "USTOP" e camisetas compunham a estranha roupa de trabalho para o corte da cana, como contei no início do primeiro capítulo. Mochilas e garrafas térmicas também eram objetos muito úteis aos cortadores no trabalho. A mochila servia para carregar a marmita e o galão de água, - essa composição era denominada por eles de "galo" - e a garrafa térmica para levar o café.

Outra questão importante para entendermos a que grupo social pertenciam é observar a forma elogiosa que Gérson usou ao

33.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 139.

falar sobre o bom caráter do irmão e a afirmação de que ele nunca fora indiciado. Temendo ser condenado, Genaro, 23 anos, solteiro, residente na Fazenda do Coco, picador de carga da usina Santa Adélia, tratou logo de dizer ao seu inquiridor que "ignora o porquê daquela greve; que nunca foi processado". Todos os trabalhadores tentaram construir boas estratégias para que fossem vistos pelo aparato policial e judiciário como homens de bem. Alguns até se preocuparam em criar uma lógica de defesa para explicar a posse de objetos saqueados.

é o caso de Neusa, 22 anos, solteira, lavradora na usina São Martinho, que, interrogada, afirmou que apenas assistiu aos tumultos e foi para casa. Em seguida, uma amiga chamada "Mineirinha", "que hoje se encontra morando no estado de Minas Gerais", em local ignorado, chegou com objetos embrulhados e logo foi embora levando o pacote. Essa foi a história contada por Neusa, no dia 8 de julho. Mas sua mãe, Benedita, 52 anos, "do lar", moradora na Fazenda São Bento, confessou, 7 dias depois, que os objetos saqueados foram levados pela própria filha para sua casa, na fazenda onde residia, e lá foram apreendidos pela polícia. Embora Neusa tenha afirmado que "ignora quem tenha levado os pertences (...) até a casa de sua mãe", a acusação da própria mãe revelou a possibilidade de Neusa ter saqueado ou aceitado guardar os objetos da amiga mineira. Em seguida, tratou logo de considerar que "não participou de nenhum ato que a desabonasse". Veja também os dois depoimentos conflitantes de João, 19 anos, casado, fiscal de turma da usina São Carlos, sobre o saque de um chuveiro elétrico e um ferro de passar roupas.

Durante as pesquisas, notei que houve um grupo social mais ativo no movimento. Procurei saber qual era o centro do movimento: quem desempenhou papel principal no motim³⁴ e na greve

34. THOMPSON, E. P. La Economía 'Moral' de la Multitud. In: Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979. p. 66. Analisando o motim de subsistência na Inglaterra do século XVIII Thompson se valeu do conceito de "economia moral" para explicar que a ação da multidão "não pode ser descrita como 'política' em nenhum sentido progressista, tampouco pode (...)

quem dele participou de forma mais militante e quem teve uma participação mais passiva, ocasional. As respostas a essas questões nos farão entender, com mais segurança, a composição social daquela multidão em protesto. O caso abaixo parece servir ao nosso objetivo de apontar a existência de um centro para o movimento. Lindalva, cortadora de cana na usina Santa Adélia, 16 anos, solteira, natural de Guariba, moradora na av. Princesa Isabel, n. 607, revelou às autoridades policiais, no dia 19 de junho de 1985, que

"se recorda de estarem no serviço, quando chegaram muitos elementos que se diziam pertencentes à Usina São Martinho e disseram que a turma deveria parar; que muitos dos trabalhadores não ousaram obedecer, porém como a situação passou a se agravar, todos aderiram à greve".³⁵

A idéia que a depoente nos passa é de que havia um grupo composto de "muitos elementos que se diziam pertencentes à Usina São Martinho", que percorreram os canaviais das usinas da região organizando a greve. Também revela que a disposição desse grupo era bastante hostil contra aqueles que se recusavam aderir à paralisação. Logo acima, também contei que Izilda fez a mesma revelação sobre o surgimento de "vários trabalhadores, dizendo que todos deveriam parar o serviço". Encontrei nos depoimentos pelo menos mais 10 trabalhadores de vários canaviais afirmando que um grupo, vindo da usina São Martinho, saiu organizando a greve. E não muito dispostos a aceitar resistências aos seus

definir-se como 'apolítica'. Para Thompson, portanto, a ação da multidão, por não ter ocorrido no âmbito de uma organização, como aconteceu com seus similares do século XIX - a classe operária organizada em sindicatos -, nem por isto pode ser considerada "apolítica", pois algum êxito ela obteve. Apropriando-me desse conceito, entendo que o movimento paredista de Guariba, em muitos aspectos, pode ser entendido como um motim, porque, se por um lado as formas de luta aconteceram para além dos espaços dos sindicatos, por outro, as ações dessa multidão serão bem sucedidas, descaracterizando seu aspecto apolítico. O uso que faço da palavra "motim" se restringiu aos momentos em que tento explicar como os trabalhadores definiram seus "alvos" de ataque e de que maneira atingiram seus objetivos. No tocante ao movimento paredista como um todo, a palavra "motim" realmente não dá conta para explicar o objeto, pois, em determinados momentos, os STRs da região conseguiram dar alguma direção ao movimento.

35.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 95.

comandos. Em quase todos os interrogatórios também aparecem grupos de trabalhadores comandando os piquetes nos trevos de acesso à cidade e a confissão de muitos depoentes respondendo que foram obrigados a aderir à greve por grupos anônimos de trabalhadores.

Chamaria a esse grupo de "centro do movimento"³⁶, trabalhadores que assumiram o papel de "militantes". O detalhe, aparentemente marginal, de que foram ao local de trabalho de outros companheiros em busca de adesão, coloca a possibilidade de ter ocorrido discussões, entre os próprios trabalhadores, em torno de estratégias de luta e que também pretendiam conduzir uma maioria passiva. Sempre havia um grupo de trabalhadores - minoria militante ativa - que intimidava os outros - maioria participante passiva, utilizando a expressão do historiador George Rudé. Essa diferença é importante ser observada para demitizar a imagem de uma multidão composta pelo rebotalho social, pela ralé ou pelo povo sem nome. O verbo "demitizar", muito usado pelos exegetas judeus no estudo do Velho Testamento, significa retirar a forma mítica da narração bíblica. É com esse sentido que estou utilizando este verbo. Retirar do acontecimento histórico em questão a forma mítica da fome e a imagem da criminalização como elementos primordiais.

Importante também é analisar como era a relação entre a minoria militante ativa e a maioria participante passiva. Parece que essa relação tinha duas faces. Uma de proteção ao grupo ativo e outra que expressava o medo diante da forma agressiva com que foram abordados pelos militantes. Quando perguntados se havia líderes, nenhum depoente confessou nomes, referindo-se apenas a um grupo de elementos. É possível pensar aqui em uma estratégia de proteção, uma simpatia pelos militantes ativos, mas não escondiam que também foram dominados pelo medo. Uma forma talvez

36. RUDÉ, George, *ibidem*. p. 226-228.

de se safarem, perante o inquiridor, de um envolvimento mais sério.

Se havia um "centro do movimento", também é possível encontrar uma "periferia do movimento", que considerei envolver tanto aqueles trabalhadores dos canaviais e das usinas, a quem denominei de passivos, como os trabalhadores urbanos que aderiram ao motim, especialmente aos saques, por razões diversas.

A participação não tão ocasional de balconistas, de mulheres que se autodenominaram "do lar", de empregada doméstica e servente de pedreiro, ocupações essencialmente urbanas, constituíram outro grupo social na composição dos amotinados (ver quadro 02, p.174). Na coluna "Tipo de agressão física e outras observações", é interessante notar que todos saquearam ou disseram que "ganharam" objetos do supermercado. Vale lembrar que uma das razões do saque foi o preço exorbitante que o dono cobrava pelos alimentos, revelação veemente dos trabalhadores da cana em seus depoimentos. Nos depoimentos dos grupo de trabalhadores urbanos, não encontrei evidências que sustentem a afirmação de que estes saquearam em represália à exploração nos preços dos alimentos. Mas, como hipótese poderemos pensar que esse grupo social urbano tenha aderido aos saques também por essa razão. O fato de Inês, 45 anos, casada, natural de Agua Boa (MG), "do lar", confessar que tinha "familiares que trabalhavam na lavoura", e Maria Santa, 27 anos, casada, natural de Guariba, dizer-se trabalhadora da cana, mas "prestando serviços no comércio" na época da sublevação, demonstra que possuíam alguma simpatia pelo movimento. Por certo, as altas taxas da SABESP e os preços do supermercado também descontentavam os trabalhadores da cidade.

Nos Boletins de Ocorrência Policial, registrados pela Delegacia de Polícia de Guariba, entre os dias 15 e 29 de maio, encontrei sete casos de roubos e ataques indiscriminados a propriedades e pessoas. Casos, talvez, situados na periferia e

Quadro 02 - Trabalhadores urbanos: empregadas domésticas, "do lar" e balconistas

	Nome, profissão (ocupação)	Cor	Naturalidade	Idade, estado civil	Grau de alfabetização	Filiação	Tipo de agressão física e outras observações	Data dos depoimentos
1	Isaura, "do lar"	Preta	Guariba (SP)	52 anos, casada	Sabe ler e escrever	Raimundo e Josefa	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "levou" 2 pares de "congas" e 1 garrafa térmica	19/06/84 fls. 112
2	Inês, "do lar" (familiares trabalham na lavoura)	Branca	Água Boa (MG)	45 anos, casada	Não sabe ler e escrever	José e Marina	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "pegou" 1 boneca e 1 lenço	29/09/84 fls. 66
3	Edna, balconista	Branca	Guariba (SP)	17 anos, solteira	Sabe ler e escrever	Euripedes e Maria	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "ganhou" de pessoa desconhecida 1 boneca, 1 camiseta e 1 bandeja "inox"	19/06/85 fls. 102
4	Gilda, "do lar"	Branca	Guariba (SP)	26 anos, casada	Idem	Gildo e Lourdes (irmã de José)	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "ganhou" de 1 garoto 1 garrafa térmica	10/06/85 fls. 103
5	José, servente de pedreiro	Branca	Guariba (SP)	24 anos, solteiro	Idem	Gildo e Lourdes (irmão de Gilda)	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado 1 ventilador e 1 liquidificador	19/06/85 fls. 111
6	Gervásio, balconista	Branca	Taquaritinga (SP)	14 anos, solteiro	Idem	Oswaldo e Dirce	Não foi ferido. Indiciado, confessou que "saqueou" do supermercado 1 boneca e "ganhou" de 1 garoto 1 caldeirão	04/07/85 fls. 131
7	Maria Cristina, empregada doméstica	Preta	Guariba (SP)	18 anos, solteira	Idem	João e Rosa	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "pegou" 1 motora, 3 camisetas e 1 "shorts"	04/07/85 fls. 133
8	Maria Santa, lavradora (prestava serviços no comércio)	Branca	Guariba (SP)	27 anos, casada	Idem	Oscar e Etelvina	Não foi ferida. Indiciada, confessou que "encontrou" 2 chapéus	05/07/85 fls. 136

Fonte: SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Inquérito Policial nº 98/84, 15 de maio de 1984.

não no centro do movimento. Em um desses casos, a vítima foi a Empresa de Telecomunicações do Estado de São Paulo, que teve um carro apedrejado, no trevo da Vila Bairro Alto, "por um tumulto de pessoas (sic) existentes naquele local"³⁷. Uma viatura do 130. Batalhão da 1a. Companhia de Policiamento de Araraquara também foi apedrejada por "manifestantes agrevistas"(sic), ferindo os policiais que conduziam a viatura 38. Em um outro caso, um carro foi apedrejado por "centenas de trabalhadores rurais", quando trafegava pelo trevo do Jardim Monte Alegre, ferindo um de seus ocupantes, um fiscal de turma³⁹.

Em outro Boletim de Ocorrência, um mecânico registrou queixa contra uma multidão que o atacou ao anoitecer do dia 16 de maio, no trevo da Vila João de Barro, furtando-lhe a carteira com dinheiro e danificando seu veículo⁴⁰. Tentativas de arrombamento a dois supermercados foram registradas nos Boletins de Ocorrência Policial na madrugada dos dias 17 e 18 de maio. Em todos casos acima a polícia não conseguiu identificar os agressores que no indiciamento constam como "ignorados" ou "a apurar". Finalmente, encontrei o registro de que um grupo de garotos, no dia 29 de maio, às 19 horas, assaltou o Supermercado João Chioda Jr. Presos e indiciados, eram os únicos que possuíam passagens anteriores por vários furtos na Delegacia de Polícia⁴¹.

A documentação que acabo de analisar me permite afirmar que havia um "centro do movimento". Mesmo que nos depoimentos nenhum trabalhador ousasse confessar, às autoridades policiais, quem eram os trabalhadores que compunham esse "centro", é certo

37.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.665/84. In:- Inquérito policial, ibidem.

38.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.666/84. In:- Inquérito policial, ibidem.

39.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.667/84. In:- Inquérito policial, ibidem.

40.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.670/84. In:- Inquérito policial, ibidem.

41.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.672/84. In:- Inquérito policial, ibidem.

que eles existiam e eram muito ativos. Seria oportuno aqui relacionar essa presença de trabalhadores "militantes" com outras duas questões que se destacaram em toda a documentação coligida para este trabalho.

A primeira questão é a presença marcante da Comissão Pastoral da Terra que desenvolveu trabalhos de evangelização, orientada pela Teologia da Libertação, no período de 1979 a 1984, em toda a região de Ribeirão Preto. Em uma sala improvisada, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, encontrei vasta documentação sobre a atuação da CPT no estado de São Paulo. Relatórios de encontros com trabalhadores da cana, boletins da regional de São Paulo, um grande acervo de fotografias e coleções de jornais regionais registraram os vários momentos da CPT junto aos trabalhadores da região de Ribeirão Preto e Jaboticabal. Minha atenção se concentrou nos trinta relatórios que contam, minuciosamente, como eram esses encontros, que aconteciam sempre sob o pretexto de comemorar algum evento relacionado às atividades dos trabalhadores, como o dia do Trabalho, o dia do Trabalhador Rural ou para festejar a data de fundação de alguma igreja católica na diocese ou na cidade-sede da reunião. Os trabalhadores vinham de várias cidades vizinhas tais como: Barrinha, Dobrada, Guariba, Taquaritinga, Monte Alto, dentre outras. Todas localizadas no quadrilátero da economia álcool-açucareira, no estado de São Paulo. Esses encontros foram amplamente noticiados pela imprensa regional, sobretudo através dos periódicos de Ribeirão Preto e dos jornais editados pela arquidiocese de Jaboticabal.

A CPT iniciou seus trabalhos na região em 1979, ano marcado pela retomada do movimento das classes trabalhadoras. Várias estratégias foram utilizadas pela pastoral. A reconceitualização da Bíblia permeava todos os encontros. Citando Mateus 5: "As Bem Aventuranças - dos pobres é o Reino dos Céus", afirmando que Jesus quer a união do povo, a CPT introduziu o tema

sobre a necessidade de os cortadores de cana se unirem em torno de questões tais como: organização de sindicatos "autênticos", condição de trabalho, "comida fria", direitos trabalhistas, salário e custo de vida, etc⁴².

Trocas de experiências entre os participantes dos encontros, através de simples técnicas de "cochichos", "conversas", dramatização do cotidiano, também foram amplamente utilizadas pelos agentes da pastoral com o objetivo de recuperar os problemas vivenciados pelos trabalhadores da cana no trabalho, em casa e no lazer⁴³. As questões que os trabalhadores deveriam responder, nessas trocas de experiências, eram as seguintes: contar como ia seu dia-a-dia, quais eram as dificuldades que enfrentavam, o que fazer para mudar a situação. As respostas dos trabalhadores giravam em torno das diferentes formas de exploração e repressão; por exemplo, na relação com o "gato". A solução apontada pelos trabalhadores foi "denunciar os roubos dos 'gatos' nos seus supermercados"⁴⁴.

A recuperação da cultura foi recorrente nos encontros. No primeiro relatório da CPT, de janeiro de 1979 - um estudo da economia rural da região de Ribeirão Preto, provavelmente realizado para circular entre os agentes pastorais -, a Comissão concluiu que o folclore foi esquecido e as relações entre as famílias não existiam mais. A mobilização dos trabalhadores para atividades é levada ao fracasso, porquanto os "operários rurais delas não podem participar, pois trabalham até 21 ou 22 horas da noite, chegando em casa totalmente exaustos". Nem repouso semanal é garantido. "Acabou-se os bons tempos, onde um ia visitar o outro, e se fazia bailes, diziam eles".⁴⁵

42. ENCONTRO DE LAVRADORES (1:1979:Jaboticabal); ENCONTRO DE TRABALHADORES RURAIS DE JABOTICABAL (2:1979:Jaboticabal) Relatórios n.4 e 5, Jaboticabal, 1979.

43. ENCONTRO DIOCESANO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2:1982:Ribeirão Preto); ENCONTRO DE TRABALHADORES RURAIS (1982:Ribeirão Preto) Relatório n. 15 e 16. Ribeirão Preto, 1982.

44. ENCONTRO DIOCESANO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. 19 set. 1982, *ibidem*, n.15.

45. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório n.1. Jaboticabal, jan. 1979.

A Comissão percebeu que essas relações sociais, a cultura do homem do campo, foram arrebatadas. Recuperando esses traços culturais, a CPT ganhou a presença de trabalhadores em seus encontros. Uma das "proposta de ação", tirada na "Assembléia de Bóias-Frias: 1o. de maio/80", com quinhentos trabalhadores de Monte Alto, Jaboticabal, Barrinha, Guariba e Taquaritinga, o antigo conceito de "comunidade" foi recuperado ao incentivar-se os trabalhadores para a reunião de grupos de discussão em suas cidades⁴⁶. O lúdico também fez parte das estratégias. Nos encontros, as atividades eram entremeadas de canções sertanejas. Duplas de violeiros executavam melodias sertanejas. No encontro para comemorar o dia do Trabalho, em 1982, todos os depoimentos de trabalhadores, sindicalistas, falas do coordenador da pastoral e do bispo de Jaboticabal, eram entremeados com músicas representativas da cultura do homem do campo⁴⁷.

O resgate da memória de luta dos trabalhadores da região de Ribeirão Preto foi também constitutivo da linha de atuação da Comissão. Um dos primeiros relatórios, provavelmente de 1979, quando ainda a CPT se preparava para o trabalho de base, diz o seguinte:

"Sabemos que Ribeirão Preto é uma região onde existiam inúmeros movimentos de trabalhadores e sindicatos rurais atuantes, pelo menos até 1964/5 (sic) e mesmo 1968. Greves, mobilizações, e mesmo a criação de alguns sindicatos se deu através de conflitos e de grande participação dos trabalhadores rurais".⁴⁸

O objetivo da Comissão ao recuperar a história desses movimentos era "para fazer a história presente para trabalhadores

46.COMISSAO PASTORAL DA TERRA. Relatório n.6 Assembléia de bóias-frias. 1o. de maio/80. Jaboticabal, 1980.

47.ENCONTRO DE TRABALHADORES RURAIS DE JABOTICABAL. 1979, *ibidem*, n.5; COMISSAO PASTORAL DA TERRA. 1980, *ibidem*, n.6.; COMISSAO PASTORAL DA TERRA. Relatório n.13 dia 1o. de Maio: encontro da CPT. Ribeirão Preto, 1982.

48.COMISSAO PASTORAL DA TERRA. Relatório n.2 para região de Ribeirão Preto: proposta para discussão. Ribeirão Preto, s.d.

mais jovens, e os que não tiveram conhecimento desses fatos". De fato, ao contrário do que pensam alguns estudiosos da história das classes trabalhadoras do Brasil contemporâneo, os trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo tiveram uma importante atuação e alguns registros dessas lutas podemos encontrar em pesquisas recentes⁴⁹.

Recuando muitos anos no tempo, vamos encontrar várias formas de respostas que os colonos do café deram às relações sociais de produção, na região, entre 1885 e 1930. A luta desses trabalhadores variou entre ações individuais, contra fazendeiros e administradores das fazendas de café que lhes custaram a vida, e ações coletivas. Estas últimas foram registradas pelo historiador Michael Hall e pela antropóloga Verena M. Allier como "greves de tamanho considerável", e aconteceram em 1912, entre os colonos de mais de uma dúzia de fazendas da região de Ribeirão Preto, que conseguiram "um pequeno aumento de salário". Mas a maior greve do período eclodiu em 1913, mobilizando entre 10.000 e 15.000 colonos, sendo, porém, derrotada⁵⁰.

Alguns anos após, entre as décadas de 50 e 60, as incursões do Partido Comunista Brasileiro - PCB, contadas por um de seus fundadores em Ribeirão Preto, Irineu Luís de Moraes, revelam uma intensa organização entre os trabalhadores das usinas de Sertãozinho, Barrinha e Guariba. Após perambular pelo interior do estado, chegando a participar da "Guerra de Porecatu", no estado do Paraná, no final da década de 50, Irineu se afastou da direção do PCB e partiu para as usinas com o objetivo de continuar seu trabalho de base, com certa independência. Em junho de 1960, ele liderou uma greve na usina São Martinho (Prado) pela extinção do "gato" e por melhores salários. Em 1961, organizou os

49. MELCH, Cliff, Rivalry and Unification: Mobilising Rural Workers in São Paulo on the Eve of the Brazilian Golpe of 1964. In: BULMER-THOMAS, Victor, Journal of Latin American Studies, Cambridge, v. 17, part 1, Feb. 1995. Nesse artigo o autor revelou que, na década de 60, a mobilização dos trabalhadores rurais, no interior do estado de São Paulo, era intensa.

50. HALL, Michael e MARTINEZ- ALLIER, Verena, Greves de colonos na primeira república. (mimeogr.).

trabalhadores da mesma usina e das usinas de Pontal e Sertãozinho pela posse do vice-presidente Jango Goulart, após a renúncia de Jânio da Silva Quadros. Em 1968, em Guariba, foi preso por quatro dias por organizar sindicatos e luta armada e liderar greves. Fundou "células" do partido em Barrinha, Pontal e Sertãozinho⁵¹. O interior de São Paulo, de fato, parece ter uma tradição de luta e, com razão, a CPT tentou recuperá-la em seu programa estratégico de educação de base.

Uma importante constatação da socióloga Maria Conceição D'Incao nos indica que os trabalhadores da cana, da primeira geração, que no passado tiveram uma vivência de colonos e sitiante, participaram com mais intensidade na composição das reivindicações contidas no acordo de Guariba, após o movimento de maio de 1984, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva enquanto cortadores de cana. Nos depoimentos colhidos na cidade de Barrinha, ela percebeu que a violência do cotidiano é mais notada entre aqueles que passaram por uma experiência de vida na qual os direitos mínimos do cidadão eram mais respeitados e as relações sociais na comunidade eram mais vivenciadas. No depoimento de "Seu" Antônio, 50 anos, antigo colono na Fazenda Santa Eugênia, em Jaboticabal, que em 1980 cortava cana em uma usina de Barrinha, D'Incao constatou que a referência que ele fazia a esse passado estava presente nas

"(...) reivindicações que compõem o discurso que vem orientando a luta dos trabalhadores da Região de Ribeirão Preto, (...): estabilidade no emprego, maiores salários, descanso remunerado, direito a remuneração por ocasião de doenças, controle do trabalhador sobre o que produz e a eliminação

51. WELCH, Cliff. Entrevista com Irineu Luiz de Moraes. Ribeirão Preto, 22 ago. 1988. (mimeogr.). Essa e outras entrevistas com militantes do Partido Comunista Brasileiro foram gentilmente cedidas por Sebastião Geraldo quando pesquisei na região de Ribeirão Preto, em 1989. Posteriormente, essas memórias de militantes políticos foram publicadas no livro de WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. Lutas camponesas no interior paulista memórias de Irineu Luiz de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

da exploração adicional realizada pelo 'gato'".⁵²

Essa afirmação de D'Incao leva a pensar, ao menos como hipótese, que no movimento de Guariba poderemos encontrar alguma referência ao conceito de tradição de luta. Verena Stolcke sugere a mesma hipótese, quando, no calor da hora, encerra sua obra "Cafeicultura" com o apêndice intitulado "Os limites da exploração", falando sobre a revolta de Guariba, de maio de 1984. Nesse livro, a autora descreve a trajetória de vida e trabalho dos colonos imigrantes, desde meados do século XIX até 1980. Dá um salto no tempo, de 1980 para 1984, e isso nos permite inferir que ela está trabalhando com o conceito de processo histórico, no qual não está dissociado, no tempo e no espaço, o sujeito histórico colono do sujeito histórico trabalhador da cana. Em toda a documentação analisada, foi impossível encontrar evidências incontestáveis que me permitissem trabalhar melhor a categoria tradição de luta e que tivesse fortemente ditado as formas de luta dos trabalhadores no transcorrer do movimento de maio de 1984. Contudo, posso afirmar, com alguma segurança, que essa tradição não pode ser descartada ao analisarmos os acontecimentos em Guariba e região. Fica, por ora, aberta uma pista para outras pesquisas.

Em síntese, por tudo o que relatei na seção "A face não tão oculta dos amotinados", cabem aqui algumas considerações:

1) Gérson, Gilson, José, Neusa e seus companheiros não eram marginais e se algo fizeram que os aproximasse dos grupos de homens que optaram por viver através do ganho fácil, essa foi apenas mais uma estratégia de sobrevivência, própria daquele momento em que viviam. É fundamental perceber que eram trabalhadores e que fizeram questão de se apresentar, diante dos inquisidores, qualificados para o trabalho, e trabalhando: Gilson

52. D'INCAO, Maria Conceição. "Se perder o sábado, perde o domingo". Folha de S. Paulo, 19 jan. 1986. Folhetim, p.11.

como "rurícula" (sic), José como tratorista, Neusa como lavradora, Ademir como trabalhador rural, João como cortador de cana... Tudo indica que essa era a verdadeira composição social da multidão.

2) Havia um "centro do movimento", representado por um grupo militante ativo, originado entre os trabalhadores da cana, que dava os rumos ao grupo passivo, mas participante. Esse grupo militante ativo era a tropa de choque da multidão em protesto que se sobressaiu dentre as pequenas ações de outros grupos, situados mais na periferia do movimento. Nada difícil perceber como a atuação da CPT entre os trabalhadores contribuiu, de alguma forma, para a formação desse "centro do movimento", pois todo o trabalho de base convergia para a formação de grupos ativos entre os trabalhadores que deveriam conduzir o debate das questões relativas a condições de vida e de trabalho. O resgate da auto-estima, da autoconfiança e da autoconsciência dos trabalhadores, enfim, do sujeito coletivo parece ter sido o objetivo das várias estratégias que os agentes da pastoral lançaram nos encontros analisados acima.

Quanto à questão da tradição de luta, não tenho evidências que comprovem ter essa categoria de fato contribuído para formação da consciência dos trabalhadores. Entretanto, não foi por mero acaso que o movimento ocorreu dessa forma e nesse lugar. A presença de vários elementos que, com certeza, estimularam os trabalhadores em suas ações não pode ser analisada através da relação reducionista de fome-revolta, como encontramos na versão da grande imprensa e das autoridades estaduais ao relacionar fome com protesto social. Propomos pensar em uma possível sincronicidade de fatos, um encontro de acontecimentos, no espaço e no tempo, tais como a tradição de luta, a presença da CPT na região, que, somados às condições de vida e de trabalho dos cortadores de cana em maio de 1984, desencadearam a reação de protesto.

3) A comoção social provocada pela revolta atraiu outros grupos sociais. É o caso dos trabalhadores urbanos (ver quadro 02, p. 165). Embora situados na periferia do movimento, acabaram se tornando companheiros não tão ocasionais das ações da multidão. E havia também aqueles que fizeram uma boa "colheita", sob o disfarce do movimento social. Tiveram papel menor nos motins, mesmo considerando que os ataques aos veículos e pessoas foram feitos por grupos de trabalhadores. Exceção feita ao assalto dos garotos com passagens na polícia. É possível concluir, com razoável segurança, que essas pequenas ações que pontuaram a cidade entre os dias 15 e 29 de maio acompanharam o movimento. Crimes aproximados ocasionalmente. Foram companheiros circunstanciais e não constantes do grupo que denominei "centro do movimento".

4) Por certo, a multidão aqui analisada não é um fenômeno abstrato, sem rosto e sem nome, que gerou terror e pânico, destruição e morte. Nem tampouco ela era composta de "vândalos" que realizaram "empreitadas criminosas". Homens irascíveis que têm "a espontaneidade, a violência, a ferocidade (...) dos seres primitivos"⁵³. Esses rótulos atribuídos pela grande imprensa e pela Justiça à multidão em protesto são carregados de juízo de valor e, além de revelar uma opinião tradicional sobre a composição social da multidão, emitem uma imagem falsa a respeito da natureza dos amotinados.

Nada fácil negar, por toda a documentação até aqui analisada, a violência com que eles investiram contra propriedades privadas e contra pessoas. Muito mais do que avaliar essas ações, interessa, neste trabalho, responder à questão: por que agiram dessa maneira? É o que tentarei fazer na seção seguinte.

3. Hora de morrer de fome ou hora de "virar a mesa"

53.LE BON, Gustave. La Psicologia das multidões. Rio de Janeiro:Briguiet, 1954.

Vimos, no início deste capítulo, que a grande imprensa, a Justiça e o governo do estado interpretaram as ações dos trabalhadores como um movimento desencadeado pela fome e protagonizado por elementos criminosos. No caso particular de dois jornais paulistas, cabe ressaltar ainda que, ao apontarem as causas do protesto, destacaram as altas taxas de água cobradas pela SABESP e colocaram em segundo plano a questão salarial e as alterações no processo de trabalho - o corte de "7 ruas" -, assim como os preços e a extorsão realizada pelo dono do supermercado saqueado. Analisaram e justificaram as ações dos trabalhadores com rótulos depreciativos, através do paradigma da patologia social, na qual o homem esfomeado aparece, por natureza e instintos, irascível, portanto violento. Capaz de praticar atos que o colocam fora dos padrões sociais.

A fome como fator mais importante dos distúrbios significou uma categoria que explicava tudo, introjetando na opinião pública que, com fome, os homens e mulheres desta história são capazes de aterrorizar uma cidade. Porém, para os trabalhadores e trabalhadoras desta história a "guerra da fome" constituía-se de elementos concretos, que faziam parte de um longo processo de luta que vinham travando no eito e, de certa forma, nos sindicatos da categoria. Lutas a que grande parte dos agentes sociais não deram a devida importância. O corte de "7 ruas", as altas taxas da SABESP e os preços e a extorsão do supermercado continham outros significados. Esses elementos eram os indicadores dos "alvos" a serem atingidos. Saques ao supermercado, destruição dos imóveis da SABESP, incêndios nos canaviais e planos de atacar a Prefeitura Municipal, a Empresa de Telecomunicações do Estado de São Paulo e a empresa de Correios e Telégrafos - ECT - surgiram no horizonte dos trabalhadores como estratégias bem pensadas para uma negociação com os donos do poder, seja ele público ou privado. Uma estratégia que continha elementos desagregadores que pretendia atingir o Estado,

representados, neste episódio, pelo governo do estado de São Paulo.

Para estabelecer essa distinção de significados, precisei formular perguntas aos documentos contidos no inquérito policial. Saber o que o inquiridor queria "arrancar" dos inquiridos e das testemunhas. Tentei criar um roteiro de leitura que me permitisse imergir nas controvérsias dos depoimentos, na rede de signos presentes nas falas dos indiciados e deles também arrancar a própria leitura que fizeram dos episódios. Qual era a lógica de defesa que criaram diante do aparato policial-judiciário? Como se viam no movimento? Fazer perguntas centradas no porquê da greve e das depredações e saques. Das divergências, das contradições e das ficções encontradas nos documentos pude extrair a narrativa dos trabalhadores para os episódios. Uma narrativa que fazia parte da racionalidade ou da "desrazão" dos trabalhadores. Declarações fictícias e a homogeneidade na construção dos fatos ao relatarem como entraram na greve. "Um calar mais informativo que toda grave confissão", como diz o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, na poesia "Inquérito" (A Vida Passada a Limpo).

Meu objetivo nesta seção é tentar entender qual era a razão, o sentido das ações. Entender as razões do saque ao supermercado e depredação da SABESP. Sabendo, primeiro, os motivos da greve na leitura dos protagonistas, para depois interpretar as atividades da multidão.

A busca dos diversos significados do episódio e, até onde posso conhecer, de todas as camadas que compuseram esse evento histórico, para me aproximar da história real. Através da versão dos trabalhadores, contida no inquérito policial, pretendo chegar a esse objetivo. O historiador Boris Fausto nos dá uma pista para uma metodologia de trabalho com essa documentação. Ele fala que, na sua materialidade, os processos penais contêm dois tipos de "acontecimentos" diferentes. Um "acontecimento" que

produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último busca a "verdade" para punir ou absolver. Entretanto, prossegue Boris Fausto, a relação entre a atividade do judiciário - o processo penal - e o fato delituoso - aquele que quebrou as normas legais - não é linear, nem pode ser compreendida através de critérios de verdade⁵⁴.

Em outras palavras, não devemos ler os depoimentos dos diferentes atores como se fossem verdades absolutas. Ou ler acriticamente as confissões dos trabalhadores, sem discriminar o que nelas é de providência inquisitorial, como enfatiza Carlo Ginzburg, ao analisar os processos inquisitoriais dos "benandanti", no século XVII, na Europa. Essa objeção foi contornada com o cruzamento de outras fontes, especialmente fontes jornalísticas, sendo esse método definidor, portanto, para uma análise mais acurada dos depoimentos. Procurei também não generalizar uma dada informação sem antes confirmar sua repetição nos depoimentos de outros trabalhadores ou em outras fontes. E mesmo que tenha algum dado não generalizante, foi possível colocá-lo como hipótese ou como uma pista a ser seguida por outras pesquisas.

Começemos, pois, com as impressões e as ilustrações dos trabalhadores sobre a "guerra da fome". A documentação coligida me permite afirmar, com razoável certeza, que grande parte dos amotinados sabia dizer, com segurança, quais eram os motivos do saque, das depredações e da greve acontecida posteriormente a essas ações. Apesar de muito longo, vale a pena citar o depoimento de um cortador de cana, porque ele revela muitos aspectos importantes. Ademir, 24 anos, casado, cor parda, morador na rua Caetano Frujuela, n. 282, natural de Córrego Rico (SP), declarou no dia 6 de julho de 1984 que

54. FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

"em data de 14 de maio do corrente, estava no trabalho, pois exerce as funções de trabalhador rural na Usina São Carlos, quando então surgiu os comentários de que os trabalhadores deveriam parar suas atividades, em virtude de estarem recebendo muito pouco pelo corte de cana, e estarem cortando sete ruas de cana em vez de cinco; que, no dia imediato, o declarante tomou o caminhão e quando chegaram na saída da cidade, foram barrados por trabalhadores que diziam que todos deveriam permanecer em Guariba, para participar da greve; que, foi então que o declarante veio para o centro desta cidade juntamente com amigos e por volta das 9:00 hs, passaram a demolir o escritório da SABESP, porque o preço da água estava muito alto; que, o declarante participou dos danos, até o momento em que os demais trabalhadores se voltaram para quebrarem o super Mercado do sr. Claudio Amorim; que, o declarante estava juntamente com os demais, porém antes de entrarem no mercado, a polícia surgiu na frente dos manifestantes; que, estes estavam em aproximadamente duas mil pessoas, e os policiais estavam em número de nove; que, ao serem barrados pelos policiais para não quebrarem o Super Mercado, os trabalhadores passaram a atirar pedras contra os policiais, e os mesmos afastavam, porém davam tiros que o declarante acredita serem de festim, pois ninguém era atingido; que, o movimento criou maior força quando percebeu que os tiros da polícia não eram verdadeiros e armados de pedra, facões e pedaços de pau, os trabalhadores conseguiram fazer com que a polícia voltasse e foi possível, adentrarem no Super Mercado; que, o declarante não chegou a adentrar no super mercado, pois acabou levando um tiro nas costas, quando estava próximo da Igreja Matriz e procurar sair do meio dos manifestantes; que, o declarante não sabe dizer quem fora o autor do disparo que atingiu; que, foi levado para o hospital desta cidade e posteriormente encaminhado para Ribeirão Preto, onde recebeu cuidados médicos; que, o declarante foi dispensado após algumas horas, apesar de continuar com o estanho no corpo; (...) que, o declarante ignora o motivo pelo qual os trabalhadores resolveram danificar o super mercado do sr. Claudio Amorim; que, o

declarante já comprou no super mercado acima referido, porém deixou de comprar em virtude do preço elevado das mercadorias que são vendidas no mesmo; que, o declarante ouviu dizer que os trabalhadores partiram contra o mercado do Claudio, porque o mesmo dava uma despesa após a anterior ser paga, e no ano anterior aos fatos, Claudio recebeu as despesas, quando do acerto dos trabalhadores e cortou o crédito da maioria; que, o declarante não foi um dos trabalhadores que teve seu crédito cortado, deixou de comprar apenas devido o preço elevado, em relação a outros mercados desta cidade; que, a idéia de greve, surgiu nas turmas que trabalham para a Usina São Martinho e as demais se filiaram àquela." 00

A primeira revelação importante no depoimento acima refere-se à alteração do processo de trabalho no corte da cana. Desde 1983, os usineiros da região canavieira de Ribeirão Preto introduziram no processo de corte de cana as "7 ruas". Como vimos nas páginas iniciais do primeiro capítulo, os cortadores de cana havia muito reivindicavam o retorno das "5 ruas". Ademir confirma em seu relato que os trabalhadores entraram em greve em "virtude de estarem recebendo muito pouco pelo corte de cana, e estarem cortando sete ruas de cana em vez de cinco".

Apesar de ter conhecimento, desde o dia anterior, de que haveria a greve, ele partiu para o trabalho na manhã do dia 15, mas foi barrado na saída da cidade por um grupo de trabalhadores. Em todos os depoimentos há certa homogeneidade quanto a esse aspecto. Todos confessaram que partiram para o trabalho e que foram impedidos de sair da cidade por um grupo de companheiros. Essa forma homogênea de reconstruir o início do movimento parece ser uma estratégia de defesa usada por todos os trabalhadores inqueridos. Uma forma de escapar da acusação de liderar ou organizar o movimento. Também uma forma de passar às autoridades policiais o conceito de trabalhadores morigerados.

Mas quando inqueridos se sabiam as razões do saque e depredação, muitos não se intimidaram diante do aparato judiciário. Ademir, por exemplo, confessou seu envolvimento nas depredações dos imóveis da SABESP "porque o preço da água estava muito alto; que, o declarante participou dos danos".

Contra os usineiros e contra a SABESP, Ademir não tem meias palavras para dizer que ele tinha bons motivos para suas ações. Embora revelando que só "não chegou a adentrar no supermercado, pois acabou levando um tiro nas costas", sua confissão sobre os motivos do saque é reveladora. Na verdade ele não ignora "o motivo pelo qual os trabalhadores resolveram danificar o supermercado", pois a seguir ele narra, com detalhes, a prática de crédito do proprietário que revoltou os trabalhadores. Diz ele que era freguês da casa comercial, "porém deixou de comprar em virtude do preço elevado das mercadorias que são vendidas no mesmo", o supermercado mais caro da cidade. Uma questão também recorrente nos depoimentos é quando o depoente diz que "ouviu dizer"... , levando a polícia a não identificar o responsável por tal fato. Quando ele faz uma importante revelação sobre a prática de venda do supermercado, também coloca-se "de fora" de toda história, afirmando que "ouviu dizer que os trabalhadores partiram contra o mercado do Cláudio, porque o mesmo dava uma despesa após a anterior ser paga". Em 1983, o proprietário resolveu cortar o crédito dos trabalhadores assim que estes saldassem a "despesa" anterior. Ademir volta a afirmar, tentando se livrar de um julgamento, que ele não teve seu crédito suspenso, "deixou de comprar apenas devido o preço elevado". Parece que Ademir insinua que os trabalhadores foram prejudicados com o corte do crédito e essa foi a razão da revolta contra o dono da casa comercial.

No depoimento seguinte, vamos encontrar a confirmação de Ademir sobre a "rixa" contra o dono do supermercado. O depoimento contém outros aspectos reveladores dos motivos das

ações diretas. Em 15 de maio de 1984, no mesmo dia da revolta, João, 19 anos, casado, morador na rua Jaboticabal, n. 311, natural de Guariba (SP), fiscal de turma na usina São Carlos, às 6 horas tomou "regularmente o caminhão de turma que o levaria ao serviço", mas no trevo da Cecap o caminhão foi impedido de prosseguir viagem por uma "'multidão' armada de facções". Disseram-lhe para não ir ao trabalho,

"pois estavam reivindicando o preço, o aumento do preço da tonelada, bem como que fosse baixado para cinco o número de 'ruas' e não sete como estava sendo feito. (...) com referência à SABESP, pode informar que há um clima de revolta contra a mesma, em razão dos altos preços cobrados pelo fornecimento de água; o declarante mora com seu pai, e sabe que na sua casa é cobrado de \$70.000 a \$80.000 de água por mês; que sabe também, que o proprietário do Supermercado da cidade, sr. Claudio Amorim, não é bem visto pela população da cidade, já que existem muitas pessoas de que dele tem 'rixa'." 56

A imagem que o depoente nos passa é de um trabalhador responsável que vai "regularmente" para o trabalho, mas foi impedido, naquele dia, pela "multidão" armada, e por "curiosidade" participou do saque. No seu primeiro depoimento, ele conta que um colega lhe ofereceu um chuveiro e um ferro elétrico. Uma boa lógica de defesa, pois João foi intimado a comparecer pela segunda vez à Delegacia de Polícia, dois meses após o primeiro depoimento. No dia 4 de setembro, ele confessou "que aproveitou-se do ensejo e também adentrou no mercado" 57. Ao sair com um ferro elétrico e um chuveiro nas mãos, foi abordado pela polícia, que o conduziu à Delegacia, onde foi indiciado. Sua afirmação de que nada sabia sobre o saque e as depredações é conflitante com sua própria confissão, logo abaixo, sobre os motivos dessas ações: aumento de salário e retorno do corte de

56.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 11.

57.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 61.

"5 ruas". Quando perguntado sobre a demolição da SABESP, fala das altas taxas e ainda ilustra com as suas despesas pelo consumo de água. Confirma que o proprietário do supermercado era *persona non grata* dos cortadores de cana da cidade. Parece que João sabia o que o levou ao saque e a razão do seu envolvimento.

Foram localizados outros oito depoimentos de cortadores de cana. Vale a pena lembrar mais uma vez o depoimento de Izilda, já muito conhecida neste trabalho, pois foi um dos depoimentos mais destemidos e convictos em seus motivos, dentre todos os que analisei. Quando inquirida sobre o porquê da greve, respondeu que aqueles grupos que ela viu nos piquetes dos canaviais, que denominei de centro do movimento, "diziam o que desejavam: cortarem cinco ruas de cana, receber mais pelas toneladas cortadas e receberem notas da produção diária". Esta última reivindicação sugere uma das formas utilizadas pelos usineiros para burlar o salário semanal. O cortador nunca sabia qual era sua produção diária, daí a exigência das notas para o controle do que produzia. Assumindo sua identidade de cortadora de cana, Izilda oferecia a sua leitura para o movimento dizendo que "como trabalhadora rural, tem a dizer que da forma em que trabalhavam, realmente não dava para ganhar o pão de cada dia"⁵⁸.

Outro depoimento, muito embora não sendo de um cortador de cana mas de um retireiro desempregado, revela novos aspectos desta história e confirma o elemento definidor da destruição dos imóveis da SABESP. Ercílio, 37 anos, solteiro, morador na av. Sagrado Coração de Jesus, n. 487, na Vila Jordão, natural de Guariba, foi intimado duas vezes para depor na Delegacia de Polícia. Em 15 de maio e em 7 de novembro. Ercílio revelou que "Guariba ficou três dias em movimentos pelas ruas", dizendo que o movimento paredista alterou a paisagem pacata da cidade. Inquerido pelas autoridades sobre a revolta contra a SABESP, respondeu que achava "ser absurda a conta paga" e que ele ouviu

58.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 42.

vários comentários, desde muito tempo, de que o preço "é exagerado gerando reclamações de toda ordem". A queixa dos trabalhadores contra as contas de água da SABESP "era dereto" (sic), segundo o depoente. Vale lembrar que Ercílio residia na Vila Jordão, um dos bairros da cidade mais povoados pelos cortadores de cana. A impressão é de que ele conhecia as reclamações constantes de seus vizinhos. Sobre o assalto ao supermercado, declarou ao escrivão que, na sua opinião, refletia o "problema do custo de vida", por ele considerado bastante alto, impossível de ser suportado por parte da população. Finalmente, o depoente revelou que saqueou. No primeiro depoimento, Ercílio confessou que, no caminho de volta para casa, pegou uma caixa que um rapaz deixou cair perto dele, mas no segundo depoimento descreveu saqueadores no interior da casa comercial jogando produtos na calçada e, estando ele na mesma calçada, pegou uma caixa⁵⁹.

Outro depoente, cortador de cana da turma 126, cujo feitor era Antônio Mineiro, da usina São Martinho, reconheceu "que a greve surgiu porque o preço da cana estava baixo, e a SABESP foi destruída porque estava cobrando preço exorbitante pelo consumo da água."⁶⁰ Outro cortador de cana, da usina São Carlos, da turma 7, feitor Antônio, declarou que "ouve-se cogitação de que os trabalhadores da Usina São Martinho iriam entrar em greve, devido ao baixo valor que era pago pelo corte de cana". Afirmou ainda que o novo processo de trabalho "dificultava ainda mais o ganho"⁶¹. A dificuldade de perceber um bom salário no corte de "7 ruas" foi observada por grande número de trabalhadores. O trabalhador seguinte revelou às autoridades policiais que a greve ocorreu "visto que estavam ganhando muito pouco e também estavam cortando '7 ruas' de cana de cada vez, o que dificultava ainda mais o ganho"⁶². O depoente quebrou a

59.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 9, 10 e 69.

60.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 46.

61.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 44.

62.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 170.

perna, ferimento causado por um tiro de arma de fogo, e até então, 4 de fevereiro de 1986, não conseguira mais trabalhar. Outro cortador de cana da usina São Carlos revelou que não estava entre aqueles que destruíram a SABESP e que não era grevista, mas que estava presente no momento do saque e concordava com o que seus companheiros estavam fazendo, pois "não ganhavam dinheiro para a sobrevivência". Ele saqueou três calças USTOP⁶³.

É bastante significativo o número de mulheres indiciadas. É possível perceber, no conjunto da documentação analisada, que a presença feminina no movimento foi marcante. Logo após a revolta de maio, o jornal "Mulherio", editado por uma das muitas tendências do movimento feminista da época, publicou edição especial dedicada às mulheres cortadoras de cana da região de Ribeirão Preto. Esse jornal, ilustrado com muitas fotografias das trabalhadoras no eito, afirma que muitas assumiram posições de frente, compondo as Comissões de Greve surgidas em várias cidades da região de Guariba. O editorial do referido jornal destaca as mulheres em luta e suas percepções enquanto trabalhadoras: "agarradas às mãos das crianças, (...) estão na retaguarda alimentando a luta - violenta, vitoriosa, - que se espalhou que nem fogo entre os trabalhadores de toda a região de Ribeirão Preto"⁶⁴.

Uma imagem um tanto romântica, contudo reveladora da importância das mulheres na história da classe trabalhadora, aparece no vídeo "O Bóia-Fria". Neide, cortadora de cana em Barrinha, poucos quilômetros distante de Guariba, conta como foi a trajetória de vida que a levou, em vinte anos, do sistema de colonato para a situação de cortadora de cana. Ela revela que, após muito trabalho, vida sofrida e fome, pensou: "Deus vai me mostrar um caminho prá mim lutar e eu vô (sic) seguir esse

63.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 134.

64.CASTILHO, Inês ; PINHEIRO, Reinaldo. As Bóias-Frias. Vento e fogo no canavial. Mulherio, p. 11-4, 1984.

caminho"⁶⁵. Após 1984, Neide foi eleita diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrinha. Para ela as conquistas dos trabalhadores resultaram da interferência divina. Na tradição bíblica essa interferência aparece como a única possível para mudar o curso da História. Neide parece influenciada por essa concepção não reconhecendo - ou não querendo reconhecer - outras formas de explicar as lutas bem-sucedidas dos trabalhadores. Na primeira página do "Impacto", um jornal da cidade de Bebedouro, aparecem três mulheres, cortadoras de cana, comemorando o Acordo de Guariba, que contemplou quase todas as reivindicações do movimento paredista⁶⁶.

Companheira de luta dessas mulheres, Lindaura, casada, 37 anos, natural de Urandi (BA), analfabeta, confessou, no dia 4 de julho de 1985, "os trabalhadores haverem entrado (sic) em greve, visto que estavam cortando sete ruas de cana e devido a isso não dava para ganharem o suficiente para suas sobrevivências (sic)". Ela afirmou que, no momento do saque, retornou para casa e os filhos menores apareceram logo depois com duas garrafas térmicas, cinco calças USTOP, um liquidificador e uma panela de pressão⁶⁷. Outra cortadora de cana contou que os trabalhadores da usina São Martinho fizeram piquetes nos canaviais da usina Santa Adélia, "por motivo do baixo preço pago para o corte de cana"⁶⁸. Finalmente, Lourdes, 16 anos, solteira, natural de Chapada do Norte (MG), cortadora de cana da usina São Martinho, também contou que "segundo os comentários a turma deveria entrar em greve, devido o fato de estarem (sic) cortando sete ruas de cana e ganhando pouco, pois lutariam para cortarem cinco ruas e

65.KASCASSA, Fernando. (dir.) O Bóia-Fria. Ribeirão Preto:Centro Experimental de Cinema, Cine Clube Cauim, s.d. Consegui este filme em minhas peregrinações na busca das fontes, na cidade de Ribeirão Preto, no ano de 1990. Dr David Aidar, médico na cidade, que esteve envolvido no episódio de Guariba, foi quem me forneceu uma cópia do filme. Dr David também ilustrou e escreveu o texto de um cartaz produzido pelo Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Ribeirão Preto. Esse cartaz circulou, após a greve, em toda a região, trazendo o seguinte título: "Guariba. Agora não somos nem um, nem dois: mas cem, milhares, milhões!"

66.SALVAGUARDAR sim, espancar não. Impacto, Bebedouro, n. 14, 24 maio 1984.

67.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 130.

68.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 95.

ganharem mais". A depoente confessou o saque de um jogo de "inox". Pegara a caixa na calçada do supermercado e pensara em devolver à polícia, mas logo esta apreendeu o produto em sua casa 69. Bom álibi!

Apesar da firmeza com que declarou os motivos da greve, Lourdes não se comprometeu. Sob pressão das autoridades policiais, sabiamente disse que "percebeu" os trabalhadores invadindo a SABESP e que "não participou das manifestações, apenas acompanhou o desenrolar" dos fatos. Por certo, Lourdes não poderia se assumir como parte da "multidão" sublevada aqui, mas, diante da curiosidade do jornalista de um periódico paulista, perdeu os temores e mostrou quem realmente era e o que pensava da rebelião:

"Foi fácil reunir o povo. Fomos para a SABESP igual a um bando, riscando o podão no asfalto. Guerra é guerra, não é. Fuzemos fogo no prédio, mas não pegou. Dalí eles não aproveitam nada. Tudo foi picado e queimado, até o dinheiro que estava no escritório da empresa". 70

Os trabalhadores construíram uma lógica de defesa semelhante à acima descrita, e os depoimentos eram muito semelhante entre si. Havia certa homogeneidade quando reconstruíam a maneira como ocorrera o movimento na manhã do dia 15 e como se comportaram. Eles declaravam que foram testemunhas ou que apenas assistiam aos tumultos. Tem-se a impressão, ao ler os depoimentos, de que todos combinaram o quê e como dizer diante da Justiça e, em consequência disso, produziram uma narração absolutamente linear dos fatos. Por outro lado, é possível perceber, nas entrelinhas dos depoimentos, que o inquiridor dava a direção dos relatos, como se ele fizesse perguntas relacionadas aos fatos para os trabalhadores responderem. Portanto, a versão

69.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 97.

70.E A GREVE continuará. O Estado de S.Paulo, 17 maio 1984, p.14.

homogênea dos trabalhadores tanto poderá ser entendida como uma estratégia ou como produto da natureza do documento, analisado através do paradigma inquisitorial. Ou seja, o direcionamento dado aos depoentes pelas autoridades policiais.

O depoimento de Osvaldo é típico dessa versão homogênea. Cortador de cana da turma 126, cujo feitor é Antônio Mineiro, da usina São Martinho, ele afirmou que o movimento começou no dia 14 "na roça e mesmo tendo conhecimento que haveria greve no dia seguinte ele e sua turma tomaram o caminhão, mas foram barrados no trevo da cidade por trabalhadores armados de facção que diziam para ninguém ir ao trabalho"⁷¹.

A imagem de que todos saíram para trabalhar mas foram impedidos por grupos de trabalhadores é recorrente nos depoimentos. Esse dado é importante, pois ao mesmo tempo em que confessaram participação no saque, afirmaram ter sido obrigados a aderir à greve por grupos anônimos de trabalhadores. Uma contradição ou uma lógica de defesa? Na construção dos acontecimentos, sempre aparecem os mesmos movimentos. A narração que eles constroem é absolutamente igual quanto à movimentação dos trabalhadores pela cidade no momento das depredações e dos saques. Alguns confessaram que saquearam, depredaram. Poucos afirmaram, com convicção, o envolvimento na greve. Outros afirmaram que os objetos encontrados em suas casas foram presenteados por colegas, alguém desconhecido ou um amigo que não sabiam onde residiam. Até mesmo que "acharam" os objetos no chão, a caminho de casa, após assistirem aos distúrbios. A "casa" sempre aparece como referência segura para fugirem de envolvimento. Ficaram em casa dormindo; saíram para ver o que estava acontecendo; retornaram para casa após assistir aos tumultos; saíram de casa para buscar os filhos. Mas saquearam ou foram feridos. Há aqueles que afirmam ter aproveitado o ensejo de

71.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 46.

não poderem ir ao trabalho para saquear e depredar, ou saquearam porque viram outros saqueando.

É muito difícil afirmar, com exatidão, quais disseram a verdade e quais simularam os fatos relatados acima. Apenas a nível de hipótese podemos afirmar que foram muitos os trabalhadores envolvidos - dois mil era o número de referência encontrado nos depoimentos e na grande imprensa - e, portanto, se alguns apenas assistiram aos distúrbios, outros tantos se envolveram de várias formas nos saques, nas depredações e na greve. E, como relatamos, as estratégias e as declarações fictícias diante do aparato judicial foram inúmeras. Formas de se livrarem do julgamento e condenação. Em outras palavras, por tudo o que lemos nos depoimentos e pelo cruzamento com outras fontes, é possível afirmar, com certa segurança, que havia um sentido político nas ações diretas estabelecidas entre os trabalhadores. Tratemos agora das considerações finais desta parte.

Como relatei exaustivamente nas páginas anteriores, a maioria dos cortadores de cana sabia dizer sobre os motivos da greve, dos saques e das depredações. Resta, então, reunir todos os elementos presentes na leitura que os trabalhadores fizeram da rebelião, na tentativa de entender o que norteou suas ações contra propriedades privadas e públicas.

A primeira questão que analisarei é recorrente nos depoimentos e justifica, de certa forma, a greve como um movimento de resistência às mudanças no processo de trabalho, iniciadas na safra de 1983 nas usinas São Martinho, Bonfim, Santa Adélia e São Carlos. Vejamos mais de perto como se deu esse processo.

No dia 24 de abril de 1983, a Comissão Pastoral da Terra, da microrregião de Ribeirão Preto, publicou nota à imprensa denunciando que os cortadores de cana estavam "sendo obrigados a cortar no mínimo sete ruas de cana-de-açúcar, quando,

até a safra passada, o exigido era cinco ruas"⁷². Teve início uma acalorada polêmica, através da imprensa regional, entre usineiros e CPT, estendendo-se durante todo o ano de 1983. Respondendo à CPT, no dia 17 de maio, em entrevista coletiva à imprensa regional, um grupo de usineiros tentou explicar os benefícios da alteração no processo de trabalho através de um discurso técnico.

Afirmaram eles que, na introdução do novo processo de trabalho, "haverá uma economia de 40% de combustível", para os usineiros. Tomados por sentimentos ecológicos, com razão, explicaram que o carregamento mecânico da cana provocava o empobrecimento do solo, pois a máquina arrancava a cana pela raiz, retirando 15 centímetros do húmus da terra. Com o corte de "7 ruas", a erosão do solo seria evitada e, com menos terra misturada à cana, seria melhorado o teor de sacarose por tonelada cortada. Na posição patronal, seria vantajoso para os cortadores, porque "haverá compensação para todos, inclusive para o trabalhador que passará a ganhar mais e ter um esforço menor". O representante dos usineiros, Pedro Biaggi Filho, dono da usina da Pedra, fez os cálculos, diante dos jornalistas, para provar que o aumento nos salários da categoria compensaria a menor quantidade de cana cortada. Justificou dizendo que a tonelada de cana passou de Cr\$170,00 para Cr\$400,00, na safra de 1983, um aumento de 135,29%, e com a implantação do novo método os salários foram elevados a 12% a mais que o normal. Um esforço menor e um ganho maior, nos cálculos dos patrões. Finalizou dizendo que haverá também dois mil novos empregos⁷³.

Vejamos a posição dos trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra. Alguns dias após a essa entrevista, trabalhadores e CPT se reuniram, no dia 2 de junho, para discutir o novo processo de trabalho. Em sua edição da primeira quinzena de junho, o Jornal do Interior publicou, na íntegra, as

72.NOTA à imprensa. Folha de S.Paulo, 24 abril 1983, p. 12.

73.USINEIROS garantem que novo sistema do corte de cana trará benefícios. Diário de Notícias, 25 maio 1984, p.3.

conclusões desse encontro, na forma de um documento subscrito pela CPT e pela arquidiocese de Ribeirão Preto, o qual rebatia todos os argumentos dos usineiros e denunciava a extração do sobre-trabalho nos "ganhos extraordinários que os usineiros receberão com a nova sistemática"⁷⁴. Na economia dos 40% de combustível explicava que o trabalhador teria que percorrer uma distância maior, lateralmente, com os feixes de cana nos braços, e atirá-los até os montes onde a cana seria recolhida pelo caminhão. Em consequência disso, "fica reduzida sua produção (do cortador) individual"⁷⁵.

Outro ponto do discurso patronal que o documento contestava era sobre a questão do aumento da tonelada de cana - de Cr\$170,00 para Cr\$400,00 - o aumento dos salários da categoria tão ressaltado pelos patrões. A CPT revelava que, no argumento dos usineiros, estes "não fala(m) quantas toneladas o trabalhador consegue colher por dia no sistema atual e quantas colhia no sistema anterior"⁷⁶. De 5,87 toneladas por dia - no antigo sistema - passou a cortar 4,56 toneladas por dia, afirmava o documento. E lembrava ainda que "o custo de vida entre maio/82 e maio/83 subiu mais de 100%", valendo-se de dados da Fundação Getúlio Vargas, e que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor "subiu também nos 12 últimos meses, 109,1%".

Com esse documento e muitos outros que fez publicar na imprensa no ano de 1983, a CPT procurou revelar que os "senhores das usinas" esconderam muitos dados para, provavelmente, convencer a opinião pública a uma posição favorável ao novo sistema de trabalho e contra os trabalhadores que a ele resistiam. No documento, a Comissão chamava a atenção para o fato

74. "SETE" ruas desagradada Igreja e bóia-fria. Jornal do Interior, Ribeirão Preto. 6 a 12 junho 1983, p.5. Esse documento foi subscrito pela Comissão Pastoral da Terra e pela arquidiocese de Ribeirão Preto.

75. "SETE" ruas desagradada Igreja e bóia-fria, 1983, *ibidem*.

76. "SETE" ruas desagradada Igreja e bóia-fria, 1983, *ibidem*.

de os cortadores estarem "perdendo seu poder aquisitivo, prevalecendo os desejos de lucros dos usineiros"⁷⁷.

Lembrava ainda outros itens que os patrões não consideraram em seus cálculos para afirmar os ganhos dos trabalhadores. Por exemplo, que o preço da diária paga pelos usineiros ao "gato" - intermediário entre os cortadores e os patrões - era maior do que a diária recebida pelos cortadores. Ainda denunciava que o aumento de salário - Cr\$ 34.000,00 pagos na época - não era respeitado por todas as usinas da região e que os salários das mulheres e crianças não atingiam a metade desse valor, apesar de despenderem esforço físico igual ao dos homens.

Denunciava também a extorsão no momento da medição da cana cortada, ao final de um dia de trabalho. "Quantas vezes por dia o metro do fiscal não mede mais de um metro? Quantas gramas a mais em um quilo não pesa o quilo do usineiro?"⁷⁸. Uma acusação aos usineiros de dupla extorsão: no momento de pagar ao trabalhador e no momento de vender o açúcar produzido.

Um trabalhador que participou da reunião do dia 2 de junho ilustrou o documento com seu testemunho. Disse que estavam trabalhando "porque temos família, temos medo da fome, sabemos que quem ia viver 10 anos, com este sistema vai viver 5"⁷⁹, referindo-se ao maior esforço físico e ao menor ganho.

Por certo os trabalhadores sabiam os motivos que os levaram ao movimento paredista de maio de 1984. Os jornais regionais publicaram, ao longo de 1983, extensas matérias sobre as reuniões que a CPT realizou com os trabalhadores. Nesses espaços puderam fazer e conhecer os cálculos da extração do sobretabalho ao qual estavam submetidos. Sabiam também que os patrões introduziram a máquina de cortar a cana boa, reservando

77."SETE" ruas desagrada Igreja e bóia-fria, 1983, *ibidem*.

78."SETE" ruas desagrada Igreja e bóia-fria, 1983, *ibidem*.

79."SETE" ruas desagrada Igreja e bóia-fria, 1983, *ibidem*.

para os trabalhadores a cana que o vento derruba, apelidada de "pé de rolo". "Em uma hora, um bom cortador recolhe uma tonelada de cana boa, mas não dá para fazer isto com o 'pé de rolo'",⁸⁰, disse Expedita, nossa conhecida de outras passagens desta história, ao jornalista de um periódico paulista.

Portanto, ao dizerem nos depoimentos que como cortadores de cana "realmente não dava para ganharem o pão de cada dia" para sustentar a família, "não dava para ganharem o suficiente para as suas sobrevivências" (sic) e que o novo processo exauria fisicamente o trabalhador e reduzia seu salário, as contas tinham sido feitas. Contas bem diferentes das contas dos usineiros.

Passemos agora para a segunda questão. A depredação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - não foi ao acaso. Como vimos, os trabalhadores tinham bons motivos para pôr abaixo os dois imóveis da companhia. A confissão do desempregado Ercílio, já aqui analisada, é exemplar para entendermos as razões da depredação, pois conta que os trabalhadores queixavam-se "dereto" contra as altas taxas de água. Ele expôs sua opinião sobre as cobranças: "era absurda a conta paga".

Muitos dos que confessaram envolvimento na demolição afirmaram com segurança as razões de tal ato. Um clima de revolta existia. Vejamos algumas contas. Como afirmei acima, um trabalhador revelou que pagava à SABESP, por mês, valor variável entre Cr\$70.000,00 e Cr\$80.000,00. Na época os salários, no corte "7 ruas", seria no mínimo de Cr\$190.000,00 e, no máximo, de Cr\$320.000,00, se fosse "um bom braço". Um facão para cortar a cana custava de Cr\$4.000,00 a Cr\$6.000,00, mas sua duração era de apenas cinco dias, gastando com esse instrumento de trabalho Cr\$20.000,00 por mês. Uma lima custava a eles CR\$1.500,00, também

80. SOB tensão, polícia ocupa Guariba. O Estado de S. Paulo, 17 maio 1984, p.14.

de curta duração - três dias -, gastando Cr\$15.000,00 por mês para manter seus facões afiados⁸¹. Uma simples conta de subtração revela quanto lhes restava para alimentação, aluguel e outras despesas. De fato, não foi sem motivo que os trabalhadores demoliram a SABESP e também fizeram constar de suas reivindicações o fornecimento, pelos patrões, desses instrumentos de trabalho, como vimos no primeiro capítulo.

Por outro lado, em uma entrevista a um jornal paulista, o presidente da SABESP, Gastão Bierrembach, negou que as altas taxas pelo consumo de água fossem um fator determinante da sublevação contra a companhia e afirmou que "O fato gerador foi a situação entre os cortadores de cana e os usineiros"⁸². Acusou também a política econômica da época, geradora do achatamento salarial, como um dos fatores da revolta.

Apesar disso, essa companhia era um velho problema para a população do interior paulista. Em agosto de 1983, o governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro, anunciou, com grande alarde, a implantação da tarifa social para o consumo de água, "que estabelece preços menores para níveis mais baixos de consumo"; níveis estabelecidos em dez metros cúbicos de água por mês (dez mil litros) teriam 50% de desconto⁸³. Entretanto, eram conhecidos, na época, os protestos de várias cidades do interior - 266 municípios -, a maioria constituída de trabalhadores como os de Guariba, que reclamavam das altas taxas cobradas pela concessionária⁸⁴.

Em meio às agitações, o secretário de Governo do Estado de São Paulo, Roberto Gusmão, lançou uma crítica veemente, através de um jornal paulista, contra os prefeitos dessas cidades que "vêm incitando movimentos de protesto contra a SABESP",

81.UMA VIDA de muito trabalho e pouco dinheiro. Folha de S.Paulo, 17 maio 1984, p.20.

82.ABASTECIMENTO de água é restabelecido, 1984, ibidem, p.21.

83.SABESP, um velho problema, ibidem, p. 21.

84.SABESP, um velho problema, ibidem, p. 21.

demoninando-os de "subversivos". Especialmente o prefeito de Guariba, Evandro Vitorino, que através de uma matéria no jornal da cidade criticou a SABESP e isentou-se de responsabilidade pelos atos de protesto que, porventura, ocorressem contra a tal companhia⁸⁵. Segundo o prefeito, os trabalhadores pagavam de Cr\$20.000,00 a Cr\$30.000,00 por mês pelo consumo de água, mas o gerente da estatal, em Guariba, afirmava que "isso não é verdade", pois "60% dos trabalhadores pagam a taxa mínima de Cr\$1.460,00".

Conversa vai, conversa vem, de políticos e pequenas autoridades locais e de prepostos do governo estadual, por certo a história da "tarifa social" não estava bem contada. Senão, por que tantas cidades sublevaram-se contra a estatal?

Todavia, outros motivos deram origem à revolta contra a SABESP. José, cortador de cana da turma 106, na usina São Martinho, cujo feitor era Tuta, fez uma revelação interessante sobre a "rixa" que os trabalhadores tinham contra o gerente seccional da companhia, em Guariba. Parece que ele se encontrou com Carlos, vulgo "Carlinhos Santiago", o gerente, por volta das 19 horas, "próximo dos depósitos da SABESP", e teve com ele um diálogo no qual disse que "é melhor você pedir demissão do cargo, porque os trabalhadores estão revoltados com sua atitude"⁸⁶. Na época das eleições para vereador, em 1982, Carlos, como candidato, prometeu que, se eleito, "seria o primeiro a lutar para que a SABESP fosse retirada da cidade". Paradoxalmente, logo após sua eleição, ele foi indicado gerente da companhia. José afirmou que, por essa razão, os trabalhadores, sentindo-se traídos pelo vereador, partiram contra a SABESP. Nesse diálogo com o gerente, José nos revelou que, para além das questões econômicas, havia também uma questão "pessoal" e relacionada à política local, que colocava os trabalhadores contra Carlos, e

85.GUSMÃO acusa prefeitos de subversivos e irresponsáveis. Folha de S.Paulo, 19 maio 1984. p.19.

86.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 57.

José conhecia antecipadamente os detalhes dessa questão. Com razão, o gerente, testemunhando na Delegacia de Polícia, em julho de 1984, contou que, no momento da depredação, "acreditando que (os trabalhadores) pudessem lhe causar algum mal como faziam com o escritório foi para a delegacia onde ficou até as 23 horas, quando voltou para casa escoltado pela polícia"⁸⁷.

Temos aqui uma questão pessoal, outra que se relacionava diretamente com o cotidiano miserável dos trabalhadores, e uma terceira questão que possuía dimensão maior: a rebeldia dos trabalhadores contra a coisa pública, pois no "Dia Negro", 3a. feira, os trabalhadores planejaram atacar, além do supermercado e da SABESP, a Prefeitura Municipal, a sede da Empresa de Telecomunicações do Estado de São Paulo e a Empresa de Correios e Telégrafos, como informei no início desta seção. Parece que não houve tempo para tamanho esforço de demolição. O 13o. Batalhão da Polícia Militar de Araraquara e outros agrupamentos militares das cidades vizinhas chegaram a tempo de evitar tal fato.

Finalmente, o terceiro elemento. Tentaremos entender o saque ao supermercado "Santo Antônio Claret". Um depoimento extenso, que trabalhei no início desta seção, revelou como o proprietário do supermercado, Claudio Amorim, extorquia os trabalhadores da cana. Segundo Ademir, cortador da usina São Carlos, Cláudio "dava uma despesa após a anterior ser paga" e ele havia cortado o crédito da maioria deles, em 1983, antes mesmo do início da safra de 84. E reclamou dos preços altos cobrados pelos alimentos no tal supermercado, reclamação recorrente nos depoimentos. A extorsão realizada pelo proprietário do supermercado obedecia a uma complicada aritmética. As usinas pagavam em cheques o salário do mês ou da semana. Com o cheque os trabalhadores iam às compras no supermercado. Pagavam a conta anterior, deixando, como dívida, a compra daquele dia, que seria

87.SAO PAULO, Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 35.

paga no mês seguinte. Se o cheque fosse superior à conta que estavam pagando, o dono até voltava "algum troco". Vejamos a explicação de João, um cortador de cana, sobre esse procedimento:

"Acontece que eles são espertos. Sabem quanto a gente ganha e vão aumentando os preços das mercadorias muitas vezes para chegar até o valor do cheque. Assim, pouca coisa sobra no final do mês." ⁸⁸

Existiam bons motivos para a "rixa", revelada pelos depoentes, contra o proprietário do supermercado saqueado. O autor dessa forma sorrateira de extorsão possuía mais três supermercados na cidade e fora, no passado, um agenciador de trabalhadores - um "gato" - para as usinas da região, figura abominada pelos amotinados. Lutaram pela sua extinção durante a revolta de maio 84 e nas que se seguiram. Apesar disso, Cláudio Amorim confessou, indignado, às autoridades policiais, no dia 16 de setembro de 1985, que "nada tinha a ver com o motivo da greve e por isso não deveria ter sido vítima de saqueamento (roubo) e danos materiais" ⁸⁹.

Em 1983, denunciando, de forma geral, todos os grupos sociais que transformaram o cotidiano dos trabalhadores em uma perseverante luta pela sobrevivência, a Comissão Pastoral da Terra afirmou:

"Sem registro de trabalho, (...) sem segurança no emprego, ganhando menos que o estabelecido, obrigados a fazer vales em armazéns comprando mercadorias a preços estorcivos (sic) em armazéns ligados aos gatos, é essa a vida miserável imposta aos bóias-frias e aos seus filhos." ⁹⁰

88.A DIFÍCIL vida de quem corta cana. *Folha de S.Paulo*, 20 maio 1984, p.23.

89. SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, 1984, *ibidem*, fls 163.

90.SETE ruas desagrada Igreja e bóia-Fria, 1983, *ibidem*, p.5.

Assim sendo, o "alvo" dos trabalhadores não era tão somente o supermercado "Santo Antônio Claret", propriedade do ex-agenciador de cortadores de cana. Os documentos nos permitem afirmar que os doze supermercados da cidade também utilizavam a mesma aritmética. E foi por essa razão que, nos dias 17 e 18 de maio, ainda no calor dos acontecimentos, grupos não identificados pelas autoridades policiais continuaram atacando os supermercados da cidade. Com exceção feita ao grupo de menores infratores, sobre a qual comentamos na seção "A face oculta dos amotinados", parece que as duas tentativas de assalto foram de autoria de trabalhadores⁹¹. Poderíamos entender o saque ao supermercado "Santo Antônio Claret" e às demais casas comerciais de Guariba como ações muito semelhantes à lógica da "taxação popular" dos movimentos de subsistência (food riots), uma consciência de consumidor que Thompson denomina de "noção legitimadora do direito", a "economia moral" dos pobres⁹², conceito desenvolvido ao analisar os motins de subsistência, comuns na Inglaterra do princípio do século XVIII. Esse conceito talvez nos auxilie na compreensão dos saques e depredações. Os homens e mulheres que participaram das ações contra os supermercados e contra a SABESP acreditavam estar defendendo direitos: direitos de consumir gêneros alimentícios e outros produtos a preços mais justos, direito de consumir água e outros serviços da companhia a preços baixos.

Outras ações vêm compor o cenário da "guerra da pobreza". Tomaram de assalto uma pequena propriedade próxima da cidade, na madrugada do dia 16. Foi o sítio Bairro Alto, de propriedade de Jair, um motorista de "caminhão de turma", que confessou, desolado, durante a assembléia do dia 17:

91.SAO PAULO. Secretaria da Segurança Pública, Delegacia de Polícia de Guariba. Boletim de Ocorrência Policial n.669/84 e 671/84. In. Inquérito policial, ibidem.

92.Para uma análise desta questão, ver THOMPSON, Edward P. La Economía 'Moral' de la multitud. In: Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. op. cit. E também, do mesmo autor, A Formação da classe operária inglesa, especialmente o livro I - A árvore da Liberdade, 1987.

"levaram dois porcos e seis galinhas lá de casa, não vamos fazer isso, gente, o pessoal levou tudo e ainda deixou um porco ferido, cortado com podão; a criação não tem culpa, o porco está lá, sofrendo, enquanto os patrões estão numa boa."⁹³

Esse último ato foi registrado no Boletim de Ocorrência Policial como "em motivo da greve". Um jornal paulista publicou, no dia 18 de maio, interessante diálogo entre trabalhadores, habitantes do Jardim Monte Alegre e do Bairro Alto, que nos faz entender essa ação, mesmo contra um companheiro de trabalho. Esse diálogo que o jornalista transcreveu para o jornal tem a mesma natureza e conteúdo dos diálogos de Expedita e Lourdes com os jornalistas dos periódicos paulistas, revelando que entre os trabalhadores havia certo consenso sobre por que e como conduzir a luta. Relembrando o dia 15, disseram:

"Teve muita pedrada mesmo. A molecada na frente e os homens acompanhando', explicavam. E, quando os policiais recuaram, muitos raspam o podão no asfalto, tirando faísca. 'Aqui é uma guerra da pobreza', disse uma mulher, de idade indefinida, seis filhos, marido doente e pouca comida. 'Atacar onde tiver gado. Se eles não derem o que queremos, o tempo vai esquentar (...) atacar onde tiver comida. Vamos entrar e comer'".⁹⁴

Diziam isso enquanto sindicalistas e usineiros negociavam a pauta de reivindicações, em Jaboticabal, cidade próxima de Guariba. Para os trabalhadores, a sublevação de maio tinha o caráter de uma "guerra da pobreza" e dela não escaparia nem o gado - "a criação" - das propriedades rurais da região ou de qualquer lugar "onde tiver comida". Que os trabalhadores fizeram greve por motivo da fome é algo incontestável, por tudo o que foi dito exaustivamente até este ponto. E não será preciso muito esforço para entender que esse elemento é importante para

93.GUARIBA começa a esquecer o tumulto. O Estado de S.Paulo, 19 maio 1984, p.10.

94.GUARIBA começa a esquecer o tumulto, 1984, *ibidem*, p.10.

se entender a natureza da revolta. Apesar disso, é bom lembrar que a fome leva homens e mulheres a atos impróprios da civilização é preciso antes procurar saber o quê, quem, quais grupos sociais e o porquê do estado de miséria. Perguntas que tentamos responder ao longo desta seção.

Para o trabalhador da cana, a "guerra da pobreza" tinha um significado muito preciso e continha uma forma própria de lutar. É preciso diferenciar essa "guerra". Para o trabalhador, ela possuía um significado que estava muito presente no seu cotidiano, enquanto que para os demais agentes ela foi o elemento gerador dos conflitos, o que resulta em uma interpretação reducionista, na qual a relação fome-revolta aparece explicando toda a complexidade da questão.

É nesse contexto, na multiplicação das estratégias da "guerra da pobreza", que vamos encontrar uma estratégia de resultado positivo para o movimento paredista: as práticas incendiárias que marcaram o reinício das ações e que ocorreram exatamente enquanto os donos das usinas São Martinho, Bonfim, São Carlos e Santa Adélia se reuniam para analisar a greve. Na calada da noite, do dia 17, atearam fogo em canaviais das usinas São Carlos e Bonfim⁹⁵. Tempos depois aconteceram também em outras regiões canavieiras do estado⁹⁶. Afinal, os trabalhadores conversavam sobre suas experiências!⁹⁷

O caráter violento da ação desenvolvida no curso das manifestações iniciadas no dia 15 reafirma a hipótese de que, se

95.CANAVIEIROS terminam a greve com conquistas inéditas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 maio 1984.

96.INCENDIOS em canaviais na região noroeste paulista. A Gazeta, Avanhandava, 8 jun. 1984. Notícias de incêndios em canaviais da região noroeste paulista, citando o caso de um incêndio em uma propriedade nas cercanias da cidade de Avanhandava.

97.LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. Revista Brasileira de História, v.3, n.6, p.7-46, 1983. 'A Luta', Trabalhadores! Nesse artigo Linebaugh afirma que a sobrevivência da tradição antinômica se deve à circulação das experiências que acontecia a bordo de navios que cruzavam os continentes, carregando uma pequena multidão de trabalhadores. Nesses navios comunicavam suas experiências de contestação ao capital. Parafrazeando o autor citado, é certo que, guardadas as devidas diferenças, nossos trabalhadores da cana também se comunicavam, trocando suas experiências com companheiros de regiões próximas e distantes.

foram capazes de pôr no chão prédios públicos e privados, de enfrentar as balas da Polícia Militar com pedras e paus, essa mesma coragem, aliada a uma certa estratégia de luta fora manifestada também sob a forma de práticas incendiárias. Mas é bom ir com calma nessa questão antes que acabemos por interpretar esses atos de protesto como "atos de vandalismo".

Os trabalhadores da cana conheciam a importância dos canaviais queimados no processo de trabalho. A cana queimada não pode permanecer no campo por muitos dias, devendo ser logo cortada. Por essa razão, souberam utilizar os incêndios como estratégia de luta contra a exploração dos usineiros, exploração expressa, principalmente, no corte de "7 ruas". Também como forma de barganha coletiva. Uma destruição justificada da propriedade que estabelece considerável diferença em relação a atos de pilhagem.

Durante a grande greve de janeiro de 1985, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba em formação - fruto da greve de maio - orientou os trabalhadores para que os piquetes fossem feitos nos canaviais. Há aqui pelo menos duas razões que justificam essa mudança de estratégia de luta. Uma razão seria a de se protegerem da repressão policial. O canavial é um espaço pouco conhecido da polícia, facilitando tanto a realização dos piquetes como a fuga dos trabalhadores. A outra razão se refere à eficácia de tal prática, que tornaria possível incendiar vários pontos ao mesmo tempo. Afinal, todo trabalhador carrega uma caixa de fósforos⁹⁸.

A prática incendiária não foi uma criação dos trabalhadores da cana de Guariba. Ela foi intensamente utilizada pelos trabalhadores rurais da Inglaterra ocidental, na década de 1840, como forma de protesto contra a opressão - expressa no tratamento cruel que os senhores proprietários dispensavam aos

98.COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Guariba e Bebedouro. A luta dos cortadores de cana e apanhadores de laranja de São Paulo. Jaboticabal, jul. 1984. p.9-11.

trabalhadores - e contra os baixos salários. Sua estratégia de luta contra essa situação eram de atear fogo em plantações, nos celeiros e nas residências dos patrões, sempre na calada da noite e anonimamente⁹⁹.

É no mínimo interessante poder constatar como as ações são semelhantes e como ocorrem em protesto às mesmas questões: a miséria, a exploração e a opressão, presentes igualmente no universo desses trabalhadores. Talvez a categoria explicativa de que ambos - trabalhadores ingleses e trabalhadores brasileiros - produziram o mesmo discurso de ação popular se deva à semelhança do processo histórico que atravessavam. Em 1840, viviam os ingleses os resultados trágicos do cercamento das terras, decretado pelo Parlamento inglês em 1760, enquanto que os nossos trabalhadores da cana, em 1984, protagonizavam um dos últimos atos da penetração do capitalismo no campo. Guardadas as devidas diferenças de tempo e de espaço, é tentador refletir sobre essas semelhanças nas formas de protesto social dos trabalhadores em sua luta contra o capital.

No universo de exploração do sobretrabalho, onde quase sempre vence a classe patronal, parece que os explorados, neste caso, venceram. Quando perguntado pelo jornalista da Rádio e Televisão Cultura, de São Paulo, o usineiro Maurílio Biaggi respondeu: "A tendência é para a normalização da situação para a safra de 1984". A "normalização" para ele significava que não haveria mais incêndios, com o atendimento das reivindicações, dentre outras, o registro em carteira, o controle da produção pelos trabalhadores e a conversão de metro em tonelada na medição da cana cortada¹⁰⁰. A socióloga Maria Conceição D'Incao, estudiosa de longos anos do fenômeno "bóia-fria", tinha razão quando afirmou que "os usineiros só assinaram o acordo depois que

99. JONAS, David . Thomas Campbell Foster and the rural labourer; incendiarism in East Anglia in the 1840s. *Social History*, New York, v.1, p.5-43, jan.76.

100. RÁDIO E TELEVISÃO CULTURA. Os Bóias-Frias. São Paulo. Esse debate foi transmitido em 5 de julho de 1984 e transcrito por mim.

o canavial foi incendiado, eles se sentiam fortemente pressionados"¹⁰¹.

Ainda perseguindo a idéia de buscar explicações sobre como e por que homens e mulheres, trabalhadores da cana, praticaram as várias ações de protesto popular que descrevi longamente nesta seção, resta tecer algumas considerações:

1) O movimento da fome, ou a "guerra da fome" na leitura dos trabalhadores, tem um significado bastante diverso do movimento da fome interpretado por outros agentes históricos. Por exemplo, as autoridades governamentais do estado de São Paulo, que, ainda que dispostos a acusar os usineiros pelo "estado de miséria", não consideraram outros fatores geradores da fome. Como a SABESP e todas as questões trabalhistas e o processo de trabalho. Para os primeiros, a fome tinha raízes profundas e concretizadas na exploração do sobretabalho e na extorsão dos donos dos supermercados. Foram esses os elementos que nortearam os protestos. Para outros agentes, a fome, colocada em evidência, impossibilitou uma leitura das complexidades geradas antes da eclosão do movimento. Em conclusão, ao apresentar certa uniformidade de análise, alguns agentes sociais desqualificavam o movimento paredista, porque acontecido sob o domínio de impulsos primitivos.

2) Não há dúvida quanto ao fato de a fome ter sido o elemento móvel desse conflito. Foi uma luta, uma guerra pela "comida". Mas isso não significa que ela prevaleça como causa única. Talvez fosse melhor pensar que o movimento se deu por complexas e múltiplas causas. Uma grande convergência de fatores, todos eles longamente discutidos neste trabalho. As evidências demonstradas pelos documentos nos permitem demitizar, na interpretação de diversos agentes históricos, a fome como único elemento propulsor.

101.05 CANAVIAIS da ira. Veja, São Paulo, n.820, p.24, maio 1984.

3) Em outros momentos também havia fome. Por que não ocorreram greves e protestos? Como ficou evidente no primeiro capítulo, a lentidão dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região na discussão e solução das reivindicações sobre o processo de trabalho e salários e outros irritou sobremaneira os trabalhadores. Como revelou Sebastião, 28 anos, três filhos, ex-operário de fábrica em Guarulhos:

"Não teve nenhuma decisão do Sindicato que só ficou falando de negociação, enquanto que o pessoal das indústrias nem dava bola para os nossos pedidos. Aí, a gente foi falando uns com os outros e resolvemos fazer a greve."¹⁰²

Essa pequena, mas importante, informação de Sebastião revelou que a lentidão das lideranças sindicais na condução das negociações fez com que os trabalhadores iniciassem o movimento à sua maneira. Uma forma pressão dos cortadores de cana sobre a morosidade dos Sindicatos que funcionou, como afirmei no primeiro capítulo, no dia seguinte às ações diretas, os sindicatos da região tentaram dar rumos ao movimento. Portanto, é fácil concluir que, nos dias que antecederam à explosão dos protestos, a ausência de canais de reivindicações que, de forma rápida, resolvessem as questões trabalhistas foi um fator importante que empurrou o movimento para o campo dos movimentos sociais informais, ou seja, movimentos que ocorrem ao largo dos sindicatos. Devemos considerar que a presença da Comissão Pastoral de Terra possuía limites no tocante à solução dos problemas cotidianos dos trabalhadores e que o trabalho de base, realizado pela CPT entre 1979 e 1983 na região, muito embora abordasse temas que ressurgiram na pauta de reivindicações, teve seus limites ditados pela urgência das questões colocadas pelos sublevados. Tentei demonstrar com este trabalho que a organização dos trabalhadores da cana do estado de São Paulo estavam precariamente organizados em torno de seus sindicatos. O

102.FOME, uma liderança eficiente. Folha de S.Paulo, 18 maio 1984, p. 22.

movimento sindical de oposição aos sindicatos até então estabelecidos na região surgiu fortalecido após o movimento paredista de Guariba.

Ainda tentando responder porque não ocorreram greves em outros momentos em que a fome estava presente, devemos lembrar as conseqüências da alteração no processo de trabalho imposta pelos usineiros na safra de 1983 - corte de "5 ruas" para "7 ruas" -, que reduzia salários e rompia o limite da resistência física do trabalhador, como vimos acima. Na história do Brasil recente, o registro do triênio 1982-84 foi considerado um período de profunda recessão econômica, provocando índices elevados de inflação, altas diárias nos preços dos gêneros alimentícios e a conseqüente redução de salários e taxas elevadas de desemprego. Na interpretação do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE -, o ano de 1983 foi "um jogo fruto no campo socioeconômico", resultado da política do governo federal: "até dezembro, o custo de vida já havia atingido o patamar recorde de 172,9%, pressionado por uma inflação de 211%".¹⁰³

Por último, mas não menos importante, as "rixas pessoais" dos trabalhadores contra os proprietários dos supermercados da cidade e a contenda política contra o gerente seccional da SABESP compõem o quadro das múltiplas causas do movimento.

Tida como uma rebelião do estômago, não é difícil demitizar essa interpretação. A recessão econômica era evidente e fazia parte da política econômica do governo federal. Era portanto uma questão estrutural que gerava aumentos constantes dos preços dos gêneros alimentícios, das taxas públicas, dos aluguéis. Esse quadro recessivo se agravou com as modificações no

103. CONJUNTURA. DIEESE. São Paulo: jan. 1984.

processo de trabalho, reduzindo a produtividade do trabalhador e seus ganhos.

É inegável que todos esses elementos constituíram um momento favorável à sublevação dos trabalhadores de Guariba e região. Apesar disso, não é possível pensar mecanicamente que a fome leva à sublevação. Essa relação mecânica entre fome e revolta induz a uma análise reducionista dos protestos populares. Em seus estudos sobre os motins de sobrevivência, na Inglaterra do século XVIII, Thompson nos ensina que é preciso cuidado ao estabelecer essa relação, para não "dar por concluída a investigação no ponto em que esta adquire verdadeiro interesse sociológico e cultural"¹⁰⁴.

É preciso reconhecer que a fome foi um fator importante, entretanto, a documentação analisada nos permitiu avançar nas investigações para afirmar, com alguma certeza, que esse movimento constituiu-se em uma complexa ação popular direta, organizada e com objetivos claros. O historiador inglês T.S. Ashton¹⁰⁵, citado por Thompson (1979), apresenta uma diferente análise para os motins de subsistência ("food riots"), ocorridos no princípio do século XVIII, na Inglaterra, como "uma reação instintiva de virilidade ante a fome". A mesma interpretação, analisada no início deste capítulo, encontramos nas versões produzidas pela grande imprensa, pela Justiça e pelas autoridades estaduais, que se envolveram, de alguma forma, no movimento de Guariba.

Os dados que recolhi nos depoimentos e o confronto com outras fontes indicam que essas ações complexas e organizadas com objetivos claros, ocorreram quando os trabalhadores vislumbraram no horizonte a possibilidade de solução para seus problemas e uma possível eficácia de suas múltiplas ações de protesto, sendo a

104. THOMPSON, Edward P. 1979, *idem*, p.64.

105. ASHTON, T. S. ; SYKES, J. *The Coal industry of the eighteenth century*. Manchester. 1929, p.131. apud THOMPSON, Edward P. 1979, *ibidem*, p.64.

fome, portanto, a camada da superfície agregada ao movimento social.

Os "alvos" muito bem definidos pela multidão de trabalhadores da cana revelam que a natureza do protesto pode ser entendida como um recurso político, único caminho para pressionar as autoridades e obter o atendimento às reivindicações. Portanto, as ações dos trabalhadores não podem ser entendidas como desordem irracional e patológica. Elas continham propósitos que são integrantes do processo social, processo esse vivenciado pelos trabalhadores no seu cotidiano. E a escolha dos "alvos" seguiu um critério dado por este cotidiano constituído de extorsão e exploração no trabalho e contra a política das tarifas públicas. Enfim, os trabalhadores da cana experimentaram relações sociais de produção que os exploravam, e contra elas deram suas respostas.

CONCLUSÃO

"Seu maior mérito (do historiador) talvez seja menos de defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis - como ele próprio o foi - às cores e aos odores das coisas desconhecidas" ¹

Com essas palavras, Philippe Ariès, no prefácio de sua obra *História Social da Criança e da Família*, exprime muito bem o significado do "tempo maravilhoso da pesquisa". Nesse tempo, afirma o historiador francês, ainda não possuímos uma visão muito nítida do nosso objeto, porque seus horizontes estão encobertos pela bruma. O trabalho que realizei aqui seguiu este método, mas não desde o princípio. Ou seja, no plano de trabalho, escrito em 1989, acreditei que tinha um sentido muito claro sobre os resultados da pesquisa, seus horizontes estavam definidos. Contudo, após uma leitura atenta dos documentos e a mente aberta para ouvi-los, foi possível saber algumas coisas bem diferentes daquelas previstas. Então, meus horizontes foram se modificando. Em relação às fontes, ao historiador e seu objeto, do tempo em que o projeto de trabalho foi concebido até a conclusão deste texto, muita coisa mudou.

Desde o início desta pesquisa, tinha alguma intuição que no meio do caminho eu teria que dar outros rumos quanto aos resultados da pesquisa. Mas nunca a certeza de que isso poderia ocorrer. Julgava que uma vez estabelecidos os objetivos, o tema e seu objeto, isso ficaria cristalizado até o texto final. No início, resisti aos conselhos de Thompson sobre a metodologia para se lidar com o material empírico e a teoria, quando ele afirma que

1. ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro:Guanabara, 1981.

"(O historiador) não deve começar um livro ou um projeto de pesquisa com um sentido totalmente claro do que exatamente vai poder fazer. O próprio material deve-lhe dirigir a sua fala. Se consegue ouvir o material começará a falar através dele. E eu acredito que isto ocorre".²

Thompson tinha razão. Durante a leitura das fontes, estas acabaram dando novos rumos para o trabalho. O projeto foi se transformando, até chegar a este texto final. Muita inspiração teórica, muitas evidências, "muita metafísica e um pouco de capim por cima", parafraseando Guimarães Rosa, quando lhe perguntaram qual foi o método que utilizou para escrever **Grande Sertão: Veredas**. Sem pretender possuir a grandiosidade desse escritor, ao final, tal alquimia parece ter funcionado neste trabalho, mas não sem sofrimento. Como acontece com todos os meus companheiros que enveredam pelo caminho de bisbilhotar coisas alheias com a pretensão de produzir algum conhecimento.

Neste momento, sinto-me como tendo cumprido a tarefa e, também, me vejo muito naquela imagem, construída por Ariès, sobre o trabalho do historiador. O prazer de comunicar os resultados de uma pesquisa sobre os trabalhadores da cana.

Mas vamos retomar as indagações feitas no início deste trabalho. A Comissão Pastoral da Terra foi apontada, sobretudo pela grande imprensa, como a liderança política do movimento. Entretanto, os trabalhos da Comissão junto aos trabalhadores da cana apresentaram alguns limites. Entre os anos de 1979 e 1984, essa entidade católica propunha, em seus encontros com os trabalhadores, discussões em torno da organização de sindicatos rurais. Ou seja, saídas institucionais e por demais morosas para a solução do grave conflito de classes que se descortinava.

2. THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona:Crítica, 1979.

Os trabalhadores não estavam dispostos a participar de discussões intermináveis sobre sindicalismo ou qualquer outra forma de organização institucional. Suas formas de encontrar um caminho para solucionar os problemas cotidianos relativos às condições de vida e de trabalho foram muito próprias. Uma prática coletiva, movidos por uma vontade política própria que, em um primeiro momento, não passou pelo controle da CPT e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Por outro lado, não podemos subestimar o papel da Comissão que, com certeza, criou um clima psicossocial que favoreceu a autoestima e a autoconsciência dos trabalhadores da cana e os moveram às ações nos três primeiros dias do movimento.

Ao longo deste trabalho, demonstramos como os trabalhadores estavam distantes de seus sindicatos. Com certeza, não estavam organizados em torno deles. Mas, os documentos coligidos mostraram que, apesar disso, distantes de suas bases, os sindicatos vinham à algum tempo apresentando aos patrões as reivindicações dos cortadores de cana. As greves de 1979 e 80, em Pernambuco, apontam para a possibilidade de existir um movimento sindical, à nível nacional, das federações e sindicatos dos trabalhadores rurais que colocaram em discussão o processo de trabalho no corte da cana e a questão salarial. É possível, também, considerar que a região de Ribeirão Preto possuía um movimento sindical de peso relativo nas décadas de 60 e 70 e, como apontou D'Incao, entre aqueles que participaram ativamente nos episódios de Guariba estavam trabalhadores mais velhos, possuidores de uma tradição de luta. Assim sendo, movimento de Guariba apresentou duas características: foi um movimento nascido fora dos sindicatos, conferindo-lhe um sentido político próprio, pensado pelos trabalhadores e foi, também, um movimento sindical. Muito embora esse último tenham chegado atrasado ao encontro marcado entre patrões e trabalhadores nas ruas, nos canaviais e nas usinas de Guariba e região.

Qualificado por vários agentes sociais como um movimento "liderado" da fome, demonstramos como não é possível acreditar nessa versão. Não se pode negar que a fome foi um elemento importante da questão, entretanto não podemos crer na relação direta entre fome-revolta. A fome foi a camada da superfície. Uma multiplicidade de causas propiciaram as ações diretas. A extorsão dos proprietários de supermercados nas compras semanais, a extração do sobre-trabalho dos usineiros e exploração nas altas tarifas pelo consumo de água cobradas pela SABESP formaram as demais camadas desta história. Difícil pensar a fome como o impulsor da sublevação. Mais difícil ainda é pensar que, vivendo nesse universo de exploração, os trabalhadores não se revoltassem, esperando pela execução dos planos de ação dos sindicatos.

O movimento de Guariba provou que tinha algum poder desagregador da ordem política estadual, dada a presença, imediatamente após as primeiras ações, do governo do estado preocupado em colocar ordem no caos gerado pelos saques e depredações. Se entre os trabalhadores não houve a formulação de uma idéia explícita sobre a política, isso não torna sem valor os propósitos sociais dessas ações. Movidos por uma vontade política própria fizeram uso da ação direta para sensibilizar a classe política e pressionar os proprietários. Geradas autonomamente, possuidoras de uma dinâmica própria e estranha aos sindicatos, as estratégias estabelecidas pelos trabalhadores, nos dias 14 e 15, parece negar a participação dos sindicatos e da CPT nos momentos iniciais (e importantes) do movimento.

Difícil de ser encontrada na década de 1970, a identidade social dos trabalhadores da cana resultou, portanto, dessa experiência, em que os trabalhadores movidos por uma impulsão própria, passaram a se ver como cortadores de cana. Para além disso, também cobrarem direitos de cidadão, estatuto que lhes conferia uma noção legítima de exigir preços justos pelos

alimentos, pelo consumo de água e justiça de salários. Vale lembrar que o complexo agro-industrial da cana-de-açúcar, na região de Ribeirão Preto, produziu um certo tipo de trabalhador que, mesmo desenraizado do campo recentemente, não reivindicava a terra para produzir alimentos.

Como vimos neste trabalho, suas reivindicações foram por direitos trabalhistas semelhantes aos dos trabalhadores urbanos. Dai o termo "operário rural", cunhado por José Graziano da Silva. Em toda documentação consultada, não encontramos trabalhador da cana reivindicando reforma agrária. Exceção feita aos dirigentes sindicais que, na primeira assembléia, insuflaram os trabalhadores a lutar até destruir os usineiros e ocupar suas terras. Vozes sem ressonância entre os trabalhadores sedentos de direitos trabalhistas!

A grande imprensa e as autoridades policiais, sobretudo essas últimas, pensaram a multidão em protesto na perspectiva da criminalidade. A imagem do movimento protagonizado por uma "turba", uma multidão criminosa foi recorrente tanto nos relatórios de polícia e na forma como trataram os trabalhadores flagrados no saque e depredações, como nas matérias dos jornais da imprensa paulista.

Ao analisarmos os depoimentos dos trabalhadores, no mesmo instrumento que pretendia classificá-los como criminosos, encontramos muitas evidências que provaram serem eles pais de família, trabalhadores com residência fixa, muitos nascidos na região, temporariamente desempregados. E, mais importante do que essa descoberta sobre a composição social da multidão, eles tinham clareza dos motivos que os levaram ao saque e depredações. Em suma, não havia crimes, não havia criminosos. O que houve foi a interpretação de um movimento social como sendo uma questão de polícia.

Por certo, não foram agradáveis aos olhos moralizadores porque saquearam e criaram um comércio clandestino com os objetos saqueados; destruíram propriedades privadas e alguns foram perversos com seus companheiros de trabalho. Difícil esconder o caráter violento desse protesto popular, mas é preciso explicitar essa violência como uma forma de expressão das classes trabalhadoras, típica de momentos em que outras formas de expressão estão desarticuladas.

Para olhar as ações dos trabalhadores da cana em outra perspectiva, que não somente aquela preocupada com a preservação da ordem social, é preciso pensar no conceito de violência em seu duplo significado. É necessário pensar em um critério da legitimação da violência, conforme diferentes posições na experiência social. Cada uma dessas posições tem uma natureza diferente. No critério jurídico, quebrar a ordem é ilegal; portanto, a violência da polícia é legítima, porque mantém a ordem e ela perde suas características de violência. A violência dos grevistas - os saques e depredações - é que se torna ilegítima. Por outro lado, no critério de privação do sujeito, toda forma de dominação é violenta, porque priva alguém de exercer seu papel de sujeito, de cidadão³. Entendendo o conceito de violência por esse ângulo, a ambigüidade conceitual desaparece da questão, restando entender que a violência dos trabalhadores em suas ações de protesto passa a ser uma defesa dos direitos de cidadão, fundada na "noção legitimadora dos direitos". Uma autopreservação.

Interpretados como uma "manada sem cabeça", pelo governo estadual, e como criminosos provocadores de destruição e morte pela Justiça e grande imprensa, foram capazes de abrir canais de negociação com o poder e barganhar suas reivindicações. Essas versões estigmatizadas acabaram por produzir a idéia de que o movimento surgiu com o amanhecer do dia 15 de maio de 1984. Ao

3.VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, et al. A pesquisa em história. São Paulo:Atica, 1989, p.17.

acaso. Para contra-argumentar esta interpretação, destacamos neste trabalho a existência de um "centro do movimento", representado por um grupo de trabalhadores que sempre apareceram nos depoimentos como sendo os articuladores dos piquetes.

Se os trabalhadores da cana pouco ou nada resistiram ao processo de proletarização na década de 1970, os fatos acontecidos em maio de 1984 demonstraram que resistiram com paixão à exploração dos usineiros. Impuseram-se no cenário político do país. Se bem entendi as matrizes teóricas que me inspiraram e o que é o ofício do historiador, posso afirmar que este episódio significou um momento de auto-formação da consciência dos trabalhadores da cana. Muito significativo para a percepção dos trabalhadores como categoria social.

Dos protestos dos "pobres" trabalhadores da cana resultou a organização de um movimento sindical de oposição aos antigos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região de Ribeirão Preto. Ainda em junho, de 1984, os cortadores da usina Santa Adélia, distante 10 km de Guariba, retomaram a greve porque os usineiros resistiram em cumprir o **Acordo Coletivo de Trabalho**. Não pagaram o salário do mês de abril, recusavam-se a fornecer os instrumentos de trabalho e o comprovante de produção.⁴ Conquistas da greve de maio.

Nesse momento, o Partido dos Trabalhadores, a oposição sindical metalúrgica do ABC paulista, a Central Única dos Trabalhadores etc. passaram a atuar na região. Algumas lideranças, que nasceram com o movimento de maio de 1984, começaram a se destacar. Em janeiro de 1985, os cortadores retornaram à greve, mas foram desmobilizados pelas forças policiais. Era a entre-safra. Sem cana para cortar, o movimento perdeu sua força. Em maio, início da safra, retornaram porque haviam aprendido, com o fracasso da greve anterior, que "se a

4. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. O Trabalhador rural: greves no campo, na cana e na laranja, começam a mudar a situação dos assalariados, maio 1984, p.5. (número especial)

colheita não for feita, a cana estraga"⁵. O Sindicato dos Trabalhadores de Guariba, formalizado em setembro do mesmo ano, passou a conduzir o movimento. Quanto maior a organização dos trabalhadores, mais forte a violência policial. Em julho de 1986, na cidade de Leme, a Polícia Militar do estado entrou em confronto com cortadores de cana. Morreram dois trabalhadores.

Porém, em março de 1986, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Guariba, José de Fátima Soares, declarou à imprensa paulista seu apoio ao virtual candidato ao governo do estado de São Paulo, Paulo Maluf, do Partido Democrático Social. ← Cooptação da classe trabalhadora pelo poder político tradicionalmente de direita? Talvez! Devemos ter certa prudência na análise desse fato. E, também, porque essa é uma outra história que exigirá muita pesquisa para responder a muitas perguntas. Por exemplo, o que significou para a história da classe trabalhadora, em especial para a relação entre movimentos sociais e Estado, a política econômica criada em 1986, denominado Plano Cruzado?

Retornemos ao final da nossa história. No desenrolar dos capítulos tentei reconstituir, explicar e compreender os fatos acontecidos em maio de 1984, em Guariba, para contar uma história que, conforme apontaram as evidências, foi uma história real. Em suma, o movimento de maio de 1984, faz parte da história da classe trabalhadora no Brasil porque apresentou muitos elementos que o inserem na tradição de luta da classe trabalhadora brasileira.

5. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARIBA. Vamos entrar nessa luta prá valer. 20 abril 1985. (panfleto)
6. MALUF E PETISTA FIRMAM ALIANÇA. Folha de S. Paulo, 13 mar. 1986. p.4.

(Anexo)

**ROTEIRO DE LEITURA DOS DEPOIMENTOS DE TRABALHADORES
(E OUTROS) CONTIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL**

NOME.....USINA.....FEITOR.....TURMA.....FLS.....

1. Quando? e Onde?**2. "Própria leitura" dos fatos - construção**

- 2.1 De que maneira ocorreu
- 2.2 O porquê da greve
- 2.3 Do discurso da ação
- 2.4 O que ocorreu
- 2.5 Como pensou a revolta
- 2.6 Como se via no movimento

3. Possíveis perguntas do inquiridor

- 3.1 Como foi ferida?
- 3.2 Viu quem atirou?
- 3.3 Trabalhadores e policiais atiraram?
- 3.4 Havia líderes?

4. Lógica de defesa (trilha que devo seguir)

- 4.1 Homogeneidade/versão linear dos fatos
- 4.2 Divergência (discordância, desacordo etc.)
- 4.3 Contradição (incoerência entre afirmações)
- 4.4 Ficções

5. Outras observações

- 5.1 Saqueou
- 5.2 Exame de corpo de delito

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

Banco de Dados da Folha de S.Paulo (SP)

Coleções de jornais e artigos publicados na grande imprensa

Jornais

Folha de S.Paulo, 15, 16, 17, 18, 19, 20 maio 1984.

Folha de S.Paulo, 27 dez. 1982.

Folha de S.Paulo, 23 maio 1984 e 29 jul. 1984. Suplemento Agrícola.

Folha da Tarde, 16 e 17 maio 1984.

Folha de S.Paulo, 24 abril 1983.

Artigos

SILLO, Roberto. Exodo Rural oprime menor(I). Falta orientação à criança(II). (série Sem futuro próprio, o 'bóia-fria' agora defende os filhos). *Folha de S.Paulo*, 20 e 21 set. 1978.

MARTINS, José de Souza. Pesquisando o corpo do bóia-fria. *Folha de S.Paulo*, 7 out. 1984. p.6.

D'INCAO, Maria Conceição. "Se perder o sábado, perde o domingo". *Folha de S.Paulo*, 19 jan. 1986. p.11. Folhetim.

Hemeroteca da Biblioteca Municipal "Mário de Andrade" (São Paulo)

Coleções de jornais e revistas da Grande Imprensa

Jornais

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 18 maio 1984.

O Estado de S.Paulo, 17 e 19 maio, 8 jun. 1984.

Revistas

Isto é, São Paulo, 23 jun., 4 jul. 1984.

Veja, São Paulo, 21 out. 1970, 23 e 30 maio 1984.

Biblioteca do Centro de Pastoral Vergueiro (São Paulo)

Coleções de jornais e artigos da imprensa representativa de tendências de esquerda e da imprensa alternativa e coleções de jornais de partidos e sindicatos etc.

Jornais da imprensa representativa de tendências de esquerda

Voz da Unidade, São Paulo, 19 maio 1984.

Tribuna da Luta Operária, São Paulo, 18 a 24 de jun. 1984.

Artigos

CASTILHO, Inês e PINHEIRO, Reinaldo. As bóias-frias. Vento e fogo no canavial. *Mulherio*, p.11-4, 1984.

GRAZIANO NETO, Francisco. A Tempestade no mar de cana. *A Esquerda*, São Paulo, 24 maio a 6 jun. 1984. v.1, n.9.

Jornais e artigos da imprensa alternativa

Movimento, São Paulo, 27 out. 1975.

STEIN, Leila. Gatos e bóias-frias. *Opinião*, São Paulo, 4 a 11 jun. 1973.

CARVALHO, Murilo. Volantes (especial). *Movimento*, São Paulo, 27 out. 1975.

Jornais de Partido e Sindicato

Jornal do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, out. 1988. n.5.

Realidade Rural. Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo - Fetaesp -, São Paulo, março a junho 1984.

Outros

LUCAS, Fábio . O trabalhador na literatura brasileira. *Leia*, Rio de Janeiro, maio 1985, v.3, n. 79.

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. (Setor de documentação). *Esquenta Canavial*. São Paulo, maio 1984 a jan. 1985. Dossiê.

Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (Instituto "Sedes Sapientiae", São Paulo)

1. Coleções de jornais da grande imprensa de Ribeirão Preto e região

O Diário de Notícias, Ribeirão Preto, 14 fev. 1984, 16, 17 e 25 maio, 2 jun. 1984.

Impacto, Bebedouro, 24 maio 1984.

O Diário, Ribeirão Preto, 17 e 18 maio 1984.

A Cidade, Ribeirão Preto, 17 maio 1984.

Correio Popular, Campinas, 16 maio 1982.

Jornal do Interior. Ribeirão Preto. 6 a 12 jun. 1983.

A Gazeta, Avanhandava, 8 jun. 1984, s/p.

2. Cartilhas, Relatórios, Cartas etc.

Cartilhas

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Guariba e Bebedouro. A luta dos cortadores de cana e apanhadores de laranja de São Paulo.* Jaboticabal, jul. 1984.

CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTUDOS SINDICAIS (CEFES). *Guariba, o povo do campo se levanta.* Campinas, s.d., p.27 (Caderno 5).

Relatórios

Relatório n.27. *Esclarecimento ao Povo*, Jaboticabal, 1984.

Relatório n.4. *1o. Encontro de Lavradores - Jaboticabal*, 1979.

Relatório n.5. *II Encontro de Trabalhadores Rurais de Jaboticabal*, Jaboticabal, 1979.

Relatório n.15. *II Encontro Diocesano da Comissão Pastoral da Terra*, Ribeirão Preto, 19 set. 1982.

Relatório n.16. *Encontro de Trabalhadores Rurais da Microregião de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, 26 set.1982.

Relatório n.13. *Dia 1o. de Maio. Encontro da CPT (Micro Região de Ribeirão Preto)*. 1982.

Relatório n.2. *Para região de Ribeirão Preto: Proposta para Discussão - CPT.* s/d.

Relatório n.1. *Pastoral da Terra*. Jaboticabal, jan. 1979.

Relatório n.6. *Assembléia de Bóias-Frias: 1o. de maio/80.* Jaboticabal, 1980.

Carta-Proteto

Ordem dos Advogados do Brasil. *Secção de São Paulo. 12a. Subsecção.* Ribeirão Preto, maio 1984.

Biblioteca do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

Conjuntura. Boletim do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos e Estatísticas.(DIEESE). São Paulo, jan. 1984.

Arquivo da Delegacia de Polícia de Guariba (SP)

1. Inquérito Policial

SÃO PAULO. Secretaria da Segurança Pública. Delegacia de Polícia de Guariba. *Inquérito Policial. Danos, incêndios, roubo, homicídio n. 98/74*, 15 maio 1984. 246p.

2. Boletins de Ocorrência Policial

Boletim de Ocorrência Policial n.665/84, 15 maio 1984.

Boletim de Ocorrência Policial n.666/84, 16 maio 1984.

Boletim de Ocorrência Policial n.669/84, 17 maio 1984.

Boletim de Ocorrência Policial n.670/84, 16 maio 1984.

Boletim de Ocorrência Policial n.671/84, 18 maio 1984.

Boletim de Ocorrência Policial n.672/84, 29 maio 1984.

Obra Literária

CARVALHO, Murilo de. *A Cara Engraçada do Medo*. São Paulo:Hucitec, 1977. 115p.

Audio-visual

KASCASSA, Fernando. (dir.) *O Bóia-Fria*. Ribeirão Preto:Centro Experimental de Cinema. Cine Clube Cauim, s.d.

RADIO E TELEVISÃO CULTURA. *Os Bóias-Frias*. São Paulo. 5 jul. 1984.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

A BÍBLIA de Jerusalém. nov.ed.rev. São Paulo:Ed.Paulinas, 1985. 2366p.

ANDRADE, Carlos Drumond de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro:José Aguilar, 1973. 1315p.

- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro:Guanabara, 1981. 279p.
- ASHTON, T. S. ; SYKES, J. The Coal industry of the eighteenth century. Manchester, 1929. p.131. apud THOMPSON, Edward P. La Economía "moral" de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona:Ed. Crítica, 1979. p.63-133.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Referências bibliográficas*, NBR 6023. Rio de Janeiro, 1989.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267p.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskow. In: GRUNNEWALD, José Lino et al. *Textos Escolhidos*. 2.ed. São Paulo:Abril Cultural, 1983. p.57-74. (Os Pensadores).
- BRANT, Vinicius Caldeira. *Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na alta sorocabana de Assis*. Cadernos CEBRAP, n.19, p.39-91, 1977.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo:Brasiliense, 1982. 127p. (Tudo é História, 52).
- _____. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades do século XIX)*. *Revista Brasileira de História, Cultura e Cidades*, São Paulo, v.5, n.8/9, p.35-67, set.1984/abr.1985.
- CARVALHO, Murilo de. *A Cara Engraçada do Medo*. São Paulo:Hucitec, 1977. 115p.
- CASTILHO, Inês ; FINHEIRO, Reinaldo. As Bóias-frias. Vento e fogo no canavial. *Mulherio*, p.11-4. 1984
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo:Brasiliense, 1986. 249p.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo:T.A.Queiroz, 1983. 402p.

- D'INCAO, Maria Conceição. "Se perder o sábado, perde o domingo". *Folha de S.Paulo*, 19 jan. 1986. Folhetim.
- _____. *Bóia-Fria: acumulação e miséria*. 7.ed. Petrópolis:Vozes, 1979. 154p.
- _____. *Qual é a questão da bóia-fria*. São Paulo:Ed. Brasiliense, 1984. 89p.
- DOESWIJK, Andréas Leonardus. Edward P. Thompson: o ofício de historiador. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, Maringá, v. 3, n.2, p.5-37, jan/jul. 1990.
- _____. La función de la teoría en la investigación historiográfica. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, Maringá, v. 4, n.4, p. 55-68. 1993
- ECCO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo:Perspectiva, 1977. 184p.
- EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: Séculos XVIII e XIX*. Campinas:Editora da UNICAMP, 1989. 393p.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo:Brasiliense, 1984. 293p.
- FENELON, Déa. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. *Revista Projeto História. História & Historiografia*, São Paulo, n.4, p.21-37, jun.1985.
- FOUCAULT, Michel (coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degalei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. 4.ed. Rio de Janeiro:Graal, 1977. 294p.
- GINZBURG, Carlo. *Andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo:Companhia das Letras, 1988. 255p.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto et al. *O Olhar*. São Paulo:Companhia das Letras, 1990. 495p.
- GUIMARAES, Alberto Passos. *As Classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro:Graal, 1981. 206p.

HALL, Michael M. ; MARTINEZ-ALLIER, Verena. *Greves dos colonos na Primeira República*. (s.n.t.). 18p. mimeogr.

_____.; STOLCKE, Verena. A Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, *Revista Brasileira de História. A Luta, trabalhadores*, São Paulo, v. 3, n.6, p.80-120, set.1983.

HOBBSAWM, Eric J. ; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1982. 369p.

_____. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987. 447p.

_____. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2.ed.rev.ampl.nov.trad. Rio de Janeiro:Zahar, 1978. 238p.

JONAS, David. Thomas Campbell Foster and the rural labourer: incendiarism in East Anglia in the 1840s, *Social History*, New York:Kraus Reprint, v.1, jan.76, p.5-43.

KASCASSA, Fernando (dir.). *O Bóia-fria*. Ribeirão Preto:Centro Experimental de Cinema, Cine Clube Cauim, s.d.

LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro:Briguiet, 1954. 135p.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.3, n.6, p.7-46, set.1983.

LOPREATO, Cristina Roquete. As Jornadas de julho - São Paulo 1917. In: BRESCIANI, Maria Stella et al. (org.). *Jogos da Política; imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/ Fapesp, s.d. p.201-225.

MACPHERSON, B. *A Teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979. 318p.

MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo:Brasiliense, 1982. 135p.

- MARSON, Isabel. Trabalho livre e progresso, *Revista Brasileira de História*, ?Hay Gobierno? São Paulo, v.4, n.7, p.81-93, mar.1984.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres no caminhão de turma. In PINSKY, Jaime (org.). *Capital e trabalho no campo*. 2.ed. São Paulo:Editora Hucitec, 1979. p.69-100.
- MCCLELLAND, Keith et al. *Hacia una história socialista*. Barcelona:Ediciones del Serbal, 1983. 199p.
- MONTEIRO, Hamilton de M. *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília:Horizonte, 1980. 203p.
- MUNHOZ, Sidnei José. *A Ordem do caos versus o ocaso da ordem: saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983*. Campinas:Unicamp, 1989. 143p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil Contemporâneo) - Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, José Eduardo Dutra de ; OLIVEIRA, Maria Helena Silva Dutra de (ed. e coord.). *"Bóias-frias": uma realidade brasileira: um estudo sócio-econômico-nutricional sobre trabalhadores volantes rurais da área de Ribeirão Preto*. São Paulo:CNPq/ACIESP, 1981. 273p.
- PAMPLONA, Marco. A Historiografia do protesto social e das revoltas urbanas. *Rascunhos de História*, Rio de Janeiro, n. 3, p.2-29, 1981.
- Perani, Cláudio . A greve dos bóias-frias em São Paulo. *Caderno da CEAS*, n.93, p.17, set/out 1984.
- PIVEN, Francis Fox ; Cloward, Richard A. *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York:Vintage Books, 1977.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro:Campus, 1991. 299p.
- _____. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro:Zahar, 1982. 155p.

SALLUM JR, Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura: oeste-paulista: 1888-1930*. São Paulo:Duas Cidades, 1982. 258p.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo:Duas Cidades, 1979. 260p.

_____. Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1980. 198p.

SILVA, José Gomes da ; RODRIGUES, Vera L.G. da Silva. A problemática do "bóia-fria"; uma revisão bibliográfica. In: Faculdade de Ciências Agrárias de Botucatu. Departamento de Economia Rural. (org.). *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo:Polis, 1983. p.56-85.

_____. O "Bóia-fria": contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. *Reforma Agrária*. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n.9-10, ano v, p.2-44, set/out. 1975.

SIMON, Elias José et al.(org.). *A Mão-de-Obra volante na agricultura*. São Paulo:Polis, 1982. 337p.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital(1850-1980)*. São Paulo:Brasiliense, 1986. 410p.

THOMPSON, Edward P. La Economía "moral" de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In:- *Tradicción, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona:Ed. Crítica, 1979. p.63-133.

_____. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987. v.1-3. (Oficinas da História).

_____. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro:Zahar, 1981. 231p.

_____. *As Peculiaridades dos ingleses*. Campinas:UNICAMP, 1993. 104p. (Textos Didáticos, 10)

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987. 432p.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona:Editorial Crítica, 1979. 318p.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A Pesquisa em história*. São Paulo:Atica, 1989. 80p.

WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992. 213p.

_____. Rivalry and unification: mobilising rural works in São Paulo on the eve of the brazilian golpe of 1964. In: BULMER-THOMAS, Victor, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 17, part I, Feb. 1995.